001

PREGÃO PRESENCIAL 102/2021

Protocolo nº 2734/2021

Registro de Preços para eventual aquisição de saibro e pedras para manutenção das vias públicas municipais, conforme solicitação da Secretaria de Viação e Serviços Rodoviários.

Prefeitura Municipal de Piên - Rua Amazonas, 373 - Centro - Cep: 83860-000 – Telefone 41- 3632-1136

Tramitação do Processo

Equiplano

Processo: **2734/2021** Data: **06/10/2021 16:12** Situação: **Encaminhado**

Requerente: **MARCOS AURELIO MELENEK** Documento: **601.583.109-00**

Contato: **MARCOS AURELIO MELENEK**

Assunto: **LICITAÇÕES E COMPRAS - Versão: 1**

Descrição: Abertura de processo para Registro de preço de saibro e pedra

Ocorrência: 1	Data: 06/10/2021 16:12:55	Previsão: 11/10/2021

De: MARCOS AURELIO MELENEK Para: EDUARDO DUARTE SCHEIVARASKI

Etapa: ABERTURA Confirmação: não

Descrição: Abertura do processo.

Autenticidade : 9ZTMJ2S7MZJXC8BCUS(verificado em : 06/10/2021 16:13)

Órgão requisitante	SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS
Nº requerimento:	031/2021
Data:	30/09/2021

Descrição do objeto a ser comprado/contratado:
Registro de Preços para eventual aquisição de saibro e pedras graduadas para manutenção das vias públicas municipais, conforme especificações e quantidades estimadas constantes abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE
1	SAIBRO BRITADO – DENSIDADE 1,50	TN	12.000
2	PEDRA 4ª – DENSIDADE 1,45	TN	5.000
3	ARENITO BRITADO (AREIÃO)	TN	5.000
4	RACHÃOZINHO	TN	4.000

Justificativa: Os saibros e as pedras graduadas são utilizados para realizar a manutenção das estradas e vias públicas do município, tendo em vista que os munícipes de Piên se utilizam destas estradas e vias para escoar sua produção, bem como para se deslocar entre as regiões. Assim sendo é de extrema relevância que seja feita a manutenção constante das estradas, pois é através delas que a produção rural é transportada, bem como as pessoas de deslocam entre as diversas regiões, dirigindo-se a sede do Município ou até mesmo para outros Municípios. Ademais, o Município de Piên faz divisas com outros estados e, consequentemente, a manutenção destas vias de uma forma geral a toda população do Município. Os saibros e pedras são utilizados em estradas de lavoura, vicinais, melhorias urbanas, calçamentos, rede pluvial, ou seja, a sua utilização é extensa e necessária, assim, a aquisição atende as necessidades do Município em diversos setores, uma vez que não possuímos local próprio para extrair tal minério.

Compra/Contratação é para atendimento de ordem judicial? ( ) Sim (x) Não
Em caso afirmativo descrever qual:

Rua Amazonas, 373 – Centro, Piên/PR. CEP 83.860-000. Fone: (41) 3632-1136

Local de entrega/prestação ou execução do serviço/obra: Rua Reinaldo de Oliveira Mendes nº 542, centro, Piên/PR
Horários: 8:00 ás 12:00 – 13:00 ás 17:00 hrs.
Prazo para entrega/prestação ou execução do serviço/obra: 12 meses da vigência do endosso.

Responsável por recebimento e fiscalização da execução do objeto: **Ivan Bueno Franco**

Há licitação em curso para o objeto pretendido? **(x) Sim () Não** **Em caso afirmativo informar:** **a) Nº do processo licitatório** **b) Nº do contrato/ata de registro de preços vigente** **c) Data de vencimento do contrato/ata de registro de preços** **d)** OBS: A informação acima pode ser verificada no Cronograma de Renovação de Licitações disponibilizado pelo Depto. de Licitações e Compras.

NOME DO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO
Cleiton Das Neves
Secretaria de Viação e Serviços Rodoviários
Matrícula 4765286

NOME DO FISCAL DE CONTRATO
Cleiton Das Neves
Secretaria de Viação e Serviços Rodoviários
Matrícula 4765286

Rua Amazonas, 373 – Centro, Piên/PR. CEP 83.860-000. Fone: (41) 3632-1136

Prefeitura de PIÊN

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN
SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS

Hélio Clemente
Secretário Municipal de Viação e Serviços Rodoviários

ANEXO I

Rua Amazonas, 373 – Centro, Piên/PR. CEP 83.860-000. Fone: (41) 3632-1136

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE
1	SAIBRO BRITADO – DENSIDADE 1,50	TN	12.000
2	PEDRA 4ª – DENSIDADE 1,45	TN	5.000
3	ARENITO BRITADO (AREIÃO)	TN	5.000
4	RACHÃOZINHO	TN	4.000

NOME DO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO
Cleiton Das Neves
Secretaria de Viação e Serviços Rodoviários
Matrícula 4765286

NOME DO FISCAL DE CONTRATO
Cleiton Das Neves
Secretaria de Viação e Serviços Rodoviários
Matrícula 4765286

Helio Clemente
Secretário Municipal de Viação e Serviços Rodoviários

Rua Amazonas, 373 – Centro, Piên/PR. CEP 83.860-000. Fone: (41) 3632-1136

TERMO DE REFERÊNCIA

COMPLEMENTAR AO ANEXO I

OBJETO DA LICITAÇÃO, REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEDRAS PARA MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS.
CONFORME NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS.

Piên, 30 de setembro de 2021.

1. OBJETO

1.1. Registro de preços para eventual Aquisição de:
Registro de Preços para eventual aquisição de saibro e pedras graduadas para manutenção das vias públicas municipais, conforme especificações e quantidades estimadas constantes abaixo:

2. ESPECIFICAÇÕES

2.1. As especificações do objeto estão estabelecidas abaixo:

Descrição do objeto a ser comprado/contratado:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTIDE ESTIMADA
1	SAIBRO BRITADO – DENSIDADE 1,50	TN	12000
2	PEDRA 4ª – DENSIDADE 1,45	TN	5000
3	ARENITO BRITADO (AREIÃO)	TN	5000
4	RACHÃOZINHO	TN	4.000

3. JUSTIFICATIVA

3.1. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO: Os saibros e as pedras graduadas são utilizados para realizar a manutenção das estradas e vias públicas do município, tendo em vista que os munícipes de Piên se utilizam destas estradas e vias para escoar sua produção, bem como para se deslocar entre as regiões. Assim sendo é de extrema relevância que seja feita a manutenção constante das estradas, pois é através delas que a produção rural é transportada, bem como as pessoas de deslocam entre as diversas regiões, dirigindo-se a sede do Município ou até mesmo para outros Municípios. Ademais, o Município de Piên faz divisas com outros estados e, consequentemente, a manutenção destas vias de uma forma geral a toda população do Município. Os

saibros e pedras são utilizados em estradas de lavoura, vicinais, melhorias urbanas, calçamentos, rede pluvial, ou seja, a sua utilização é extensa e necessária, assim, a aquisição atende as necessidades do Município em diversos setores, uma vez que não possuímos local próprio para extrair tal minério.

3.1.1. As especificações constantes no item e as exigências editalícias são necessárias e imprescindíveis para a obtenção de serviços de qualidade, visando a correta manutenção do Patrimônio Público.

3.2. DA JUSTIFICATIVA QUANTO À EXCLUSIVIDADE CONCEDIDA À MICRO E PEQUENAS EMPRESAS: A realização de procedimentos licitatórios cuja participação é exclusiva para Microempresas e/ou empresas de Pequeno Porte, encontra respaldo legal na Lei Complementar nº 123/06 (alterada pela Lei Complementar nº 147/14), mais precisamente no disposto no inciso I do art. 48 da referida Lei, bem como está amparada pelo que disciplina a Lei Complementar Municipal nº 1/15, que trata da questão no inciso III do § 1º do art. 34. Ademais, a grande maioria das empresas localizadas no Município de Piên e região estão enquadradas como Microempresas, Empresas de Pequeno Porte ou são Microempreendedores Individuais, os quais, por equiparação, são também contemplados com os benefícios das Leis acima citadas. O crescimento e o desenvolvimento do Município vêm proporcionando inúmeras oportunidades de negócios às micro e pequenas empresas instaladas na cidade e na região e cada vez mais o município tem empregado esforços para a construção de um ambiente que permita a essas empresas um melhor aproveitamento dessas oportunidades e a conversão destas em inclusão social, emprego e renda. O Município de Piên, desde 2009 concede tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte. O tratamento diferenciado às micro e pequenas empresas visa ampliar sua participação nas licitações municipais e assim impulsionar o desenvolvimento socioeconômico da cidade. Há que se considerar que as contratações públicas são de grande importância para o desenvolvimento econômico e social do país. O planejamento adequado das compras governamentais é um fator relevante em favor do desenvolvimento local e regional, visto que pode privilegiar os pequenos negócios sediados no município e região. Assim, o Município de Piên busca realizar licitações voltadas ao fortalecimento e ao desenvolvimento econômico e social da cidade, sempre ancorado nas legislações pertinentes e nas políticas públicas de que visam esse desenvolvimento.

3.3. JUSTIFICATIVA PARA REGISTRO DE PREÇOS: Em atenção ao artigo 2º, do Decreto 153/2011, informamos que o quantitativo dos itens requisitados leva em consideração o atendimento das necessidades da Administração, dentro do período de 12 (doze) meses, inclusive o atendimento de situações imprevisíveis. A estimativa dos itens a serem efetuados e sua provável

utilização foi baseada nas quantidades e sendo apenas uma estimativa da real necessidade. E por se tratar de aquisições eventuais, e por não termos a quantidade exata dos itens e nem datas a serem solicitados. Além do objetivo de atender ás demandas deste Município e permitindo um melhor gerenciamento das aquisições, sem prejuízos da economia de escala e da eficiência dos recursos aplicados, justifica-se o Registro de Preços quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes, quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas, quando for conveniente a aquisição de bens para atendimento a mais de um órgão ou entidade ou quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração Pública.

4. LOCAL DE ENTREGA

4.1. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA: O prazo de entrega dos materiais será definindo no ato de contratação dos mesmos, através de emissão de empenho pelo Setor de Compras, através da solicitação da Secretaria de Viação e Serviços Rodoviários da Prefeitura Municipal de Piên.

4.1.1. Não poderá o Detentor da Ata recusar-se a executar os itens solicitados na Nota de Empenho no Município de Piên, mesmo que em pequena quantidade.

5. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

5.1. Os materiais serão recebidos:

* Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

* Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua conseqüente aceitação, que se dará até 05 (cinco) dias do recebimento provisório.

5.1.1. Na hipótese da verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.1.2. No caso de reprovação do objeto, a substituição deverá ocorrer no prazo máximo de 05 (cinco) dias.

6. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

6.1. Hélio Clemente – Secretário Municipal de Viação e Serviços Rodoviários.

6.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

6.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A Contratada obriga-se a:

7.1.1. Efetuar a entrega dos materiais nas condições, no prazo e nos locais indicados pela Secretaria de Viação e Serviços Rodoviários, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente o preço e prazo de garantia;

7.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990);

7.1.2.1. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, o serviço com avarias ou defeitos;

7.1.3. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto do presente Termo de Referência;

7.1.4. Comunicar à Administração, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.1.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência, Edital ou na minuta de contrato;

7.1.7. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

Prefeitura de PIÊN

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN
Secretaria Municipal de Administração
Divisão de Compras e Licitações

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. A Contratante obriga-se a:
8.1.1. Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;
8.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
8.1.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

9. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. A disciplina das infrações e sanções administrativas aplicáveis no curso da licitação e da contratação é aquela prevista no Edital.

10. FONTES DE PESQUISA

10.1. LOCAIS ONDE FORAM REALIZADAS AS COTAÇÕES.
- Extração de Areia Fundão LTDA
- Britador Fragosos
- Mineração boa vista

Elaborado em 30 de Setembro de 2021.

NOME DO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DESTE

Cleiton Das Neves

Secretaria de Viação e Serviços Rodoviários

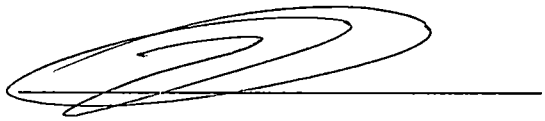
Matrícula 4765286

NOME DO FISCAL DE CONTRATO

Cleiton Das Neves

Secretaria de Viação e Serviços Rodoviários

Matrícula 4765286



HÉLIO CLEMENTE

Secretário Municipal de Viação e Serviços Rodoviários

Secretaria Municipal de Viação e Serviços Rodoviários

Pien, 01 de Outubro de 2021

014

COTAÇÃO

Empresa: PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA	CNPJ: 76.378.793/0001-49
E-mail: comercial@britadorfragosos.com.br	Contato: nei
Fone: (47) 336329665	Fax:

Item	Descrição	Und.	Qtde estimada	Valor Unitário	Valor Total
1	Saibro Britado	TN	20.000	R$ 38,00	R$ 760.000,00
2	Pedra 4 A	TN	10.000	R$ 45,00	R$ 450.000,00
3	PEDRA ARENITO (AREIAO)	TN	10.000	R$40,00	R$ 400.000,00
4	RACHAOZINHO	TN	4.000	R$ 45,00	R$ 180.000,00
5	RACHAO	TN	1.000	R$ 45,00	R$ 45.000,00

OBS:
PREÇO DE MATERIAL RETIRADO NO BRITADOR ENDEREÇO DA EMPRESA
NOTAS FISCAIS SERAO EMITIDAS EM TONELADAS.

Validade do orçamento: 60 dias
Nome de Fone: (41) 3632-1949
Email: rodoviario@pien.pr.gov.br

76 378 793/0001-49

PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA.

RODOVIA SC-418, 8701
FRAGOSOS - CEP 89294-000
CAMPO ALEGRE - SANTA CATARINA

Porto de Areia Fragosos Ltda

Neimar Winckler

Voltar | Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 76.378.793/0001-49
Razão Social: PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA
Endereço: ROD SC 301, KM 139 S/N / FRAGOSOS / CAMPO ALEGRE / SC / 89294-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 23/09/2021 a 22/10/2021

Certificação Número: 2021092301585120805667

Informação obtida em 06/10/2021 16:23:33

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 76.378.793/0001-49
Certidão nº: 32173644/2021
Expedição: 06/10/2021, às 16:23:08
Validade: 03/04/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **76.378.793/0001-49, NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

Extração de Areia Fundão Ltda
CNPJ: 79.390.530/0001-43
Rodovia Municipal 100, nº 3983
Corredeiras
Campo Alegre – SC
(47) 3635-1348 / (47) 3635-1001

MAHS
Concreto - Asfalto - Areia - Brita

ORÇAMENTO

Prezados Senhores,
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN
Segue abaixo proposta para fornecimento de material:

Item	Especificação	Unid.	Quant em Ton	Valor Unitário retirado Ton	Valor Total
01	Saibro britado	Ton	20.000	R$ 33,00	R$ 660.000,00
02	4A	Ton	10.000	R$ 33,00	R$ 330.000,00
03	Arenito Britado	Ton	10.000	R$ 37,00	R$ 370.000,00
04	Rachãozinho	Ton	4.000	R$ 33,00	R$ 132.000,00
05	Rachão	Ton	1.000	R$ 33,00	R$ 33.000,00
				TOTAL	R$ 1.525.000,00

OBSERVAÇÕES:
1. O item 03 é para retirar em nossa filial em Poço Frio, Piên -PR
2. Os itens 01,02,04 e 05 deverão ser retirados em nosso Britador, na Rodovia Municipal 100,nº 3983, em Corredeiras, Campo Alegre-SC.

Validade: 60 dias
Prazo de Pagamento: 30 dias

Campo Alegre- SC, 30 de Setembro de 2021.

Atenciosamente
EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA.

017

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: EXTRACAO DE AREIA FUNDAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 79.390.530/0001-43
Certidão nº: 32173398/2021
Expedição: 06/10/2021, às 16:22:31
Validade: 03/04/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **EXTRACAO DE AREIA FUNDAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **79.390.530/0001-43, NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

Voltar | Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 79.390.530/0001-43
Razão Social: EXTRACAO DE AREIA FUNDAO LTDA
Endereço: LOC CORREDEIRAS SN / CORREDEIRAS / CAMPO ALEGRE / SC / 89294-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 23/09/2021 a 22/10/2021

Certificação Número: 2021092302060466192920

Informação obtida em 06/10/2021 16:21:10

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

item 01. 020

Relatório de Cotação: cotação rápida 678

Pesquisa realizada entre 05/10/2021 15:55:22 e 05/10/2021 15:56:06

Relatório gerado no dia 05/10/2021 15:56:52 (IP: 177.125.221.98)

Em conformidade com a Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021.

Método Matemático Aplicado: Média Aritmética dos preços obtidos - Preço calculado com base na média aritmética de todos os preços selecionados pelo usuário para aquele determinado Item.

Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021, no Artigo 3º, "A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá: INC V-Método matemático aplicado para a definição do valor estimado."

Item 1: saibro

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO ESTIMADO CALCULADO	TOTAL
3 / 15	1	R$ 30,90 (un)	-	R$ 30,90	R$ 30,90

Preço Compras Governamentais	Órgão Público	Identificação	Data Licitação	Preço
1	GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ | Prefeitura do Município de Araucária	NºPregão:872021 UASG:925532	28/09/2021	R$ 34,10
2	GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ | Prefeitura do Município de Araucária	NºPregão:872021 UASG:925532	28/09/2021	R$ 29,50
3	MUNICIPIO DE RIO NEGRO	NºPregão:542021 UASG:987823	05/07/2021	R$ 29,10
Valor Unitário				R$ 30,90

Média dos Preços Obtidos: R$ 30,90

Valor Global: R$ 30,90

Detalhamento dos Itens

Item 1: saibro

Preço Estimado: R$ 30,90 (un) | Percentual: - | Preço Estimado Calculado: R$ 30,90 | Média dos Preços Obtidos: R$ 30,90

Quantidade	Descrição	Observação
1 Unidade	saibro britado 4 a, material a retirar carregado no caminhão, em um raio não superior a 25 km, da sub prefeitura, no lageado dos vieiras (obs.: a unidade de medida é metro cúbico)	

Preço (Compras Governamentais) 1: Mediana das Propostas Finais — R$ 34,10

Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021

Órgão: GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
Prefeitura do Município de Araucária
Objeto: Aquisição de saibro, pedra brita graduada e brita 4A..
Descrição: Saibro - Saibro, saibro
CatMat: 16411 - SAIBRO , SAIBRO NOME

Data: 28/09/2021 09:00
Modalidade: Pregão Eletrônico
SRP: SIM
Identificação: NºPregão:872021 / UASG:925532
Lote/Item: /1
Ata: Link Ata
Fonte: www.comprasgovernamentais.gov.br
Quantidade: 33.750
Unidade: Unidade
UF: PR

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
82.618.810/0001-70 * VENCEDOR *	MINERACAO BATEIAS LTDA	R$ 28,95
00.418.923/0001-68	MELRITO MINERACAO - EIRELI	R$ 29,17
95.376.935/0001-83	SAIBREIRA SANT'ANA LTDA	R$ 29,19
11.535.641/0001-67	CTG MINERIOS LTDA	R$ 34,10
22.594.271/0001-55	MATERIAL DE CONSTRUCAO MORRO REDONDO LTDA	R$ 35,88
04.228.570/0001-94	AVP EXTRACAO E COMERCIO DE AREIA LTDA	R$ 35,88
12.438.193/0001-46	M R W TRANSPORTES EIRELI	R$ 35,88

Preço (Compras Governamentais) 2: Mediana das Propostas Finais R$ 29,50

Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021

Órgão: GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
Prefeitura do Município de Araucária
Objeto: Aquisição de saibro, pedra brita graduada e brita 4A..
Descrição: Saibro - Saibro, saibro - item exclusivo ME/EPP e MEI
CatMat: 16411 - SAIBRO , SAIBRO NOME

Data: 28/09/2021 09:00
Modalidade: Pregão Eletrônico
SRP: SIM
Identificação: NºPregão:872021 / UASG:925532
Lote/Item: /8
Ata: Link Ata
Fonte: www.comprasgovernamentais.gov.br
Quantidade: 11.250
Unidade: Unidade
UF: PR

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
12.438.193/0001-46 * VENCEDOR *	M R W TRANSPORTES EIRELI	R$ 28,95
00.418.923/0001-68	MELRITO MINERACAO - EIRELI	R$ 29,14
82.618.810/0001-70	MINERACAO BATEIAS LTDA	R$ 29,30
11.535.641/0001-67	CTG MINERIOS LTDA	R$ 29,50
95.376.935/0001-83	SAIBREIRA SANT'ANA LTDA	R$ 34,84
22.594.271/0001-55	MATERIAL DE CONSTRUCAO MORRO REDONDO LTDA	R$ 35,88
04.228.570/0001-94	AVP EXTRACAO E COMERCIO DE AREIA LTDA	R$ 35,88

Preço (Compras Governamentais) 3: Mediana das Propostas Finais R$ 29,10

Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021

Órgão: MUNICIPIO DE RIO NEGRO
Objeto: Aquisição de Cascalho e Saibro Britado 4A.

Data: 05/07/2021 08:30
Modalidade: Pregão Eletrônico
SRP: SIM

Descrição: Saibro - SAIBRO BRITADO 4 A. Material a retirar carregado no caminhão, em um raio não superior a 25 km, da Sub Prefeitura, no Lageado dos Vieiras (Obs.: A unidade de medida é metro cúbico)

CatMat: 16411 - SAIBRO , SAIBRO NOME

Identificação: NºPregão:542021 / UASG:987823
Lote/Item: /14
Ata: Link Ata
Adjudicação: 21/07/2021 10:28
Fonte: www.comprasgovernamentais.gov.br
Quantidade: 1.500
Unidade: Unidade
UF: PR

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
09.382.935/0001-54 * VENCEDOR *	TEREZINHA KUPICKI SIMOES	R$ 29,10

item 02

023

CERTIFICADO AUTENTICIDADE

Relatório de Cotação: cotação rápida 680

Pesquisa realizada entre 05/10/2021 16:02:56 e 05/10/2021 16:03:38

Relatório gerado no dia 05/10/2021 16:04:32 (IP: 177.125.221.98)

Em conformidade com a Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021.

Método Matemático Aplicado: Média Aritmética dos preços obtidos - Preço calculado com base na média aritmética de todos os preços selecionados pelo usuário para aquele determinado Item.

Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021, no Artigo 3º, "A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá: INC V-Método matemático aplicado para a definição do valor estimado."

Item 1: brita

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO ESTIMADO CALCULADO	TOTAL
3 / 18	1	R$ 31,17 (un)	-	R$ 31,17	R$ 31,17

Preço Compras Governamentais	Órgão Público	Identificação	Data Licitação	Preço
1	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO PR	NºPregão:562021 UASG:980842	08/09/2021	R$ 38,40
2	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO PR	NºPregão:562021 UASG:980842	08/09/2021	R$ 39,95
3	Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais	NºPregão:472021 UASG:987885	15/04/2021	R$ 15,15
Valor Unitário				R$ 31,17

Média dos Preços Obtidos: R$ 31,17

Valor Global: R$ 31,17

Detalhamento dos Itens

Item 1: brita

Preço Estimado: R$ 31,17 (un) | Percentual: - | Preço Estimado Calculado: R$ 31,17 | Média dos Preços Obtidos: R$ 31,17

Quantidade	Descrição	Observação
1 Unidade	pedra brita 4a	

Preço (Compras Governamentais) 1: Mediana das Propostas Finais — R$ 38,40

Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO PR — Data: 08/09/2021 09:00

Relatório gerado no dia 05/10/2021 16:04:32 (IP: 177.125.221.98)
Código Validação: JXIk08783RmxSDIOCgsdM2tCJKUvssJOOvRI3s19g9qKITkx0JnnY3TbNja2b3EF
http://www.bancodeprecos.com.br/CertificadoAutenticidade?token=JXIk08783RmxSDIOCgsdM2tCJKUvssJOOvRI3s19g9qKITkx0JnnY3TbNja2b3EF

Objeto: Formação de registro de preços para futura e eventual aquisição de pedra brita graduada, pedra brita 4A e rachão, de acordo com as condições e especificações constantes do edital, inclusive seus anexos, notadamente o anexo I, que veicula o Termo de Referência.
Descrição: Brita - Pedra Brita 4A
CatMat: 16365 - PEDRA BRITADA

Modalidade: Pregão Eletrônico -
SRP: SIM
Identificação: NºPregão:562021 / UASG:980842
Lote/Item: /5
Ata: Link Ata
Fonte: www.comprasgovernamentais.gov.br
Quantidade: 2.250
Unidade: Tonelada
UF: PR

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
22.594.271/0001-55 * VENCEDOR *	MATERIAL DE CONSTRUCAO MORRO REDONDO LTDA	R$ 32,40
77.070.639/0001-78	PEDREIRAS BOSCARDIN LTDA	R$ 32,99
10.214.233/0001-40	MINERACAO BERNAMARTI LTDA	R$ 38,40
76.485.408/0001-62	PEDREIRA SAO JORGE LTDA	R$ 40,90
11.515.451/0001-88	PEDREIRA MANDIRITUBA LTDA	R$ 46,33

Preço (Compras Governamentais) 2: Mediana das Propostas Finais — R$ 39,95

Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO PR
Objeto: Formação de registro de preços para futura e eventual aquisição de pedra brita graduada, pedra brita 4A e rachão, de acordo com as condições e especificações constantes do edital, inclusive seus anexos, notadamente o anexo I, que veicula o Termo de Referência.
Descrição: Brita - Pedra Brita 4A
CatMat: 16365 - PEDRA BRITADA

Data: 08/09/2021 09:00
Modalidade: Pregão Eletrônico
SRP: SIM
Identificação: NºPregão:562021 / UASG:980842
Lote/Item: /6
Ata: Link Ata
Fonte: www.comprasgovernamentais.gov.br
Quantidade: 2.250
Unidade: Tonelada
UF: PR

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
22.594.271/0001-55 * VENCEDOR *	MATERIAL DE CONSTRUCAO MORRO REDONDO LTDA	R$ 38,00
10.214.233/0001-40	MINERACAO BERNAMARTI LTDA	R$ 38,30
76.485.408/0001-62	PEDREIRA SAO JORGE LTDA	R$ 39,95
77.070.639/0001-78	PEDREIRAS BOSCARDIN LTDA	R$ 40,94
11.515.451/0001-88	PEDREIRA MANDIRITUBA LTDA	R$ 44,85

Preço (Compras Governamentais) 3: Mediana das Propostas Finais — R$ 15,15

Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021

Órgão: Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para fornecimento e transporte parcelado de pedra brita 4A e pedra brita graduada, necessários para a manutenção do sistema viário municipal..
Descrição: BRITA - Pedra Brita 4A. Conforme item 7.2.1 do edital, o descritivo do item a ser considerado deverá ser apenas o do Edital ANEXO I.
CatMat: 16365 - PEDRA BRITADA

Data: 15/04/2021 09:01
Modalidade: Pregão Eletrônico
SRP: SIM
Identificação: NºPregão:472021 / UASG:987885
Lote/Item: 1/1
Ata: Link Ata
Adjudicação: 20/04/2021 10:57
Homologação: 05/05/2021 10:20

Fonte: www.comprasgovernamentais.gov.br
Quantidade: 18.750
Unidade: Tonelada
UF: PR

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
95.376.935/0001-83	SAIBREIRA SANT'ANA LTDA	R$ 14,98
80.272.750/0001-51	DEMETRIO ROCHA & CIA LTDA	R$ 15,00
22.594.271/0001-55	MATERIAL DE CONSTRUCAO MORRO REDONDO LTDA	R$ 15,00
11.535.641/0001-67 * VENCEDOR *	CTG MINERIOS LTDA	R$ 15,00
33.650.515/0001-96	MARCOS BONATO CONSTRUCAO E PAVIMENTACAO EIRELI	R$ 15,30
11.515.451/0001-88	PEDREIRA MANDIRITUBA LTDA	R$ 22,30
77.070.639/0001-78	PEDREIRAS BOSCARDIN LTDA	R$ 22,40
07.896.039/0001-88	FAZENDA CONSTRUCOES E TERRAPLENAGEM LTDA	R$ 23,49

item 04 - 026

CERTIFICADO AUTENTICIDADE

Relatório de Cotação: cotação rápida 681

Pesquisa realizada entre 05/10/2021 16:37:16 e 05/10/2021 16:37:02

Relatório gerado no dia 05/10/2021 16:37:36 (IP: 177.125.221.98)

Em conformidade com a Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021.

Método Matemático Aplicado: Média Aritmética dos preços obtidos - Preço calculado com base na média aritmética de todos os preços selecionados pelo usuário para aquele determinado Item.

Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021, no Artigo 3º, "A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá: INC V-Método matemático aplicado para a definição do valor estimado."

Item 1: brita

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO ESTIMADO CALCULADO	TOTAL
2 / 8	1	R$ 36,38 (un)		R$ 36,38	R$ 36,38

Preço Compras Governamentais	Órgão Público	Identificação	Data Licitação	Preço
1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA/RS	NºPregão:942021 UASG:988841	15/09/2021	R$ 37,00
2	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIPÁ/PR	NºPregão:122021 UASG:985487	23/03/2021	R$ 35,75
Valor Unitário				R$ 36,38

Média dos Preços Obtidos: R$ 36,38

Valor Global: R$ 36,38

Detalhamento dos Itens

Item 1: brita

Preço Estimado: R$ 36,38 (un) | Percentual: - | Preço Estimado Calculado: R$ 36,38 | Média dos Preços Obtidos: R$ 36,38

Quantidade	Descrição	Observação
1 Unidade	rachaozinho	

Preço (Compras Governamentais) 1: Mediana das Propostas Finais — R$ 37,00

Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA/RS
Objeto: RP - Material de Construção.
Descrição: Brita - RACHAOZINHO
Data: 15/09/2021 08:30
Modalidade: Pregão Eletrônico
SRP: SIM

CatMat: 16365 - PEDRA BRITADA

Identificação: NºPregão:942021 / UASG:98[illegible]
Lote/Item: /42
Ata: Link Ata
Fonte: www.comprasgovernamentais.gov.br
Quantidade: 7.900
Unidade: Tonelada
UF: RS

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
88.089.941/0001-94 * VENCEDOR *	BRITA PINHAL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	R$ 33,25
90.128.240/0001-69	COTREL - TERRAPLENAGEM E PAVIMENTACOES EIRELI	R$ 34,00
90.063.470/0007-82	CONPASUL CONSTRUCAO E SERVICOS LTDA	R$ 37,00
06.173.474/0001-11	PORTOSAN CONSTRUCOES LTDA	R$ 43,69
00.093.197/0001-50	DELLA PASQUA ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA	R$ 43,69

Preço (Compras Governamentais) 2: Mediana das Propostas Finais — R$ 35,7[illegible]

Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIPÁ/PR
Objeto: Aquisição de Pedra Brita 01, Pedra Brita 02, Pedra Rachãozinho, Pedrisco, Pó de Pedra, Areia Média, Cascalho, Pedra Rachão, Pedra Bica Corrida, Pedra Brita Graduada, C.B.U.Q e Emulsão Asfáltica RR-1 C, para uso na manutenção das atividades das Secretarias do Município de Maripá/PR..
Descrição: BRITA - Pedra Rachãozinho - (Diâmetro entre 25 a 50mm)
CatMat: 16365 - PEDRA BRITADA

Data: 23/03/2021 09:03
Modalidade: Pregão Eletrônico
SRP: SIM
Identificação: NºPregão:122021 / UASG:985487
Lote/Item: /3
Ata: Link Ata
Adjudicação: 23/03/2021 14:46
Homologação: 15/04/2021 10:07
Fonte: www.comprasgovernamentais.gov.br
Quantidade: 2.000
Unidade: Tonelada
UF: PR

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
15.089.604/0001-23 * VENCEDOR *	MINERACAO DRISNER LTDA	R$ 30,50
78.930.435/0001-22	MINERPAL COMERCIO DE MATERIAIS E PAVIMENTACAO EIRELI	R$ 35,7[illegible]
35.875.067/0001-54	GMF SERVICOS E MATERIAIS DE CONSTRUCOES LTDA	R$ 120,00

Prefeitura Municipal de Piên - 2021

Classificação por Fornecedor

Pregão 41/2021

Equiplano

Item	Produto/Serviço	UN.	Quantidade	Status	Marca	Modelo	Preço Unitário	Preço Total	Sel
Fornecedor: 11779-0 EXTRACAO DE AREIA FUNDAO LTDA - EPP	**CNPJ: 79.390.530/0001-43**	**Telefone:**		**Status:**	**Habilitado**			284.500,00	
Email:									
Representante: 11537-1 MARCOS HEINZ MAAHS									
Lote 001 - Lote 001								284.500,00	
001 22552 PEDRA ARENITO (AREIÃO)		TN	4.000,00	Classificado			28,80	115.200,00	*
003 22554 RACHÃOZINHO		TN	1.000,00	Classificado			36,80	36.800,00	*
005 22556 SAIBRO BRITADO		TN	5.000,00	Classificado			26,50	132.500,00	*
Fornecedor: 8-6 PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA	**CNPJ: 76.378.793/0001-49**	**Telefone: (047)6350225**		**Status:**	**Habilitado**			48.770,00	
Email:									
Representante: 3748-6 NEIMAR MAGUS WIGGERS									
Lote 001 - Lote 001								48.770,00	
002 22553 RACHÃO		TN	1.000,00	Classificado			36,80	36.800,00	*
004 22555 PEDRISCO		TN	300,00	Classificado			39,90	11.970,00	*
				VALOR TOTAL:	333.270,00				

028

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS

				MAAHS		PORTO AREIA FRAGOSOS		BNP					
ITEM	**UNID.**	**QTDE**	**PRODUTO**	**Valor Unitario**	**Valor Total**	**Valor Unitario**	**Valor Total**	**Valor Unitario**	**Valor Total**	**Valor Unitario**	**Valor Total**	**MÉDIA**	**Valor Total**
1	TN	12.000	BAIBRO BRITADO DENSIDADE 1,5	R$ 33,00	R$ 396.000,00	R$ 38,00	R$ 456.000,00	R$ 30,90	R$ 370.800,00	R$ 26,50	R$ 318.000,00	R$ 32,10	R$ 385.200,00
2	TN	5.000	PEDRA 4ª DENSIDADE 1,45	R$ 33,00	R$ 165.000,00	R$ 45,00	R$ 225.000,00	R$ 31,17	R$ 155.850,00	R$ 39,90	R$ 199.500,00	R$ 37,27	R$ 186.337,50
3	TN	5.000	SRENITO BRITADO (AREIÃO)	R$ 37,00	R$ 185.000,00	R$ 40,00	R$ 200.000,00		R$ 0,00	R$ 28,80	R$ 144.000,00	R$ 35,27	R$ 176.333,33
4	TN	4.000	RACHAOZINHO	R$ 33,00	R$ 132.000,00	R$ 45,00	R$ 180.000,00	R$ 36,38	R$ 145.520,00	R$ 36,80	R$ 147.200,00	R$ 37,80	R$ 151.180,00
					R$ 878.000,00		**R$ 1.061.000,00**		**R$ 672.170,00**				**R$ 899.050,83**

029

PROTOCOLO Nº 2734/2021
INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS

( )	Convite		( )	Concorrência
(X)	Pregão Presencial		( )	Concurso
( )	Pregão Eletrônico		( )	Dispensa de Licitação
( )	Tomada de Preços		( )	Inexigibilidade de Licitação

1) OBJETO: Registro de Preços para eventual aquisição de saibro e pedras para manutenção das vias públicas municipais, conforme solicitação da Secretaria de Viação e Serviços Rodoviários.

2) VALOR MÉDIO ESTIMADO: R$ 899.050,83 (Oitocentos e noventa e nove mil, cinquenta reais e oitenta e três centavos).

3) FORMA DE PAGAMENTO: Em até 30 (trinta) dias após emissão de Nota Fiscal.

4) DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Conforme LDO 2021

SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS
Dotação: 05.001.15.452.0005.2009-3390305400

5) RECURSOS ORÇAMENTARIOS

( ) Há disponibilidade
( ) Não há disponibilidade
(X) Quando se tratar de Registro de Preços o Saldo Orçamentário deverá ser consultado no momento da emissão do contrato/Empenho

José Luiz de Barros
Contador CRC/PR 049922/O-8
Matrícula 35076-1

6) RECURSOS FINANCEIROS

( ) Há previsão de recursos financeiros e será incluído na Programação de acordo com a disponibilidade
( ) Não há previsão recursos financeiros

7) Declaramos que a análise da regularidade orçamentária e legal foi feita pelo órgão solicitante, de acordo com as informações constantes no processo e epígrafe, em conformidade com o que dispõe os Arts. 16 e 17 da LC 101/00.

06/10/2021

Claudemir José de Andrade
Secretário Municipal de Administração e Finanças
Decreto 02/2021

Art. 1º Ficam nomeados os servidores públicos municipais, abaixo relacionados, para a composição como membros efetivos, por período não superior a 01 (um) ano, da Comissão Permanente de Licitações:
I – Presidente: Marcos Aurélio Melenek, com matrícula de n. 4765240;
II – Secretário: Bernadete Maguerovski, com matrícula de n. 105401;
III – Membro: Samir Chambela Rocha, com matrícula n. 4765226;

Art. 2º Fica designado o servidor público municipal, abaixo relacionado, para a composição, como suplente, por período não superior a 01 (um) ano, da Comissão Permanente de Licitações:

I – Presidente, Secretario ou Membro: Eduardo Duarte Scheivaraski, com matrícula n. 4765289;

Art. 3º Para realização da sessão de julgamento todos os membros da Comissão Permanente de Licitações deverão estar presentes.
§ 1º Na ausência não superior a 15 (quinze) dias úteis e consecutivos de qualquer um dos membros efetivos, o suplente o substituirá automaticamente até que a situação se normalize.
§ 2º Constatado a ausência do membro efetivo por período superior ao prazo do parágrafo anterior, caberá a autoridade superior, por ato oficial, determinar a substituição do membro efetivo por seu suplente, a qual poderá ser provisória ou permanente.
§ 3º No mesmo ato de substituição a autoridade superior designará, do quadro de servidores públicos municipais, novo suplente, o qual será destituído automaticamente com o retorno do membro efetivo.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor nesta data.
Art. 5º Ficam revogadas as disposições ao contrario desta.

Piên, 06 de Maio de 2021.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito de Piên

Publicado por:
Luciana Lubke
Código Identificador:08F4129A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 496/2021. DE 06 DE MAIO 2021.

PORTARIA Nº 496/2021. DE 06 DE MAIO 2021.

Designa servidor público para função de Pregoeiro e designa servidores públicos para comporem a Equipe de Apoio do Pregoeiro, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE PIÊN**, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais e constitucionais, que lhe são conferidas, e em conformidade com o Lei Federal n.º 10520, suas alterações,
RESOLVE:
Art. 1º Designar os servidores: **Marcos Aurélio Melenek**, inscrito na matrícula n.º 4765240, para exercer a função de Pregoeiro, na forma e interesse da Administração Pública Municipal e **Eduardo Duarte Scheivaraski**, inscrito na matrícula nº 4765289 como suplente do pregoeiro, para exercer a função na ausência do pregoeiro principal.
Art. 2º Ficam designados os servidores: **Benadete Maguerovski dos Santos**, inscrita na matrícula n.º 105401; **Samir Chambela Rocha**, inscrito na matrícula n. 4765226; **Eduardo Duarte Scheivaraski**, inscrito na matrícula nº 4765289 para comporem a Equipe de Apoio do Pregoeiro, em conformidade com o artigo Art. 2º da Lei Federal n.º 10520, de 17 de julho de 2002 e suas alterações.
Art. 3º O pregoeiro designado por esta portaria é responsável pela condução dos trabalhos e a tomada de decisões relativa aos procedimentos licitatórios na modalidade Pregão Presencial ou Eletrônico a serem realizados no Município de Piên.
§ 1º Para realização do processo na modalidade pregão, deverão atuar juntamente com o pregoeiro no mínimo dois integrantes da equipe de Apoio.
§ 2º Constatado a ausência do Pregoeiro, caberá a um membro da equipe de apoio, suspender o processo através de ato oficial.
Art. 4º Fica delegado à Secretaria de Administração e Finanças a atribuição de assinar todos os editais de pregão quando elaborados para as demandas das Secretarias em geral, e a cada Secretário quando o edital for específico a uma demanda de sua pasta.
Art. 5º Ficam autorizados o Pregoeiro e os membros da equipe de apoio a realizar os procedimentos licitatórios sob a modalidade Pregão nos processos de aquisição de bens e contratação de serviços de interesse do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Piên - PIÊNPREV.
Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 7º Ficam revogadas as disposições ao contrario desta.

Piên, 06 de Maio de 2021.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito de Piên

Publicado por:
Luciana Lubke
Código Identificador:A7248F44

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 474/2021. DE 04 DE MAIO DE 2021

PORTARIA Nº 474/2021. DE 04 DE MAIO DE 2021

Concede licença para tratamento de saúde.

O senhor Claudemir José de Andrade, Secretário de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 002/2021 e considerando o disposto no Art. 108 da Lei Municipal 960/2007 - Estatuto dos Servidores Públicos, e o atestado médico expedido (a) Dr(a) Lucélio Henning Junior ,e retificado pelo Dr João Cesar Linczuk,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde, no período de 14 de abril à 16 de abril de 2021, a servidora pública **Claudia Knopick Lisboa**, portadora da cédula de identidade civil com RG nº 361.816-8/SC, ocupante do cargo público de **Auxiliar Administrativo.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a data do atestado médico apresentado.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 04 de maio de 2021.

CLAUDEMIR JOSÉ DE ANDRADE
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciana Lubke
Código Identificador:D46E09F0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 475/2021. DE 04 DE MAIO DE 2021

PORTARIA Nº 475/2021. DE 04 DE MAIO DE 2021

Concede licença para tratamento de saúde.

O senhor Claudemir José de Andrade, Secretário de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 002/2021 e considerando o disposto no Art. 108 da Lei Municipal 960/2007 - Estatuto dos Servidores Públicos, e o atestado médico expedido (a) Dr(a) Norka Nishihara ,e retificado pelo Dr João Cesar Linczuk,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde, no período de 20 de abril à 23 de abril de 2021, ao servidor público **Alexandre Forteski de Oliveira**, portador da cédula de identidade civil com RG

CONSIDERANDO, o constante do Artigo 76 da Lei Municipal de nº 889/2013 de 26.11.2013;

RESOLVE

Art. 1º. Fica concedida gratificação de difícil acesso para os Servidores Públicos Municipal ocupantes do cargo de Professor e Agente de Serviços Gerais e Alimentação, do Grupo Ocupacional 05 – Magistério, a baixo relacionados:
- Adila Aparecida Severo,
- Aline Maria Tonet
- Danieli Aparecida Campra Cossetin,
- Genice A. Verona Pigoso,
- Jozeane Schwingel,
- Leila Adriane Hein,
- Liani Marguerita Funghetto Dal Bosco,
- Luana da Silva Silveira,
- Maidy Krause,
- Marli Terezinha Antonio,
- Patricia Freider Fernandes,
- Raquel Dallacorte Gonchoroski,
- Regiane Aparecida Carminatti,
- Tatiane Alves de Oliuveira,
- Valderi Francisco de Souza,

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor com data retroativa de 01.03.2021, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 11 de maio de 2021.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliane Salapata dos Santos
Código Identificador:5ACE4B81

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO 42/2021

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PIÊN, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, HOMOLOGA o **Pregão Presencial nº 42/2021**, o qual tem como objeto a "Registro de Preços para aquisição de produtos de gênero alimentício referente aos itens desertos do PP 003/2021, em atendimento as Secretarias Municipais", e ADJUDICA os itens do objeto conforme relatório em anexo em favor das seguintes empresas:

DG RUDNICK LTDA - ME inscrita no CNPJ nº **10.816.474/0001-60**, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$. 12.667,70 (Doze mil, seiscentos e sessenta e sete reais e setenta centavos).

O processo atendeu a legislação pertinente em toda sua tramitação, conforme Parecer da Procuradoria Geral do Município em anexo ao processo.

Piên/PR, 11 de maio de 2021.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carina Daniela Alves da Silva
Código Identificador:2CCBBD63

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 128 DE 11 DE MAIO DE 2021.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

MAICON GROSSKOPF, Prefeito de Piên, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 66, item IX, da Lei Orgânica Municipal e conforme o disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias Nº 1388, de 26 de novembro de 2020 e Lei Orçamentária Anual Nº 1389 de 26 de Novembro de 2020.
DECRETA

Art. 1º O Poder Executivo abre um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, no valor de, **R$ 100.000,00** (cem mil reais)conforme descrito abaixo::

11.SECRETARIA DE SAÚDE
11.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0014.2030 – MANUTENÇÃO DA SAÚDE
33.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
3823 01024 Auxílio Financeiro para ações de Saúde Assistência Social para covid.....R$ 20.000,00

11.SECRETARIA DE SAÚDE
11.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0014.2030 – MANUTENÇÃO DA SAÚDE
33.90.34.00.00 – OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS TERCEIRIZAÇÃO
3851 01019 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde – covid.....R$ 80.000,00

TOTAL GERAL .....R$ 100.000,00

Art. 2º Servirá de Recursos para a cobertura do crédito que trata o artigo anterior, na forma do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17.03.64, o superávit do exercício anterior, conforme fontes abaixo:

FONTE	DESCRIÇÃO	VALOR
1019	BLOCO DE CUSTEIO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE – COVID	80.000,00
1024	AUXÍLIO FINANCEIRO PARA AÇÕES DE SAÚDE ASSISTENCIA SOCIAL PARA ENFRENTAMENTO À COVID	20.000,00

TOTAL GERAL .....R$ 100.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 11 de Maio 2021.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito

Publique-se e registre-se.

CLAUDEMIR JOSÉ DE ANDRADE
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
José Luiz de Barros
Código Identificador:14CC72E1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 495/2021. DE 06 DE MAIO 2021.

PORTARIA Nº 495/2021. DE 06 DE MAIO 2021.

Nomeia Servidores Públicos Municipais para a Comissão Permanente de Licitações.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIÊN, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais e constitucionais, que lhe são conferidas, em conformidade com a Lei n. 8.666 de 21 de julho de 1993,

RESOLVE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN
ESTADO DO PARANÁ

PREGÃO PRESENCIAL N° 102/2021

PROCESSO N° 2742/2021

TIPO: MENOR PREÇO – POR ITEM

OBJETO: **Registro de Preços para eventual aquisição de saibro e pedras para manutenção das vias públicas municipais, conforme especificações e quantidades estimadas constantes do ANEXO I.**

REPARTIÇÃO INTERESSADA: **Secretaria de Viação e Serviços Rodoviários.**

LEGISLAÇÃO: Leis Federais nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002, Lei Complementar Federal n° 123/2006 (alterada pela Lei Complementar n° 147/2014), Lei Complementar Municipal nº 1/2015 (Regulamentada pelo Decreto Municipal nº 176/2016), Decretos Municipais nº 002/2006 e n° 153/2011.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: **Até ás 09:29 horas do dia 26 de outubro de 2021.**

ABERTURA, JULGAMENTO DAS PROPOSTAS, E INICIO DE DISPUTAS DE PREÇOS: **às 09:30 horas do dia 26 de outubro de 2021**

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO: Prefeitura Municipal de Piên, situada na Rua Amazonas, nº 373, Centro – Piên/PR.

O edital completo estará à disposição dos interessados do dia **08 a 26 de outubro de 2021** no Departamento de Licitações e Compras e no portal eletrônico da Prefeitura de Piên.

Piên/PR, 07 de outubro de 2021.

HELIO CLEMENTE
SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS

SUMÁRIO

1. PREÂMBULO: 3
2. OBJETO: 3
3. TIPO DO PREGÃO: 3
4. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3
5. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO: 4
6. APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES DE PROPOSTA DE PREÇOS (Nº 01) E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (Nº 02): 5
7. CONTEÚDO DA PROPOSTA DE PREÇOS (ENVELOPE Nº 01): 6
8. CONTEÚDO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº 02): 7
8.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA: 7
8.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA: 8
8.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA: 10
8.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA: 10
8.5. DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR: 11
9. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME: 12
10. CONSULTA, DIVULGAÇÃO E ENTREGA DO EDITAL: 12
11. ESCLARECIMENTOS AO EDITAL: 13
12. PROVIDÊNCIAS/IMPUGNAÇÃO AO EDITAL: 13
13. CREDENCIAMENTO: 14
14. ABERTURA DOS ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS (Nº 01): 15
15. EXAME E CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR DAS PROPOSTAS DE PREÇOS: 15
16. DESCLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS: 16
17. DEFINIÇÃO DAS PROPONENTES PARA OFERECIMENTO DE LANCES VERBAIS: 16
18. OFERECIMENTO/INEXISTÊNCIA DE LANCES VERBAIS: 17
19. DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO: 19
20. RECURSO ADMINISTRATIVO: 20
21. ADJUDICAÇÃO: 21
22. HOMOLOGAÇÃO: 21
23. DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO: 21
24. CONTRATAÇÃO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 21
25. CUMPRIMENTO COM OS ITENS OBJETOS DO PREGÃO: 23
26. PRAZO E LOCAL DA ENTREGA DOS ITENS: 24
27. PAGAMENTO: 24
28. DISPENSA DE GARANTIA: 24
29. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: 25
30. DISPOSIÇÕES GERAIS: 25
31. DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS 27
32. DAS JUSTIFICATIVAS: 28
32.1. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO 28
32.2. JUSTIFICATIVA PELA ESCOLHA DA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL 28
33. RELAÇÃO DE ANEXOS 30

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN
ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 102/2021

PROCESSO Nº 2742/2021

1. PREÂMBULO:

1.1. O Município de Piên, Estado do Paraná, **TORNA PÚBLICO** que fará realizar licitação, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, conforme descrito neste Edital e seus Anexos, com base nas Leis Federais nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002, Lei Complementar Federal nº 123/2006 (alterada pela Lei Complementar nº 147/2014), Lei Complementar Municipal nº 1/2015 (Regulamentada pelo Decreto Municipal nº 176/2016), Decretos Municipais nº 002/2006 e nº 153/2011.

1.2. O PREGÃO será conduzido pelo PREGOEIRO, auxiliado pela EQUIPE DE APOIO, designados pela Portaria nº 496/2021 e alterações.

1.3. O PREGÃO será realizado no dia **26 de outubro de 2021,** com início às **9:30 horas**, na Rua Amazonas, nº 373 – Centro, Piên/PR, quando deverão ser apresentados, no início, os documentos para credenciamento, a declaração de que a proponente cumpre os requisitos de habilitação (conforme ANEXO V), e os envelopes de proposta de preços (envelope 01) e de documentos de habilitação (envelope 02), seguindo-se em ato contínuo seu processamento.

2. OBJETO:

O objeto deste Pregão é o Registro de Preços para eventual aquisição de saibro e pedras para a manutenção das vias públicas municipais.

3. TIPO DO PREGÃO:

Este PREGÃO PRESENCIAL é do tipo **MENOR PREÇO – POR ITEM.**

4. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes da presente licitação onerarão os seguintes recursos orçamentários:

SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS
Dotação: ***05.001.15.452.0005.2009-3390305400***

5. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

5.1. Poderão participar deste PREGÃO pessoas jurídicas do ramo de atividade pertinente ao objeto da licitação, que apresentem condições de explorar o objeto desta licitação e que atendam a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, estabelecidas neste Edital e seus ANEXOS.

5.2. É vedada a participação de empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas.

5.3. A comprovação de que o licitante possui condições de fornecer o objeto será feita por ocasião do julgamento de habilitação, através dos seguintes documentos: *Classificação Nacional de Atividades Econômicas* – CNAE (cartão CNPJ), contrato social, atestado de capacidade técnica, ou ainda por outro meio de documento que comprove que o licitante já forneceu o objeto para outros clientes.

5.4. Não será admitida a participação, direta ou indiretamente, na licitação:
a) de servidores ou dirigentes de órgão do Município de Piên ou de pessoas jurídicas cujos sócios sejam servidores ou dirigentes de órgão do Município de Piên;
b) de empresas estrangeiras que não funcionem no País;
c) de interessados que se encontrem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução e liquidação, de consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;
d) de empresas com participação societária entre si e empresas do mesmo grupo econômico de direito e/ou de fato, exceto para propostas para itens ou lotes distintos;
e) de empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado (quando for o caso);
f) também estão abrangidos pela proibição aqueles que tenham sido punidos com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, e ainda, aqueles declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, a ser verificado no momento do credenciamento dos interessados;

5.5. No caso de constar Certidão Positiva em relação aos débitos junto à Fazenda Municipal de Piên/PR e se tratando o licitante de Micro ou Pequena Empresa, sagrando-se vencedor do certame, esta fará jus ao prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentar a Certidão Negativa de Débitos ou a Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos, em atendimento ao disposto no art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN
ESTADO DO PARANÁ

6. APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES DE PROPOSTA DE PREÇOS (Nº 01) E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (Nº 02):

6.1. Os envelopes, respectivamente PROPOSTA DE PREÇOS (Envelope nº 01) e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (Envelope nº 02) deverão ser apresentados, fechados e indevassáveis, contendo cada um deles, em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres

(RAZÃO SOCIAL E ENDEREÇO DA PROPONENTE)
PREGÃO PRESENCIAL Nº 102/2021
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN
ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA DE PREÇOS
DATA: ...../...../2021

(RAZÃO SOCIAL E ENDEREÇO DA PROPONENTE)
PREGÃO PRESENCIAL Nº 102/2021
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN
ENVELOPE Nº 02 – HABILITAÇÃO
DATA: ...../...../2021

6.2. Os documentos constantes do ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA DE PREÇOS deverão ser apresentados em **01 (uma) via**, redigida com clareza, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem rasuras ou entrelinhas que prejudiquem a sua análise, numeradas, sendo a proposta datada e assinada na última folha e rubricada nas demais pelo representante legal ou pelo Procurador, juntando-se, neste caso, a Procuração.

6.2.1. A apresentação dos documentos integrantes do ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA DE PREÇOS obedecerá também aos comandos contemplados nos subitens 6.3, 6.3.1, 6.3.1.1, 6.3.1.2, 6.3.1.3 e 6.3.2.

6.2.2. A proponente somente poderá apresentar uma única PROPOSTA DE PREÇOS.

6.3. Os documentos de habilitação (ENVELOPE Nº 02) e os documentos para credenciamento poderão ser apresentados por cópias simples, ou por cópias autenticadas por cartório competente, ou por meio de publicação em órgão da imprensa oficial, ou em original, quando expedida via Internet.

6.3.1. A aceitação de documentação por cópia simples ficará condicionada à apresentação do original ao PREGOEIRO, por ocasião da abertura do ENVELOPE Nº 02 e do credenciamento para devida autenticação.

6.3.1.1. Para fim da previsão contida no subitem 6.3.1, o documento original a ser apresentado não poderá integrar o envelope.

6.3.1.2. Os documentos expedidos via Internet e, inclusive aqueles outros apresentados, terão, sempre que necessário, suas autenticidades/validades comprovadas por parte do PREGOEIRO.

6.3.1.3. O PREGOEIRO não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo a indisponibilidade referida, e não tendo sido apresentados os documentos preconizados, inclusive quanto à forma exigida, a proponente será inabilitada caso não porte a comprovação da informação de que se trata.

6.3.2. Os documentos apresentados por qualquer proponente, se expressos em língua estrangeira, deverão ser autenticados por autoridade brasileira no país de origem e traduzidos para o português por tradutor público juramentado.

6.4. Os licitantes que não possam se fazer presentes na sessão de abertura dos envelopes de habilitação e de proposta de preços, poderão enviar seus envelopes via correios ou transportadoras, devendo garantir que os mesmos cheguem até o Departamento de Licitações e Compras até a data marcada para a abertura dos envelopes, respeitado o horário previsto no item 1.3.

6.4.1. **Endereço para envio dos envelopes:** Rua Amazonas, nº 373, Centro, CEP 83860-000, Piên/PR, aos cuidados de Sr. Marcos Aurelio Melenek - Departamento de Licitações e Compras.

7. CONTEÚDO DA PROPOSTA DE PREÇOS (ENVELOPE Nº 01):

7.1. A PROPOSTA DE PREÇOS deverá:

a) apresentar o número do processo licitatório – PREGÃO;

b) apresentar a razão social da proponente, CNPJ, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), se houver, para contato;

c) apresentar a descrição detalhada do objeto do PREGÃO, em conformidade com as especificações contidas no ANEXO I; a descrição referida deve ser firme e precisa, sem alternativa de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado por ITEM;

d) apresentar o prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias corridos a contar da data de sua apresentação, sendo que a omissão do prazo de validade na proposta de preços da licitante importará no cumprimento da validade mínima de 60 (sessenta) dias;

e) apresentar preço unitário e total por ITEM, expresso em moeda corrente nacional, em

algarismo, fixo, com duas casas decimais (Ex.: R$ 1,12) e irreajustável apurado à data da apresentação da proposta, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária; em caso de divergência entre os valores unitários e totais, serão considerados os primeiros;

f) incluir nos preços propostos, além do lucro, todos os custos diretos e indiretos relativos ao cumprimento integral do objeto do PREGÃO, envolvendo, entre outras despesas, **frete,** tributos de qualquer natureza, encargos sociais e comerciais, etc., garantindo-se este durante toda a vigência da Ata de Registro De Preços, exceto quanto aos preços nas hipóteses de desequilíbrio econômico-financeiro previsto na legislação incidental;

g) No caso de Micro ou Pequena Empresa ou Microempreendedor Individual conter declaração expressa de que a proponente se enquadra no regime tributário de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (ME/EPP), desde que atenda aos preceitos do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006;

h) Indicar e-mail para envio da Nota de Empenho e demais informações pertinentes ao processo, além de conter declaração que se responsabiliza pela comunicação feita pelo e-mail indicado. (A ausência desta declaração não gera desclassificação da proposta).

i) Conter declaração expressa que a empresa tem conhecimento e está de acordo com todas as condições estabelecidas no edital, sendo que a omissão desta informação importará na aceitação automática das condições editalícias.

7.2. É facultado à proponente cotar todos ou quaisquer itens integrantes do objeto do PREGÃO, não sendo admitido, todavia, cotação inferior à quantidade prevista em cada lote.

7.3. Além das especificações da proposta contidas nesse item, o licitante deverá atentar-se as orientações do Termo de Referência no ANEXO I deste edital.

8. CONTÉÚDO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº 02):

8.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

8.1.1. Os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO pertinentes ao ramo do objeto do PREGÃO são os seguintes(observar disposições do item 6.3 e subitens deste edital):

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado (Caso essedocumento já tenha sido entregue no credenciamento fica dispensada sua entrega novamente);

b) Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ (Cartão de Identificação), com prazo de emissão não superior a 60 (sessenta) dias, contados retroativamente da data de abertura da licitação;

c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamentono País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

a) Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;
b) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
c) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (queabrange inclusive as contribuições sociais);
d) Certidão Negativa de Débitos de Tributos Estaduais;
e) Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais de sua sede;
f) Comprovante de que a empresa se enquadra em regime de tributação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

8.2.1. Para as empresas **optantes** do Sistema Simples de Tributação através do comprovante extraído do site da Secretaria da Receita Federal, através de Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado ou declaração prestada para a Junta Comercial do Estado, atestando a condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

8.2.2. Para empresas **não optantes** do Sistema Simples de Tributação, através de Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado ou declaração prestada para a Junta Comercial do Estado.

8.2.3. Todas as certidões exigidas deverão ser expedidas pela sede do domicílio da licitante.

8.2.3. Havendo licitante que possua matriz e filiais, toda documentação deverá ser apresentada para empresa que estiver apresentando a proposta, ou seja, se a proposta for da matriz, toda documentação deverá referir-se à matriz e se for a filial toda documentação deverá referir-se à filial.

8.2.4. Não serão aceitos protocolos de solicitação de certidões ou de quaisquer outros documentos em substituição daqueles exigidos no presente Edital e seus Anexos.

8.2.5. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

8.2.6. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado às mesmas o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período,

a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.2.7. A regularização de documentos relativos à regularidade fiscal que possam ser obtidos sem custos via internet, item 8.2 poderão ser impressos durante a própria sessão pública pelo Pregoeiro nos *sites* oficiais dos órgãos responsáveis pela emissão dos mesmos e juntados ao processo, sanando-se, imediatamente a pendência. No que pertine a providência prevista no item 8.2 adverte-se que o Pregoeiro não se responsabilizará por eventual indisponibilidade de acesso aos sítios oficiais dos emitentes de certidões de regularidade fiscal, cabendo aos interessados, neste caso, buscarem a comprovação da regularização no prazo legal.

8.2.8. Para certidões emitidas que não especifiquem seu prazo de validade, será considerado o prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir de suas respectivas emissões, devendo estar válidas na data de abertura dos envelopes dos documentos de habilitação.

8.2.9. A falta ou irregularidade de qualquer dos documentos mencionados acarretará a inabilitação do concorrente.

8.2.10. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura da Ata de Registro de Preços, conforme os preceitos do art. 42 e 43, § 1º e 2º da Lei Complementar nº. 123/2006, porém, as microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida em edital para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que apresenta alguma restrição.

> Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006: Estatuto de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte: "Art. 43. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição. "
>
> § 1º Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

§ 2º A não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º deste artigo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da Ata de Registro de Preços, ou revogar a licitação.

8.2.11. Destaca-se que não serão aceitas certidões com prazo de validade vencido.

8.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

8.3.1. Certidão Negativa de Recuperação Judicial e Falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em vigor, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias da abertura do certame;

8.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) Comprovação através de Atestado(s) ou Certidão(ões) de Capacidade Técnica, no mínimo, por 01 (um) órgão público ou privado, de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação;

a.1) O atestado fornecido por órgão privado deverá conter reconhecimento de firma da assinatura do responsável;

a.2) O(s) Atestado(s) poderão ter sua autenticidade comprovada conforme Art. 43, § 3°, da Lei Federal 8.666/93.

8.4.1. Não será aceita solicitação de substituição de documento àquele exigido no presente EDITAL e seus ANEXOS.

8.5. DOCUMENTAÇÃO ESPECÍFICA:

a) A unidade produtora deverá apresentar o Certificado de Registro e Regularidade, vigente, junto à entidade profissional competente, incluindo a apresentação de seu (s) responsável (is) técnico (s).

b) Cadastro Técnico Federal – Certificado de Regularidade emitido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA (da unidade produtora), conforme estabelece a Resolução CONAMA nº. 237/1997 e Lei Federal 6.938/1981.

c) Comprovação de que o fornecedor dos agregados possui / tem disponibilizada balança rodoviária / serviço de pesagem com capacidade compatível a pesagem de agregados minerais, devendo o equipamento de pesagem possuir Certificado de verificação vigente,

realizado e emitido por Órgão Delegados do INMETRO, em atendimento a portaria INMETRO nº. 163/2005.

d) Licença de Operação para Extração Mineral de Areia, original ou cópia autenticada, emitida por órgão ambiental competente, dentro da validade, com informações de registros junto ao DNPM (Departamento de Produção Mineral). A licença deverá estar em nome da empresa participante, no caso de empresa não mineradora e não produtora de matérias pétreas é obrigatório a apresentação dos documentos da empresa que fará a extração do material.

d.1) Caso a empresa licitante não seja mineradora deverá apresentar Contrato de Compromisso de entrega do material com empresa mineradora legalmente autorizada, podendo ser substituído mediante a apresentação de novo contrato nos mesmos moldes do anterior; compromisso este acompanhado dos documentos da alínea "a" anterior, relativos à fornecedora

e) No caso do fornecedor estar em processo de revalidação da verificação metrológica deverá ser apresentado o Certificado de Verificação anterior e a cópia do requerimento junto ao IPEM-PR.

8.6. DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:

8.6.1. Declaração, nos moldes do ANEXO III deste edital, sob as penas da Lei, que:

a) não mantém em seu quadro de pessoal, menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho, ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

b) nenhum dos sócios da proponente é servidor ou dirigente de órgão do Município de Piên;

c) não está suspensa temporariamente de participar em licitação ou impedida de contratarcom a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, emqualquer e suas esferas;

d) se até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

9. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME:

9.1. O certame será conduzido pelo Pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

a) responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
b) abrir as propostas de preços;
c) analisar a aceitabilidade das propostas;
d) desclassificar propostas indicando os motivos;
e) conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
f) verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
g) declarar o vencedor;
h) receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
i) elaborar a ata da sessão com o auxílio eletrônico;
j) encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;
k) abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.

10. CONSULTA, DIVULGAÇÃO E ENTREGA DO EDITAL:

10.1. O EDITAL poderá ser consultado por qualquer interessado no Departamento de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Piên, com sede à Rua Amazonas, nº 373, Centro, durante o expediente normal do órgão licitante, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 16:30 horas, até a data marcada para recebimento dos documentos e dos ENVELOPES Nº 01 E Nº 02.

10.2. O aviso do EDITAL será publicado no Diário Oficial do Município, no site www.diariomunicipal.com.br/amp também no site oficial do Município de Piên, endereço www.pien.pr.gov.br.

10.3. O EDITAL será entregue a qualquer interessado até o dia da sessão, no horário e local especificado no subitem 10.1.

10.3.1. A disponibilização deste edital poderá ser solicitada também através do e-mail licitacoes@pien.pr.gov.br.

10.4. As possíveis alterações do edital deverão ser consultadas pelo interessado no site www.pien.pr.gov.br, sendo de inteira responsabilidade do interessado o acompanhamento do mesmo, não cabendo a esta Prefeitura informar prévia ou posteriormente qualquer proponente quanto às suas atualizações.

11. ESCLARECIMENTOS AO EDITAL:

11.1. É facultada a qualquer interessado a apresentação de pedido de esclarecimentos sobre o ato convocatório do PREGÃO e seus anexos, podendo até mesmo envolver a solicitação de cópias da legislação disciplinadora do procedimento, cujo custo da reprodução gráfica será cobrado, observado, para tanto, o prazo de até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas.

11.1.1. A pretensão referida no subitem 11.1 pode ser formalizada por meio de requerimento endereçado à autoridade subscritora do EDITAL, devidamente protocolado no endereço e horário constantes do subitem 9.1. Também será aceito pedido de esclarecimentos encaminhado por meio do *e-mail* licitacoes@pien.pr.gov.br, cujos documentos originais correspondentes deverão ser entregues no prazo indicado também no subitem 11.1.

11.1.2. As dúvidas a serem equacionadas por telefone serão somente aquelas de caráter estritamente informal.

11.1.3. Os esclarecimentos deverão ser prestados no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar do recebimento da solicitação por parte da autoridade subscritora do edital, passando a integrar os autos do PREGÃO, dando-se ciência às demais licitantes.

12. PROVIDÊNCIAS/IMPUGNAÇÃO AO EDITAL:

12.1. É facultada a qualquer interessado a apresentação de pedido de providências ou de impugnação ao ato convocatório do PREGÃO e seus anexos, observado, para tanto, o prazo de até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas.

12.1.1. As medidas referidas no subitem 12.1 poderão ser formalizadas por meio de requerimento endereçado à autoridade subscritora do EDITAL, devidamente protocolado no endereço e horário constantes do subitem 10.1. Também será aceito pedido de providências ou de impugnação encaminhado por meio do *e-mail* licitacoes@pien.pr.gov.br, cujos documentos originais deverão ser entregues no prazo indicado também no subitem 12.1.

12.1.2. A decisão sobre o pedido de providências ou de impugnação será proferida pela autoridade subscritora do ato convocatório do PREGÃO. Além de comportar divulgação, deverá também ser juntada aos autos do PREGÃO.

12.1.3. O acolhimento do pedido de providências ou de impugnação exige, desde que implique em modificação do ato convocatório do PREGÃO, além da alteração decorrente, divulgação pela

mesma forma que se deu o texto original e designação de nova data para a realização do certame.

13. CREDENCIAMENTO:

13.1. Aberta a fase para CREDENCIAMENTO dos eventuais participantes do PREGÃO, consoante previsão estabelecida no subitem 13.2 deste EDITAL, o representante da proponente entregará ao PREGOEIRO documento que o credencie para participar do aludido procedimento conforme estabelece o item 6.3. e subitem 6.3.1, respondendo por sua autenticidade e legitimidade.

13.2. O credenciamento far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes específicos para, além de representar a proponente em todas as etapas/fases do PREGÃO, formular verbalmente lances ou ofertas na etapa de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na etapa de lances, negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão e **atas de registro de preços**, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo PREGOEIRO, enfim, praticar os demais atos pertinentes ao certame, podendo para tanto utilizar o modelo constante do ANEXO IV.

13.2.1. **Quando se tratar de titular da empresa licitante:** apresentar cédula de identidade ou outro documento de identificação oficial, acompanhado de registro comercial no caso de empresa individual, contrato social ou estatuto em vigor, no caso de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, dos documentos de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; e ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, no caso de sociedades cooperativas (sendo que em tais documentos devem constar expressos poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura).

13.2.2. **Quando se tratar de representante designado pela empresa licitante:** deverá apresentar instrumento público ou particular de procuração ou ainda carta de credenciamento (conforme modelo do ANEXO IV), datada e assinada pelo Diretor ou Representante Legal da Empresa com poderes para se manifestar em nome da empresa licitante em qualquer fase da licitação, acompanhado de documento de identificação oficial e do registro comercial, no caso de empresa individual; contrato social ou estatuto em vigor no caso de sociedades comerciais e no caso de sociedades por ações, acompanhado, neste último, de documentos de eleição de

seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; e ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, no caso de sociedades cooperativas.

13.3. A documentação apresentada para fins de credenciamento (procuração pública ou particular ou contrato/estatuto social e cópia do documento de identificação do sócio ou representante) será anexada aos autos do processo, não sendo permitida a sua devolução.

13.4. **É admitido somente um representante por proponente.**

13.5. Não será admitido o credenciamento de uma única pessoa para representar mais de uma proponente, exceto nos casos em que se tratar de licitação por ITENS, em que comprovadamente as proponentes estejam apresentando propostas para ITENS distintos.

13.5.1. A comprovação a que se refere o item anterior será feita durante a avaliação das propostas.

13.5.2. Caso duas ou mais proponentes tenham nomeado o mesmo representante legal para o credenciamento do pregão e se verifique que estas formularam proposta para os mesmos itens ou ITENS o representante designado pelas proponentes deverá optar por continuar no certame representando apenas uma delas, não acarretando a desclassificação das demais.

13.6. A ausência da documentação relativa ao credenciamento ou sua apresentação em desconformidade com as exigências previstas não impossibilitará a participação da proponente neste PREGÃO, mas impedirá que a mesma tenha possibilidade de formular lances verbais.

14. ABERTURA DOS ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS (Nº 01):

14.1. Compete ao PREGOEIRO proceder à abertura dos ENVELOPES DE PROPOSTA DE PREÇOS (Nº 01), conservando intactos os ENVELOPES DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (Nº 02) e sob sua guarda.

15. EXAME E CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR DAS PROPOSTAS DE PREÇOS:

15.1. O PREGOEIRO examinará as PROPOSTAS DE PREÇOS sempre levando em conta as exigências fixadas nos itens 6, 7 e 8.

15.1.1. O exame envolvendo o objeto ofertado implicará na constatação da conformidade do mesmo com as especificações estabelecidas no Edital e seus Anexos, para atendimento das necessidades do órgão licitante.

15.2. Definidas as PROPOSTAS DE PREÇOS que atendam às exigências acima, envolvendo o objeto e o valor, o PREGOEIRO elaborará a classificação preliminar das mesmas, sempre em obediência ao critério do **menor preço POR ITEM.**

16. DESCLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS:

16.1. Será desclassificada a PROPOSTA DE PREÇOS que:

a) deixar de atender quaisquer das exigências preconizadas para a correspondente apresentação, inclusive quanto à especificação de itens;

b) apresentar rasuras ou entrelinhas que prejudiquem sua análise;

c) oferecer vantagem não prevista neste EDITAL, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, ou ainda vantagem baseada nas ofertas das demais proponentes;

d) apresentar ITEM com preço superior ao máximo estimado pela Administração.

17. DEFINIÇÃO DAS PROPONENTES PARA OFERECIMENTO DE LANCES VERBAIS:

17.1. Para efeito de OFERECIMENTO DE LANCES VERBAIS, O PREGOEIRO selecionará, sempre com base na classificação provisória, a proponente que tenha apresentado a proposta de menor preço e todas aquelas que tenham oferecido propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) àquela de menor preço.

17.1.1. Não havendo, pelo menos, 03 (três) propostas em conformidade com a previsão estabelecida no subitem 17.1, o PREGOEIRO selecionará, sempre com base na classificação provisória, a melhor proposta e as duas propostas imediatamente superiores, quando houver, para que suas proponentes participem dos lances quaisquer que tenham sido os preços oferecidos nas propostas, observada a previsão estampada no subitem 17.1.2.

17.1.2. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, observar-se-ão, também para efeito da definição das proponentes que poderão oferecer lances, as seguintes regras:

a) proposta de menor preço e todas as outras cujos valores sejam superiores até 10% (dez por cento) àquela de menor preço, devendo existir, nesta situação, no mínimo, 03 (três) propostas válidas para a etapa de lances, conforme previsto no subitem 17.1; ou

b) todas as propostas coincidentes com um dos 03 (três) menores valores ofertados, se houver.

17.1.3. Na hipótese da ocorrência das previsões relacionadas no subitem 17.1.2, letras "a" e "b", para efeito do estabelecimento da ordem da classificação provisória das proponentes empatadas, a correspondente definição será levada a efeito por meio de sorteio, cabe à vencedora do sorteio definir o momento em que oferecerá oferta/lance.

17.1.4. Havendo uma única proponente ou tão somente uma proposta válida, o PREGOEIRO poderá decidir, justificadamente, pela suspensão do PREGÃO, inclusive para melhor avaliação das regras editalícia, das limitações de mercado, envolvendo quaisquer outros aspectos pertinentes e o próprio preço cotado, ou pela repetição do PREGÃO ou, ainda, dar prosseguimento ao PREGÃO, condicionado, em todas as hipóteses, à inexistência de prejuízos ao órgão licitante.

18. OFERECIMENTO/INEXISTÊNCIA DE LANCES VERBAIS:

18.1. Definidos os aspectos pertinentes às proponentes que poderão oferecer ofertas/lances verbais, dar-se-á início ao oferecimento destes, os quais deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes.

18.1.1. Somente serão aceitos lances verbais que sejam inferiores ao valor da menor proposta escrita ou do último menor lance verbal oferecido.

18.2. O PREGOEIRO convidará individualmente as proponentes classificadas para oferecimento de lances verbais, de forma sequencial, a partir da proponente da proposta de maior preço e as demais em ordem decrescente de valor, sendo que a proponente da proposta de menor preço será a última a oferecer lance verbal.

18.3. Quando convocado pelo PREGOEIRO, a desistência da proponente de apresentar lance verbal implicará na exclusão da etapa de lances verbais, ficando sua última proposta registrada para a classificação final.

18.4. A etapa de oferecimento de lances verbais terá prosseguimento enquanto houver disponibilidade para tanto por parte das proponentes.

18.5. O encerramento da etapa de oferecimento de lances verbais ocorrerá quando todas as proponentes declinarem da correspondente formulação.

18.6. Declarada encerrada a etapa de oferecimento de lances e classificadas as propostas na ordem crescente de valor, incluindo aquelas que declinaram do oferecimento de lance, sempre

com base no último preço/lance apresentado, o PREGOEIRO examinará a aceitabilidade do valor daquela de menor preço, ou seja, da primeira classificada, decidindo motivadamente a respeito.

18.7. É facultado ao PREGOEIRO negociar com a proponente de menor preço, para que seja obtido preço melhor.

18.8. Na hipótese de não realização de lances verbais, o PREGOEIRO verificará a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.

18.9. Ocorrendo a previsão delineada anteriormente, e depois do exame da aceitabilidade do objeto e do preço, também é facultado o PREGOEIRO negociar com a proponente da proposta de menor preço, para que seja obtido preço melhor.

18.10. O PREGOEIRO deverá comparar os preços apresentados com os atuais praticados no mercado ou até mesmo propostos em licitações anteriores, utilizando-se da pesquisa realizada, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento, e/ou de todos os meios possíveis para a correspondente verificação.

18.11. O PREGOEIRO poderá solicitar a demonstração da exequibilidade dos preços propostos após o término da fase competitiva de ofício ou em eventual questionamento feito por terceiro, concedendo um prazo máximo de 03 (três) dias úteis para que o proponente de menor preço apresente informações acerca dos custos (planilhas e demonstrativos) em que incorrerá para o atendimento do objeto do PREGÃO, suficientes para justificar a proposta escrita de menor preço ou o lance verbal de menor preço que apresentar.

18.12. A não apresentação dos elementos referidos no subitem anterior ou a apresentação de elementos insuficientes para justificar a proposta escrita de menor preço ou o lance verbal de menor preço acarretará a desclassificação do proponente.

18.13. Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO da sua proponente, facultando-lhe o saneamento de falha formal relativa à documentação na própria sessão.

18.14. Para efeito do saneamento a que se refere o subitem 18.13 a correção da falha formal poderá ser desencadeada durante a realização da própria sessão pública, com a apresentação, encaminhamento e/ou substituição de documento, ou com a verificação desenvolvida por meio eletrônico, ou, ainda, por qualquer outro método que venha a produzir o efeito indispensável.

18.15. Constatado o atendimento das exigências habilitatórias previstas no EDITAL, a proponente será declarada vencedora.

18.16. Se a oferta não for aceitável ou se a proponente desatender às exigências habilitatórias, O PREGOEIRO examinará a oferta subsequente de menor preço, decidindo sobre sua aceitabilidade quanto ao preço, no caso de oferecimento de lances, ou quanto ao objeto e preço, na hipótese de não realização de lances verbais, observadas as previsões estampadas nos subitens antecedentes.

18.17. Sendo a proposta aceitável, o PREGOEIRO verificará as condições de habilitação da proponente, e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cuja proponente atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarada vencedora, observando-se igualmente as previsões estampadas nos subitens anteriores.

19. DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO:

19.1. Encerrada a etapa de lances da sessão pública, o Pregoeiro efetuará consulta aos cadastros descritos no item 8 e seus subitens a fim de comprovar a regularidade de situação do autor da proposta.

19.2. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

19.4. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

19.4.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado às mesmas o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

19.4.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da Ata de Registro de Preços, ou revogar a licitação.

19.5. Todas as certidões exigidas deverão ser expedidas pela sede do domicílio da licitante.

19.6. Havendo licitante que possua matriz e filiais, toda documentação deverá ser apresentada para empresa que estiver apresentando a proposta, ou seja, se a proposta for da matriz, toda documentação deverá referir-se à matriz e se for a filial, toda documentação deverá referir-se à filial.

19.7. Não serão aceitos protocolos de solicitação de certidões ou de quaisquer outros documentos em substituição daqueles exigidos no presente Edital e seus Anexos.

19.8. A falta ou irregularidade de qualquer dos documentos mencionados acarretará a inabilitação do concorrente.

19.10. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

20. RECURSO ADMINISTRATIVO:

20.1. Por ocasião do final da sessão, a proponente que participou do PREGÃO ou que tenha sido impedida de fazê-lo, se presente à sessão, deverá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer.

20.2. Havendo intenção de interposição de recurso contra qualquer etapa/fase/procedimento do PREGÃO, a proponente interessada deverá manifestar-se imediata e motivadamente a respeito, procedendo-se, inclusive, o registro das razões em ata, juntando memorial no prazo de 03 (três) dias, a contar da ocorrência.

20.3. As demais proponentes ficam, desde logo, intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do RECORRENTE.

20.4. Após a apresentação das contrarrazões ou do decurso do prazo estabelecido para tanto, o PREGOEIRO examinará o recurso, podendo reformar sua decisão ou encaminhá-lo, devidamente informados, à autoridade competente para decisão.

20.5. Os autos do PREGÃO permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço e horários previstos no subitem 10.1 deste EDITAL.

20.6. O recurso terá efeito suspensivo, sendo que seu acolhimento importará na invalidação dos

atos insuscetíveis de aproveitamento.

21. ADJUDICAÇÃO:

21.1. A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, por parte da proponente, importará na decadência do direito de recurso, competindo ao PREGOEIRO adjudicar o objeto do certame à(s) proponente(s) vencedora(s).

21.2. Existindo recurso e constatada a regularidade dos atos praticados e após a decisão do mesmo, a autoridade competente deve praticar o ato de adjudicação do objeto do certame à(s) proponente(s) vencedora(s).

22. HOMOLOGAÇÃO:

22.1. Compete à autoridade competente homologar o PREGÃO.

22.2. A partir do ato de homologação será(ão) convocada(s) a(s) proponente(s) adjudicatária(s) para assinar a Ata de Registro de Preços, respeitada a validade de sua proposta.

23. DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO:

23.1. O resultado final do PREGÃO será comunicado às proponentes e publicado no site www.diariomunicipal.com.br/amp também no site oficial do Município de Piên, endereço www.pien.pr.gov.br.

24. CONTRATAÇÃO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

24.1. Os itens objeto deste PREGÃO serão registrados em Ata de Registro de Preços e contratados consoante às regras próprias do Sistema.

24.2. A proponente adjudicatária deverá comparecer para assinatura da Ata de Registro de Preços no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da convocação expedida pelo Departamento de Licitações e Compras sito à Rua Amazonas, nº 373, Centro – Piên/PR.

24.2.1. Não sendo assinada a Ata de Registro de Preços, poderá o órgão licitante convocar as outras proponentes classificadas, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002 e no Decreto Municipal nº 153/2011, observada a ampla defesa e o contraditório.

24.3. A convocação referida pode ser formalizada por qualquer meio de comunicação que comprove a data do correspondente recebimento, inclusive por e-mail.

24.4. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado, aceito pela Licitante. Não havendo decisão, a assinatura da Ata de Registro de Preços deverá ser formalizada até o 5º (quinto) dia útil, contado da data de convocação.

24.5. Para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Licitante poderá verificar, por meio da Internet, a regularidade da Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (que abrange inclusive as contribuições sociais), o Certificado de Regularidade do FGTS – CRF e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

24.6. Também para assinatura da Ata de Registro de Preços e para a aquisição dela decorrente ou para retirada da Nota de Empenho, a proponente adjudicatária deverá indicar o representante legal ou procurador constituído para tanto, acompanhado dos documentos correspondentes.

24.7. A recusa injustificada de assinar a Ata de Registro de Preços ou os contratos ou aceitar/retirar o instrumento equivalente dela decorrente, observado o prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida por parte da proponente adjudicatária, sujeitando-se às sanções previstas no item 28 e subitens.

24.8. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, respeitadas as disposições contidas no art. 65 da Lei Federal 8.666, de 1993.

24.8.1. O preço registrado poderá ser revisto em razão de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

24.8.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

24.8.2.1. Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado;

24.8.2.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;

24.8.2.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

24.8.3. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder manter o compromisso assumido, o órgão gerenciador poderá:

24.8.3.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e;

24.8.3.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

24.8.4. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis e necessárias para obtenção da contratação mais vantajosa para a Administração.

24.9. A Ata de Registro de Preços terá vigência **de 12 meses**, a contar da data de sua publicação.

25. CUMPRIMENTO COM OS ITENS OBJETOS DO PREGÃO:

25.1. Os itens objetos deste PREGÃO serão apresentados nos exatos termos levados a efeito durante a vigência da Ata de Registro de Preços, firmado pagamento através de Nota de Empenho, sem qualquer despesa adicional não constante da proposta apresentada na data da licitação.

25.2. Os itens efetivamente solicitados serão analisados e acompanhados pelo servidor designado Fiscal da Ata de Registro de Preços, o qual apurará a compatibilidade dos itens com as especificações pactuadas na presente licitação, envolvendo a qualidade e a quantidade, resultando na aceitação definitiva, caso estejam de acordo com o pactuado, ou, na convocação do fornecedor para ADEQUAR os itens.

25.2.1. Para a providência de que trata o item anterior, a Administração poderá fazê-lo a qualquer momento enquanto se vigorar a Ata de Registro de Preços.

25.3. Em caso de não cumprimento parcial ou total de algum item estabelecido no presente objeto deste PREGÃO, fica a Detentora da Ata de Registro de Preços obrigada a ADEQUÁ-LO no prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados da notificação a ser expedida pelo Município, ou imediatamente, conforme a urgência do caso, sob pena de incidência nas sanções capituladas no item 2928 e subitens deste Edital.

25.4. O fornecimento definitivo não exclui a responsabilidade da proponente adjudicatária, nos termos das prescrições legais, podendo levar ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, na própria Ata de Registro de Preços, bem como nos contratos dela decorrentes.

26. PRAZO E LOCAL DA ENTREGA DOS ITENS:

26.1. O objeto deste PREGÃO passará a vigorar de acordo com o estabelecido pela Secretaria responsável pela Ata de Registro de Preços, a partir da consolidação do mesmo, no horários, itinerários e frequência estabelecidos no ANEXO I do presente edital.

27. PAGAMENTO:

27.1. O pagamento será feito por crédito em conta bancária da licitante vencedora ou via boleto bancário até o 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente ao mês qual o serviço se referencia, ou a contar prazo de 30 (trinta) dias do recebimento da Nota Fiscal/fatura, estando sempre condicionado ao aceite e ateste da Secretaria solicitante.

27.1.1. Se o término do prazo para pagamento ocorrer em dia sem expediente no órgão licitante, o pagamento deverá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.

27.2. O Município de Piên reserva-se o direito de não atestar a Nota Fiscal para pagamento se os bens/serviços fornecidos não estiverem em conformidade com as exigências apresentadas em Edital.

27.3. A Nota Fiscal deverá ser apresentada sem rasuras, em letra bem legível, em nome do Município de Piên, CNPJ nº. 76.002.666/0001-40, indicando o número de conta corrente para pagamento, o nome do Banco e a respectiva Agência, e, ainda, os materiais/serviços fornecidos.

27.4. Em caso de atraso de pagamento em relação ao prazo de 30 (trinta) dias contados da apresentação da nota fiscal/fatura junto a secretaria, o valor da nota fiscal poderá ser atualizado monetariamente INPC, entre a data em que deveria ter sido adimplida a obrigação e efetivo pagamento (conforme art. 40, XIV, "c" Lei Federal 8.666/1993).

28. DISPENSA DE GARANTIA:

28.1. Não será exigida a prestação de garantia, para a contratação decorrente deste PREGÃO.

29. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

29.1. Todas as sanções aplicáveis que cingem este processo estão referidas no ANEXO VII.

30. DISPOSIÇÕES GERAIS:

30.1. O presente Edital se submete integralmente ao disposto nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006 e ao art. 34, § 1º, III da Lei Complementar Municipal nº 1/2015 (Regulamentada pelo Decreto Municipal nº 176/2016), estabelecendo-se, para o presente certame a licitação exclusiva para participação de microempresas e empresas de pequeno porte.

30.2. As normas disciplinadoras deste PREGÃO serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, observada a igualdade de oportunidades entre as proponentes, sem comprometimento do interesse público, da finalidade e da segurança do Contrato / Ata de Registro de Preços e dos futuros contratos dela decorrentes.

30.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste PREGÃO, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

30.3.1. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de expediente no órgão ou na entidade.

30.3.2. Não havendo expediente no órgão licitante ou ocorrendo qualquer ato/fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário e local estabelecidos neste EDITAL, desde que não haja comunicação do PREGOEIRO em sentido contrário.

30.4. A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público superveniente, devendo invalidá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, sem que caiba direito a qualquer indenização.

30.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais deixará de importar no afastamento da proponente, desde que possíveis à exata compreensão de sua proposta e a aferição da sua qualificação, durante a realização da sessão pública do PREGÃO.

30.6. A proponente assume o custo para a preparação e apresentação de sua proposta, sendo que o órgão licitante não se responsabilizará, em qualquer hipótese, por esta despesa, independentemente da condução ou do resultado do PREGÃO.

30.7. A apresentação da proposta de preços implicará na aceitação, por parte da proponente, das condições previstas neste Edital e seus Anexos, **inclusive quanto a não obrigatoriedade da promoção das contratações derivadas do sistema de Registro de Preços.**

30.8. A proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos colacionados em qualquer fase do PREGÃO.

30.9. A proponente Detentora da Ata de Registro de Preços ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor de cada contrato ou outro instrumento hábil derivado da Ata de Registro de Preços, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes, que poderão ultrapassar o limite indicado.

30.9.1. As supressões e/ou acréscimos referenciados serão considerados formalizados mediante aditamento contratual.

30.10. A proponente se obriga a manter, durante todo o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços/Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

30.11. A assinatura da Ata de Registro de Preços **não implicará em direito exclusivo à contratação.**

30.12. Este Edital e seus Anexos, bem como as propostas das proponentes beneficiárias, farão parte integrante da Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição.

30.13. Os ENVELOPES Nº 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO das proponentes não convocadas para assinarem a Ata de Registro de Preços deverão ser retirados no endereço apontado no subitem 10.1, depois de formalizada a referida Ata.

30.14. Os casos omissos neste EDITAL DE PREGÃO serão solucionados pelo PREGOEIRO, com base na legislação federal e municipal incidentes, e nos princípios gerais de direito.

30.15. Em conformidade com o disposto no § 3º do art. 48 da Lei nº 8.666/93 quando todos os

licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas, corrigidas as inconformidades.

30.15.1. Ocorrendo a previsão delineada no item anterior na fase de habilitação, a documentação a ser reapresentada deverá ser apenas a documentação em desconformidade com o solicitado no item 8.1 deste Edital.

30.16. A participação na licitação implica na integral e incondicional aceitação de todos os termos, cláusulas e condições deste Edital e de seus anexos, ressalvado o disposto no parágrafo terceiro do art. 41 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

30.17. Será competente o foro da Comarca de Rio Negro, Estado do Paraná, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para solução de questões oriundas deste PREGÃO.

31. DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS:

31.1. O preço do valor registrado não sofrerá qualquer tipo de correção ou reajuste durante a vigência do presente termo.

31.2 O Detentor da Ata de Registro de Preços, em função da dinâmica do mercado, poderá solicitar o EQUILÍBRIO ECONÔMICO dos preços vigentes através de solicitação formal, desde que acompanhado de documentos que comprovem a procedência do pedido. Até a decisão final da Administração Municipal, a qual deverá ser prolatada em até 20 (vinte) dias a contar da entrega completa da documentação comprobatória, o fornecimento do objeto solicitado pela Administração ao Detentor da Ata de Registro de Preços, deverá ocorrer normalmente, pelo preço registrado em vigor.

31.2.1. O Equilíbrio econômico não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época.

31.3. A Contratante poderá, na vigência do Registro de Preços, solicitar a redução dos preços registrados, garantida a prévia defesa do beneficiário do Registro, e de conformidade com os parâmetros de pesquisa de mercado realizada ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado nacional e/ou internacional, sendo que o novo preço

será válido a partir da formalização/atualização da Ata de Registro de Preços.

32. DAS JUSTIFICATIVAS:

32.1. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

Os saibros e as pedras são utilizados para realizar a manutenção das estradas e vias públicas do Município, tendo em vista que os munícipes de Piên se utilizam destas estradas e vias para escoar sua produção, bem como para se deslocar entre as regiões. Assim sendo, é de extrema relevância que seja feita a manutenção constante destas, pois é através delas que a produção rural é transportada, bem como as pessoas se deslocam entre as diversas regiões, dirigindo-se a sede do Município ou até mesmo para outros Municípios. Ademais, o Município de Piên faz divisas com outro estado e, consequentemente, a manutenção destas vias beneficia de uma forma geral a toda população do Município e região. Os saibros e pedras são utilizados em estradas vicinais, melhorias urbanas, calçamentos, rede pluvial, ou seja, a sua utilização é extensa e necessária, assim, a aquisição atende as necessidades do Município em diversos setores, uma vez que não possuímos local próprio para extrair tais minérios.

3.2. JUSTIFICATIVA QUANTO À DISTÂNCIA MÁXIMA

Em obediência ao princípio da economicidade do processo e agilidade na prestação do serviço, delimita-se a distância máxima de 35km entre o domicílio sede da empresa e o município de Piên.

32.2. JUSTIFICATIVA PELA ESCOLHA DA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

Tendo em vista que existem empresas situadas no Município que tem capacidade de fornecer os itens a serem adquiridos e, estas muitas vezes não possuem amplo acesso à Internet, a participação no certame ocorrendo de forma eletrônica poderá diminuir a ampla concorrência na licitação. Ademais, possibilitando uma maior participação do comércio local nas licitações o Município está contribuindo para a fomentação do mesmo. O pregão presencial de nenhuma forma restringe a disputa, pois existe ampla divulgação dos processos licitatórios, sendo elas jornais em sua forma eletrônica, Site da Prefeitura, mural de Licitações e entre outras. A Licitação ocorrendo de forma presencial dará maior agilidade ao processo, pois a habilitação e os possíveis recursos são manifestados no ato do Pregão, não sendo necessários a abertura de prazos como ocorre no processo licitatório de forma eletrônica.

32.3. JUSTIFICATIVA PELA AMPLA CONCORRÊNCIA

Observa-se que a Lei Complementar 123/2006 amplia a participação das microempresas e empresas de pequeno porte nas licitações, mas, não eleva a carência econômica das mesmas acima ao Interesse Público. Dessa forma, é importante seguir os princípios pertinentes ao futuro certame como o da competitividade, da economicidade e da eficiência, buscando-se a proposta mais vantajosa para a administração conforme é vislumbrado no artigo 3º. da Lei n. 8.666/93. Contudo, o artigo 5º do Decreto n. 6.204/2007 não desampara as ME/EPP, concedendo o critério de empate ficto, oportunizando equilíbrio na disputa com as demais empresas: "Nas licitações do tipo menor preço, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte". Os artigos 47 e 48 da Lei Complementar nº. 123/2006 beneficia um tratamento diferenciado para as ME/EPPs nas contratações públicas. É possível verificar que o objetivo dessa concessão possui uma função social, já que busca a promoção do desenvolvimento econômico e social, ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica. Contudo, considerando o inciso III do artigo 49 da referida Lei, quando o tratamento diferenciado e simplificado para as ME/EPPs não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, além das questões de garantia e suporte técnico, inviabiliza-se a exclusividade restritiva somente para esse grupo de licitantes e justifica-se a ampliação da competitividade para o objeto. A maior vantagem apresenta-se quando a Administração assumi o dever de adquirir o objeto menos oneroso e o particular se obrigar a realizar a melhor e o mais completo fornecimento do objeto. Configura-se, portanto, uma relação custo-benefício. A maior vantagem corresponde à situação de menor custo e maior benefício para a Administração. Ademais, uma vez que as empresas que prestam o serviço de extração de pedras não se enquadram na característica de micro ou pequeno empreendedor, devido ao alto custo e demanda, não se justifica ao certame limitar ou disponibilizar quantidades pelo regime de cotas, tornando assim, como única opção cabível a este, a abertura à ampla concorrência.

32.4. DA JUSTIFICATIVA QUANTO À DISTÂNCIA MÁXIMA:

O transporte do saibro será realizado com caminhões da frota municipal, portanto, visando a economia de combustíveis delimitou-se a distância em obediência ao princípio da economicidade, bem como em razão do tempo dispensado para carregamento.

33. RELAÇÃO DE ANEXOS:

33.1. Integram o presente edital os seguintes anexos:

ANEXO I	Termo de Referência
ANEXO II	Modelo de Declaração de enquadramento como Microempresa e/ou EPP
ANEXO III	Modelo de Declarações Gerais
ANEXO IV	Modelo de Procuração para Credenciamento
ANEXO V	Modelo de Declaração de Cumprimento aos Requisitos de Habilitação
ANEXO VI	Modelo de Proposta de preços
ANEXO VII	Minuta da Ata de Registro de Preços

Piên, 07 de outubro de 2021.

HELIO CLEMENTE
SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN
ESTADO DO PARANÁ

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Registro de Preços para eventual aquisição de saibro e pedras graduadas para manutenção das vias públicas municipais, conforme especificações e quantidades estimadas constantes abaixo:

2. ESPECIFICAÇÕES

2.1. As especificações do objeto estão estabelecidas abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTIDE ESTIMADA	MÉDIA UNITÁRIA	MÉDIA TOTAL
1	SAIBRO BRITADO – DENSIDADE 1,50	TN	12000	**R$ 32,10**	**R$ 385.200,00**
2	PEDRA 4ª – DENSIDADE 1,45	TN	5000	**R$ 37,27**	**R$ 186.337,50**
3	ARENITO BRITADO (AREIÃO)	TN	5000	**R$ 35,27**	**R$ 176.333,33**
4	RACHÃOZINHO	TN	4.000	**R$ 37,80**	**R$ 151.180,00**

3. JUSTIFICATIVA

3.1. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO: A prestação de serviços desse requerimento de licitação é de extrema importância para a Secretaria, visto que são utilizados no alargamento de estradas, construção e manutenção de bueiros das estradas rurais e em demais vias municipais. Ressalta-se que a manutenção das estradas e vias públicas do município é de extrema relevância, tendo em vista que os munícipes de Piên se utilizam destas estradas e vias para escoar sua produção, bem como para se deslocar entre as regiões. Assim sendo é de extrema relevância que seja feita a manutenção constante das estradas, pois é através delas que a produção rural é transportada, bem como as pessoas de deslocam entre as diversas regiões, dirigindo-se a sede do Município ou até mesmo para outros Municípios. Ademais, o Município de Piên faz divisas com outro estado e, consequentemente, a manutenção destas vias beneficia de uma forma geral a toda população do Município e região.

3.1.1. As especificações constantes no item e as exigências editalícias são necessárias e imprescindíveis para a obtenção de serviços de qualidade, visando a correta manutenção do Patrimônio Público.

3.2. JUSTIFICATIVA QUANTO À DISTÂNCIA MÁXIMA: Em obediência ao princípio da economicidade do processo e agilidade na prestação do serviço, delimita-se a distância máxima de 20km entre o domicílio sede da empresa e o município de Piên.

3.4. JUSTIFICATIVA PARA REGISTRO DE PREÇOS: Em atenção ao artigo 2º, do Decreto 153/2011, informamos que o quantitativo dos itens requisitados leva em consideração o atendimento das necessidades da Administração, dentro do período de 12 (doze) meses, inclusive o atendimento de situações imprevisíveis. A estimativa dos itens a serem efetuados e sua provável utilização foi baseada

nas quantidades e sendo apenas uma estimativa da real necessidade. E por se tratar de aquisições eventuais, e por não termos a quantidade exata dos itens e nem datas a serem solicitados. Além do objetivo de atender ás demandas deste Município e permitindo um melhor gerenciamento das aquisições, sem prejuízos da economia de escala e da eficiência dos recursos aplicados, justifica-se o Registro de Preços quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes, quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas, quando for conveniente a aquisição de bens para atendimento a mais de um órgão ou entidade ou quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração Pública.

4. LOCAL DE ENTREGA

4.1. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA: O prazo de entrega dos serviços será definindo no ato de contratação dos mesmos, através de emissão de empenho pelo Setor de Compras, através da solicitação da Secretaria de Viação e Serviços Rodoviários da Prefeitura Municipal de Piên.

4.1.1. Não poderá o Detentor da Ata recusar-se a executar os itens solicitados na Nota de Empenho no Município de Piên, mesmo que em pequena quantidade.

5. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

5.1. Os serviços serão recebidos:

* Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

* Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua conseqüente aceitação, que se dará até 05 (cinco) dias do recebimento provisório.

5.1.1. Na hipótese da verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.1.2. No caso de reprovação do objeto, a substituição deverá ocorrer no prazo máximo de 05 (cinco) dias.

6. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

6.1. CLEITON DAS NEVES – Matrícula 4765286.

6.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

6.3. O fiscal da Ata de Registro de Preços anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a sua execução, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A Contratada obriga-se a:

7.1.1. Efetuar a entrega dos serviços nas condições, no prazo e nos locais indicados pela Secretaria de Viação e Serviços Rodoviários, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente o preço e prazo de garantia;

7.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990);

7.1.2.1. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, o serviço com avarias ou defeitos;

7.1.3. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto do presente Termo de Referência;

7.1.4. Comunicar à Administração, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.1.5. Manter, durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.1.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência, Edital ou na minuta da Ata de Registro de Preços;

7.1.7. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução da Ata de Registro de Preços.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. A Contratante obriga-se a:

8.1.1. Receber provisoriamente o serviço, disponibilizando local, data e horário;

8.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

8.1.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

9. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. A disciplina das infrações e sanções administrativas aplicáveis no curso da licitação e da contratação é aquela prevista no Edital.

10. FONTES DE PESQUISA

10.1. LOCAIS ONDE FORAM REALIZADAS AS COTAÇÕES:

- **Extração de Areia Fundão LTDA**
- **Britador Fragosos**
- **Mineração boa vista**

Elaborado em 30 de setembro de 2021.

FISCAL DE CONTRATO

Cleiton Das Neves

Secretaria de Viação e Serviços Rodoviários

Matrícula 4765286

HÉLIO CLEMENTE

Secretário Municipal de Viação e Serviços Rodoviários

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN
ESTADO DO PARANÁ

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

(Este documento deverá estar fora dos Envelopes nº 01 e 02).

Ao Pregoeiro Oficial da PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

D E C L A R A Ç Ã O

....., inscrita no CNPJ/MF sob o nº ....., por intermédio de seu Representante Legal, Sr.(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade n.º....., inscrito no CPF/MF sob o nº....., DECLARA, para fins do disposto no Edital de ..... **nº ...../.....**, sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

OBS: Assinalar com um "X" a condição da empresa.

1. ( ) MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006;

2. ( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006;

3. **( ) MICROEMPREENDOR INDIVIDUAL**, conforme § 1º do artigo 18-A da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006.

DECLARA ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.

.....

(local e data)

.....

(Nome, RG e Assinatura do Representante Legal)

.....

(Nome, RG e Assinatura do Contador Responsável)

Importante:

1) A DECLARAÇÃO de enquadramento como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual, poderá ser objeto de diligência para confirmação da veracidade da mesma e implicará no tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar n.º 123/2006.

2) A DECLARAÇÃO de enquadramento como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual, falsa ou inverídica sujeitará a licitante às penalidades previstas neste Edital, bem como, às demais sanções penais cabíveis.

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Pregão Presencial nº ...../2021

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de Proponente do procedimento licitatório em epígrafe, instaurado por este município, que:

a) não possuímos, em nosso Quadro de Pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em observância à Lei Federal n.º 9854, de 27.10.99, que altera a Lei n.º 8666/93;
b) nenhum de nossos sócios é servidor(a) ou dirigente de órgão do Município de Piên;
c) não estamos suspensos temporariamente de participar em licitação ou impedidos de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
d) não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, em qualquer e suas esferas;
e) até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo e estamos cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, em _____ de _____ de 2021.

_____

(Nome e assinatura do Representante Legal da Empresa Proponente).
(apontado no contrato social ou procuração com poderes específicos).

OBS.: Está declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

ANEXO IV

MODELO DE PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

(Este documento deverá estar fora dos Envelopes nº 01 e 02).

Por este instrumento particular de Procuração, a (Razão Social da Empresa), com sede (endereço completo da matriz), inscrita no CNPJ/MF sob nº ..., Inscrição Estadual sob nº ... e Inscrição Municipal sob nº ....., representada neste ato por seu (qualificação do outorgante), Sr. ..., portador da Cédula de Identidade RG n.º ... e CPF n.º..., nomeia e constitui seu bastante Procurador o Sr. ..., portador da Cédula de Identidade RG nº ... CPF nº..., a quem confere amplos poderes para representar a (Razão Social da Empresa) perante a Prefeitura Municipal de Piên, no que se referir ao PREGÃO N.º 027/2021, com poderes para tomar qualquer decisão durante todas as fases do PREGÃO, inclusive apresentar DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, os envelopes PROPOSTA DE PREÇOS e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO em nome da Outorgante, formular verbalmente lances ou ofertas na etapa de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na etapa de lance, negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão e **atas de registro de preços**, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo PREGOEIRO, enfim, praticar os demais atos pertinentes ao certame, em nome da Outorgante.

A presente Procuração é válida até o dia ....

.....

(Local e data)

.....

Nome e Assinatura do Representante Legal

RECONHECIDO POR VERDADEIRO EM CARTÓRIO.

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO.

(Este documento deverá estar fora dos Envelopes nº 01 e 02).

REF. PREGÃO Nº ... /2021

Sr. Pregoeiro,

Pela presente, declaramos que, nos termos do art. 4º, VII, da Lei nº 10.520/2002, a empresa .....(indicação da razão social) ..... cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o PREGÃO Nº .../2021, cujo objeto é7....

.....
(Local e data)

.....
Nome e Assinatura do Representante Legal

ANEXO VI

(*razão social, CNPJ, endereço, telefone, e-mail*)

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

À Prefeitura Municipal de Piên
Sr. Pregoeiro,

Ref.: Edital de Pregão nº __/2021

Apresentamos e submetemos à apreciação de V. Sª nossa proposta de preços, a preços fixos e sem reajuste, relativa à licitação em epígrafe, cujo objeto é .....

O prazo de validade da proposta de preços é de ***(inserir o prazo de validade)*** (***(inserir o prazo de validade por extenso)***) dias a partir da data limite estabelecida para o recebimento das propostas.

Indicar e-mail para envio da Nota de Empenho e demais informações pertinentes ao processo, além de conter declaração que se responsabiliza pela comunicação feita pelo e-mail indicado.

Declaramos estar de acordo com todas as cláusulas do edital.

Declaramos, ainda, que estamos enquadrados no regime de tributação de microempresa e empresa de pequeno porte, conforme estabelece o artigo 3º da lei complementar nº 123/2006.

Local, __ de ___ de 2021.

(*nome legível, RG nº e assinatura do responsável legal*)

ANEXO VII - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 102/2021

PROTOCOLO 2734/2021

1. Aos ..... dias do mês de ..... de 2021, autorizado pelo **Pregão Presencial nº. 102/2021,** foi expedida a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o disposto nas Leis Federais nº. 8.666/1993 e 10.520/2002, que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre o Município de Piên, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° XXXXXXXXXX, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **Maicon Grosskopf**, portador da Carteira de Identidade RG nº. _____ - SSP-PR e inscrito no CPF/MF sob o nº. _____, neste ato assistido pelo Procurador do Município _____, OAB/PR _____ e em conjunto com o Secretário Municipal ____, inscrito no CPF/MF sob o nº. _____ e o DETENTOR DA ATA ....., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. ....., Inscrição Estadual nº. ....., Inscrição Municipal nº. ....., com endereço à ....., neste ato representado por ....., inscrito no CPF sob nº. .....

1.1. Tendo em vista o resultado da licitação na modalidade **Pregão Presencial nº. 102/2021**, homologado pelo Senhor Prefeito Municipal em XXX de XXXX de 2021, bem como a classificação obtida no certame, realiza-se a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS com o objeto Registro de Preços para eventual aquisição de saibro e pedras para manutenção das vias públicas municipais.**

1.2. Os itens adquiridos seguirão as especificações, quantidades, preços unitários e globais ofertados pelas empresas classificadas no certame, conforme Tabela em anexo de Itens e valores extraídos a partir do sistema Equiplano.

1.3. O valor total da presente Ata correspondente ao preço obtido no certame licitatório, é de R$_____ (_____), no qual se inclui todos os tributos, diretos ou indiretos, sobre a execução do objeto.

1.4. Integra e completa à presente Ata de Registro de Preços, para melhor caracterização dos serviços e resultados, bem como para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas e para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no Edital do **Pregão Presencial nº. 102/2021** e seus anexos, bem como o Termo de Referência, sendo os mesmos considerados suficientes para, em complemento a este contrato, definir sua extensão e, desta forma, reger a execução do objeto contratado, bem como o CONTRATADO assume todas as exigências do Edital retro mencionado

2. O Órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao Detentor da Ata, através da entrega da Autorização de Fornecimento/Serviço ou Nota de Empenho pela qual ocorrerá a despesa, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, inclusive fac-símile, na forma descrita no Edital de **Pregão Presencial nº. 102/2021**.

3. O material deverá retirado pelo Município na jazida da licitante vencedora, sendo de responsabilidade da vencedora a escavação e o carregamento do material.

3.2. A licitante vencedora só deverá carregar os caminhões da contratante mediante a Nota de Empenho, encaminhada através de correio eletrônico ao endereço indicado no ato da sessão pública, devendo a entrega ser confirmada pelo responsável da contratada mediante mensagem eletrônica de retorno.

3.2.1. A Contratada obriga-se a:

a) Efetuar a entrega dos bens nas condições, no prazo e no local indicada pela Divisão solicitante, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal eletrônica constando detalhadamente o preço, as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;

b) Os bens devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

c) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei º 8.078, de11 de setembro de 1990);

d) O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, o produto com avarias ou defeitos;

e) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto do presente Termo de Referência;

f) Comunicar à Administração, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

g) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

h) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência, Edital ou na Ata de registro de Preços;

i) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

3.3. Pedidos em pequena quantidade não caracterizam justificativa para atrasos ou recusa de entrega.

4. Os itens registrados serão recebidos provisoriamente para efeito de simultânea ou posterior verificação, conforme o caso, da compatibilidade com as especificações pactuadas, envolvendo a qualidade, quantidade, testes de aceite, perfeita adequação, resultando no recebimento definitivo que será realizado pelo servidor devidamente designado como fiscal pela Secretaria Solicitante, observado o prazo de até 05 (cinco) dias corridos de sua entrega.

4.1. São designados como fiscais da Ata de Registro de Preços:

SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	Cleiton das Neves

5. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da proponente adjudicatária, nos termos das prescrições legais, podendo levar ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das sanções previstas neste Registro de Preços.

5.1. Em caso de não aceitação do item objeto deste PREGÃO, fica a Detentora da Ata obrigada a retirá-lo e substituí-lo no prazo de 05 (cinco) dias contados da notificação a ser expedida pela Contratante, ou imediatamente, sob pena multa de 2% da autorização de fornecimento, ao dia, até o limite de 10 % (dez por cento) do valor produtos não substituídos, corrigidos ou não complementados, em conformidade com o item 10, II, "c" da presente Ata.

5.2. Em caso de diferença de quantidade, fica a Detentora da Ata obrigada a providenciar sua complementação no prazo de 05 (cinco) dias, contados da notificação a ser expedida pela Contratante, ou imediatamente, sob pena multa de 2% da autorização de fornecimento, ao dia, até o limite de 10 % (dez por cento) do valor produtos não substituídos, corrigidos ou não complementados, em conformidade com o item 10, II, "c" da presente Ata.

6. O pagamento será efetuado conforme a entrega dos produtos, através de depósito bancário, em até 30 (trinta) dias contados da apresentação da nota fiscal/fatura, conforme disponibilidade financeira na fonte de recursos, no protocolo financeiro da Prefeitura, desde que devidamente atestada pela Secretaria solicitante e anexada às provas de regularidade relativa a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União - DAU, abrangendo inclusive as contribuições sociais – INSS, de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, Tributos Municipais e Tributos Estaduais e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. Se o término do prazo para pagamento ocorrer em dia sem expediente no órgão licitante, o pagamento deverá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.

6.2. Em caso de irregularidade na execução do objeto e/ou na documentação fiscal. O prazo de pagamento será contado a partir da(s) correspondente(s) regularização(ões).

6.3. Em caso de atraso de pagamento em relação ao item 6, o valor da nota fiscal poderá ser atualizado monetariamente INPC (Índice Nacional de Preço ao Consumidor), entre a data em que deveria ter sido adimplida a obrigação e o efetivo pagamento (conforme art.40, XIV, "c", Lei Federal 8666/1993).

7. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da publicação do extrato.

7.1. Em razão da vigência por 12 (doze) meses, somente serão deferidos eventuais reajustes de preços:

a) Em razão de alteração significativa de valores de mercado que, comprovadamente, impeçam o fornecedor de continuar o fornecimento sem o reajuste;

b) Mediante pedido escrito e fundamentado por parte do fornecedor;

c) Pelo INPC (Índice Nacional de Preço ao Consumidor), caso tal índice seja suficiente para atualizar os valores para aqueles praticados pelo mercado.

7.1.1. O pedido poderá ser feito pelo fornecedor ou pela Secretaria interessada e o reajuste poderá ser para mais ou para menos, de acordo com os preços praticados no mercado.

8. Esta Ata de Registro de Preços não obriga o Órgão Gerenciador a firmar as contratações com o Detentor da Ata, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurada, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do art. 15, § 4º da Lei Federal nº. 8.666/93.

9. As despesas decorrentes dos pedidos de fornecimento correrão à conta dos códigos a seguir discriminados:

SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS

Dotação: ***05.001.15.452.0005.2009-3390305400***

10. No caso de inexecução total ou parcial, ou ainda, atraso injustificado do objeto desta licitação, sem prejuízos das responsabilidades civis e criminais, ressalvado as situações devidamente justificadas e comprovadas, a critério da Administração Pública, garantia à ampla defesa e o contraditório, serão aplicadas as seguintes penalidades, cumulativamente ou não:

I. Advertência.

a) A advertência será formalizada por meio de documento expedido pelo Município:

II. Multa, nos seguintes termos:

a) Pelo atraso no fornecimento, será aplicada multa de mora de 0,5% (meio por cento) ao dia sobre o valor da Autorização de Fornecimento, até o prazo máximo de 10 (dez) dias. Vencido o prazo da Ata de Registro de Preço poderá ser considerada rescindida, a critério da Administração, ficando sujeita às penalidades previstas nos artigos 86, 87 e 88 da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, assim como as contratuais, tudo sem prejuízo da multa relativa à rescisão, prevista na letra "e" e perdas e danos.

b) Pela recusa em realizar o fornecimento, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das perdas e danos e, se for o caso multa relativa à rescisão, prevista na letra "e" e perdas e danos.

c) Pela demora em substituir o material rejeitado ou corrigir as falhas do produto fornecido ou complementar a quantidade, a contar do quinto dia da notificação da rejeição, aplicar-se-á multa de 2% (dois por cento) do valor do material, por dia decorrido, até o limite de 10 % (dez por cento) do valor dos produtos não substituídos, corrigidos ou não complementados, tudo sem prejuízo da multa relativa à rescisão, prevista na letra "e" e perdas e danos.

d) Pelo não cumprimento de qualquer condição fixada na Lei 8.666/93, e suas alterações, ou no instrumento convocatório ou ainda, na Ata de Registro de Preços, e não abrangida nos incisos anteriores ou subsequentes, aplicar-se-á multa de 1% (um por cento) do valor da Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das multas relativas à rescisão e perdas e danos, prevista na letra "e" e perdas e danos.

e) Pelo descumprimento parcial ou integral do Registro de Preços, que enseje rescisão, multa de 10% (dez por cento) do valor registrado, sem prejuízo de perdas e danos e das demais multas.

III. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preço, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do Art. 4° da Lei 10520/02, pelo prazo de 02 (dois) anos até o máximo 05 (cinco) anos, sem prejuízo de multa de 10 % (dez por cento) do valor da sua proposta atualizada e das demais cominações legais.

IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com esta Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a penalizada ressarcir o Município, pelos prejuízos resultantes e, após, decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior. A Declaração terá sua publicação na Imprensa Oficial, de acordo com a Lei nº. 8.666/93.

10.1. Além do previsto acima, pelos motivos que se seguem, principalmente, a detentora da Ata estará sujeita às penalidades tratadas nos Incisos III e IV do Item 10, cumuladas com multas, tanto moratórias como sancionatórias.

I - pelo descumprimento do prazo de fornecimento;

II - pela recusa em atender alguma solicitação para correção no fornecimento, caracterizada se o atendimento à solicitação não ocorrer no prazo de 05 (cinco) dias, contado da data da rejeição, devidamente notificada.

III - pela não execução do fornecimento de acordo com as especificações e prazos estipulados em Edital e nesta Ata de Registro de Preços.

10.2. Além das penalidades citadas, a Detentora da Ata/Contratada ficará sujeita, ainda, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações.

10.3. As multas estabelecidas podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, ficando o seu total limitado a 20% (vinte por cento) do valor registrado ou da Proposta Atualizada, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.

10.4. Poder-se-á descontar dos pagamentos porventura devidos à detentora da Ata as importâncias alusivas a multas, ou efetuar sua cobrança mediante inscrição em dívida ativa do Município, ou por qualquer outra forma prevista em Lei.

10.5. Qualquer penalidade aplicada deverá ser registrada; tratando-se de penalidade que implique no impedimento de licitar e contratar com o Município, ou de declaração de inidoneidade, será obrigatória a comunicação do ato ao Tribunal de Contas do Estado.

11. O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos artigos 77 e 78 da Lei nº. 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado e aceito pela Administração, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

12. O fornecedor terá seu Registro de Preços cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) presentes razões de interesse público.

e) o cancelamento de Registro de Preços, nas hipóteses acima previstas, assegurados o contraditório e amplo defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

f) o fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado.

g) a comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos no item nesta cláusula, será feita mediante publicação em imprensa oficial do Município.

12.1. O cancelamento de registro, nas hipóteses acima previstas, assegurados o contraditório e ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

12.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

12.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita mediante publicação em imprensa oficial do Município.

13. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o Registro de Preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pelo Edital de **Pregão Presencial nº. 102/2021**.

14. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando todos os seus dispositivos, o edital de **Pregão Presencial nº. 102/2021**, as Autorizações de Fornecimento/Empenho com os termos aditados e a proposta da detentora da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.

15. As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a procedeu, serão dirimidas no Foro de Piên, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná, esgotadas as vias administrativas.

16. Para constar que foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelo Prefeito Municipal de Piên, e pelo representante do Detentor, e duas testemunhas.

Piên, XXX de XXXXX de 2021.

Maicon Grosskopf	**(Razão Social)**
Prefeito Municipal	(Representante)
Órgão Gerenciador	**Detentor da Ata de**
	Registro de Preços
.....	.....
Procurador do Município	Secretário Municipal
OAB n°	Decreto n°

Testemunhas:

Nome: ..... Assinatura: _____

Nome: ..... Assinatura: _____

079

DATA: 07/10/2021

Protocolo n°: 2734/2021 Requerente: Secretaria de Viação e Serviços Rodoviários

Ref.: Registro de Preços para eventual aquisição de saibro e pedras para manutenção das vias públicas municipais, conforme solicitação da Secretaria de Viação e Serviços Rodoviários.

Ao Jurídico,

Para vossa análise e parecer, encaminho o presente Registro de preços.

Samir Chambela Rocha
Departamento de Licitações
e Compras

Protocolo Equiplano: 2742/2021
Assunto: "*Registro de preços para eventual aquisição de saibro e pedras para manutenção das vias públicas municipais (...)*"
Requerente: Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Parecer Jurídico

I – Relatório

Trata-se de consulta jurídica formulada pela Secretaria Municipal de Viação e Serviços Rodoviários para análise do Processo Licitatório na modalidade de **Pregão Presencial,** tipo menor preço por item que tem por objeto o registro de preços para eventual aquisição de saibro e pedras para manutenção das vias públicas municipais.

Tendo por justificativa do Secretário Hélio Clemente, o seguinte:

> *"Os saibros e as pedras graduadas são utilizados para realizar a manutenção das estradas e vias públicas do Município, tendo em vista que os munícipes de Piên se utilizam destas estradas e vias para escoar sua produção, bem como para se deslocar entre as regiões. Assim sendo, é de extrema relevância que seja feita a manutenção constante das estradas, pois é através delas que a produção rural é transportada, bem como as pessoas se deslocam entre as diversas regiões, dirigindo-se a sede do Município ou até mesmo para outros Municípios. Ademais, o Município de Piên faz divisas com outro estado e, consequentemente, a manutenção destas vias beneficia de uma forma geral a toda população do Município. Os saibros e pedras são utilizados em estradas de lavoura, vicinais, melhorias urbanas, calçamentos, rede pluvial, ou seja, a sua utilização é extensa e necessária, assim, a aquisição atende as necessidades do Município em diversos setores, uma vez que não possuímos local próprio para extrair tais minérios."*

O processo veio acompanhado do requerimento do secretário municipal justificando a necessidade da contratação, do termo de referência, da autorização do secretário municipal para a abertura da licitação, mapa comparativo de preços, declaração de existência de dotação orçamentária, minuta do edital e anexos, das cotações de fornecedores habilitados com consulta de certidões dos mesmos, as quais foram fornecidas pela assessoria de licitações e contratos.

II - Passamos a análise jurídica.

As aquisições e contratações da Administração Pública somente podem ocorrer de acordo com os princípios e regras basilares dispostos no art. 37, caput e inciso XXI, da Constituição Federal e na legislação infraconstitucional. Na mesma toada, deve respeitar a Lei nº 8.666/93, que dispõe sobre Licitação e Contratos Administrativos, prevendo em seu art. 22 as principais modalidades de licitação originalmente existentes, dando a cada uma delas particularidades bem definidas.

Sendo de suma importância esclarecer que a Administração Pública dispõe ainda da modalidade Pregão, regida em legislação própria pela Lei nº 10.520/02, sendo cabível quando o objeto do contrato for aquisição de bens ou serviços classificados como "comuns" e que diante destas peculiaridades, o procedimento também deve ser conduzido em perfeita harmonia com o texto constitucional, bem como, com a Lei de Licitação e regida pelos Princípios da Administração Pública.

Quanto a utilização e escolha da modalidade pregão presencial no presente processo, justificou a Secretaria que:

> *"Tendo em vista que existem empresas situadas no Município que tem capacidade de fornecer os itens a serem adquiridos e, estas muitas vezes não possuem amplo acesso à Internet, a participação no certame ocorrendo de forma eletrônica poderá diminuir a ampla concorrência na licitação. Ademais, possibilitando uma maior participação do comércio local nas licitações o Município está contribuindo para a fomentação do mesmo. O pregão presencial de nenhuma forma restringe a disputa, pois existe ampla divulgação dos processos licitatórios, sendo elas jornais em sua forma eletrônica, Site da Prefeitura, mural de Licitações e entre outras. A Licitação ocorrendo de forma presencial dará maior agilidade ao processo, pois a habilitação e os possíveis recursos são manifestados no ato do Pregão, não sendo necessários a abertura de prazos como ocorre no processo licitatório de forma eletrônica."*

Nesse sentido, observando-se os documentos acostados aos autos do processo licitatório em epígrafe, justifica-se **a utilização do Pregão Presencial do tipo Menor Preço Por Item**, para o referido procedimento licitatório, considerando a natureza do objeto a ser contratado, a estimativa da despesa e a fonte dos recursos que arcarão com a contratação, sendo certo que, não obstante o caráter facultativo do pregão, o mesmo se mostra aconselhável em função das vantagens que esse sistema pode proporcionar se bem utilizado pela Administração.

O pregão é regido pela Lei nº 10.520/2002, pelo Decreto nº 3.555/2000, e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93. E, no caso vertente, pressupõe-se correta a manifestação sobre a natureza comum dos produtos a serem adquiridos, o que viabiliza a adoção do pregão como modalidade licitatória.

O Registro de Preços sendo um dos procedimentos que podem ser adotados na contratação e está previsto no "Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013" e, neste caso, se mostra adequado por permitir a Administração realize compras futuras, fracionadas conforme as requisições por demanda das Secretarias, passando o vencedor do certame ter apenas a garantia de preferência na contratação, concedendo assim melhor controle nos gastos públicos. O tipo menor preço por item, também se mostra adequado ao objeto da contratação e está enquadrado do inciso I, do § 1º do art. 45 da ei 8.666/93.

Quanto a justificativa de exclusividade para Micro e Pequenas empresas em alguns lotes, notamos que a Lei 123/06, (modificada pela LC 147/14) no inciso I do art. 48 que a Administração Pública "deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R$ 80.000,00 (oitenta mil Reais)", havendo ainda previsão de tratamento diferenciado a microempresas no ordenamento local através do inciso III do §1º do art. 34 da Lei Municipal nº 01/2015 que "Institui o tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às Microempresas e às Empresas de Pequeno Porte no âmbito do Município".

Portanto, vemos que a limitação do certame a micro e pequenas empresas e empresários individuais em contratações em que os itens não atinjam o valor máximo de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) não se trata de mera faculdade mas, de obrigação imposta a Administração de forma imperativa pela Lei sendo que, está ao pretender contratar deve conceder tratamento diferenciado a tais empresas, tendo o legislador optado por esta normativa claramente para fomentar o desenvolvimento de pequenos negócios, que não

teriam chance de ser contratados na ampla concorrência por questões mercadológicas e, assim, incentivar ainda que indiretamente a economia local.

De igual forma, a limitação de distância entre a contratada e a contratante se mostra adequada, em razão da economicidade no valor final da contratação considerado a disponibilidade de motoristas, gastos com combustíveis e desgaste natural dos veículos expostos a longas distâncias.

O Termo de Referência consiste em um dos atos essenciais do pregão e deve conter todos os elementos caracterizadores do objeto que se pretende licitar, como a sua descrição detalhada, o orçamento estimativo de custos e o cronograma físico-financeiro da execução. Em atendimento à exigência legal, foi juntado nos autos o documento intitulado Termo de Referência, devidamente aprovado e assinado pela autoridade competente, o qual vislumbro estar satisfatório.

A Lei nº 8.666/93, aplicável subsidiariamente aos pregões, estabelece que a realização de licitação depende da previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executadas no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma, neste sentido, foi anexado ao processo a declaração de disponibilidade orçamentária e financeira **atestada pelo contador José Luiz de Barros, servidor do Município matrícula 35076-1.**

E, por fim, ressalta-se, estar presente **a autorização expressa do Secretário de Administração e Finanças Claudemir José de Andrade**, para o início dos trabalhos licitatórios, atestando a existência de recursos para contratação.

Ainda, analisando os autos, verifica-se que a Minuta do Edital segue todas as cautelas recomendadas pela Lei nº. 8.666/93, que em seu art. 40 elenca os pressupostos que deverão constar do Edital de Licitação, possuindo indicação de número de ordem em série anual, órgão da Administração Pública interessado, modalidade de licitação e regime de execução.

Percebe-se, ainda, que há o indicativo expresso da regência do certame, nos termos da Lei de Licitações, com a designação do local, dia e hora para o recebimento dos envelopes de documentação e proposta, entre outros requisitos previstos na legislação vigente.

Para além disso, segundo o art. 21, incisos VIII e IX do Decreto nº 3.555/2000, o processo licitatório deve ser instruído com a minuta de edital e seus anexos, dentre os quais a minuta o contrato, o que foi atendido no presente caso – contando no mesmo: *preâmbulo; objeto; tipo; dotação orçamentária, condições de participação, apresentação dos envelopes de proposta de preços e documentos de habilitação, conteúdo da proposta de preços, conteúdo dos documentos de habilitação, regulamento operacional do certame, consulta, divulgação e entrega do edital, esclarecimentos ao edital, providências/impugnação ao edital, credenciamento, abertura dos envelopes proposta de preços, exame e classificação preliminar das propostas de preços, desclassificação das propostas de preços, definição das proponentes para oferecimento de lances verbais, oferecimento/inexistência de lances verbais, das condições de habilitação, recursos administrativo, adjudicação e homologação, divulgação do resultado final, contratação/ata de registro de preços, cumprimento com os itens objetos do pregão, prazo e local da entrega dos itens, pagamento, dispensa de garantia,*

sanções administrativas, disposições gerais, do reajuste e da atualização dos preços, justificativas e relação de anexos.

III – Conclusão

Pelo exposto, e pelos fundamentos apresentados, temos que o Procedimento Licitatório, cujo objeto é o *registro de preços para eventual aquisição de saibro e pedras para manutenção das vias públicas municipais* (...), atende aos princípios norteadores do processo de licitação e se encontra devidamente respaldado na Lei nº 10.520/2002, no Decreto nº3.555/2000 e, subsidiariamente, na Lei nº 8.666/93, sendo adequada a modalidade e o tipo adotado, bem como, aprovado o edital de convocação.

Quanto a restrição a participação de micro e pequenas empresas neste certame para alguns lotes (vide minuta do edital), entendo estar adequada, porquanto, como já dito se trata de mero cumprimento de imposição legal insculpida no inciso I, da Lei 123/2006, e do inciso III do §1º do art. 34 da Lei Municipal nº 01/2015.

Anoto que a análise consignada neste parecer se ateve às questões jurídicas observadas na instrução processual e no Edital, bem como, as justificativas do Secretário requerente com seus anexos e que, não se incluem no âmbito de análise desta Procuradoria os elementos técnicos pertinentes ao certame, como aqueles de ordem financeira ou orçamentária.

O presente parecer possui caráter meramente opinativo, destinado a dar subsídios a decisão da autoridade a que se destina e cinge-se, exclusivamente, de estudo dos contornos jurídicos, da legislação e jurisprudência em torno do assunto em comento.

IV. Recomendação

À área de licitações e contratos: para que verifique a documentação para habilitação compatível com o ramo do objeto licitado e dentro do prazo de validade atestado, conforme prevê o art. 27 e 32, da Lei 8.666/1993, bem como para que se atente à vinculação da redação do contrato para com as especificações do edital de convocação, em atendimento ao disposto no art. 55, XI, da Lei de Licitações e Contratos.

É o parecer. S.M.J.

Piên, 07 de outubro de 2021.

Calebe França Costa
Procurador Jurídico
OAB/PR 61.756

PORTARIA Nº 1030/2021.
DE 27 DE SETEMBRO DE 2021.

Concede férias para servidor público.

O senhor Claudemir José de Andrade, Secretário de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 002/2021, considerando ainda o disposto no Título III, Capítulo III da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias, no período de 06 de outubro a 13 de outubro de 2021, à servidora pública **Clarice de Fatima Fragoso,** portadora da cédula de identidade civil com RG. nº 4.210.717-4/PR, ocupante do cargo de provimento em comissão de **Secretária de Educação.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 27 de setembro de 2021.

CLAUDEMIR JOSÉ DE ANDRADE
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciana Lubke
Código Identificador:A919FEE0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1033/2021. DE 30 DE SETEMBRO DE 2021.

PORTARIA Nº 1033/2021.
DE 30 DE SETEMBRO DE 2021.

Concede férias para servidor público.

O senhor Claudemir José de Andrade, Secretário de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 002/2021, considerando ainda o disposto no Título III, Capítulo III da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias, no período de 03 de janeiro à 21 de janeiro de 2022, à servidora pública **Georgia Luciana de Oliveira,** portadora da cédula de identidade civil com RG. nº 2.019418/SC, ocupante do cargo público de **Enfermeira.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 30 de setembro de 2021.

CLAUDEMIR JOSÉ DE ANDRADE
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciana Lubke
Código Identificador:A53C214E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1034/2021. DE 30 DE SETEMBRO DE 2021.

PORTARIA Nº 1034/2021.
DE 30 DE SETEMBRO DE 2021.

Concede férias para empregada pública.

O senhor Claudemir José de Andrade, Secretário de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 002/2021, considerando ainda o disposto no Título III, Capítulo III da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias, no período de 20 de dezembro de 2021 à 18 de janeiro de 2022, a empregada pública **Daiana Lusia de Lima,** portadora da cédula de identidade civil com RG. 5.481.439/SC, ocupante do cargo público de **Agente comunitário de Saúde.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 30 de setembro de 2021.

CLAUDEMIR JOSÉ DE ANDRADE
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciana Lubke
Código Identificador:48AD907B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1035/2021. DE 30 DE SETEMBRO DE 2021.

PORTARIA Nº 1035/2021.
DE 30 DE SETEMBRO DE 2021.

Concede férias para empregada pública.

O senhor Claudemir José de Andrade, Secretário de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 002/2021, considerando ainda o disposto no Título III, Capítulo III da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias, no período de 19 de outubro à 28 de outubro de 2021, a empregada pública **Juliana Gonçalves Ribeiro,** portadora da cédula de identidade civil com RG. 8.780.546-8/PR, ocupante do cargo público de **Agente comunitário de Saúde.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 30 de setembro de 2021.

CLAUDEMIR JOSÉ DE ANDRADE
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciana Lubke
Código Identificador:4D8F903D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PREGÃO PRESSENCIAL 102/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 102/2021

OBJETO: Registro de preços para aquisição de saibro e pedras. Edital disponível no site:www.pien.pr.gov.br. Entrega das propostas: a partir de 8/10/2021 na Sala de Licitação Situada na Rua Amazonas,373, Centro – Piên/PR ou via correios. Abertura das Propostas: 26/10/2021 às 09h30 (horário de Brasília) na Sala de Licitação Situada na Rua Amzazonas,373, Centro – Piên/PR.

Piên/PR, 07 de Outubro de 2021.

MARCOS AURÉLIO MELENEK
Pregoeiro Municipal

Publicado por:
Eduardo Duarte Scheivaraski
Código Identificador:FA760940

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 048/2021

Comissão Permanente de Licitações

CONTRATAÇÃO DIRETA
Inexigibilidade de Licitação Nº 048/2021

PROTOCOLO: 2721/2021
Objeto: Prestação de serviços e utilização do serviço público de energia elétrica entre a distribuidora e o consumidor, de acordo com as Condições Gerais de Fornecimento de Energia Elétrica e demais regulamentos expedidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL para iluminação pública e predial do Município de Piên.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN-PR.

PESSOA JURÍDICA: COPEL DISTRIBUIÇÃO S/A
CNPJ: 04.368.898/0001-06
VALOR: R$ 1.240.000,00 (Um milhão, duzentos e quarenta mil reais).

AUTORIZAÇÃO: 07/10/2021

Publicado por:
Carina Daniela Alves da Silva
Código Identificador:64CFAC5F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 836

LEI Nº 836/2021

Súmula: Autoriza o Executivo Municipal proceder à abertura de crédito adicional suplementar especial no Orçamento Geral do Município no exercício financeiro de 2021 e dá outras providências

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA, **Prefeito Municipal do Município de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná.**
Art. 1º - Fica autorizado à abertura de crédito adicional especial no Orçamento Geral do Município de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, para o Exercício de 2021 no valor de R$131.600,00(Cento e trinta e um mil e seiscentos reais), nas seguintes dotações orçamentárias.

09	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E PECUÁRIA			
002	DEPARTAMENTO DE ASSITENCIA AGRICOLA			
20.606.2001.2086		CONVENIO AQUISIÇÃO DISTRIB DE CALCARIO E ADUBO ORGANICO		
041621	44.90.52.00.00	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	0000	55.200,00
04161	44.90.52.00.00	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	986	71.400,00
04165	44.90.93.00.00	INDENIZAÇOES E RESTITUIÇOES	986	5.000,00
TOTAL				131.600,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito adicional especial a ser aberto em conformidade com a autorização do artigo anterior serão utilizados recursos oriundos de provável excesso de arrecadação da receita 172810910100000000 F 986 o valor de R$ 71.400,00 e por cancelamento da conta 4120 o valor de R$ 55.200,00,e por provável excesso da conta de receita 132100119500000000 o valor de R$5.000,00.

Art.3º- Determina o ajuste da Lei nº 554/2017 de 22 de agosto de 2017 – Plano Plurianual (PPA), e a Lei nº 745/2020 de 30/06/2020 – Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2021, nas ações correspondentes

Art.4º- Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Pinhal de São Bento, em 07 de outubro de 2021.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vânia Maria Barbieri
Código Identificador:C8E5DABF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 837/2021

LEI Nº 837 /2021

Súmula: Autoriza o Executivo Municipal proceder à abertura de crédito adicional suplementar especial no Orçamento Geral do Município no exercício financeiro de 2021 e dá outras providências

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA, **Prefeito Municipal do Município de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná.**
Art. 1º - Fica autorizado à abertura de crédito adicional especial no Orçamento Geral do Município de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, para o Exercício de 2021 no valor de R$ 424.000,00(Quatrocentos e vinte e quatro mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias.

09	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E PECUÁRIA			
002	DEPARTAMENTO DE ASSITENCIA AGRICOLA			
20.606.2001.2087		CONVENIO AQUISIÇÃO MAQ AGRICOLA TRATOR AGRICOLA E PLANTADEIRA SEAB		
04164	44.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0000	64.000,00
04163	44.90.52.00.00	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	987	350.000,00
04166	44.90.93.00.00	INDENIZAÇOES E RESTITUIÇOES	987	10.000,00
TOTAL				424.000,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito adicional especial a ser aberto em conformidade com a autorização do artigo anterior serão utilizados recursos oriundos de provável excesso de arrecadação da receita 172810910200000000 F 987 o valor de R$ 350.000,00 e por cancelamento da conta 4150 o valor de R$ 64.000,00 e por provável excesso de arrecadação da conta 1321001196000000 f 987 o valor de R$10.000,00.

Art.3º- Determina o ajuste da Lei nº 554/2017 de 22 de agosto de 2017 – Plano Plurianual (PPA), e a Lei nº 745/2020 de 30/06/2020 – Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2021, nas ações correspondentes

Art.4º- Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Pinhal de São Bento, em 07 de outubro de 2021.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vânia Maria Barbieri
Código Identificador:04ECDE9B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 1004/2021

DECRETO MUNICIPAL Nº 1004/2021

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DA 5º CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL, em conjunto com o PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, e:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN
ESTADO DO PARANÁ

PREGÃO PRESENCIAL N° 102/2021

PROCESSO N° 2742/2021

TIPO: MENOR PREÇO – POR ITEM

OBJETO: **Registro de Preços para eventual aquisição de saibro e pedras para manutenção das vias públicas municipais, conforme especificações e quantidades estimadas constantes do ANEXO I.**

REPARTIÇÃO INTERESSADA: **Secretaria de Viação e Serviços Rodoviários.**

LEGISLAÇÃO: Leis Federais nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002, Lei Complementar Federal n° 123/2006 (alterada pela Lei Complementar n° 147/2014), Lei Complementar Municipal nº 1/2015 (Regulamentada pelo Decreto Municipal nº 176/2016), Decretos Municipais nº 002/2006 e n° 153/2011.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: **Até ás 09:29 horas do dia 26 de outubro de 2021.**

ABERTURA, JULGAMENTO DAS PROPOSTAS, E INICIO DE DISPUTAS DE PREÇOS: **às 09:30 horas do dia 26 de outubro de 2021**

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO: Prefeitura Municipal de Piên, situada na Rua Amazonas, nº 373, Centro – Piên/PR.

O edital completo estará à disposição dos interessados do dia **08 a 26 de outubro de 2021** no Departamento de Licitações e Compras e no portal eletrônico da Prefeitura de Piên.

Piên/PR, 07 de outubro de 2021.

PUBLICAÇÃO
Certifico para os devidos fins que este Edital foi publicado no quadro de editais da Prefeitura de Piên.
Piên 8/10/21
Funcionário Responsável

HELIO CLEMENTE
SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS

Prefeitura Municipal de Piên

Estado do Paraná

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 102/2021

OBJETO: Registro de preços para aquisição de saibro e pedras. Edital disponível no site:www.pien.pr.gov.br. Entrega das propostas: a partir de 8/10/2021 na Sala de Licitação Situada na Rua Amazonas,373, Centro – Piên/PR ou via correios. Abertura das Propostas: 26/10/2021 às 09h30 (horário de Brasília) na Sala de Licitação Situada na Rua Amzazonas,373, Centro – Piên/PR.

Piên/PR, 07 de Outubro de 2021.

Marcos Aurélio Melenek
Pregoeiro Municipal

PUBLICAÇÃO
A.M.P **data:** 8/10/21
DIOE **data:** 13/10/21
DOU **data:** / /

Assinatura Responsável

Licitação....: Inexigibilidade nº 06/2021
Recursos: 04001 04.122.003.2.005 3.3.90.39.00.00.00.00 1000 – Manutenção do Gabinete do Secretário de Administração (45).
Objeto: Contratação de serviços de publicações na Imprensa Oficial do Estado do Paraná – DOE, pelo período de 12 (doze) meses, em cumprimento as determinações previstas em Lei.

Paula Freitas, 08 de outubro de 2021.

SEBASTIAO ALGACIR DALPEA
Prefeito Municipal

146822/2021

Piên

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 102/2021
Tipo: Menor Preço por item

OBJETO Registro de preços para aquisição de saibro e pedras.. Edital disponível no site: www.pien.pr.gov.br. Entrega das propostas: a partir de 08/10/2021 às 08h00 no Setor de Licitações, sito a Rua Amazonas,373, Centro- Pien/PR. Abertura das Propostas: 26/10/2021 às 09h30 (horário de Brasilia) nesta municipalidade conforme endereço já citado.

Piên/PR, 07 de Outubro de 2021.
Marcos Aurélio Melenek
Pregoeiro Municipal

146275/2021

Pinhais

Aviso de Licitação
Pregão Presencial nº 113/2021 - SRP

OBJETO: Aquisição de materiais para Iluminação Pública. **TIPO DE LICITAÇÃO**: Menor Preço. **VALOR MÁXIMO**: R$ 1.412.499,45. **ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES**: dia **26/10/2021, às 09:00 horas. LOCAL: Sala de Licitações situada na Rodovia Deputado João Leopoldo Jacomel, nº 12.162, Térreo, CEP: 83.323-410, Centro, Pinhais/PR. EDITAL**: Estará disponível aos interessados, no site http://www.pinhais.pr.gov.br, no link Licitações, do dia 13/10/2021 ao dia 25/10/2021. **INFORMAÇÕES**: poderão ser obtidas no site ou pelo telefone (041): 3912-5277, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h. Pinhais, 08/10/2021.

146809/2021

Pregão Presencial nº 112/2021
Sistema de Registro de Preços

OBJETO: Aquisição e/ou instalação de conjuntos e adesivos identificadores de vias e logradouros públicos. **TIPO DE LICITAÇÃO**: Menor Preço. **VALOR MÁXIMO**: R$ 1.459.584,00. **ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES**: dia **26/10/2021**, às **09h00min. LOCAL**: Sala de licitações - Rod. Dep. João Leopoldo Jacomel, 12162 - Centro, Pinhais - PR, CEP 83323-410. **EDITAL**: Estará disponível aos interessados, no site http://www.pinhais.pr.gov.br, no link Licitações, do dia 13/10/2021 ao dia 25/10/2021. **INFORMAÇÕES**: poderão ser obtidas no site ou pelo telefone (041): 3912-5299, das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min. Pinhais, 08/10/2021.

146827/2021

Piraquara

AVISO DE PROCESSO DE SELEÇÃO Nº 001/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 40.335/2021

O Município de Piraquara, por meio da Presidente, torna público para conhecimento dos interessados, que a sessão para ABERTURA dos envelopes referente ao Processo de Seleção acima citado, cujo objeto é a Seleção de propostas de Entidades Fechadas de Previdência Complementar interessadas em administrar plano de benefícios previdenciários aos servidores de cargo efetivo da administração direta e indireta, do Poder Executivo e do Poder Legislativo do Município de Piraquara-Paraná, nos termos da Lei Municipal nº 2.203/2021, será realizada no **dia 28 de outubro de 2021, às 09h00,** na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Piraquara, na Av. Getúlio Vargas, 1990 – Centro – Piraquara - PR. **Critério de Julgamento:** Maior Pontuação. **Aquisição de Edital:** Diretamente na sede da Prefeitura Municipal de Piraquara (Av. Getúlio Vargas, 1990, Centro, Piraquara/PR), por meio de cópia impressa, mediante o recolhimento do valor correspondente ao custo da respectiva impressão, nos termos do que autoriza o art. 32, § 5º da Lei Federal n.º 8666/1993 ou Gratuitamente em via digital (gravada em mídia a ser fornecida pelo interessado) ou ainda no site www.piraquara.pr.gov.br, por meio da consulta ao link"http://sistemas.piraquara.pr.gov.br:8093/portaltransparencia/publicacoes/1019". Maiores informações poderão ser obtidas através do e-mail processoselecao2021@piraquara.pr.gov.br.Piraquara, 08 de outubro de 2021.**Sheila Guimarães Veloso** - Presidente da Comissão de Análise

146855/2021

Pitanga

PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGA
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 73/2021
Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO INTERNA E EXTERNA EM VEÍCULOS DE GRANDE PORTE EM ATENDIMENTO A FROTA MUNICIPAL. Abertura das propostas as 09h10min, do dia 26 de outubro de 2021, tipo menor preço por lote. Local Prefeitura Municipal de Pitanga. Edital disponível pelo site: www.pitanga.pr.gov.br. Pitanga, 08/10/2021. Maicol G. C. Rodrigues Barbosa – Prefeito Municipal.

146599/2021

Porto Rico

O MUNICÍPIO DE PORTO RICO torna público que requereu ao IAT, a Autorização Ambiental, para implantação de traçado viário. Não foi determinado estudo de impacto ambiental.

146387/2021

Porto Vitoria

MUNICIPIO DE PORTO VITÓRIA

AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO **Nº 121/2021**
PROCESSO DE COMPRA **Nº 119/2021**
PREGAO ELETRÔNICO **Nº 63/2021**
CONSIDERANDO Parecer Jurídico, Resposta da Secretaria Municipal de Saúde e do Pregoeiro; CONSIDERANDO que a necessidade da readequação da descrição do item do Processo Licitatório 119/2021, Pregão 63/2021. A Prefeita Municipal de Porto Vitória, no uso de suas atribuições legais; **R E S O L V E:** Acatar o opinativo Parecer Jurídico, Resposta da Secretaria Municipal de Saúde e do Pregoeiro, para revogação do Processo Licitatório 119/2021, Pregão 63/2021. Maiores informações no Prédio da Prefeitura de segunda à sexta feira, das 08h00min às 12h00min, e das 13h00min às 17h00min, pelo fone (42) 3573 1212. Porto Vitória, 07 de outubro de 2021. Marisa de Fátima Ilkiu de Souza. Prefeita Municipal.

146424/2021

Presidente Castelo Branco

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE CASTELO BRANCO
CERTIFICAÇÃO

SÚMULA: Requerimento de Licença Ambiental – LAS junto ao IAT – Instituto Agua e Terra.
MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELO BRANCO, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, Inscrito sob CNPJ de n.º 76.279.959/0001-70, com sede à Rua José Peres Gonçales, n.º 053, Centro, neste ato devidamente representado por seu Prefeito Municipal, Sr. JOÃO PÉRICLES MARTINATI, no exercício de seu cargo e dentro das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica, TORNA PÚBLICO que requereu junto ao IAT – Instituto Água e Terra, a LAS - Licença Ambiental Simplificada -, para área de bota fora (eco ponto), localizada à Estada Toledo, Sítio Roseira, Rodovia Urbano Pedroni, Lote 340, Gleba Esperança, S/N.
Edifício da Prefeitura Municipal de Presidente Castelo Branco, 04 de outubro de 2021.
JOÃO PÉRICLES MARTINATI
Prefeito Municipal

146493/2021

Quatro Pontes

MUNICÍPIO DE QUATRO PONTES
AVISO DE LICITAÇÃO SUSPENSA

Os Atos Oficiais, na íntegra, estão publicados em 08/10/2021, em: www.quatropontes.pr.gov.br – Diário Oficial Eletrônico.
EDITAL DE COMUNICADO DE LICITAÇÃO SUSPENSA
PROCESSO DE COMPRA Nº 110/2021 – TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2021

PORTARIA Nº 1030/2021.
DE 27 DE SETEMBRO DE 2021.

Concede férias para servidor público.

O senhor Claudemir José de Andrade, Secretário de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 002/2021, considerando ainda o disposto no Título III, Capítulo III da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias, no período de 06 de outubro a 13 de outubro de 2021, à servidora pública **Clarice de Fatima Fragoso,** portadora da cédula de identidade civil com RG. nº 4.210.717-4/PR, ocupante do cargo de provimento em comissão de **Secretária de Educação.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 27 de setembro de 2021.

CLAUDEMIR JOSÉ DE ANDRADE
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciana Lubke
Código Identificador:A919FEE0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1033/2021. DE 30 DE SETEMBRO DE 2021.

PORTARIA Nº 1033/2021.
DE 30 DE SETEMBRO DE 2021.

Concede férias para servidor público.

O senhor Claudemir José de Andrade, Secretário de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 002/2021, considerando ainda o disposto no Título III, Capítulo III da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias, no período de 03 de janeiro à 21 de janeiro de 2022, à servidora pública **Georgia Luciana de Oliveira,** portadora da cédula de identidade civil com RG. nº 2.019418/SC, ocupante do cargo público de **Enfermeira.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 30 de setembro de 2021.

CLAUDEMIR JOSÉ DE ANDRADE
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciana Lubke
Código Identificador:A53C214E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1034/2021. DE 30 DE SETEMBRO DE 2021.

PORTARIA Nº 1034/2021.
DE 30 DE SETEMBRO DE 2021.

Concede férias para empregada pública.

O senhor Claudemir José de Andrade, Secretário de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 002/2021, considerando ainda o disposto no Título III, Capítulo III da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias, no período de 20 de dezembro de 2021 à 18 de janeiro de 2022, a empregada pública **Daiana Lusia de Lima,** portadora da cédula de identidade civil com RG. 5.481.439/SC, ocupante do cargo público de **Agente comunitário de Saúde.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 30 de setembro de 2021.

CLAUDEMIR JOSÉ DE ANDRADE
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciana Lubke
Código Identificador:48AD907B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1035/2021. DE 30 DE SETEMBRO DE 2021.

PORTARIA Nº 1035/2021.
DE 30 DE SETEMBRO DE 2021.

Concede férias para empregada pública.

O senhor Claudemir José de Andrade, Secretário de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 002/2021, considerando ainda o disposto no Título III, Capítulo III da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias, no período de 19 de outubro à 28 de outubro de 2021, a empregada pública **Juliana Gonçalves Ribeiro,** portadora da cédula de identidade civil com RG. 8.780.546-8/PR, ocupante do cargo público de **Agente comunitário de Saúde.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 30 de setembro de 2021.

CLAUDEMIR JOSÉ DE ANDRADE
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciana Lubke
Código Identificador:4D8F903D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PREGÃO PRESSENCIAL 102/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 102/2021

OBJETO: Registro de preços para aquisição de saibro e pedras. Edital disponível no site:www.pien.pr.gov.br. Entrega das propostas: a partir de 8/10/2021 na Sala de Licitação Situada na Rua Amazonas,373, Centro – Piên/PR ou via correios. Abertura das Propostas: 26/10/2021 às 09h30 (horário de Brasília) na Sala de Licitação Situada na Rua Amzazonas,373, Centro – Piên/PR.

Piên/PR, 07 de Outubro de 2021.

MARCOS AURÉLIO MELENEK
Pregoeiro Municipal

090

TCEPR
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Voltar

Detalhes processo licitatório

Informações Gerais

Entidade Executora	MUNICÍPIO DE PIEN
Ano*	2021
Nº licitação/dispensa/inexigibilidade*	102
Modalidade*	Pregão
Número edital/processo*	102/2021

Recursos provenientes de organismos internacionais/multilaterais de crédito

Instituição Financeira	
Contrato de Empréstimo	

Descrição Resumida do Objeto*	Registro de Preços para eventual aquisição de saibro e pedras para manutenção das vias públicas municipais, conforme especificações e quantidades estimadas constantes do ANEXO I.
Forma de Avalição	Menor Preço
Dotação Orçamentária*	05001154520005200933903054000
Preço máximo/Referência de preço - R$*	899.050,83
Data de Lançamento do Edital	08/10/2021
Data da Abertura das Propostas	26/10/2021
Data Registro	14/10/2021
NOVA Data da Abertura das Propostas	
Data Registro	
Data de Lançamento do Edital	
Data da Abertura das Propostas	
Há itens exclusivos para EPP/ME?	Não
Há cota de participação para EPP/ME?	
Percentual de participação:	0,00
Trata-se de obra com exigência de subcontratação de EPP/ME?	
Há prioridade para aquisições de microempresas regionais ou locais?	
Data Cancelamento	

Editar Excluir

CPF: 966354958 (Logout)

PREGÃO PRESENCIAL N° 102/2021

PROCESSO N° 2742/2021

TIPO: MENOR PREÇO – POR ITEM

A Prefeitura Municipal de Piên, por meio do pregoeiro municipal informa a alteração no edital acima referido.

Visando a ampla concorrência e respeitando os termos da Lei, fica **Retirada** do edital a exigência de qualquer método de pesagem, conforme a portaria 261/2018 da DNPM no seu ART.1° inc. 3°, Segue:

> **"§3° Fica dispensada a utilização de balanças rodoviárias de pesagem a que se refere o §2° deste artigo para os empreendimentos cujas produções sejam inferiores a 7.500 toneladas/mês para areia e 12.500 toneladas/mês para brita bem como para os empreendimentos cuja lavra de areia ou cascalho (seixos rolados) ocorra em leito de rios e de outros cursos d'água, mediante uso de draga e com transporte da produção exclusivamente hidroviário (em embarcações)."**

Apenas empresas que produzem mais que a quantidade citada no artigo devem apresentar o certificado, conforme a portaria 261/2018 que segue em anexo.

Respeitando os termos da lei 8666/93 a data do certame está mantida, pois ainda restam 8 (oito) dias uteis para a sessão.
Encaminho este para que seja divulgado no site da prefeitura.

Piên/PR, 15 de outubro de 2021.

Marcos Aurelio Melenek
Pregoeiro Municipal

092

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 02/04/2018 | Edição: 62 | Seção: 1 | Página: 114

Órgão: Ministério de Minas e Energia/Departamento Nacional de Produção Mineral

PORTARIA Nº 261, DE 29 DE MARÇO DE 2018

Dispõe sobre a unidade de medida padrão para os produtos minerais de que trata o art. 1º da Lei nº 6.567, de 24 de setembro de 1978.

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL DNPM, no uso de suas atribuições conforme art. 93 do Regimento Interno do DNPM, aprovado pela Portaria Ministerial nº 247, de 08, de abril, de 2011,

Considerando a necessidade de aprimorar a qualidade e confiabilidade de dados e informações das operações de comercialização das substâncias minerais de que trata o art. 1º da Lei nº 6.567, de 24 de setembro de 1978, de modo a garantir mais precisão e reduzir discrepâncias nos valores das estatísticas oficiais de produção e comercialização; e

Considerando que a adoção da balança rodoviária confere maior precisão e confiabilidade na quantidade de brita e areia efetivamente comercializada, instrumento que permite eliminar erros e discrepâncias nos valores das estatísticas oficiais de produção e comercialização dessas substâncias minerais, resolve:

Art. 1º O art. 34 da Consolidação Normativa do DNPM, aprovada pela Portaria nº 155, de 12 de maio de 2016, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 34. A unidade de medida padrão para lançamento das informações sobre as substâncias minerais de que trata o art. 1º da Lei nº 6.567, de 24 de setembro de 1978, em todos os documentos técnicos apresentados ao DNPM, nas notas fiscais, nos recibos e outros documentos de registro da primeira alienação do bem mineral é a tonelada.

§1º O disposto no caput deste artigo não impede a utilização de outros padrões, inclusive medidas de volume, na efetiva negociação de compra e venda, desde que os documentos técnicos e de registro da primeira alienação contenham, no mínimo, a descrição do produto mineral em tonelada.

§2º Nos empreendimentos produtores das substâncias minerais tratadas nos incisos I e IV do art. 1º da Lei nº 6.567, de 1978, o peso deverá ser aferido com a utilização de balanças rodoviárias de pesagem, sob pena de multa nos termos do inciso XIII do art. 54 combinado com o disposto no inciso II do art. 100 do Regulamento do Código de Mineração.

§3º Fica dispensada a utilização de balanças rodoviárias de pesagem a que se refere o §2º deste artigo para os empreendimentos cujas produções sejam inferiores a 7.500 toneladas/mês para areia e 12.500 toneladas/mês para brita bem como para os empreendimentos cuja lavra de areia ou cascalho (seixos rolados) ocorra em leito de rios e de outros cursos d'água, mediante uso de draga e com transporte da produção exclusivamente hidroviário (em embarcações).

§4º Para os fins do disposto no §3º deste artigo, entende-se por empreendimento mineiro a área, ou as áreas tituladas, contíguas ou próximas, em que a saída do produto mineral se dê em um único local.

§5º Nas hipóteses previstas no §3º deste artigo, o empreendedor deverá realizar avaliação volumétrica, realizando a conversão para toneladas utilizando o peso específico do bem mineral comercializado.

Art. 2° Todos os empreendedores deverão adequar as suas operações ao disposto nesta portaria até dia 02 de abril de 2019.

Art. 3° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. 093

VICTOR HUGO FRONER BICCA

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Secretaria da Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

Folhas 1/1

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE 41106266563			NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial) XXX		
NOME DO EMPRESÁRIO (completo, sem abreviaturas) TEREZINHA KUPICKI SIMOES					
NACIONALIDADE BRASILEIRA			ESTADO CIVIL CASADO(A)		
SEXO Feminino	REGIME DE BENS(se casado) Comunhão Parcial				
FILIO DE (pai) EMILIO KUPICKI			(mãe) MARTHA STOEBERL KUPICKI		
NASCIDO EM (data de nascimento) 20/02/1972	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO (número) 23768371	Orgão emissor SSP	UF SC	CPF(número) 762.894.789-15	
EMANCIPADO POR (forma de emancipação - somente no caso de menor) XXX					
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO - rua, av, etc) RUA COM BOA VISTA				NUMERO SN	
COMPLEMENTO XXX	BAIRRO/DISTRITO BOA VISTA	CEP 83860-000	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial) 006443 - Piên		
MUNICÍPIO Piên				UF PR	

declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário e requer:

A JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ	A JUNTA COMERCIAL DO XXX
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO 002 - ALTERAÇÃO	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO XXX
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO 021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO XXX

NOME EMPRESARIAL TEREZINHA KUPICKI SIMÕES				ENQUADRAMENTO ME (Microempresa)	
LOGRADOURO (rua,av, etc) RUA COM BOA VISTA				NUMERO SN	
COMPLEMENTO XXX	BAIRRO/DISTRITO BOA VISTA	CEP 83860-000	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial) 006443 - Piên		
MUNICÍPIO Piên	UF PR	PAÍS BRASIL	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL) arusgestaocontabil@gmail.com		
VALOR DO CAPITAL - R$ 50.000,00	VALOR DO CAPITAL - (por extenso) cinquenta mil reais				
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal) Atividade Principal 4744004 Atividade Secundária 4313400, 4930201, 4930202	Descrição do Objeto TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS MUNICIPAL; TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL; ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS COM OPERADOR; COMERCIO VAREJISTA DE CAL, AREIA E PEDRAS.				
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES 11/02/2008	NUMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 09.382.935/0001-54	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE ANTERIOR	UF	USO DA JUNTA COMERCIAL LICENÇA/AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL SIM ☐ NÃO ☐	
DATA ASSINATURA 16/08/2018	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO				

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE __/__/____	AUTENTICAÇÃO PR21800019531 91

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

* Este documento foi gerado no portal Empresa Fácil Paraná

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

CERTIFICO O REGISTRO EM 17/09/2018 15:21 SOB Nº 20184810825.
PROTOCOLO: 184810825 DE 24/08/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11803901483. NIRE: 41106266563.
TEREZINHA KUPICKI SIMÕES

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 17/09/2018
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

Por este instrumento particular de Procuração, a TEREZINHA KUPICKI SIMOES, com sede na Rua com Boa Vista, SN, Boa Vista, Piên/PR CEP: 83.860-000, inscrita no CNPJ/MF sob nº 09.382.935/0001-54, Inscrição Estadual sob nº 90744296-93 e Inscrição Municipal sob nº 2799, representada neste ato por sua socia administradora, Sra. Terezinha Kupicki Simões, portador da Cédula de Identidade RG n.º 23768371 e CPF n.º 762.894.789-15, nomeia e constitui seu bastante Procurador o Sr. Jose Odilio Simões , portador da Cédula de Identidade RG nº 20144415 CPF nº 601.580.509-91, a quem confere amplos poderes para representar a TEREZINHA KUPICKI SIMOES perante a Prefeitura Municipal de Piên, no que se referir ao PREGÃO N.º 102/2021, com poderes para tomar qualquer decisão durante todas as fases do PREGÃO, inclusive apresentar DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, os envelopes PROPOSTA DE PREÇOS e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO em nome da Outorgante, formular verbalmente lances ou ofertas na etapa de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na etapa de lance, negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão e atas de registro de preços, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo PREGOEIRO, enfim, praticar os demais atos pertinentes ao certame, em nome da Outorgante.

A presente Procuração é válida até o dia 29/10/2021.

Piên, 25 de outubro de 2021

FIRMA SÃO BENTO DO SUL - SC RECONHECIDA

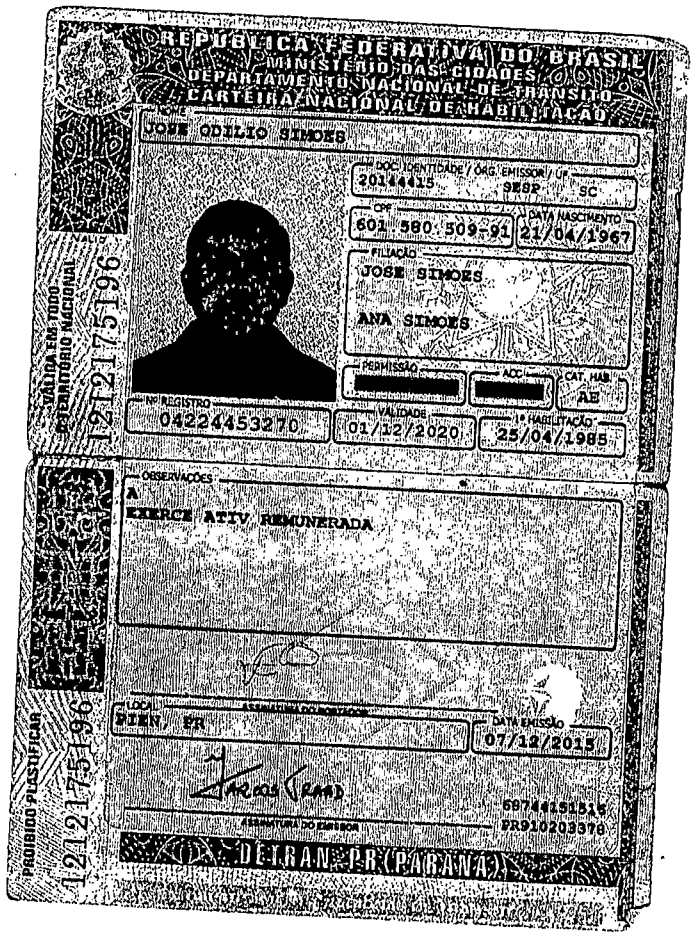
TEREZINHA KUPICKI SIMOES
RG: n.º 23768371

TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTOS DE SÃO BENTO DO SUL - SC
R. JORGE LACERDA, 188 - CENTRO - SÃO BENTO DO SUL - SC - CEP: 89.280-174 - TELEFAX: (47) 3635-2011
HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: 8:30 - 12:00 E 13:30 - 18:00
NESTOR MARTINS - TABELIÃO DESIGNADO

Reconheço e dou fé por **AUTENTICIDADE** a(s) firma(s) de:
TEREZINHA KUPICKI SIMÕES
São Bento do Sul-SC, 25/10/2021
Em testemunho da verdade.
Emol.: R$ 3,52 - Selo: 2,82
Total: R$ 6,34
Selo fiscalização do Tipo: NORMAL nº
GGY29779-LLSA

SUELEN DE SOUZA
ESCREVENTE AUTORIZADA
Confira os dados do ato em selo.tjsc.jus.br

TABELIONATO SÃO BENTO DO SUL - SC


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

JOSE ODILIO SIMOES

Nº DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF: 2014415 SESP SC
CPF: 601 580 309-91
DATA NASCIMENTO: 21/04/1967
FILIAÇÃO: JOSE SIMOES
ANA SIMOES
PERMISSÃO: [redacted]
ACC: [redacted]
CAT. HAB.: AE
Nº REGISTRO: 04224453270
VALIDADE: 01/12/2020
1ª HABILITAÇÃO: 25/04/1985
OBSERVAÇÕES: A EXERCE ATIV REMUNERADA
LOCAL: DIEN, PR
DATA EMISSÃO: 07/12/2015
Nº ESPELHO: 08744191515 PR910203370
DETRAN PR (PARANÁ)
VÁLIDA EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL
PROIBIDO PLASTIFICAR
12121751796

PREF. MUN. DE DIÊN - PR
CONFERE COM O ORIGINAL
PREGOEIRO

097

TEREZINHA KUPICKI SIMÕES, RUA COM B
CEP 83.860-000
PREGÃO PRESENCIAL Nº 102/2021
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN
ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA DE PREÇOS
DATA:26/10/2021

PROPOSTA DE PREÇOS

098

À Prefeitura Municipal de Piên
Sr. Pregoeiro,

Ref.: Edital de Pregão nº 102/2021

Apresentamos e submetemos à apreciação de V. Sa nossa proposta de preços, a preços fixos e sem reajuste, relativa à licitação em epígrafe, cujo objeto é: Registro de Preços para eventual aquisição de saibro e pedras graduadas para manutenção das vias públicas municipais.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTIDE ESTIMADA	MÉDIA UNITÁRIA	MÉDIA TOTAL
1	SAIBRO BRITADO – DENSIDADE 1,50	TN	12000	**R$ 32,00**	**R$ 384.000,00**
2	PEDRA 4ª – DENSIDADE 1,45	TN	5000	**R$ 37,17**	**R$ 185.850,00**
4	RACHÃOZINHO	TN	4.000	**R$ 37,70**	**R$ 150.800,00**

VALOR TOTAL: R$ 720.650,00

O prazo de validade da proposta de preços é de 60 (Sessenta) dias a partir da data limite estabelecida para o recebimento das propostas.

Indicar e-mail para envio da Nota de Empenho e demais informações pertinentes ao processo, além de conter declaração que se responsabiliza pela comunicação feita pelo e-mail indicado.

Declaramos estar de acordo com todas as cláusulas do edital.

Declaramos, ainda, que estamos enquadrados no regime de tributação de microempresa e empresa de pequeno porte, conforme estabelece o artigo 3º da lei complementar nº 123/2006.

Piên, 26 de outubro de 2021

TEREZINHA KUPICKI SIMOES
RG: n.º 23768371

099

TEREZINHA KUPICKI SIMÕES, RUA C
CEP 83.860-000
PREGÃO PRESENCIAL Nº 102/2021
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN
ENVELOPE Nº 02 –HABILITAÇÃO
DATA:26/10/2021

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
09.382.935/0001-54 MATRIZ		22/01/2008

NOME EMPRESARIAL
TEREZINHA KUPICKI SIMOES

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
SIMOES TRANSPORTES	ME

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
47.44-0-04 - Comércio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
43.13-4-00 - Obras de terraplenagem
49.30-2-01 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal.
49.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
213-5 - Empresário (Individual)

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R COM BOA VISTA	SN	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
83.860-000	BOA VISTA	PIEN	PR

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
	(41) 3632-1741/ (41) 3632-1483

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	22/01/2008

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **14/10/2021** às **13:58:57** (data e hora de Brasília).

Voltar | Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 09.382.935/0001-54
Razão Social: TEREZINHA KUPICKI SIMOES
Endereço: RUA COMERCIAL BOA VISTA SN / BOA VISTA / PIEN / PR / 83860-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 05/10/2021 a 03/11/2021

Certificação Número: 2021100500552150017081

Informação obtida em 14/10/2021 14:11:24

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: TEREZINHA KUPICKI SIMOES (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 09.382.935/0001-54
Certidão nº: 36539093/2021
Expedição: 14/10/2021, às 14:07:41
Validade: 11/04/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **TEREZINHA KUPICKI SIMOES (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **09.382.935/0001-54, NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: TEREZINHA KUPICKI SIMOES
CNPJ: 09.382.935/0001-54

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 14:05:41 do dia 14/10/2021 <hora e data de Brasília>.
Válida até 12/04/2022.
Código de controle da certidão: **D12A.525D.5426.987D**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

104

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 025192850-28

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **09.382.935/0001-54**
Nome: **TEREZINHA KUPICKI SIMOES ME**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 11/02/2022 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Emitido via Internet Pública (14/10/2021 14:04:15)

Prefeitura Municipal de Piên
Estado do Paraná

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS N.1827/2021

IMPORTANTE:	1. FICA RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA MUNICIPAL COBRAR DÉBITOS CONSTATADOS POSTERIORMENTE MESMO REFERENTE AO PERÍODO COMPREENDIDO NESTA CERTIDÃO. 2. A PRESENTE CERTIDÃO TEM VALIDADE ATÉ **13/11/2021**, SEM RASURAS E NO ORIGINAL.

REVENDO OS ARQUIVOS E REGISTROS, CERTIFICAMOS QUE: O CONTRIBUINTE NADA DEVE À FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL RELATIVO A EMPRESA MENCIONADA ABAIXO.

Piên, 14 de Outubro de 2021

NEGATIVA Nº: 1827/2021	**CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO: 9ZTMJ42QETC44XHX9U2**

FINALIDADE: CADASTRO E/OU CONCORRÊNCIA E/OU LICITAÇÃO

RAZÃO SOCIAL: TEREZINHA KUPICKI SIMOES ME

INSCRIÇÃO EMPRESA	CNPJ/CPF	PROTOCOLO	DATA DE EMISSÃO
2799	09.382.935/0001-54		14/10/2021

ENDEREÇO

RUA COM BOA VISTA, S/N - RURAL - BOA VISTA CEP: 83860000 Piên - PR

CNAE / ATIVIDADES

Comércio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas, Obras de terraplenagem, Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal, Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional

Emitido por: << Equiplano Público Web >>

Data da consulta: 14/10/2021 14:08:40

106

Identificação do Contribuinte - CNPJ Matriz

CNPJ: **09.382.935/0001-54**
A opção pelo Simples Nacional e/ou SIMEI abrange todos os estabelecimentos da empresa

Nome Empresarial: **TEREZINHA KUPICKI SIMOES**

Situação Atual

Situação no Simples Nacional: **Optante pelo Simples Nacional desde 22/01/2008**
Situação no SIMEI: **NÃO enquadrado no SIMEI**

+ Mais informações

Voltar | Gerar PDF

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
Secretaria do Ofício Distribuidor e Anexos de RIO NEGRO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO – FINS GERAIS – CÍVEIS – ESPECÍFICA - NEGATIVA

Certifico que revendo os livros, sistemas e arquivos de distribuição CÍVEIS, ESPECIFICAMENTE: FALÊNCIA, CONCORDATA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL, RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL, INVENTÁRIOS E ARROLAMENTOS desta Secretaria, verifiquei NÃO CONSTAR nenhum registro contra:

TEREZINHA KUPICK SIMOES - ME
CNPJ: 09.382.935/0001-54
Local da Sede:

Orientações:

Esta certidão NÃO APONTA ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome pesquisado figura como Autor(a).
São apontados os feitos em tramitação cadastrados no Sistema Informatizado referente à comarca de RIO NEGRO
Não existe qualquer conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.
A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais.
Considera-se NEGATIVA a certidão que aponta somente homônimos não qualificados, nos termos do art. 8º, §2º da Resolução CNJ 121/2010.
A presente certidão menciona somente o registro de distribuição, para dados complementares do procedimento, deve-se dirigir até a Secretaria para onde foi distribuído e solicitar uma CERTIDÃO DE OBJETO E PÉ.
A Busca de MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL e EMPRESÁRIO INDIVIDUAL abrange também a pessoa física

RIO NEGRO, 19 de Outubro de 2021

Larissa Maurer
Distribuidor

Distribuidor, Contador, Partidor, Depositário Público
Com. de RIO NEGRO
PARANÁ

Código Validador TJPR: CACB.2783.00BHCDEB:20 **Valide esta certidão em https://bit.ly/2DQEIbE

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Pelo presente, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO**, localizada na Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070, Bairro Seminário – Município de Rio Negro/PR, CNPJ Nº 76.002.641/0001-47, através da servidora que abaixo subscreve, atesta para fins de comprovação de capacidade técnica, que a empresa **TEREZINHA KUPICKI SIMÕES - ME**, inscrita no CNPJ sob nº 09.382.935/0001-54, com sede na rua Com. Boa Vista, nº SN, Boa Vista, município de Piên, PR, executou os serviços abaixo descritos, para este Município.

DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS:

Ata Registro de Preços nº 075/2017 – Referente Pregão Registro de Preços nº 021/2017

Item	Qtde	Un.	Especificação
4	10000	m³	Saibro bruto, para ser retirado, já carregado no caminhão.

Ata Registro de Preços nº 056/2018 – Referente Pregão Registro de Preços nº 033/2018

Item	Qtde	Un.	Especificação
6	10000	m³	Saibro bruto, para ser retirado, já carregado no caminhão.
7	10000	m³	Saibro britado, Tamanho 4 A, para ser retirado, já carregado no caminhão.
10	1000	m³	Pedra rachão
11	10000	m³	Saibro bruto britado, em diversas bitolas excluindo a bitola 4 A

Ata Registro de Preços nº 150/2019 – Referente Pregão Registro de Preços nº 027/2019

Item	Qtde	Un.	Especificação
5	10000	m³	Saibro bruto, para ser retirado, já carregado no caminhão.
6	3000	m³	Saibro britado, Tamanho 4 A, para ser retirado, já carregado no caminhão.
9	5000	m³	Saibro bruto britado, em diversas bitolas

Ata Registro de Preços nº 166/2021 – Referente Pregão Registro de Preços nº 054/2021

Item	Qtde	Un.	Especificação
5	8.800,00	M³	SAIBRO BRITADO 4 A. - Material a ser entregue na Sub Prefeitura, Lageado do Vieiras.
6	4.500,00	M³	SAIBRO BRITADO 4 A. - Material a retirar carregado no caminhão, em um raio não superior a 25 km, da Sub Prefeitura, no Lageado dos Vieiras.
7	3.800,00	M³	CASCALHO. - Material a ser entregue na Sub Prefeitura, Lageado dos Vieiras.
8	3.800,00	M³	CASCALHO. - Material a ser retirado carregado no caminhão, em um raio não superior a 25 km da Sub Prefeitura do Lageado dos vieiras.
9	1.000,00	M³	SAIBRO BRITADO 4 A. -Material a ser entregue, no Centro de Serviços Motocross.
13	1.200,00	M³	SAIBRO BRITADO 4 A. - Material a ser entregue na Sub Prefeitura, Lageado do Vieiras.
14	1.500,00	M³	SAIBRO BRITADO 4 A. - Material a retirar carregado no caminhão, em um raio não superior a 25 km, da Sub Prefeitura, no Lageado dos Vieiras.
15	1.200,00	M³	CASCALHO. - Material a ser entregue na Sub Prefeitura, Lageado dos Vieiras.
16	1.200,00	M³	CASCALHO. - Material a ser retirado carregado no caminhão, em um raio não superior a 25 km da Sub Prefeitura do Lageado dos Vieiras.

Os Produtos atestados foram entregues de acordo com cada Processo Licitatório, com qualidade e com todas as especificações técnicas, dentro do cronograma estabelecido, nada havendo que desabone a referida empresa até a presente data.

Rio Negro, 21 de outubro de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL - RIO NEGRO-PR

MARCIA ADRIANE ALVES
Departamento de Licitações e Compras

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

ART de Cargo ou Função
1720203756111

110

1. Responsável Técnico

ANDERSON DE MELO MENDES

Título profissional: ENGENHEIRO DE MINAS

RNP: 1413040608
Carteira: MG-176445/D

2. Contratante

INVESTIMOVEIS EMPREENDIMENTOS S/A
RUA JOAO MANOEL, 243
1 ANDAR SALA 4 SAO FRANCISCO - CURITIBA/PR 80510-250

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Privado) brasileira

Registro: 67900

3. Vínculo contratual

Unidade administrativa: **FILIAL**
RODOVIA PR281, S/N
KM 34 BOA VISTA - PIEN/PR 83860-000

Data de Início: 06/01/2020 Previsão de término:
Tipo de vínculo: Empregado
Identificação do cargo/função: Engenheiro de minas

4. Atividade Técnica

	Quantidade	Unidade
Desempenho de cargo, Desempenho de função técnica	10:00	H/S

A mudança de cargo ou função exige o registro de nova ART

5. Observações

ATIVIDADE DE LAVRA COM UTILIZAÇÃO DE DESMONTE DE ROCHA COM USO DE EXPLOSIVO ATRAVÉS DE EMPRESA TERCEIRIZADA

7. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

PIEN/PR, 04 de SETEMBRO de 2020
Local data

ANDERSON DE MELO MENDES - CPF: 079.677.516-80

INVESTIMOVEIS EMPREENDIMENTOS S/A - CPF:

8. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confea.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

Acesso nosso site www.crea-pr.org.br
Central de atendimento: 0800 041 0067

CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Valor da ART: R$ 88,78 **Registrada em : 04/09/2020** **Valor Pago: R$ 88,78**

Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renovaváveis
CADASTRO TÉCNICO FEDERAL
CERTIFICADO DE REGULARIDADE - CR

Registro n.º	Data da consulta:	CR emitido em:	CR válido até:
6531615	23/09/2021	23/09/2021	23/12/2021

Dados básicos:

CNPJ : 77.161.461/0001-70
Razão Social : INVESTIMOVEIS EMPREENDIMENTOS S/A
Nome fantasia : INVESTIMOVEIS EMPREENDIMENTOS S/A
Data de abertura : 24/08/1990

Endereço:

logradouro: RODOVIA PR. 092 - KM 33,6
N.º: S/N
Complemento: CAIXA POSTAL 123
Bairro: MADRE
Município: RIO BRANCO DO SUL
CEP: 83540-000
UF: PR

Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP

Código	Descrição
1-2	Lavra a céu aberto, inclusive de aluvião, com ou sem beneficiamento
2-1	Beneficiamento de minerais não metálicos, não associados a extração
20-2	Exploração econômica da madeira ou lenha e subprodutos florestais (floresta nativa)

Conforme dados disponíveis na presente data, CERTIFICA-SE que a pessoa jurídica está em conformidade com as obrigações cadastrais e de prestação de informações ambientais sobre as atividades desenvolvidas sob controle e fiscalização do Ibama, por meio do CTF/APP.

O Certificado de Regularidade emitido pelo CTF/APP não desobriga a pessoa inscrita de obter licenças, autorizações, permissões, concessões, alvarás e demais documentos exigíveis por instituições federais, estaduais, distritais ou municipais para o exercício de suas atividades

O Certificado de Regularidade emitido pelo CTF/APP não habilita o transporte e produtos e subprodutos florestais e faunísticos.

Chave de autenticação	XG942RRU6ATZALI7

CONTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE REVENDA DE MINERIOS entre INVESTIMÓVEIS EMPREENDIMENTOS S/A e TEREZINHA KUPICKI SIMÕES - ME.

VENDEDORA: **INVESTIMÓVEIS EMPREENDIMENTOS S/A**, situada na Rodovia PR281 KM 34, S/N, Boa Vista CEP 83.860-000 PIÊN - PR, inscrita no CNPJ sob o nº 77.161.461/0004-13, aqui representada por seu diretor MAURILIO DE OLIVEIRA SOARES MAIA, CPF:034.656.979-39 RG: 6.620.565-7;

REVENDEDORA: **TEREZINHA KUPICKI SIMÕES - ME**, situada na rua Com Boa Vista, sn, Boa Vista, PIÊN - PR, inscrita no CNPJ sob o nº 09.382.935/0001-54, aqui representada pelo sua sócia, TEREZINHA KUPICKI, CPF 762.894.789-15, e RG nº 23.768371.

CLÁUSULA PRIMEIRA: a **VENDEDORA** é detentora dos direitos de lavra decorrentes do processo DNPM 820.521/1986, concessão esta autorizada para as substâncias Granito e Serpentinito, sendo a jazida localizada na Rodovia PR 420, Campina dos Crispins, Piên-PR. A Vendedora detém a Licença de Instalação bem como a Licença Operacional outorgadas pelo órgão ambiental pertinente.

CLÁUSULA SEGUNDA: a **VENDEDORA** se compromete a fornecer à **REVENDEDORA**, na sua jazida, o material denominado "**Pedra Britada**" até o limite de 21.000 t (Vinte e Uma Mil) toneladas.

Parágrafo único: a quantidade indicada nesta Cláusula é para utilização *exclusiva no processo licitatório 2742/2021 (PP 102/2021) da Prefeitura Municipal de Piên/PR no período de 2021.*

CLÁUSULA TERCEIRA: o preço da venda, respectivo comissionamento, penalidades, responsabilidades e outras condições, serão tratadas entre as PARTES, através de CONTRATO específico.

CLÁUSULA QUARTA: o presente contrato irá vigorar pelo prazo de um ano ou pelo fornecimento da quantidade descrita na Cláusula Segunda, o que vier antes, obedecidas as condições estipuladas no contrato referido na Cláusula Terceira.

Fica eleito o FORO da Comarca de Curitiba/PR, como único competente, com expressa renúncia de qualquer outro, ainda que privilegiado.

PREF. MUN. DE PIÊN - PR
CONFERE COM O ORIGINAL
PREGOEIRO

E, por assim acharem justos e contratados, assinam o presente Contrato em 2 (duas) vias de igual teor.

Curitiba, 18 de Outubro de 2021.

PIÊN-PR

INVESTIMÓVEIS EMPREENDIMENTOS S/A

VENDEDORA

PIÊN-PR

TEREZINHA KUPICKI SIMÕES - ME

REVENDEDORA

TESTEMUNHAS:

NOME MARCELO DOMINSON

RG 4673411-1/PR

CPF 794565909-72

NOME

RG

CPFP

Reconheço como VERDADEIRA a(s) firma(s) de: TEREZINHA KUPICKI SIMÕES do que dou fé. Em test° ____ da verdade.
1052X.6AqtI.dv935-7VyyA.67MVC
COMARCA DE SÃO JOÃO DO TRIUNFO - PR
Piên, 21 de outubro de 2021
Elaine do Rocio Bueno Franco - Escrevente Substituta
0003204(001-000004+13)

PREF. MUN. DE PIÊN - PR
CONFERE COM O ORIGINAL
PREGOEIRO

SIMÕES TRANSPORTES
TEREZINHA KUPICKI SIMÕES ME CNPJ: 09.382.935/0001-54
Rua Com Boa Vista, sn, Boa Vista, Piên PR CEP 83.860-000
Tel: (41) 3632-1741 Cel: (41) 9623-3616 e-mail: simoestransporte@hotmail.com

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Pregão Presencial nº 102/2021

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de Proponente do procedimento licitatório em epígrafe, instaurado por este município, que:

a) não possuímos, em nosso Quadro de Pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em observância à Lei Federal n.º 9854, de 27.10.99, que altera a Lei n.º 8666/93;
b) nenhum de nossos sócios é servidor(a) ou dirigente de órgão do Município de Piên;
c) não estamos suspensos temporariamente de participar em licitação ou impedidos de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
d) não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, em qualquer e suas esferas;
e) até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo e estamos cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores. Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Piên, 26 de outubro de 2021

TEREZINHA KUPICKI SIMOES
RG: n.º 23768371

09 382 935/0001-54
TEREZINHA KUPICKI
SIMÕES - ME
RUA COM. BOA VISTA, S/N
CENTRO - CEP 83860-000
PIÊN - PARANÁ

EDUARDO DUARTE SCHEIVARASKI

De: Licitações Administração
Enviado em: quinta-feira, 4 de novembro de 2021 09:52
Para: 'simoestransportes@hotmail.com'; 'simoestransporte@hotmail.com'; 'extracao@extracaodeareia.com.br'; 'comercial@britadorfragosos.com.br'
Assunto: ENC: RECURSO PREGÃO 102/2021
Anexos: Recurso de Licitação - Extração x Prefeitura de Piên - Pregão nº 102-2021.pdf

Bom dia, em anexo o recurso apresentado, o prazo de contrarrazões é até dia 09/11.

Licitações e compras
Prefeitura Municipal de Piên/PR.

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Ao Pregoeiro Oficial da PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

D E C L A R A Ç Ã O

TEREZINHA KUPICKI SIMOES, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.382.935/0001-54 por intermédio de seu Representante Legal, Sr.(a).TEREZINHA KUPICKI SIMOES, portador(a) da Carteira de Identidade n.º 23768371, inscrito no CPF/MF sob o nº 762.894.789-15, DECLARA, para fins do disposto no Edital de Pregão Presencial nº 102/2021 sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

1. **(x) MICROEMPRESA**, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006;
2. **( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE,** conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006;
3. **( ) MICROEMPREENDOR INDIVIDUAL**, conforme § 1º do artigo 18-A da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006.

DECLARA ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.

Piên, 26 de outubro de 2021

TEREZINHA KUPICKI SIMOES
RG: n.º 23768371

JUNIOR SURA
RG: n.º 10272630-8

Importante: 1) A DECLARAÇÃO de enquadramento como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual, poderá ser objeto de diligência para confirmação da veracidade da mesma e implicará no tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar n.º 123/2006.
2) A DECLARAÇÃO de enquadramento como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual, falsa ou inverídica sujeitará a licitante às penalidades previstas neste Edital, bem como, às demais sanções penais cabíveis

DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO.

REF. PREGÃO Nº 102/2021

Sr. Pregoeiro,

Pela presente, declaramos que, nos termos do art. 4º, VII, da Lei nº 10.520/2002, a empresa TEREZINHA KUPICKI SIMOES cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o PREGÃO Nº 102/2021, cujo objeto é Registro de Preços para eventual aquisição de saibro e pedras para a manutenção das vias públicas municipais.

Piên, 26 de outubro de 2021

TEREZINHA KUPICKI SIMOES

Secretaria do Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

IAP INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ

Instituto Ambiental do Paraná
Diretoria de Controle de Recursos Ambientais

Licença de Operação
Nº 34211
Validade 09/05/2020
Protocolo 140128120

O Instituto Ambiental do Paraná - IAP, com base na legislação ambiental e demais normas pertinentes, e tendo em vista o contido no expediente protocolado sob o nº 140128120, expede a presente Licença de Operação à:

01 IDENTIFICAÇÃO DO AUTORIZADO

Razão Social - Pessoa Jurídica / Nome - Pessoa Física
INVESTIMOVEIS EMPREENDIMENTOS S/A

C.G.C. - Pessoa Jurídica / C.P.F. - Pessoa Física	Inscrição Estadual - Pessoa Jurídica / R.G. - Pessoa Física
77161461000170	ISENTO

Endereço
RUA DA PAZ, 393 AP 62

Bairro	Município	UF	Cep
CENTRO	CURITIBA	PR	80060140

02 IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Empreendimento
INVESTIMOVEIS EMPREENDIMENTOS S/A

Tipo de empreendimento/atividade
extração de serpentinito e granito

Endereço	Bairro
RODOVIA PR 420	CAMPINA DOS CRISPINS
Município	**Cep**
Piên	83860000

Corpo Hídrico do Entorno	Bacia Hidrográfica
Iguaçu	Iguaçu
Destino do Esgoto Sanitário	**Destino do Efluente Final**
**********	**********

03 REQUISITOS DO LICENCIAMENTO DE OPERAÇÃO

- Súmula desta licença deverá ser publicada no Diário Oficial do Estado e em jornal de grande circulação local ou regional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, nos termos da Resolução CONAMA nº 006/86.
- Esta LICENÇA DE OPERAÇÃO tem a validade acima mencionada, devendo a sua renovação ser solicitada ao IAP com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias.
- Quaisquer alterações ou expansões nos processos de produção ou volumes produzidos pela indústria e alterações ou expansões no empreendimento, deverão ser licenciados pelo IAP.
- Esta LICENÇA DE OPERAÇÃO deverá ser afixada em local visível

Detalhamento dos Requisitos de Licenciamento
S.P.I. - 14,012,812-0

Requerente: Investimóveis Empreendimentos S.A

Considerando:
- Documentação apresentada.
- Pareceres técnicos da MINEROPAR referente aos procedimentos de licença previa e de licença de instalação.

Favorável à emissão da licença de operação requerida para extração mineral de serpentino e granito e beneficiamento (britagem), no imóvel rural situado na Rodovia PR - 420, localidade de Campina dos Crispins, Município de Piên.

DNPM: 820.521/1986

Coordenadas: 22 J 658.554 7.111.980.

Condicionantes:
- Não poderá haver interferência na área de preservação permanente.
- Seguir rigorosamente o Plano de Controle Ambiental (PCA) e a sua complementação apresentados.
- As detonações deverão ser realizadas em horários pré-estabelecidos, com um perímetro de segurança contra ultralançamentos e com monitoramento permanente no que diz respeito às vibrações e aos ruídos decorrentes de cada.

TABELIONATO DE NOTAS E DE PROTESTO
Rua Sete de Setembro, nº84 - CEP 83540-000
Rio Branco do Sul - PR
19 OUT. 2021
Bel. Maria Nubia de Borges Lemos
Tabeliã
A presente fotocópia é reprodução fiel de documento apresentado neste tabelionato, nesta data.

Certificamos que o selo de autenticidade de Atos foi Afixado na última folha de documento entregue para a parte

Fernanda dos Santos Maurer
Escrevente

Secretaria do Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Instituto Ambiental do Paraná Diretoria de Controle de Recursos Ambientais	**Licença de Operação** Nº 34211 **Validade** 09/05/2020 **Protocolo** 140128120

tonação.
- Deverá ser evitada a emissão de particulados, tanto pela operação de lavra como no beneficiamento do minério.
- Aspersão de água nos pontos geradores de poeira no processo de beneficiamento.
- A praça de extração e as vias de circulação deverão ser umidificadas.
- Controle na atividade de transporte (carregamento e descarregamento).
- Adotar medidas de segurança técnica e operacional.
- Viabilizar plano de emergência para eventuais acidentes que possam ocorrer nos sistemas de infra-estrutura e operacional.
- Minimização do incomodo à vizinhança.
- Devera ser observado às Normas Reguladoras de Mineração.
- O imóvel rural objeto deste licenciamento de verá ser registrado no Sistema de Cadastro Ambiental Rural - SICAR/PR, até a data de 05/05/2016, de acordo com a Lei Federal nº 12.651/2012.
- A concessão desta licença não impedira exigências futuras, decorrentes do avanço tecnológico ou da modificação das condições ambientais.
- Esta licença não dispensa tão pouco substitui quaisquer outros documentos, alvarás e/ou certidões de qualquer natureza a que eventualmente esteja sujeita, exigidos pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal.
- O não cumprimento da Legislação Ambiental vigente estará sujeito às sanções previstas em Leis.

TABELIONATO DE NOTAS
MARCIA N. B. LEMOS
TITULAR
RIO BRANCO DO SUL - PR

Tabelionato de Notas Exclusivo para Autenticação de Cópia
FUC27275

Certifico que o selo de autenticidade [illegible] Atos foi utilizado na última folha de documento contendo para aporte

TABELIONATO DE NOTAS E DE PROTESTO
Rua Sete de Setembro, nº 34 - CEP 83540-000
Rio Branco do Sul - PR
10 MAI 2021
Bel. Marcia Nair de Borges Lemos
Tabeliã
Autorizo a reprodução fiel de documento apresentado nesta data.
Fernanda dos Santos Maurer
Escrevente

Local e data
CURITIBA, 09 de maio de 2016

O proprietário requerente acima qualificado não consta nesta data, como devedor no cadastro de autuações ambientais do Instituto Ambiental do Paraná.

Carimbo e assinatura do representante do IAP

Edilaine Vieira
Chefe do Escritório Regional de Curitiba
IAP

INSTITUTO ÁGUA E TERRA

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DO TURISMO

DECLARAÇÃO 042/2021

Declaramos para os devidos fins, que a empresa INVESTIMÓVEIS EMPREENDIMENTOS S/A., inscrita no CNPJ 77.161.461/0001-70, com sede localizada na Rua João Manuel , n° 243, 1° andar, sala 4, bairro São Francisco CEP 80.510-250, Curitiba – PR, protocolou neste IAT, sob o protocolo n° 16.472.591-0, o requerimento de renovação da Licença de Operação para extração de serpentinito (ANM n° 820.521/1986) no Município de Piên– PR, o qual encontra-se aguardando análise técnica junto a este órgão.

Sem mais para o momento, estamos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Curitiba, 02 de setembro de 2021.

Luiz Fornazzari Neto
Chefe Regional de Curitiba
INSTITUTO ÁGUA E TERRA
ERCBA

LUIZ FORNAZZARI NETO
Chefe do Escritório Regional de Curitiba
Instituto Água e Terra

À,
INVESTIMÓVEIS EMPREENDIMENTOS S/A
Rua João Manoel, n° 243, bairro São Francisco,
Curitiba-PR, CEP 80.510-250
LFN/izld

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ampwYnSCA9G396QMOtjDMQ&chave2=Ug8cwwsph_-ckGj5CvuIRA
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 31129030997-LAURO JOSE MAAHS|42083834968-DANILO LUIS MAAHS|00516556916-MARCOS HEINZ MAAHS|69075867972-ALFREDO JOSE MAAHS

15ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA "EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA" CNPJ 79.390.530/0001-43 NIRE 42200817706

MARCOS HEINZ MAAHS, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, nascido em 19/11/1980, maior, empresário, residente e domiciliado na Estrada Fundão, nº 4879, Bairro Mato Preto, Município de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP 89.285-365, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 01026930183 expedida pelo Departamento Nacional de Trânsito do Estado de Santa Catarina e CPF nº 005.165.569-16,

LAURO JOSÉ MAAHS, brasileiro, casado sob regime de comunhão de bens em 10/06/1989, nascido em 18/08/1959, maior, empresário, residente e domiciliado na Estrada Fundão, s/n, Bairro Mato Preto, Município de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP 89.285-365, portador da cédula de identidade Registro Geral nº 781.883, expedida pela Secretaria de Estado da Segurança Pública do Estado de Santa Catarina e CPF nº 311.290.309-97,

DANILO LUIS MAAHS, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens em 12/11/1994, nascido em 12/07/1962, maior, empresário, residente e domiciliado na Rua Capitão Ernesto Nunes, nº 795, Centro, Município de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP 89.280-409, portador da cédula de identidade Registro Geral nº 1.364.277, expedida pela Secretaria de Estado da Segurança Pública do Estado de Santa Catarina e CPF nº 420.838.349-68,

ALFREDO JOSE MAAHS, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, nascido em 19/03/1972, maior, empresário, residente e domiciliado na Estrada Fundão, nº 4929, Bairro Mato Preto, Município de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP 89.285-365, portador da cédula de identidade Registro Geral nº 2.373.631, expedida pela Secretaria de Estado da Segurança Pública do Estado de Santa Catarina e CPF nº 690.758.679-72, únicos sócios componentes da sociedade empresária limitada, denominada:

"EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA", com contrato social registrado na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob o nº 42200817706 em 05/06/1986 e alterações posteriores, inscrita no CNPJ nº 79.390.530/0001-43, com sede na Rodovia Municipal 100, nº 3983, Bairro Corredeira, Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, CEP 89.294-000, com filiais registradas na Junta Comercial do Paraná sob o nº 41900785466 em 29/10/2002 inscrita no CNPJ sob nº 79.390.530/0002-24, sob o nº 41901207695 em 18/04/2011 inscrita no CNPJ sob nº 79.390.530/0003-05, sob o nº 41900947814 em 13/07/2006 inscrita no CNPJ sob nº 79.390.530/0004-96, e filial registrada na Junta Comercial de Santa Catarina sob o nº 42901196996 em 15/05/2018 inscrita no CNPJ sob nº 79.390.530/0005-77 resolvem de comum acordo alterar seu contrato social primitivo, como segue:

CLÁUSULA I

O objeto social da matriz passa a ser:

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 08/06/2020
Certifico o Registro em 08/06/2020
Arquivamento 20204065283 Protocolo 204065283 de 01/06/2020 NIRE 42200817706
Nome da empresa EXTRACAO DE AREIA FUNDAO LTDA
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 419057055757203
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/06/2020 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral

15ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA "EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA" CNPJ 79.390.530/0001-43 NIRE 42200817706

- Extração de areia, cascalho e beneficiamento de areia industrial;
- Extração de saibro;
- Extração e britamento de pedras;
- Transporte rodoviário de cargas;
- Comércio atacadista de areia e pedra britada;
- Comércio varejista de areia e pedra britada;
- Comércio atacadista de cal, tijolos e telhas;
- Comércio varejista de cal, tijolos e telhas;
- Comércio atacadista de material de construção;
- Comércio varejista de material de construção;
- Preparação de massa de concreto e argamassa para construção;
- Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador;
- Aluguel de imóveis próprios;
- Serviços de Terraplenagem;
- Preparação de massa asfáltica;
- Usinagem de asfalto;
- Construção de rodovias e ferrovias;
- Serviço de bombeamento e aplicação de concreto;
- Comércio atacadista de adubos e fertilizantes;

Parágrafo único: As atividades de construção de rodovias e ferrovias e serviço de bombeamento e aplicação de concreto, serão realizadas exclusivamente no endereço do contratante.

CLÁUSULA II

O objeto social da filial 1 passa a ser:

* Filial 1, registrada na JUCEPAR sob o nº 41900785466 em 29/10/2002, inscrita no CNPJ sob nº 79.390.530/0002-24, estabelecida na Estrada Geral, s/n, na Localidade de Campinas dos Maia, Município de Piên, Estado do Paraná, CEP 83.860-000, o capital social é de R$10.000,00 (dez mil reais) e tem como objeto a Extração de saibro e pedra, e extração de areia, comércio atacadista de adubos e fertilizantes.

CLÁUSULA III

A partir do registro deste contrato, fica criada a filial:

* Filial 5, estabelecida na Rodovia BR 280, KM 219, S/N, Bairro Industrial 2, Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, CEP 89.466-456, e terá como objeto: Extração de areia, cascalho e beneficiamento de areia industrial, Extração de saibro, Extração e britamento de pedras, Transporte rodoviário de cargas, Comércio atacadista de areia e pedra britada, Comércio varejista de areia e pedra britada, Comércio atacadista de cal, tijolos e telhas, Comércio varejista de cal, tijolos e telhas, Comércio atacadista de material de construção, Comércio varejista de material de construção; Preparação de massa de concreto e argamassa para construção, Aluguel de

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 08/06/2020
Certifico o Registro em 08/06/2020
Arquivamento 20204065283 Protocolo 204065283 de 01/06/2020 NIRE 42200817706
Nome da empresa EXTRACAO DE AREIA FUNDAO LTDA
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 419057055757203
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/06/2020 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral

15ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA "EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA"
CNPJ 79.390.530/0001-43 NIRE 42200817706

máquinas e equipamentos para construção sem operador, Preparação de massa asfáltica, Usinagem de asfalto, Construção de rodovias e ferrovias, Serviço de bombeamento e aplicação de concreto.

CLÁUSULA IV

No caso de falecimento de sócio, sua interdição, incapacidade civil, separação, divórcio ou dissolução de união estável, os seus herdeiros, meeiro(a), cônjuge ou companheiro(a), ex-cônjuge ou ex-companheiro(a), não ingressarão na Sociedade, mas terão os seus haveres apurados e liquidados com base na situação patrimonial da sociedade, verificada em balanço especialmente levantado para esse fim, na data do evento.
Parágrafo Primeiro: No caso de retirada ou exclusão de sócio, seus haveres serão apurados na forma do "caput" da presente Cláusula.
Parágrafo Segundo: Os haveres referidos no caput desta cláusula e seu parágrafo primeiro, serão pagos em 180 parcelas mensais e sucessivas, com correção monetária pela poupança, devendo a primeira parcela ser paga até 120 dias da data do evento, facultado aos sócios remanescentes ou a sociedade pagar tais haveres em bens móveis ou imóveis.

CLÁUSULA V

O exercício social coincidirá com o ano civil, encerrando-se no dia 31 de dezembro, sendo que ao término de cada exercício os administradores prestarão contas justificadas de sua administração. Ao término de cada exercício social, proceder-se-á ao levantamento de um balanço geral, para a verificação dos lucros ou prejuízos. Poderão ser feitos balanços em períodos menores, inclusive mensais, por decisão dos sócios.
Parágrafo Primeiro: Por decisão dos sócios, poderá haver distribuição de lucros em periodicidade mensal, tendo como base o lucro de exercícios anteriores ou por conta de período base ainda não encerrado, a título de antecipação, podendo ser distribuídos aos sócios de forma desproporcional às suas quotas de capital, de acordo com deliberação destes, ou terão a aplicação que os sócios, de comum acordo, ou por maioria, determinarem.
Parágrafo Segundo: A forma de distribuição dos lucros desproporcional às quotas de capital social será decidida em reunião, porém, torna-se desnecessária quando todos os sócios deliberarem por escrito.
Parágrafo Terceiro: Se o resultado do exercício apresentar prejuízo, este será compensado com lucros acumulados de exercícios anteriores, com reserva de lucros, e nesta ordem. O saldo de prejuízo que porventura remanescer será mantido em conta de prejuízos acumulados para compensação com lucros de exercícios seguintes.

CLÁUSULA VI

Em vista da modificação ora ajustada, consolida-se o contrato social e suas alterações, com a seguinte redação:

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 08/06/2020
Certifico o Registro em 08/06/2020
Arquivamento 20204065283 Protocolo 204065283 de 01/06/2020 NIRE 42200817706
Nome da empresa EXTRACAO DE AREIA FUNDAO LTDA
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 419057055757203
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/06/2020 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral

15ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA "EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA"
CNPJ 79.390.530/0001-43 NIRE 42200817706

CONSOLIDAÇÃO

MARCOS HEINZ MAAHS, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, nascido em 19/11/1980, maior, empresário, residente e domiciliado na Estrada Fundão, nº 4879, Bairro Mato Preto, Município de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP 89.285-365, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 01026930183 expedida pelo Departamento Nacional de Trânsito do Estado de Santa Catarina e CPF nº 005.165.569-16,

LAURO JOSÉ MAAHS, brasileiro, casado sob regime de comunhão de bens em 10/06/1989, nascido em 18/08/1959, maior, empresário, residente e domiciliado na Estrada Fundão, s/n, Bairro Mato Preto, Município de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP 89.285-365, portador da cédula de identidade Registro Geral nº 781.883, expedida pela Secretaria de Estado da Segurança Pública do Estado de Santa Catarina e CPF nº 311.290.309-97,

DANILO LUIS MAAHS, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens em 12/11/1994, nascido em 12/07/1962, maior, empresário, residente e domiciliado na Rua Capitão Ernesto Nunes, nº 795, Centro, Município de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP 89.280-409, portador da cédula de identidade Registro Geral nº 1.364.277, expedida pela Secretaria de Estado da Segurança Pública do Estado de Santa Catarina e CPF nº 420.838.349-68,

ALFREDO JOSE MAAHS, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, nascido em 19/03/1972, maior, empresário, residente e domiciliado na Estrada Fundão, nº 4929, Bairro Mato Preto, Município de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP 89.285-365, portador da cédula de identidade Registro Geral nº 2.373.631, expedida pela Secretaria de Estado da Segurança Pública do Estado de Santa Catarina e CPF nº 690.758.679-72, únicos sócios componentes da sociedade empresária limitada.

CLÁUSULA I

A empresa gira sob o nome empresarial "**EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA**"
Parágrafo único: A Sociedade será regida por este contrato social, pelo Código Civil aprovado pela Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002, demais normas legais aplicáveis e com Regência Supletiva da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

CLÁUSULA II

A sociedade tem sua sede na Rodovia Municipal 100, nº 3983, Bairro Corredeira, Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, CEP 89.294-000.

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina
Certifico o Registro em 08/06/2020
Arquivamento 20204065283 Protocolo 204065283 de 01/06/2020 NIRE 42200817706
Nome da empresa EXTRACAO DE AREIA FUNDAO LTDA
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 419057055757203
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/06/2020 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral

08/06/2020

15ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA "EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA"
CNPJ 79.390.530/0001-43 NIRE 42200817706

CLÁUSULA III

O objeto da empresa é:

- Extração de areia, cascalho e beneficiamento de areia industrial;
- Extração de saibro;
- Extração e britamento de pedras;
- Transporte rodoviário de cargas;
- Comércio atacadista de areia e pedra britada;
- Comércio varejista de areia e pedra britada;
- Comércio atacadista de cal, tijolos e telhas;
- Comércio varejista de cal, tijolos e telhas;
- Comércio atacadista de material de construção;
- Comércio varejista de material de construção;
- Preparação de massa de concreto e argamassa para construção;
- Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador;
- Aluguel de imóveis próprios;
- Serviços de Terraplenagem;
- Preparação de massa asfáltica;
- Usinagem de asfalto;
- Construção de rodovias e ferrovias;
- Serviço de bombeamento e aplicação de concreto;
- Comércio atacadista de adubos e fertilizantes;

Parágrafo único: As atividades de construção de rodovias e ferrovias e serviço de bombeamento e aplicação de concreto, serão realizadas exclusivamente no endereço do contratante.

CLÁUSULA IV

O capital social, totalmente integralizado em moeda corrente nacional, no valor de R$90.000,00 (noventa mil reais), dividido em 90.000 (noventa mil) quotas no valor nominal de R$1,00 (um real), cada uma, totalizando R$90.000,00 (noventa mil reais), fica assim distribuído entre os sócios:

COMPOSIÇÃO SOCIETÁRIA

Sócios	Nº Quotas	%	Vlr Unit.	Vlr Total
Lauro José Maahs	22.500	25,00	1,00	22.500,00
Danilo Luis Maahs	22.500	25,00	1,00	22.500,00
Alfredo José Maahs	22.500	25,00	1,00	22.500,00
Marcos Heinz Maahs	22.500	25,00	1,00	22.500,00
T o t a l i z a n d o	**90.000**	**100,00**	**1,00**	**90.000,00**

Parágrafo único – As quotas sociais não poderão ser cedidas ou nomeadas pelos sócios como garantia de dívidas pessoais.

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 08/06/2020
Certifico o Registro em 08/06/2020
Arquivamento 20204065283 Protocolo 204065283 de 01/06/2020 NIRE 42200817706
Nome da empresa EXTRACAO DE AREIA FUNDAO LTDA
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 419057055757203
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/06/2020 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral

15ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA "EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA" CNPJ 79.390.530/0001-43 NIRE 42200817706

CLÁUSULA V

A sociedade iniciou suas atividades em 01 de Abril de 1986 e o seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

CLÁUSULA VI

A empresa possui cinco filiais, sendo:

* Filial 1, registrada na JUCEPAR sob o nº 41900785466 em 29/10/2002, inscrita no CNPJ sob nº 79.390.530/0002-24, estabelecida na Estrada Geral, s/n, na Localidade de Campinas dos Maia, Município de Piên, Estado do Paraná, CEP 83.860-000, o capital social é de R$10.000,00 (dez mil reais) e tem como objeto a Extração de saibro e pedra, e extração de areia, comércio atacadista de adubos e fertilizantes.

* Filial 2, registrada na JUCEPAR sob o nº 41901207695 em 18/04/2011, inscrita no CNPJ sob nº 79.390.530/0003-05, estabelecida na Estrada Piên, s/n, Bairro Poço Frio, Município de Piên, Estado do Paraná, CEP 83.860-000, e tem como objeto a Extração de areia, saibro e pedra.

* Filial 3, registrada na JUCEPAR sob o nº 41900947814 em 13/07/2006, inscrita no CNPJ sob nº 79.390.530/0004-96, estabelecida na Estrada Geral Campo Novo, s/n, Bairro Campo Novo, Município de Piên, Estado do Paraná, CEP 83.860-000, e tem como objeto a Extração de areia, saibro e pedra.

* Filial 4, registrada na Junta Comercial de Santa Catarina sob o nº 42901196996 em 15/05/2018, inscrita no CNPJ sob nº 79.390.530/0005-77, estabelecida na Avenida São Bento, nº 1639, Bairro Rio Negro, Município de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP 89.287-350, e tem como objeto: Comércio atacadista de areia e pedra britada, Comércio varejista de areia e pedra britada, Comércio atacadista de material de construção e Comércio varejista de material de construção.

* Filial 5, estabelecida na Rodovia BR 280, KM 219, S/N, Bairro Industrial 2, Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, CEP 89.466-456, e terá como objeto: Extração de areia, cascalho e beneficiamento de areia industrial, Extração de saibro, Extração e britamento de pedras, Transporte rodoviário de cargas, Comércio atacadista de areia e pedra britada, Comércio varejista de areia e pedra britada, Comércio atacadista de cal, tijolos e telhas, Comércio varejista de cal, tijolos e telhas, Comércio atacadista de material de construção, Comércio varejista de material de construção; Preparação de massa de concreto e argamassa para construção, Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, Preparação de massa asfáltica, Usinagem de asfalto, Construção de rodovias e ferrovias, Serviço de bombeamento e aplicação de concreto.
A filial está sendo constituída neste ato.

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 08/06/2020
Certifico o Registro em 08/06/2020
Arquivamento 20204065283 Protocolo 204065283 de 01/06/2020 NIRE 42200817706
Nome da empresa EXTRACAO DE AREIA FUNDAO LTDA
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 419057055757203
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/06/2020 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral

15ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA "EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA"
CNPJ 79.390.530/0001-43 NIRE 42200817706

CLÁUSULA VII

A sociedade poderá delegar os poderes de administração a terceiros não sócios, mediante outorga de procuração, observando-se o previsto no art. 1.061 da Lei 10.406/2002.

CLÁUSULA VIII

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA IX

A administração da sociedade caberá ao sócio **MARCOS HEINZ MAAHS**, o qual fica dispensado de caução.
Parágrafo Primeiro: O administrador tem amplos poderes para administrar a sociedade, representando-a em juízo ou fora dele, podendo hipotecar, penhorar ou onerar os bens que constituem o patrimônio social, em contratos de financiamentos com estabelecimentos bancários ou entidades financeiras autorizadas a operar no país, representar a sociedade ativa e passivamente em todos os atos que lhe digam respeito, praticar operações de comércio e de crédito, para isso assinando documentos de quaisquer espécie, escrituras públicas ou particulares, emitindo, aceitando e endossando cheques, duplicatas, enfim, quaisquer títulos de comércio e de crédito, movimentando contas correntes em bancos e outros estabelecimentos de crédito ou privados.
Parágrafo Segundo: É vedado ao administrador a prestação de avais, fiança ou garantia em negócios estranhos ao objeto social.
Parágrafo Terceiro: O administrador poderá constituir e destituir procuradores.
Parágrafo Quarto: A administração da Sociedade poderá ser exercida por sócios e não sócios, eleitos pelo voto correspondente à maioria do Capital Social.
Parágrafo Quinto: Ocorrendo impedimento legal ou permanente do sócio **MARCOS HEINZ MAAHS**, a sociedade será administrada pelos sócios **LAURO JOSÉ MAAHS, DANILO LUIS MAAHS** e **ALFREDO JOSÉ MAAHS**, que ingressarão na administração da sociedade, mediante arquivamento de alteração contratual, ficando dispensados de prestar caução, os quais assinarão sempre em conjunto.

CLÁUSULA X

O exercício social coincidirá com o ano civil, encerrando-se no dia 31 de dezembro, sendo que ao término de cada exercício os administradores prestarão contas justificadas de sua administração. Ao término de cada exercício social, proceder-se-á ao levantamento de um balanço geral, para a verificação dos lucros ou prejuízos. Poderão ser feitos balanços em períodos menores, inclusive mensais, por decisão dos sócios.
Parágrafo Primeiro: Por decisão dos sócios, poderá haver distribuição de lucros em periodicidade mensal, tendo como base o lucro de exercícios anteriores ou por conta de período base ainda não encerrado, a título de antecipação, podendo ser distribuídos aos

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 08/06/2020
Certifico o Registro em 08/06/2020
Arquivamento 20204065283 Protocolo 204065283 de 01/06/2020 NIRE 42200817706
Nome da empresa EXTRACAO DE AREIA FUNDAO LTDA
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 419057055757203
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/06/2020 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral

sócios de forma desproporcional às suas quotas de capital, de acordo com deliberação destes, ou terão a aplicação que os sócios, de comum acordo, ou por maioria, determinarem.

Parágrafo Segundo: A forma de distribuição dos lucros desproporcional às quotas de capital social será decidida em reunião, porém, torna-se desnecessária quando todos os sócios deliberarem por escrito.

Parágrafo Terceiro: Se o resultado do exercício apresentar prejuízo, este será compensado com lucros acumulados de exercícios anteriores, com reserva de lucros, e nesta ordem. O saldo de prejuízo que porventura remanescer será mantido em conta de prejuízos acumulados para compensação com lucros de exercícios seguintes.

CLÁUSULA XI

Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador(es) quando for o caso.

CLÁUSULA XII

A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filiais ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLÁUSULA XIII

Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "pró-labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA XIV

No caso de falecimento de sócio, sua interdição, incapacidade civil, separação, divórcio ou dissolução de união estável, os seus herdeiros, meeiro(a), cônjuge ou companheiro(a), ex-cônjuge ou ex-companheiro(a), não ingressarão na Sociedade, mas terão os seus haveres apurados e liquidados com base na situação patrimonial da sociedade, verificada em balanço especialmente levantado para esse fim, na data do evento.

Parágrafo Primeiro: No caso de retirada ou exclusão de sócio, seus haveres serão apurados na forma do "caput" da presente Cláusula.

Parágrafo Segundo: Os haveres referidos no caput desta cláusula e seu parágrafo primeiro, serão pagos em 180 parcelas mensais e sucessivas, com correção monetária pela poupança, devendo a primeira parcela ser paga até 120 dias da data do evento, facultado aos sócios remanescentes ou a sociedade pagar tais haveres em bens móveis ou imóveis.

CLÁUSULA XV

As quotas sociais são indivisíveis e, as quotas e os direitos de subscrição somente poderão ser cedidos a terceiros após terem sido ofertados preferencialmente aos sócios

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 08/06/2020
Certifico o Registro em 08/06/2020
Arquivamento 20204065283 Protocolo 204065283 de 01/06/2020 NIRE 42200817706
Nome da empresa EXTRACAO DE AREIA FUNDAO LTDA
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 419057055757203
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/06/2020 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral

15ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA "EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA" CNPJ 79.390.530/0001-43 NIRE 42200817706

atuais segundo o seu percentual de participação, com prazo de 15 (quinze) dias, para exercerem o direito de preferência. Após o prazo de 26 (vinte e seis) dias e em igualdade de condições, poderão ser ofertados a terceiros, estranhos a sociedade, como se sociedade de capital pura fosse. A notificação conterá a quantidade quotas e/ou o direito de subscrição e o preço por elas proposto.

Parágrafo Primeiro: Se todos os sócios manifestarem seu direito de preferência, a cessão das quotas e/ou direitos de subscrição se fará na proporção das quotas que então possuírem. Se nem todos exercerem o direito de preferência, os demais sócios poderão, no prazo adicional de 10 (dez) dias, adquirir, pró-rata, as quotas e/ou direitos que sobejarem.

Parágrafo Segundo: Não exercido o direito de preferência pelos sócios, o cedente está automaticamente autorizado a efetivar a cessão a terceiro, pelo preço mínimo indicado anteriormente.

Parágrafo Terceiro: Se não efetivada a cessão nesse preço ofertado e persistir o sócio na intenção de alienar suas quotas sociais, todo o procedimento, referente ao exercício do direito de preferência, terá que ser renovado e repetido, tendo em vista a nova oferta de preço mínimo.

Parágrafo Quarto: Decorrido o prazo de preferência, e assumida pelos sócios ou por terceiros, a totalidade do aumento, haverá reunião dos sócios para que seja aprovada a modificação do contrato, nos termos do art. 1.081 da Lei 10.406/2002.

CLÁUSULA XVI

O administrador declara sob as penas da lei, de que não estão impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA XVII

Mediante a aprovação da maioria do capital social, qualquer sócio poderá ser excluído da Sociedade por justa causa, assegurada ampla defesa.

Parágrafo Primeiro – Os sócios, com base no direito à liberdade de contratar, elegem como justa causa, entre outros, os seguintes motivos:

1 – Falência do sócio pessoa jurídica ou notória insolvência, quando sócio pessoa física;
2 – O não cumprimento de qualquer dever ou obrigação imposta aos sócios pela lei ou este Contrato Social;
3 – A quebra do Affectio Societatis;
4 – Uso indevido da denominação social.

Parágrafo Segundo – A convocação para reunião poderá ser por:

1- Carta registrada com aviso de recebimento; ou
2- Correspondência entregue contra recibo; ou

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 08/06/2020
Certifico o Registro em 08/06/2020
Arquivamento 20204065283 Protocolo 204065283 de 01/06/2020 NIRE 42200817706
Nome da empresa EXTRACAO DE AREIA FUNDAO LTDA
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 419057055757203
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/06/2020 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral

15ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA "EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA" CNPJ 79.390.530/0001-43 NIRE 42200817706

3- Notificação judicial ou extrajudicial.

CLÁUSULA XVIII

Fica eleito o foro de São Bento do Sul/SC para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 01 (uma) via.

Campo Alegre/SC, 19 de Maio de 2020.

Marcos Heinz Maahs CPF nº 005.165.569-16 CNH nº 01026930183 DETRAN/SC	Danilo Luis Maahs CPF nº 420.838.349-68 RG nº 1.364.277 SESP/SC
Alfredo José Maahs CPF nº 690.758.679-72 RG nº 2.373.631 SESP/SC	Lauro José Maahs CPF nº 311.290.309-97 RG nº 781.883 SESP/SC

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 08/06/2020
Certifico o Registro em 08/06/2020
Arquivamento 20204065283 Protocolo 204065283 de 01/06/2020 NIRE 42200817706
Nome da empresa EXTRACAO DE AREIA FUNDAO LTDA
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 419057055757203
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/06/2020 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral

JUCESC
Junta Comercial do Estado de
SANTA CATARINA

204065283

TERMO DE AUTENTICACAO

NOME DA EMPRESA	EXTRACAO DE AREIA FUNDAO LTDA
PROTOCOLO	204065283 - 01/06/2020
ATO	002 - ALTERACAO
EVENTO	021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)

MATRIZ

NIRE 42200817706
CNPJ 79.390.530/0001-43
CERTIFICO O REGISTRO EM 08/06/2020
SOB N: 20204065283

EVENTOS

023 - ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SEDE ARQUIVAMENTO: 42901288653
027 - ALTERACAO DE FILIAL EM OUTRA UF ARQUIVAMENTO:
051 - CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO ARQUIVAMENTO: 20204065283

FILIAIS NA UF

NIRE 42901288653
CNPJ 79.390.530/0006-58
ENDERECO: RODOVIA BR-280, CANOINHAS - SC
EVENTO 023 - ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SEDE

FILIAIS FORA DA UF

NIRE 41900785466
CNPJ 79.390.530/0002-24
ENDERECO: ESTRADA GERAL, PIEN - PR
EVENTO 030 - ALTERACAO DE FILIAL COM SEDE EM OUTRA UF

REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 00516556916 - MARCOS HEINZ MAAHS
Cpf: 31129030997 - LAURO JOSE MAAHS
Cpf: 42083834968 - DANILO LUIS MAAHS
Cpf: 69075867972 - ALFREDO JOSE MAAHS

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 08/06/2020
Certifico o Registro em 08/06/2020
Arquivamento 20204065283 Protocolo 204065283 de 01/06/2020 NIRE 42200817706
Nome da empresa EXTRACAO DE AREIA FUNDAO LTDA
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 419057055757203
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/06/2020 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral

Extração de Areia Fundão Ltda
CNPJ: 79.390.530/0001-43
Ins.Estadual: 251.353.362
Rodovia Municipal 100, 3983
Bairro :Corredeiras
Campo Alegre – SC
(47) 3635-1348 / (47) 3635-1001
e-mail: extracao@extracaodeareia.com.br

ANEXO IV

PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

Por este instrumento particular de Procuração, a Extração de Areia Fundão Ltda, com sede na Rodovia Municipal 100, nº 3983, inscrita no CNPJ 79.390.530/0001-43, Inscrição estadual sob nº 251.353.362 e inscrição municipal nº 3954, representada neste ato por seu diretor MARCOS HEINZ MAAHS, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.520.106 e CPF nº 005.165.569-16, nomeia e constitui sua bastante Procuradora a Sra. Bruna Mirele Jantsch, portadora da Cédula de Identidade RG nº 5950644 e CPF nº 081.453.979-36, a quem confere amplos poderes para representar a EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA perante a Prefeitura Municipal de Piên, no que se referir ao PREGÃO nº 102/2021, com poderes para tomar qualquer decisão durante todas as fases do PREGÃO, inclusive apresentar DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, os envelopes PROPOSTA DE PREÇOS e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO em nome da Outorgante, formular verbalmente lances ou ofertas na etapa de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na etapa de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na etapa de lance, negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão e **atas de registro de preços**, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo PREGOEIRO, enfim, praticar os demais atos pertinentes ao certame, em nome da Outorgante.

A presente Procuração é válida até o dia 27 de Outubro de 2021.

Campo Alegre, 26 de Outubro de 2021.

MARCOS HEINZ MAAHS: 00516556916

Assinado digitalmente por MARCOS HEINZ MAAHS: 00516556916
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, OU=AC SOLUTI, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=20181735000178, OU=Certificado PF A3, CN=MARCOS HEINZ MAAHS:00516556916
Razão: Eu estou aprovando este documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2021-10-25 13:00:04
Foxit Reader Versão: 9.7.0

MARCOS HEINZ MAAHS
RG: 3.520.106
CPF: 005.165.569-16

Extração de Areia Fundão Ltda
CNPJ: 79.390.530/0001-43
Ins.Estadual: 251.353.362
Rodovia Municipal 100, 3983
Bairro :Corredeiras
Campo Alegre – SC
(47) 3635-1348 / (47) 3635-1001
e-mail: extracao@extracaodeareia.com.br

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Pregão Presencial 102/2021

Pela presente, declaramos que, nos termos do art.4º, VII, da Lei nº 10.520/2002, a empresa extração de Areia Fundão Ltda, CNPJ 79.390.530/0001-43, sediada na Rodovia Municipal 100, nº 3983, bairro Corredeiras, Municipio de Campo Alegre-SC, cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o Pregão nº 102/2021, cujo objeto é Saibro britado, Pedra 4A, Arenito Britado (Areião) e Rachãozinho.

Campo Alegre, 26 de Outubro de 2021

MARCOS HEINZ MAAHS
RG: 3.520.106
CPF: 005.165.569-16

79 390 530/0001-43
251 353 362
EXTRAÇÃO DE AREIA
FUNDÃO LTDA.
Localidade de Corredeiras
Bairro Corredeiras - Campo Alegre - SC
Fone 47 3635-1348

MAVAHS

CONCRETO, AREIA E BRITA

134

EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA
RODOVIA MUNICIPAL 100, Nº 3983
BAIRRO CORREDEIRAS – CAMPO ALEGRE-SC
PREGÃO PRESENCIAL Nº 102/2021
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN
ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA DE PREÇOS
DATA: 26/10/2021

Extração de Areia Fundão Ltda
CNPJ: 79.390.530/0001-43
Ins.Estadual: 251.353.362
Rodovia Municipal 100, 3983
Bairro :Corredeiras
Campo Alegre – SC
(47) 3635-1348 / (47) 3635-1001
e-mail: extracao@extracaodeareia.com.br

ANEXO VI

Ao Municipio de Piên
Sr.Pregoeiro,

Ref.:PREGÃO Nº 102/2021

Apresentamos e submetemos à apreciação de V.Sª nossa proposta de preços, a preços fixos e sem reajuste, relativa à licitação em epígrafe, cujo objeto é Saibro Britado, Pedra 4ª, Arenito Britado (Areião) e rachaozinho.

Empresa Proponente: EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA
Endereço: Rodovia Municipal 100, nº 3983
Bairro: Corredeiras Municipio: Campo Alegre-SC CEP:89.294-000
Telefone: (47)36351348 / 36351001 / 999795010 / 30631273
CNPJ:79.390.530/0001-43 Inscrição Estadual: 251.353.362
e-mail para envio das notas de empenho: nfe@extracaodeareia.com.br
DADOS BANCÁRIOS:
Banco: Banco do Brasil Agência: 0674-2 Conta: 6910-8
Representante para fins de Assinatura do Contrato:
Nome: Marcos Heinz Maahs Cargo: Sócio/Diretor CPF: 005.165.569-16 RG: 3.520.106

Item	Descrição	Unidade	Quant. Estimada	Valor Unitário	Valor Total	Marca/ Modelo
01	Saibro Britado	Ton	12.000	R$ 32,10	R$ 385.200,00	MAAHS
02	Pedra 4A	Ton	5.000	R$ 37,26	R$ 186.300,00	MAAHS
03	Arenito Britado (Areião)	Ton	5.000	R$ 35,26	R$ 176.300,00	MAAHS

79 390 530/0001-43
251 353 362
EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA.
Localidade de Corredeiras
Bairro Corredeiras - Campo Alegre - SC
Fone 47 3635-1348

04	Rachãozinho	Ton	4.000	R$ 37,79	R$ 151.160,00	MAAHS
TOTAL					**R$ 898.960,00**	

VALOR TOTAL DOS ITENS: R$ 898.960,00 (OITOCENTOS E NOVENTA E OITO MIL, NOVECENTOS E SESSENTA REAIS)

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias.
Na proposta estão inclusos todos os custos diretos e indiretos relativos ao cumprimento integral do objeto do pregão, entre outras despesas, tributos de qualquer natureza, encargos sociais e comerciais, etc.
Declaramos estar de acordo com todas as cláusulas do edital.
Declaramos ainda, responsabilidade por todas as informações contidas nesta proposta, inclusive pelo e-mail indicado para envio das notas de empenho.

Campo Alegre, 26 de Outubro de 2021.

EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA
CNPJ:79.390.530/0001-43
MARCOS HEINZ MAAHS
Sócio/Diretor
RG: 3.520.106
CPF: 005.165.569-16

79 390 530/0001-43
251 353 362
EXTRAÇÃO DE AREIA
FUNDÃO LTDA.
Localidade de Corredeiras
Bairro Corredeiras - Campo Alegre - SC
Fone 47 3635-1348

MAVAHS

CONCRETO, AREIA E BRITA

137

EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA
RODOVIA MUNICIPAL 100, Nº 3983
BAIRRO CORREDEIRAS – CAMPO ALEGRE-SC
PREGÃO PRESENCIAL Nº 102/2021
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN
ENVELOPE Nº 02 – HABILITAÇÃO
DATA: 26/10/2021

138

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
79.390.530/0001-43 **MATRIZ**		**04/06/1986**

NOME EMPRESARIAL
EXTRACAO DE AREIA FUNDAO LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
********	**DEMAIS**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
08.10-0-06 - Extração de areia, cascalho ou pedregulho e beneficiamento associado

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
08.10-0-08 - Extração de saibro e beneficiamento associado
08.10-0-99 - Extração e britamento de pedras e outros materiais para construção e beneficiamento associado
23.30-3-05 - Preparação de massa de concreto e argamassa para construção
23.99-1-99 - Fabricação de outros produtos de minerais não-metálicos não especificados anteriormente
42.11-1-01 - Construção de rodovias e ferrovias
43.13-4-00 - Obras de terraplenagem
43.99-1-99 - Serviços especializados para construção não especificados anteriormente
46.79-6-04 - Comércio atacadista especializado de materiais de construção não especificados anteriormente
46.83-4-00 - Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo
47.44-0-04 - Comércio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas
47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral (Dispensada *)
49.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional
68.10-2-02 - Aluguel de imóveis próprios (Dispensada *)
77.32-2-01 - Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
ROD MUNICIPAL 100	**3983**	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
89.294-000	**CORREDEIRA**	**CAMPO ALEGRE**	**SC**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
extracao@extracaodeareia.com.br	**(47) 3635-1348/ (47) 3635-1348**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**07/12/2002**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

(*) A dispensa de alvarás e licenças é direito do empreendedor que atende aos requisitos constantes na Resolução CGSIM nº 51, de 11 de junho de 2019, ou da legislação própria encaminhada ao CGSIM pelos entes federativos, não tendo a Receita Federal qualquer responsabilidade quanto às atividades dispensadas.

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

139

Voltar | Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 79.390.530/0001-43
Razão Social: EXTRACAO DE AREIA FUNDAO LTDA
Endereço: LOC CORREDEIRAS SN / CORREDEIRAS / CAMPO ALEGRE / SC / 89294-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 12/10/2021 a 10/11/2021

Certificação Número: 2021101202023980337973

Informação obtida em 13/10/2021 15:58:45

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: EXTRACAO DE AREIA FUNDAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 79.390.530/0001-43
Certidão nº: 35152216/2021
Expedição: 11/10/2021, às 14:43:01
Validade: 08/04/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **EXTRACAO DE AREIA FUNDAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **79.390.530/0001-43, NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: EXTRACAO DE AREIA FUNDAO LTDA
CNPJ: 79.390.530/0001-43

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 08:15:10 do dia 04/10/2021 <hora e data de Brasília>.
Válida até 02/04/2022.
Código de controle da certidão: **F724.A51D.B825.3BDD**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS ESTADUAIS

Nome (razão social): **EXTRACAO DE AREIA FUNDAO LTDA**
CNPJ/CPF: **79.390.530/0001-43**

Ressalvando o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam, na presente data, pendências em nome do contribuinte acima identificado, relativas aos tributos, dívida ativa e demais débitos administrados pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Dispositivo Legal:	**Lei nº 3938/66, Art. 154**
Número da certidão:	**210140143831817**
Data de emissão:	**10/10/2021 03:01:39**
Validade (Lei nº 3938/66, Art. 158, modificado pelo artigo 18 da Lei n 15.510/11.):	**09/12/2021**

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria de Estado da Fazenda na Internet, no endereço: http://www.sef.sc.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente
Impresso em: 11/10/2021 14:40:17

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA DE FINANÇAS

143

Data: 14/09/2021 15h21min

Número	Validade
4180	13/03/2022

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Nome / Razão Social

EXTRACAO DE AREIA FUNDAO LTDA CNPJ: 79.390.530/0001-43

Aviso

Sem débitos pendentes até a presente data.

Comprovação Junto à | Finalidade

Mensagem

Certificamos que até a presente data não constam débitos tributários relativos às inscrições abaixo caracterizadas.

A Fazenda Municipal se reserva o direito de cobrar débitos que venham a ser constatados, mesmo se referentes a períodos compreendidos nesta certidão.

Inscrições

Contribuinte: 3954 - EXTRACAO DE AREIA FUNDAO LTDA
Endereço: Rodovia MUNICIPAL 100, 3.983* - Bairro CORREDEIRA - CEP 89.294-000

Econômico: 3954 - Extração de areia, cascalho ou pedregulho e beneficiamento associado
Endereço: Rodovia MUNICIPAL 100, 3.983* - Bairro CORREDEIRA - CEP 89.294-000

Código de Controle

DEA13RI0OSWT0031

A validade do documento pode ser consultada no site da prefeitura por meio do código de controle informado.
http://www.campoalegre.sc.gov.br

Campo Alegre (SC), 14 de Setembro de 2021

144

JUCESC

Secretaría da Micro e Pequena Empresa
Secretaría de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração

CERTIDÃO SIMPLIFICADA DIGITAL

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

EMPRESA

Nome Empresarial: EXTRACAO DE AREIA FUNDAO LTDA

Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

NIRE(sede)	CNPJ	Arquivamento do ato Constituitivo	Inicio da atividade
42200817706	79.390.530/0001-43	05/06/1986	01/04/1986

Endereço:
RODOVIA MUNICIPAL 100, 3983, CORREDEIRA, CAMPO ALEGRE, SC - CEP: 89294000

OBJETO SOCIAL

- EXTRAÇÃO DE AREIA, CASCALHO E BENEFICIAMENTO DE AREIA INDUSTRIAL; - EXTRAÇÃO DE SAIBRO; - EXTRAÇÃO E BRITAMENTO DE PEDRAS; - TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS; - COMÉRCIO ATACADISTA DE AREIA E PEDRA BRITADA; - COMÉRCIO VAREJISTA DE AREIA E PEDRA BRITADA; - COMÉRCIO ATACADISTA DE CAL, TIJOLOS E TELHAS; - COMÉRCIO VAREJISTA DE CAL, TIJOLOS E TELHAS; - COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO; - COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO; - PREPARAÇÃO DE MASSA DE CONCRETO E ARGAMASSA PARA CONSTRUÇÃO; - ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO SEM OPERADOR; - ALUGUEL DE IMÓVEIS PRÓPRIOS; - SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM; - PREPARAÇÃO DE MASSA ASFÁLTICA; - USINAGEM DE ASFALTO; - CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS; - SERVIÇO DE BOMBEAMENTO E APLICAÇÃO DE CONCRETO; - COMÉRCIO ATACADISTA DE ADUBOS E FERTILIZANTES; PARÁGRAFO ÚNICO: AS ATIVIDADES DE CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS E SERVIÇO DE BOMBEAMENTO E APLICAÇÃO DE CONCRETO, SERÃO REALIZADAS EXCLUSIVAMENTE NO ENDEREÇO DO CONTRATANTE.

CAPITAL SOCIAL	PORTE	PRAZO DE DURAÇÃO
R$ 90.000,00 NOVENTA MIL REAIS Capital integralizado: R$ 90.000,00 NOVENTA MIL REAIS	Não	XXXXXX

QUADRO SOCIOS E ADMINISTRADORES

Nome/CPF	Participação R$	Cond./Administrador	Término do mandato
MARCOS HEINZ MAAHS 005.165.569-16	22.500,00	SÓCIO / ADMINISTRADOR	XX/XX/XXXX
LAURO JOSE MAAHS 011.290.309-97	22.500,00	SOCIO	XX/XX/XXXX
ANILO LUIS MAAHS 420.838.349-68	22.500,00	SOCIO	XX/XX/XXXX
ALFREDO JOSE MAAHS 690.758.679-72	22.500,00	SOCIO	XX/XX/XXXX

ÚLTIMO ARQUIVAMENTO		SITUAÇÃO	STATUS
Data	Número	REGISTRO ATIVO	Sem Status
14/07/2020	20204323630		

Ato: 021 - ATA DE REUNIAO/ASSEMBLEIA DE SOCIOS
Evento: 985 - ATA DE REUNIAO/ASSEMBLEIA DE SOCIOS

FILIAL(AIS) NESTA UNIDADE DA FEDERAÇÃO OU FORA DELA

NIRE: 41900785466 CNPJ: 79.390.530/0002-24
Endereço: ESTRADA GERAL, S/N, LOC. DE CAMPINAS DOS MAIA, PIÊN, PR - CEP: 83860000

217865364

CONTROLE: 8986305805684 CPF SOLICITANTE: 076.154.089-03 NIRE: 42200817706 EMITIDA: 05/10/2021 PROTOCOLO: 217865364

145

JUCESC

Secretaría da Micro e Pequena Empresa
Secretaría de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração

CERTIDÃO SIMPLIFICADA DIGITAL

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

EMPRESA			
Nome Empresarial: EXTRACAO DE AREIA FUNDAO LTDA			
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA			
NIRE(sede)	CNPJ	Arquivamento do ato Constituitivo	Inicio da atividade
42200817706	79.390.530/0001-43	05/06/1986	01/04/1986
Endereço: RODOVIA MUNICIPAL 100, 3983, CORREDEIRA, CAMPO ALEGRE, SC - CEP: 89294000			
NIRE: 41900947814 CNPJ: 79.390.530/0004-96 Endereço: ESTRADA GERAL CAMPO NOVO, S/N, CAMPO NOVO, PIÊN, PR - CEP: 83860000			
NIRE: XXXXXX CNPJ: 79.390.530/0003-05 Endereço: ESTRADA PIÊN, S/N, POÇO FRIO, PIÊN, PR - CEP: 83860000			
NIRE: 42901196996 CNPJ: 79.390.530/0005-77 Endereço: AVENIDA SÃO BENTO, 1639 , RIO NEGRO, SÃO BENTO DO SUL, SC - CEP: 89287350			
NIRE: 42901288653 CNPJ: 79.390.530/0006-58 Endereço: RODOVIA BR-280, S/N KM:219, INDUSTRIAL 2, CANOINHAS, SC - CEP: 89466456			
Observação			

FLORIANOPOLIS - SC, 5 de Outubro de 2021

RENATA DA SILVA WIEZORKOSKI

217865364

CONTROLE: 8986305805684 CPF SOLICITANTE: 076.154.089-03 NIRE: 42200817706 EMITIDA: 05/10/2021 PROTOCOLO: 217865364

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Comarca de São Bento do Sul

146

CERTIDÃO

FALÊNCIA, CONCORDATA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL

CERTIDÃO Nº: 8779804 **FOLHA: 1/1**

À vista dos registros cíveis constantes nos sistemas de informática do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina da Comarca de São Bento do Sul, com distribuição anterior à data de 13/09/2021, verificou-se NADA CONSTAR em nome de:

EXTRACAO DE AREIA FUNDAO LTDA, portador do CNPJ: 79.390.530/0001-43. **********

OBSERVAÇÕES:

a) para a emissão desta certidão, foram considerados os normativos do Conselho Nacional de Justiça;

b) os dados informados são de responsabilidade do solicitante e devem ser conferidos pelo interessado e/ou destinatário;

c) a autenticidade deste documento poderá ser confirmada no endereço eletrônico http://www.tjsc.jus.br/portal, opção Certidões/Conferência de Certidão;

d) para a Comarca da Capital, a pesquisa abrange os feitos em andamento do Foro Central, Eduardo Luz, Norte da Ilha, Fórum Bancário e Distrital do Continente;

e) certidão é expedida em consonância com a Lei nº 11.101/2005, com a inclusão das classes extrajudiciais: 128 - Recuperação Extrajudicial e 20331 - Homologação de Recuperação Extrajudicial.

ATENÇÃO: A presente certidão é válida desde que apresentada juntamente com a respectiva certidão de registros cadastrados no sistema eproc, disponível através do endereço https://certeproc1g.tjsc.jus.br

Certifico finalmente que esta certidão é isenta de custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 60 dias.

São Bento do Sul, terça-feira, 14 de setembro de 2021.

PEDIDO Nº: ***0011479043***

147

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
de Santa Catarina

CERTIDÃO FALêNCIA, CONCORDATA E RECUPERAçãO JUDICIAL Nº: 1056167

À vista dos registros constantes no **sistema eproc do Primeiro Grau de Jurisdição** do Poder Judiciário de Santa Catarina, utilizando como parâmetro os dados informados pelo(a) requerente, NADA CONSTA distribuído em relação a:

NOME: EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA
Raiz do CNPJ: 79.390.530
Certidão emitida às 15:57 de 14/09/2021.

OBSERVAÇÕES

1) Esta certidão tem validade de 60 (sessenta) dias a contar da data da emissão.
2) Certidão expedida em consonância com a Lei nº 11.101/2005, com a inclusão das classes extrajudiciais: 128 - Recuperação Extrajudicial e 20331 - Homologação de Recuperação Extrajudicial;
3) Foram considerados os normativos do CNJ;
4) Os dados informados são de responsabilidade do solicitante e devem ser conferidos pelo interessado e/ou destinatário;
5) Esta certidão abrange os processos dos Juizados Especiais e das Turmas Recursais;

ATENÇÃO: A presente certidão é válida desde que apresentada juntamente com a respectiva certidão de registros cadastrados no sistema de automação da justiça - SAJ5, disponível através do endereço https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro.do

PREFEITURA DE SÃO BENTO DO SUL
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICO

Atestamos, para os fins de comprovação de capacidade técnica, que a empresa **Extração de Areia Fundão ltda,** matriz, com sede na Rodovia Municipal 100, nº 3983, Campo Alegre– SC, inscrita no CNPJ 79.390.530/0001-43, está fornecendo os itens abaixo relacionados e vem cumprindo os prazos e termos firmados nos pregões eletrônicos conforme abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	Pregão Eletrônico	QUANTIDADE	UNIDADE
1	Areia fina, média e grossa	311/2021	1.000,00	ton
2	Areia média	311/2021	1.000,00	ton
3	Areia grossa	311/2021	1.000,00	ton
4	Pó de brita	31/2021	2.000,00	ton
5	Saibro britado	31/2021	30.000,00	ton
6	Concreto usinado FCK 30MPa	125/2020	750,00	m^3

Informamos que a referida empresa vem cumprindo com todas as condições pactuadas, cumprindo o cronograma e os prazos de previstos, sendo estes de boa qualidade e técnica, de forma correta, tendo atendido os padrões solicitados e as normas pertinentes.

Por ser verdade, firmo o presente.

São Bento do Sul, 20 de julho de 2021.

DANIELLE EHRAT:02411322909
Assinado de forma digital por DANIELLE EHRAT:02411322909
Dados: 2021.07.21 16:34:02 -03'00'

DANIELLE EHRAT
Diretora do Departamento de Serviços Urbanos

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a empresa EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA, CNPJ: 79.390.530/0001-43, tem capacidade suficiente de entrega de materiais, sendo cumpridora de prazos e termos firmados em contratação, não havendo contra a mesma, nenhum registro que a desabone, sendo plenamente apta para entrega dos materiais abaixo descritos:

- Areia fina, média e grossa
- Brita
- Pó de brita
- Brita Graduada
- Rachão
- Rachãozinho
- 4 A
- Bica Corrida
- Pedras britadas em geral
- Saibro bruto e saibro britado
- Arenito detonado, arenito bruto, arenito britado e lavado
- Concreto usinado

Por ser expressão da verdade firmamos o presente:

Rio Negrinho, 13 de Outubro de 2021.

VILSON VENSKE
SECRETARIO DE INFRAESTRUTURA

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina

CERTIDÃO DE PESSOA JURÍDICA

Razão Social: EXTRACAO DE AREIA FUNDAO LTDA

Aprovado em: 10/09/2004

CNPJ: 79.390.530/0001-43
Registro: 068632-7
Endereço: RODOVIA MUNICIPAL 100 3983 CORREDEIRA
89294-000 CAMPO ALEGRE SC
Número da alteração contratual: 15 **Data da certificação:** 08/06/2020
Capital social atual: R$ 90.000,00 - NOVENTA MIL REAIS

Objetivos Sociais aprovado junto ao CREA-SC: ATIVIDADES TECNICAS APROVADAS PELO CREA-SC, LIMITADAS A(S) AREA(S) DEENGENHARIA CIVIL E ENGENHARIA DE MINAS, PARA: EXTRACAO DE AREIA, CASACALHO E BENEFICIAMENTO DE AREIA INDUSTRIAL; EXTRACAO DE SAIBRO: EXTRACAO E BRITAMENTO DE PEDRAS; TRANSPORTE RODOVIARIO DE CARGAS; PREPARACAODE MASSA DE CONCRETO E ARGAMASSA PARA CONSTRUCAO; SERVICOS DE TERRAPLENAGEM; PREPARACAO DE MASSA ASFALTICA; USINAGEM DE ASFALTO; CONSTRUCAODE RODOVIAS E FERROVIAS; SERVICO DE BOMBEAMENTO E APLICACAO DE CONCRETO. AS ATIVIDADES DE CONSTRUCAO DE RODOVIAS E FERROVIAS E SERVICOS DE BOMBEAMENTO E APLICACAO DE CONCRETO, SERAO REALIZADAS EXCLUSIVAMENTE NO ENDERECO DO CONTRATANTE.

Responsáveis Técnicos:
Nome: DANILO RODRIGUES MAGALHAES
Responsabilidade Técnica aprovada em 28/04/2014
Carteira: 141671/D Expedida pelo CREA-MG (Visada sob nro 111183-5 por este CREA-SC)
RNP: 1403728666
Título:ENGENHEIRO DE MINAS
Atribuições do Profissional:ARTIGO 14 DA RESOLUCAO 218 DE 29/06/1973, DO CONFEA.

Nome: KARLA DAYANE OLIVEIRA NEVES
Responsabilidade Técnica aprovada em 05/04/2016
Carteira: MT029881-A Expedida pelo CREA-MT (Visada sob nro 136113-6 por este CREA-SC)
RNP: 1213045304
Título:ENGENHEIRO CIVIL
Atribuições do Profissional:ARTIGO 7 DA LEI 5194/66 E ARTIGO 7 DA RESOLUCAO 218/73 DO CONFEA

Quadro Técnico:
EMPRESA SEM VINCULOS TECNICOS

Certificamos que a pessoa jurídica, acima citada, encontra-se, registrada neste Conselho, nos termos da Lei Federal n° 5.194, de 24 de dezembro de 1966. Certificamos, ainda, face ao estabelecido nos artigos 68 e 69 da referida Lei, que a pessoa jurídia mencionada, bem como seus encarregados técnicos, não se encontram em débito com o CREA-SC. Certificamos, mais, que esta certidão não concede a firma o direito de executar quaisquer serviços técnicos sem a participação real, direta e efetiva dos encarregados técnicos acima citados, dentro das respectivas atribuições.

Emitida às **11:57:54** do dia **18/10/2021** válida até **31/03/2022** .
Código de controle de certidão: **AH41-3E58-51H4-3206**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina - CREA-SC (www.crea-sc.org.br)
Aprovada pela Instrução Normativa 005/01 de 13/07/2001.

CREA-SC
CREA-SC
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina
Rodovia Admar Gonzaga, 2125 - Itacorubi - Fone: (0xx48) 3331-2000 - Fax: (0xx48) 3331-2005
Caixa Postal 125 - CEP 88034-001 Site: www.crea-sc.org.br E-Mail: crea-sc@crea-sc.org.br

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina

CERTIDÃO DE PESSOA FÍSICA

Nome: DANILO RODRIGUES MAGALHAES
CPF: 047.377.976-50
Registro: 141671/D
Visada sob o número: S3 111183-5 por este CREA-SC
Registro Nacional: 1403728666
Endereço: RUA LYDIA KIEM 35 RIO NEGRO
89287-145 SAO BENTO DO SUL SC

Aprovado em: 08/12/2011

Expedido pelo CREA-MG

Títulos
Título: ENGENHEIRO DE MINAS
Escola: ESCOLA DE ENGENHARIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Data: 01/08/2011
Atribuições profissionais: ARTIGO 14 DA RESOLUCAO 218 DE 29/06/1973, DO CONFEA.

Certificamos que o(a) profissional, acima citado(a), encontra-se devidamente registrado(a) junto a este Conselho Regional, nos termos da Lei Federal nº 5.19 4, de 24 de dezembro de 1966. Certificamos, ainda, que até esta data não constam pendências em seu nome relativas a taxas e emolumentos administrados por este CREA.

A certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer modificação posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

Emitida às **15:15:13** do dia **20/09/2021** válida até **31/03/2022** .
Código de controle de certidão: **FHC7-D7C8-8558-4H51**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina - CREA-SC (www.crea-sc.org.br).
Aprovada pela Instrução Normativa 005/01 de 13/07/2001.

CREA-SC
CREA-SC
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina
Rodovia Admar Gonzaga, 2125 - Itacorubi - Fone: (0xx48) 3331-2000 - Fax: (0xx48) 3331-2005
Caixa Postal 125 - CEP 88034-001 Site: www.crea-sc.org.br E-Mail: crea-sc@crea-sc.org.br

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina

CERTIDÃO DE PESSOA FÍSICA

Nome: KARLA DAYANE OLIVEIRA NEVES
CPF: 737.507.351-15
Registro: MT029881-A
Visada sob o número: S3 136113-6 por este CREA-SC
Registro Nacional: 1213045304
Endereço: ESTRADA SERTAOZINHO 193 SERRA ALTA
89291-320 SAO BENTO DO SUL SC

Aprovado em: 16/07/2015

Expedido pelo CREA-MT

Títulos
Título: ENGENHEIRO CIVIL
Escola: FACULDADE ANHANGUERA DE RONDONOPOLIS
Data: 04/02/2014
Atribuições profissionais: ARTIGO 7 DA LEI 5194/66 E ARTIGO 7 DA RESOLUCAO 218/73 DO CONFEA

Certificamos que o(a) profissional, acima citado(a), encontra-se devidamente registrado(a) junto a este Conselho Regional, nos termos da Lei Federal nº 5.19 4, de 24 de dezembro de 1966. Certificamos, ainda, que até esta data não constam pendências em seu nome relativas a taxas e emolumentos administrados por este CREA.

A certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer modificação posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

Emitida às **10:18:33** do dia **08/10/2021** válida até **31/03/2022** .
Código de controle de certidão: **0H26-A3D6-EFH2-2263**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina - CREA-SC (www.crea-sc.org.br).

Aprovada pela Instrução Normativa 005/01 de 13/07/2001.

CREA-SC
CREA-SC
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina
Rodovia Admar Gonzaga, 2125 - Itacorubi - Fone: (0xx48) 3331-2000 - Fax: (0xx48) 3331-2005
Caixa Postal 125 - CEP 88034-001 Site: www.crea-sc.org.br E-Mail: crea-sc@crea-sc.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA
E AGRONOMIA DO PARANÁ

Certidão de Registro de Pessoa Jurídica e Negativa de Débitos

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná-CREA-PR, certifica que a empresa encontra-se regularmente registrada nos termos da Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, estando habilitada a exercer suas atividades no Estado do Paraná, circunscrita à(s) atribuição(ões) de seu(s) responsável(eis) técnico(s).

Certidão nº: 95900/2021 **Validade:** 06/02/2022

Razão Social: EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA - EPP
CNPJ: 79390530000143
Num. Registro: 61903 **Registrada desde :** 03/10/2016
Capital Social: R$ 90.000,00
Endereço: RODOVIA MUNICIPAL 100,, 3983 CORREDEIRA
Município/Estado: CAMPO ALEGRE-SC **CEP:** 89294000
Objetivo Social:
0810-0/06 - Extração de areia, cascalho e beneficiamento de areia industrial; 0810-0/08 - Extração de saibro; 0810-0/99 - Extração e britamento de pedras; 4930-2/02 - Transportes rodoviário de cargas.
Restrição de Atividade : As atividades da Empresa estão circunscritas às atribuições do Profissional Responsável Técnico.

Encontra-se quite com a anuidade relativa ao exercício de 2021.
Não possui débito(s) referente a processo(s) de fiscalização e/ou dívida ativa até a presente data.

Filial(ais):
1 - CNPJ:79390530000224
Endereço: ESTRADA GERAL, S/Nº
Bairro: CAMPINAS DOS MAIA
Cidade: PIEN-PR CEP: 83860000
Situação: Bloqueada por Falta de Responsável Técnico
2 - CNPJ:79390530000305
Endereço: ESTRADA PIÊN, S/Nº
Bairro: POÇO FRIO
Cidade: PIEN-PR CEP: 83860000
Situação: Bloqueada por Falta de Responsável Técnico
3 - CNPJ:79390530000496
Endereço: ESTRADA GERAL CAMPO NOVO, S/Nº
Bairro: CAMPO NOVO
Cidade: PIEN-PR CEP: 83860000
Situação: Bloqueada por Falta de Responsável Técnico

RESPONSÁVEL(EIS) TÉCNICOS PELA MATRIZ - CNPJ: 79390530000143
1 - DANILO RODRIGUES MAGALHAES
Carteira: MG-141671/D Data de Expedição: 01/08/2011
Desde: 03/10/2016 Carga Horária: 4: H/S
Visto Nº: 121150 Data do Visto: 17/11/2011
Título: ENGENHEIRO DE MINAS Situação: Regular
Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 14º do CONFEA

RESPONSÁVEL(EIS) TÉCNICOS PELA FILIAL - CNPJ: 79390530000224
1 - DANILO RODRIGUES MAGALHAES
Carteira: MG-141671/D Data de Expedição: 01/08/2011
CNPJ Filial: 79390530000224

Desde: 15/03/2018 Carga Horária: 16: H/S
Visto Nº: 121150 Data do Visto: 17/11/2011
Título: ENGENHEIRO DE MINAS Situação: Regular
Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 14º do CONFEA

154

Para fins de: LICITAÇÕES

Certificamos que caso ocorra(m) alteração(ões) nos elementos contidos neste documento, esta Certidão perderá sua validade para todos os efeitos.
A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do CREA-PR (http://www.crea-pr.org.br), através do protocolo n.º 239407/2021, ressaltando a impossibilidade de execução de quaisquer serviços ou obras sem a participação efetiva de seu(s) responsável(eis) técnico(s).

Emitida via Internet em 10/08/2021 16:13:38

Dispensa-se a assinatura neste documento, conforme Instrução de Serviço Nº 002/2014.
A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

155

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ

Certidão de Registro de Pessoa Física e Negativa de Débitos

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná-CREA-PR, certifica que o(a) profissional abaixo encontra-se regularmente registrado(a) nos termos da Lei Federal nº 5.194/66 possibilitando-o(a) a exercer sua profissão no Estado do Paraná, circunscrita à(s) atribuição(ões) constantes de seu registro.

Certidão nº: **130334/2021** Validade: 31/03/2022

Nome Civil: DANILO RODRIGUES MAGALHAES
Carteira - CREA-MG Nº :MG-141671/D
Registro Nacional : 1403728666
Registrado(a) desde : 01/08/2011
Visto Nº : 121150
Dt. Expedição Visto : 17/11/2011
Filiação : EUDILIO RODRIGUES MAGALHAES
MARIA IDALINA FRANCIOZE MAGALHAES
Data de Nascimento : 15/04/1982
Carteira de Identidade : MG-11941024
CPF : 04737797650
Naturalidade : SAO GOTARDO/MG

Título: ENGENHEIRO DE MINAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS-UFMG
Data da Colação de Grau : 01/08/2011 Diplomação : 01/08/2011
Situação : Regular
Atribuições profissionais:
Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 14º de 29/06/1973 do CONFEA.

Encontra-se quite com a anuidade relativa ao exercício de 2021.
Não possui débito(s) referente a processo(s) de fiscalização e/ou dívida ativa até a presente data.

Para fins de: LICITAÇÕES

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do CREA-PR (http://www.crea-pr.org.br), através do protocolo n.º 316038/2021.

Emitida via Internet em 25/10/2021 16:52:07

Dispensa-se a assinatura neste documento, conforme Instrução de Serviço Nº 002/2014.
A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA
E AGRONOMIA DO PARANÁ

Certidão de Registro de Pessoa Física e Negativa de Débitos

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná-CREA-PR, certifica que o(a) profissional abaixo encontra-se regularmente registrado(a) nos termos da Lei Federal nº 5.194/66 possibilitando-o(a) a exercer sua profissão no Estado do Paraná, circunscrita à(s) atribuição(ões) constantes de seu registro.

Certidão nº: **130455/2021** Validade: 31/03/2022

Nome Civil: KARLA DAYANE OLIVEIRA NEVES
Carteira - CREA-MT Nº :MT-29881/D Visto Nº : 174085
Registro Nacional : 1213045304
Registrado(a) desde : 20/04/2016 Dt. Expedição Visto : 05/11/2018
Filiação : JOSE CARLOS NEVES
MARIA MADALENA CANDIDA DE OLIVEIRA
Data de Nascimento : 24/05/1992
Carteira de Identidade : 18073662 CPF : 73750735115
Naturalidade : RONDONOPOLIS/MT

Título: ENGENHEIRA CIVIL
FACULDADE ANHANGUERA DE RONDONÓPOLIS
Data da Colação de Grau : 04/02/2014 Diplomação : 04/02/2014
Situação : Regular
Atribuições profissionais:
Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 7º de 29/06/1973 do CONFEA.
Observações: Atribuição concedida pelo Crea/MT.

Responsabilidade Técnica/Quadro Técnico:
61903 - EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA
CNPJ: 79390530000143
Desde: 23/08/2021 Carga Horária: 10 Horas Unidade: HORA/SEMANA

Encontra-se quite com a anuidade relativa ao exercício de 2021.
Não possui débito(s) referente a processo(s) de fiscalização e/ou dívida ativa até a presente data.

Para fins de: CADASTRO

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do CREA-PR (http://www.crea-pr.org.br), através do protocolo n.º 316362/2021.

Emitida via Internet em 26/10/2021 08:09:33

Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renovaváveis
CADASTRO TÉCNICO FEDERAL
CERTIFICADO DE REGULARIDADE - CR

Registro n.º	Data da consulta:	CR emitido em:	CR válido até:
80859	14/10/2021	14/10/2021	14/01/2022

Dados básicos:

CNPJ : 79.390.530/0001-43
Razão Social : EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA
Nome fantasia : EXTRACÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA
Data de abertura : 04/06/1986

Endereço:

logradouro: RODOVIA MUNICIPAL 100, Nº 3983
N.º: S/N
Complemento:
Bairro: CORREDEIRAS
Município: CAMPO ALEGRE
CEP: 89294-000
UF: SC

Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP

Código	Descrição
1-2	Lavra a céu aberto, inclusive de aluvião, com ou sem beneficiamento
14-1	Usinas de produção de concreto
20-63	Exploração econômica da madeira ou lenha e subprodutos florestais - Instrução Normativa IBAMA nº 21/2014: 7º, II (floresta nativa; coleta)
20-2	Exploração econômica da madeira ou lenha e subprodutos florestais (floresta nativa)

Conforme dados disponíveis na presente data, CERTIFICA-SE que a pessoa jurídica está em conformidade com as obrigações cadastrais e de prestação de informações ambientais sobre as atividades desenvolvidas sob controle e fiscalização do Ibama, por meio do CTF/APP.

O Certificado de Regularidade emitido pelo CTF/APP não desobriga a pessoa inscrita de obter licenças, autorizações, permissões, concessões, alvarás e demais documentos exigíveis por instituições federais, estaduais, distritais ou municipais para o exercício de suas atividades

O Certificado de Regularidade emitido pelo CTF/APP não habilita o transporte e produtos e subprodutos florestais e faunísticos.

Chave de autenticação	4CEW3XWUVZT299US

Extração de Areia Fundão Ltda
CNPJ: 79.390.530/0001-43
Ins.Estadual: 251.353.362
Rodovia Municipal 100, 3983
Bairro :Corredeiras
Campo Alegre – SC
(47) 3635-1348 / (47) 3635-1001
e-mail: extracao@extracaodeareia.com.br

DECLARAÇÃO

EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 79.390.530/0001-43, por intermedio do seu representante legal, Sr. Marcos Heinz Maahs, portador da Carteira de Identidade nº 3.520.106 e do CPF nº 005.165.569-16, DECLARA, que possui em suas instalações uma balança rodoviária digital, com capacidade máxima de 100.000Kg, certificada pelo INMETRO, conforme certificado de verificação nº 923730002119 do dia 16/02/2021

Campo Alegre, 26 de Outubro de 2021.

MARCOS HEINZ MAAHS
RG: 3.520.106
CPF: 005.165.569-16

79 390 530/0001-43
251 353 362
EXTRAÇÃO DE AREIA
FUNDÃO LTDA.
Localidade de Corredeiras
Bairro Corredeiras - Campo Alegre - SC
Fone 47 3635-1348

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS
INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA – INMETRO- INMETRO
IMETRO – SC - INSTITUTO DE METROLOGIA DE SANTA CATARINA

CERTIFICADO DE VERIFICAÇÃO Nº: 923730002119

Instrumento	Marca	Executor	Número do INMETRO
IPNA	DIGI – TRON	610	884682
Modelo	Número de Série		
UNIVERSAL LINE	46157		

Dados Complementares do Instrumento
Carga Máxima: 100000 kg
Classe de Exatidão: III
Marca de Verificação: 700350-0
Portaria de Aprovação de Modelo: nº147/2004

Telefone do órgão metrológico: (048) 3361-5200

Selagens:
H1237826-4

Código Serviço	Valor
0 129 (+ 147)	R$2.172,84

Número do Documento de Arrecadação
294.1036030.8101671-5

CNPJ ou CPF
79.390.530/0001-43

Nome/Razão Social
155602 - EXTRACAO DE AREIA FUNDAO LTDA

Endereço
ESTR. ESTR FUNDAO

Bairro
FRAGOSOS

CEP
89294-000

Município
CAMPO ALEGRE

UF
SC

Telefone
(47) 3635-1348

Data
Verificado e APROVADO em 16/02/2021 conform RTM aprovado pela Portaria INMETRO nº236/199

Agente Fiscalizador Matrícula: 42

Luiz Carlos Rodrigues
Fiscal Metrológico

Este certificado deve permanecer no local de uso do instrumento, sendo obrigatória a sua exibição sempre que solicitada.

PREF. MUN. DE PIËN - PR
CONFERE COM O ORIGINAL
PREGOEIRO

Serviço Público Federal
MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS
INMETRO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA – INMETRO

v1.12.1201

REGISTRO DE MEDIÇÕES

INSTRUMENTO DE PESAGEM NÃO-AUTOMÁTICO

Interessado: (155602) EXTRACAO DE AREIA FUNDAO LTDA
CNPJ: 79.390.530/0001-43
Endereço: ESTR. ESTR FUNDAO
CEP: 89294-000 Telefone: (47) 3635-1348
Bairro: FRAGOSOS Divisão: FRAGOSOS
Município: CAMPO ALEGRE - SC
Data Verificação: 16/02/2021 Marca de Verificação: 700350-0

DADOS DO INSTRUMENTO

BALANÇA

M[illegible]IGI - TRON Modelo: UNIVERSAL LINE
P[illegible]de Aprovação: Não Informada
Nº do Inmetro: 884092 Nº de Série: 46157
Código do Serviço: 0129

Max1: 100000kg e1: 20kg d1: -- n1: 5000
Classe de Exatidão: III Ano de Fabricação: Depois de 1990
Selagens: H1237826--4

SIMBOLOGIA

Para os ensaios constantes neste relatório é utilizada a seguinte simbologia:

L = Carga
I = Indicação
I Disp = Indicação no Dispositivo
dL = Carga adicional
E = Erro
Eo = Erro calculado em Ifle
Ec = Erro corrigido
EMA = Erro máximo admissível
P = Indicação antes do arredondamento do instrumento

INSPEÇÃO GERAL

Tipo: Rodoviária Cursor: Normal
Estado: Bom Escala: Legível
Plataforma: Concreto Divisão de Escala: Traços ou Entalhes Normais
Oscilação: Normal Sistema de Trava: Bom

ENSAIOS - Max1

1º ENSAIO DE FIDELIDADE - 22260kg

	I (kg)	dL (kg)	P (kg)
1	22260	--	--
2	22260	--	--
3	22260	--	--

Divergência Máxima: 20kg
EMA: ±20kg Onde: Diverg.Máx = Imáx - Imín

ENSAIO DE EXCENTRICIDADE

	L (kg)	I (kg)	dL (kg)	E (kg)	Ec (kg)	EMA (kg)
1	22260	22240	--	-20	--	±20
2	22260	22260	--	0	--	±20
3	22260	22260	--	0	--	±20
4	22260	22240	--	-20	--	±20
5	22260	22260	--	0	--	±20
6	22260	22240	--	-20	--	±20

Onde: E = I - L Posição das Cargas: 1 2 3
6 5 4

ENSAIO DE PESAGEM

	L (kg)	I (kg)	dL (kg)	E (kg)	Ec (kg)	EMA (kg)
1	400	400	--	0	--	±10
2	1000	1000	--	0	--	±10
3	2000	2000	--	0	--	±10
4	3000	3000	--	0	--	±10
5	4000	4000	--	0	--	±10
6	5000	5000	--	0	--	±10
7	6000	6000	--	0	--	±10
8	7000	7000	--	0	--	±10
9	8000	8000	--	0	--	±10
10	9000	9000	--	0	--	±10
11	10000	10000	--	0	--	±10
12	11000	10980	--	-20	--	±20
13	10000	10000	--	0	--	±10
14	9000	9000	--	0	--	±10
15	8000	8000	--	0	--	±10
16	7000	7000	--	0	--	±10
17	6000	6000	--	0	--	±10
18	5000	5000	--	0	--	±10
19	4000	4000	--	0	--	±10
20	3000	3000	--	0	--	±10
21	2000	2000	--	0	--	±10
22	1000	1000	--	0	--	±10

Onde: E = I - L

RESULTADO: 4 - APROVADO

FISCALIZADO/ENSAIADO POR:
FUNCIONÁRIO: Luiz Carlos Rodrigues
MATRÍCULA: 42

IMETRO – SC - Instituto De Metrologia De Santa Catarina
R. Do Iano, 1791 - CEP:88110-603 - São José - SC

FONE PARA CONTATO: (048) 3381-5200
Acesse: http://www.inmetro.sc.gov.br

PREF. MUN. DE PIËN - PR
CONFERE COM O ORIGINAL
PREGOEIRO

Luiz Carlos Rodrigues
Fiscal Metrológico
Matrícula nº 42 / Coletor nº 2373

PREF. MUN. DE PIËN - PR
CONFERE COM O ORIGINAL
PREGOEIRO

LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO
Nº 8636/2019

O **Instituto do Meio Ambiente - IMA**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I do artigo 7° da Lei Estadual N° 14.675 de 2009, com base no processo de licenciamento ambiental n° IND/54439/CMFe **parecer técnico n° 9953/2019**, concede a presente **LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO** à :

Empreendedor

NOME:	EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA		
ENDEREÇO: RODOVIA MUNICIPAL 100, 3983, CORREDEIRAS,			
CEP:	89294-000	MUNICÍPIO: CAMPO ALEGRE	ESTADO: SC
CPF/CNPJ:	79.390.530/0001-43		

Para Atividade de

ATIVIDADE: 10.20.00 - BENEFICIAMENTO DE MINERAIS COM COMINUIÇÃO
ATIVIDADE SECUNDÁRIA: 30.10.00 - Usinas de Produção de Concreto ou Argamassa; 42.32.20 - Instalações aéreas de tancagem autônoma para consumo próprio de combustíveis líquidos e gasosos.

EMPREENDIMENTO: EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDAO LTDA

Localizada em

ENDEREÇO: RODOVIA MUNICIPAL 100, 3983, CORREDEIRAS,

CEP: 89294-000 MUNICÍPIO: CAMPO ALEGRE ESTADO: SC

COORDENADA PLANA: UTM X 657269.861526 - UTM Y 7104361.142208

Da operação

A presente Licença, concebida com base nas informações apresentadas pelo interessado, declara a **viabilidade de operação** do empreendimento, equipamento ou atividade, quanto aos aspectos ambientais, e não dispensa nem substitui alvarás ou certidões de qualquer natureza, exigidas pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal.

Condições gerais

I. Quaisquer alterações nas especificações dos elementos apresentados no procedimento de licenciamento ambiental deverão ser precedidas de anuência do IMA.
II. O IMA, mediante decisão motivada, poderá modificar as condições de validade, suspender ou cancelar a presente licença, caso ocorra:
- Omissão ou falsa descrição de informações que subsidiaram a expedição da presente licença;
- A superveniência de graves riscos ambientais e/ou de saúde pública;
- Violação ou inadequação de quaisquer condições de validade da licença ou normas legais.

III. A publicidade desta licença deve ocorrer conforme Lei Estadual 14.675/09, artigo 42.
IV. Retificações e recurso administrativo relativos a presente licença devem ser encaminhados ao IMA no prazo de 20 (vinte) dias contados da data de comunicação de expedição da presente licença.

Prazo de validade

(48) meses, a contar da data da assinatura digital.

Verifique a veracidade das informações usando o QRcode ao lado ou acessando o endereço web abaixo:

http://consultas.ima.sc.gov.br/licenca/lic_digital_form

FCEI: 504712 CÓDIGO: 236190

O original deste documento é eletrônico e foi assinado utilizando Assinatura Digital IMA por Ademir Chaves em 20/12/2019 17:10:02
conforme portaria FATMA Nº 135/2017.

Documentos em anexo

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Plano de Ação Emergencial - PAE

Condições de validade

Descrição do empreendimento

EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA, localizado na Rodovia Municipal 100, nº 3983, Bairro Corredeiras, no município de Campo Alegre/SC. Imóvel de matrículas nº 11655, com área de 16,9367 ha e matrícula nº 18798, com área de 15,0936 ha. Onde desenvolve as atividades de:
BENEFICIAMENTO DE MINERAIS COM COMINUIÇÃO, com capacidade nominal do equipamento de 140 (ton/h), onde o processo é realizado utilizando caixa alimentadora, dois alimentadores vibratórios, uma grelha, três britadores e três peneiras. Busca a separação de agregados minerais com a seguinte distribuição: Saibro, Rachão, Rachãozinho, Brita 02, Brita 01, Brita 00, Pó de Pedra e *Filler*. Todos os produtos tem como destinação a indústria da construção civil, exceto o *Filler*, em que existe estudo como remineralizador na indústria agrícola.
USINAS DE PRODUÇÃO DE CONCRETO E/OU ARGAMASSA, composto por baias para britas e areia, usina, esteira.
INSTALAÇÃO AÉREA DE TANCAGEM AUTÔNOMA PARA CONSUMO PRÓPRIO DE COMBUSTÍVEIS LÍQUIDOS E GASOSOS, capacidade de 13 m³ para armazenamento de óleo diesel.

Aspectos florestais

A atividade está implantada em área degradada, anteriormente utilizada para extração de areia, caracterizada por vegetação em estágio inicial, vegetação pioneira e espécies exóticas de reflorestamento. As APPs estão intactas.

Controles ambientais

- Manutenção preventiva dos equipamentos.
- Abastecimento em área específica com piso em concreto e canaletas direcionadoras.
- Sistema Separador de Água e Óleo.
- Esgotamento sanitário por fossa séptica.
- Tanque autônomo com bacia de contenção
- Resíduos Sólidos: Armazenagem em local apropriado.
- Água Pluvial: Direcionada para tanques de decantação para reaproveitamento na umidificação das vias.
- Bacia de decantação.
- APP cercada.

Observações

I. Aplicam-se as restrições contidas no procedimento de Licenciamento Ambiental e na Legislação Ambiental em vigor.
II. Aplicam-se as condições de validade expressas neste documento e seus anexos.
III. Esta licença não autoriza o corte ou supressão de árvores, florestas ou qualquer forma de vegetação da Mata Atlântica.
IV. Cópia da presente licença deverá ser exposta em local visível do empreendimento.
V. De acordo com o artigo 40, Inciso III, parágrafo 4 da Lei Estadual 14.675/09, a renovação desta Licença Ambiental de Operação - LAO deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença ambiental.
VI. Havendo alteração dos atos constitutivos do empreendimento, cópia da documentação deve ser apresentada ao IMA sob pena do empreendedor acima identificado continuar sendo responsável pela atividade / empreendimento licenciado por este documento.

O original deste documento é eletrônico e foi assinado utilizando Assinatura Digital IMA por Ademir Chaves em 20/12/2019 10:02
conforme portaria FATMA Nº 135/2017.

163

SANTA CATARINA

LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO
Nº 8636/2019

O **Instituto do Meio Ambiente - IMA**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I do artigo 7° da Lei Estadual N° 14.675 de 2009, com base no processo de licenciamento ambiental n° IND/54439/CMFe **parecer técnico n° 9953/2019**, concede a presente **LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO** à :

Empreendedor

NOME:	EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA		
ENDEREÇO: RODOVIA MUNICIPAL 100, 3983, CORREDEIRAS,			
CEP:	89294-000	MUNICÍPIO: CAMPO ALEGRE	ESTADO: SC
CPF/CNPJ:	79.390.530/0001-43		

Para Atividade de

ATIVIDADE: 10.20.00 - BENEFICIAMENTO DE MINERAIS COM COMINUIÇÃO
ATIVIDADE SECUNDÁRIA: 30.10.00 - Usinas de Produção de Concreto ou Argamassa; 42.32.20 - Instalações aéreas de tancagem autônoma para consumo próprio de combustíveis líquidos e gasosos.

EMPREENDIMENTO: EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDAO LTDA

Localizada em

ENDEREÇO: RODOVIA MUNICIPAL 100, 3983, CORREDEIRAS,			
CEP:	89294-000	MUNICÍPIO: CAMPO ALEGRE	ESTADO: SC
COORDENADA PLANA: UTM X 657269.861526 - UTM Y 7104361.142208			

Da operação

A presente Licença, concebida com base nas informações apresentadas pelo interessado, declara a **viabilidade de operação** do empreendimento, equipamento ou atividade, quanto aos aspectos ambientais, e não dispensa nem substitui alvarás ou certidões de qualquer natureza, exigidas pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal.

Condições gerais

I. Quaisquer alterações nas especificações dos elementos apresentados no procedimento de licenciamento ambiental deverão ser precedidas de anuência do IMA.
II. O IMA, mediante decisão motivada, poderá modificar as condições de validade, suspender ou cancelar a presente licença, caso ocorra:
- Omissão ou falsa descrição de informações que subsidiaram a expedição da presente licença;
- A superveniência de graves riscos ambientais e/ou de saúde pública;
- Violação ou inadequação de quaisquer condições de validade da licença ou normas legais.

III. A publicidade desta licença deve ocorrer conforme Lei Estadual 14.675/09, artigo 42.
IV. Retificações e recurso administrativo relativos a presente licença devem ser encaminhados ao IMA no prazo de 20 (vinte) dias contados da data de comunicação de expedição da presente licença.

Prazo de validade

(48) meses, a contar da data da assinatura digital.

Verifique a veracidade das informações usando o QRcode ao lado ou acessando o endereço web abaixo:

http://consultas.ima.sc.gov.br/licenca/lic_digital_form

FCEI: 504712 CÓDIGO: 236190

O original deste documento é eletrônico e foi assinado utilizando Assinatura Digital IMA por Ademir Chaves em 20/12/2019 17:10:02 conforme portaria FATMA Nº 135/2017.

Documentos em anexo

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Plano de Ação Emergencial - PAE

Condições de validade

Programas ambientais

- Plano de Ação Emergencial - PAE
- Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS
- Programa de Monitoramento dos Efluentes.
- Programa de Monitoramento da Qualidade do Corpo Hídrico.

Medidas compensatórias

Não se aplica.

Condições específicas

INSTRUÇÕES GERAIS:

1. Atividade Principal: É a atividade fim que compreende as atividades essenciais e normais para as quais se constitui.
2. Atividade Secundária: É a atividade auxiliar de produção de bens ou serviços exercidos no mesmo empreendimento da atividade principal prevista da listagem das atividades consideradas potencialmente causadoras de degradação ambiental, estabelecidas pela Resolução CONSEMA, exceto os controles ambientais.
3. Quando da necessidade de utilização de jazidas de empréstimos localizadas fora da área do empreendimento, as mesmas são objeto de licenciamento ambiental específico.
4. A disposição final de material estéril excedente, fora da área do empreendimento, deverá constar no processo de licenciamento ambiental do empreendimento.
5. As unidades industriais, de estruturas ou de depósitos de armazenagem de substâncias capazes de causar riscos aos recursos hídricos, devem ser dotadas de dispositivos previstos e compatíveis com as normas de segurança e prevenção de acidentes (Lei nº 14.675/09, art, 219). O armazenamento de produtos perigosos e resíduos perigosos devem estar localizados em áreas segregadas com piso impermeabilizado, circundadas por canaletas direcionadas a um sistema de retenção e recuperação, respeitando a compatibilidade das classes de risco, de acordo com as NBR's vigentes.
6. Nas faixas marginais dos recursos hídricos existentes na área mapeada para implantação do empreendimento, deve ser respeitado o afastamento mínimo previsto na legislação vigente.

Observações

I. Aplicam-se as restrições contidas no procedimento de Licenciamento Ambiental e na Legislação Ambiental em vigor.
II. Aplicam-se as condições de validade expressas neste documento e seus anexos.
III. Esta licença não autoriza o corte ou supressão de árvores, florestas ou qualquer forma de vegetação da Mata Atlântica.
IV. Cópia da presente licença deverá ser exposta em local visível do empreendimento.
V. De acordo com o artigo 40, Inciso III, parágrafo 4 da Lei Estadual 14.675/09, a renovação desta Licença Ambiental de Operação - LAO deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença ambiental.
VI. Havendo alteração dos atos constitutivos do empreendimento, cópia da documentação deve ser apresentada ao IMA sob pena do empreendedor acima identificado continuar sendo responsável pela atividade / empreendimento licenciado por este documento.

O original deste documento é eletrônico e foi assinado utilizando assinatura Digital IMA por Ademir Chaves em 20/12/2019 10:02
conforme portaria FATMA Nº 135/2017.

SANTA CATARINA

LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO
Nº 8636/2019

O **Instituto do Meio Ambiente - IMA**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I do artigo 7° da Lei Estadual N° 14.675 de 2009, com base no processo de licenciamento ambiental n° IND/54439/CMFe **parecer técnico n° 9953/2019**, concede a presente **LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO** à :

Empreendedor

NOME:	EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA		
ENDEREÇO: RODOVIA MUNICIPAL 100, 3983, CORREDEIRAS,			
CEP:	89294-000	MUNICÍPIO: CAMPO ALEGRE	ESTADO: SC
CPF/CNPJ:	79.390.530/0001-43		

Para Atividade de

ATIVIDADE: 10.20.00 - BENEFICIAMENTO DE MINERAIS COM COMINUIÇÃO
ATIVIDADE SECUNDÁRIA: 30.10.00 - Usinas de Produção de Concreto ou Argamassa; 42.32.20 - Instalações aéreas de tancagem autônoma para consumo próprio de combustíveis líquidos e gasosos.

EMPREENDIMENTO: EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDAO LTDA

Localizada em

ENDEREÇO: RODOVIA MUNICIPAL 100, 3983, CORREDEIRAS,			
CEP:	89294-000	MUNICÍPIO: CAMPO ALEGRE	ESTADO: SC
COORDENADA PLANA: UTM X 657269.861526 - UTM Y 7104361.142208			

Da operação

A presente Licença, concebida com base nas informações apresentadas pelo interessado, declara a **viabilidade de operação** do empreendimento, equipamento ou atividade, quanto aos aspectos ambientais, e não dispensa nem substitui alvarás ou certidões de qualquer natureza, exigidas pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal.

Condições gerais

I. Quaisquer alterações nas especificações dos elementos apresentados no procedimento de licenciamento ambiental deverão ser precedidas de anuência do IMA.
II. O IMA, mediante decisão motivada, poderá modificar as condições de validade, suspender ou cancelar a presente licença, caso ocorra:
- Omissão ou falsa descrição de informações que subsidiaram a expedição da presente licença;
- A superveniência de graves riscos ambientais e/ou de saúde pública;
- Violação ou inadequação de quaisquer condições de validade da licença ou normas legais.

III. A publicidade desta licença deve ocorrer conforme Lei Estadual 14.675/09, artigo 42.
IV. Retificações e recurso administrativo relativos a presente licença devem ser encaminhados ao IMA no prazo de 20 (vinte) dias contados da data de comunicação de expedição da presente licença.

Prazo de validade

(48) meses, a contar da data da assinatura digital.

Verifique a veracidade das informações usando o QRcode ao lado ou acessando o endereço web abaixo:

http://consultas.ima.sc.gov.br/licenca/lic_digital_form

FCEI: 504712 CÓDIGO: 236190

O original deste documento é eletrônico e foi assinado utilizando Assinatura Digital IMA por Ademir Chaves em 20/12/2019 17:10:02 conforme portaria FATMA Nº 135/2017.

Documentos em anexo

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Plano de Ação Emergencial - PAE

Condições de validade

7. Os empreendimentos/atividade geradoras de efluentes líquidos são obrigados a instalar caixa de inspeção, antes e após os sistemas de tratamento.

8. Os responsáveis pela geração de resíduos sólidos ficam obrigados a elaborar Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS, de acordo com o estabelecido na Lei Estadual nº 14.675/2009, art. 265º e Resolução CONSEMA nº 114/2017. Os procedimentos de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos contaminados Classe I deverão ser efetuados por empresa(s) contratada(s) e habilitada(s). Logo, as etapas deverão estar previstas no Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS, incluindo os seguintes controles: (a) Contrato de Prestação de Serviços formalizado com empresa especializada, legalmente habilitada e licenciada pelo órgão ambiental, contemplando a atividade de coleta e transporte de resíduos sólidos contaminados Classe I gerados no empreendimento; (b) Licença Ambiental de Operação - LAO válida, emitida pelo órgão ambiental, contemplando a atividade de coleta e transporte dos resíduos sólidos contaminados Classe I; (c) Contrato de Prestação de Serviços formalizado com empresa especializada, legalmente habilitada e licenciada pelo órgão ambiental, contemplando a atividade de recebimento, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos contaminados Classe I; (d) Licença Ambiental de Operação - LAO válida, emitida pelo órgão ambiental, contemplando a atividade de recebimento, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos contaminados Classe I; (e) Nota(s) Fiscal(is) de prestação de serviços relacionados à coleta e transporte, assim como pelo recebimento, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos contaminados Classe I; (f) Manifesto de Transporte referente aos serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos contaminados Classe I; (g) Certificado de Destinação Final dos Resíduos Sólidos contaminados Classe I gerados no empreendimento. **Prazo: 90 (noventa) dias**, junto com ART.

9. Todas as informações referentes à geração, armazenamento temporário, movimentação ou destinação final de resíduos e rejeitos devem ser enviadas exclusivamente através do sistema de Controle de Movimentação de Resíduos - MTR, para que posssam ser gerenciada pelo próprio sistema, conforme estabelecido em Leis e Portarias.

10. Os programas de controle ambiental devem avaliar a possibilidade de intervenções no processo, visando à minimização da geração de efluentes líquidos, efluentes atmosféricos, de poeiras, carreamento do solo, de resíduos sólidos, de poluição térmica e sonora, bem como a otimização da utilização de recursos ambientais. Simultaneamente a esta providência, o empreendedor deve promover a conscientização, o comprometimento e o treinamento do pessoal operacional, no que diz respeito às questões ambientais, com o objetivo de atingir os melhores resultados possíveis com a implementação daqueles.

11. O empreendedor, durante a implantação e operação do empreendimento, deve comunicar ao órgão ambiental competente a identificação de impactos ambientais não descritos nos estudos ambientais constantes no procedimento de licenciamento para as providências que se fizerem necessárias.

12. As coletas de amostras para análises devem ser realizadas por profissionais habilitados.

13. As análises devem ser realizadas por laboratórios reconhecidos pelo IMA, conforme Decreto Estadual nº 3.754/2010. Não serão aceitos, para qualquer fim, documentos, laudos, certificados de análises, pareceres ou relatórios provenientes de laboratórios não reconhecidos. Os resultados das análises devem ser reportados em laudos analíticos, originais ou gerados e assinados eletronicamente, contendo, no mínimo: (a) Identificação do laboratório, do cliente e da amostra; (b) Identificação do local

Observações

I. Aplicam-se as restrições contidas no procedimento de Licenciamento Ambiental e na Legislação Ambiental em vigor.
II. Aplicam-se as condições de validade expressas neste documento e seus anexos.
III. Esta licença não autoriza o corte ou supressão de árvores, florestas ou qualquer forma de vegetação da Mata Atlântica.
IV. Cópia da presente licença deverá ser exposta em local visível do empreendimento.
V. De acordo com o artigo 40, Inciso III, parágrafo 4 da Lei Estadual 14.675/09, a renovação desta Licença Ambiental de Operação - LAO deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença ambiental.
VI. Havendo alteração dos atos constitutivos do empreendimento, cópia da documentação deve ser apresentada ao IMA sob pena do empreendedor acima identificado continuar sendo responsável pela atividade / empreendimento licenciado por este documento.

O original deste documento é eletrônico e foi assinado utilizando assinatura Digital IMA por Ademir Chaves em 20/12/2019 10:02
conforme portaria FATMA Nº 135/2017.

IMA

167

SANTA CATARINA

LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO
Nº 8636/2019

O **Instituto do Meio Ambiente - IMA**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I do artigo 7° da Lei Estadual N° 14.675 de 2009, com base no processo de licenciamento ambiental n° IND/54439/CMFe **parecer técnico n° 9953/2019**, concede a presente **LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO** à :

Empreendedor

NOME:	EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA		
ENDEREÇO: RODOVIA MUNICIPAL 100, 3983, CORREDEIRAS,			
CEP:	89294-000	MUNICÍPIO: CAMPO ALEGRE	ESTADO: SC
CPF/CNPJ:	79.390.530/0001-43		

Para Atividade de

ATIVIDADE: 10.20.00 - BENEFICIAMENTO DE MINERAIS COM COMINUIÇÃO
ATIVIDADE SECUNDÃRIA: 30.10.00 - Usinas de Produção de Concreto ou Argamassa; 42.32.20 - Instalações aéreas de tancagem autônoma para consumo próprio de combustíveis líquidos e gasosos.

EMPREENDIMENTO: EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDAO LTDA

Localizada em

ENDEREÇO: RODOVIA MUNICIPAL 100, 3983, CORREDEIRAS,			
CEP:	89294-000	MUNICÍPIO: CAMPO ALEGRE	ESTADO: SC
COORDENADA PLANA: UTM X 657269.861526 - UTM Y 7104361.142208			

Da operação

A presente Licença, concebida com base nas informações apresentadas pelo interessado, declara a **viabilidade de operação** do empreendimento, equipamento ou atividade, quanto aos aspectos ambientais, e não dispensa nem substitui alvarás ou certidões de qualquer natureza, exigidas pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal.

Condições gerais

I. Quaisquer alterações nas especificações dos elementos apresentados no procedimento de licenciamento ambiental deverão ser precedidas de anuência do IMA.
II. O IMA, mediante decisão motivada, poderá modificar as condições de validade, suspender ou cancelar a presente licença, caso ocorra:
- Omissão ou falsa descrição de informações que subsidiaram a expedição da presente licença;
- A superveniência de graves riscos ambientais e/ou de saúde pública;
- Violação ou inadequação de quaisquer condições de validade da licença ou normas legais.

III. A publicidade desta licença deve ocorrer conforme Lei Estadual 14.675/09, artigo 42.
IV. Retificações e recurso administrativo relativos a presente licença devem ser encaminhados ao IMA no prazo de 20 (vinte) dias contados da data de comunicação de expedição da presente licença.

Prazo de validade

(48) meses, a contar da data da assinatura digital.

Verifique a veracidade das informações usando o QRcode ao lado ou acessando o endereço web abaixo:

http://consultas.ima.sc.gov.br/licenca/lic_digital_form

FCEI: 504712 CÓDIGO: 236190

O original deste documento é eletrônico e foi assinado utilizando Assinatura Digital IMA por Ademir Chaves em 20/12/2019 17:10:02 conforme portaria FATMA Nº 135/2017.

Documentos em anexo

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Plano de Ação Emergencial - PAE

Condições de validade

de amostragem, data e horário de coleta e entrada da amostra no laboratório, anexando a cadeia de custódia; (c) Método de análise utilizado para cada parâmetro analisado; (d) Limite de quantificação para cada parâmetro analisado; (e) Incertezas de medição de cada parâmetro; (f) Resultados dos brancos do método e rastreadores ("surrogates"); (g) Ensaios de adição e recuperação dos analitos da matriz ("spike"); (h) Legislação aplicável e limite permitido; (i) Assinatura e número de registro do CRQ do responsável técnico, acompanhados de parecer conclusivo e dados dos monitoramentos já realizados para fins de comparação, em forma de gráficos ou tabelas.

14. Situações anormais de operação e de monitoramento dos sistemas de controle ambiental deverão ser relatadas ao órgão ambiental, informando as medidas corretivas adotadas.

15. A ampliação do empreendimento ou atividade licenciada que implique em alteração de suas atividades necessita do competente licenciamento ambiental (Resolução CONSEMA nº 98/2017, art. 11, §§ 1º ao 4º).

16. Nos casos de encerramento das atividades, os empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental deverão comunicar ao órgão ambiental licenciador, com antecedência de 90 (noventa) dias (Resolução CONSEMA nº 98/2017, art. 35º), apresentando Plano de Encerramento conforme Enunciado IMA 02. No caso de desativação/encerramento, se constatada contaminação da área, deve ser atendida na íntegra a IN 74 do IMA visando a recuperação da qualidade ambiental das áreas que serão desativadas ou desocupadas.

17. Apresentar no **prazo máximo de 30 (trinta) dias**, a contar da data da emissão desta, a correta publicidade da presente licença, conforme artigo 42 da Lei Estadual nº 14.675/09.

18. A renovação desta Licença Ambiental de Operação - LAo deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, de acordo com a Lei Estadual nº 14.675/09, art. 40, inciso III, § 4.

O estabelecimento licenciado para a operação, fica obrigado a enviar ao IMA, anualmente, os seguintes documentos:

1. Cadastro Ambiental Legal, Alvará de licença para a localização e permanência e Alvará de vistoria para funcionamento do corpo de bombeiros.

2. Relatório de gerenciamento de resíduos sólidos, o relatório deverá conter: (a) Atualização do Programa de Gerenciamento, contendo planilhas atualizadas, discorrendo, no mínimo, sobre a descrição dos resíduos, pontos de geração, produção mensal, classificação conforme NBR 10004, balanço de massas, forma de acondicionamento, forma de armazenamento e destinação final. (b) Anotação de responsabilidade Técnica - ART do responsável pela elaboração do programa. (c) Certificado de entrega dos resíduos no período, em conformidade com as quantidades descritas no Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, bem como cópias das respectivas licenças ambientais das empresas responsáveis pela coleta, transporte e destinação final dos mesmos.

3. Necessário a instalação de caixa de gordura e filtro anaeróbio/sumidouro no sistema de esgotamento sanitário, apresentando projeto executivo com memorial descritivo junto com ART projeto/execução. Na impossibilidade, apresentar teste de percolação do solo, junto com ART do técnico, provando a incapacidade de instalação. Devendo apresentar semestralmente laudos analíticos do efluente gerado, com os seguintes parâmetros: pH, Óleos e Graxas Totais, Surfactantes, Fenóis Totais,

Observações

I. Aplicam-se as restrições contidas no procedimento de Licenciamento Ambiental e na Legislação Ambiental em vigor.
II. Aplicam-se as condições de validade expressas neste documento e seus anexos.
III. Esta licença não autoriza o corte ou supressão de árvores, florestas ou qualquer forma de vegetação da Mata Atlântica.
IV. Cópia da presente licença deverá ser exposta em local visível do empreendimento.
V. De acordo com o artigo 40, Inciso III, parágrafo 4 da Lei Estadual 14.675/09, a renovação desta Licença Ambiental de Operação - LAO deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença ambiental.
VI. Havendo alteração dos atos constitutivos do empreendimento, cópia da documentação deve ser apresentada ao IMA sob pena do empreendedor acima identificado continuar sendo responsável pela atividade / empreendimento licenciado por este documento.

O original deste documento é eletrônico e foi assinado utilizando assinatura Digital IMA por Ademir Chaves em 20/12/2015 10:02
conforme portaria FATMA Nº 135/2017.

SANTA CATARINA

LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO
Nº 8636/2019

O **Instituto do Meio Ambiente - IMA**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I do artigo 7° da Lei Estadual N° 14.675 de 2009, com base no processo de licenciamento ambiental n° IND/54439/CMFe **parecer técnico n° 9953/2019**, concede a presente **LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO** à :

Empreendedor

NOME:	EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA		
ENDEREÇO: RODOVIA MUNICIPAL 100, 3983, CORREDEIRAS,			
CEP:	89294-000	MUNICÍPIO: CAMPO ALEGRE	ESTADO: SC
CPF/CNPJ:	79.390.530/0001-43		

Para Atividade de

ATIVIDADE: 10.20.00 - BENEFICIAMENTO DE MINERAIS COM COMINUIÇÃO
ATIVIDADE SECUNDÁRIA: 30.10.00 - Usinas de Produção de Concreto ou Argamassa; 42.32.20 - Instalações aéreas de tancagem autônoma para consumo próprio de combustíveis líquidos e gasosos.

EMPREENDIMENTO: EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDAO LTDA

Localizada em

ENDEREÇO: RODOVIA MUNICIPAL 100, 3983, CORREDEIRAS,			
CEP:	89294-000	MUNICÍPIO: CAMPO ALEGRE	ESTADO: SC
COORDENADA PLANA: UTM X 657269.861526 - UTM Y 7104361.142208			

Da operação

A presente Licença, concebida com base nas informações apresentadas pelo interessado, declara a **viabilidade de operação** do empreendimento, equipamento ou atividade, quanto aos aspectos ambientais, e não dispensa nem substitui alvarás ou certidões de qualquer natureza, exigidas pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal.

Condições gerais

I. Quaisquer alterações nas especificações dos elementos apresentados no procedimento de licenciamento ambiental deverão ser precedidas de anuência do IMA.
II. O IMA, mediante decisão motivada, poderá modificar as condições de validade, suspender ou cancelar a presente licença, caso ocorra:
- Omissão ou falsa descrição de informações que subsidiaram a expedição da presente licença;
- A superveniência de graves riscos ambientais e/ou de saúde pública;
- Violação ou inadequação de quaisquer condições de validade da licença ou normas legais.

III. A publicidade desta licença deve ocorrer conforme Lei Estadual 14.675/09, artigo 42.
IV. Retificações e recurso administrativo relativos a presente licença devem ser encaminhados ao IMA no prazo de 20 (vinte) dias contados da data de comunicação de expedição da presente licença.

Prazo de validade

(48) meses, a contar da data da assinatura digital.

Verifique a veracidade das informações usando o QRcode ao lado ou acessando o endereço web abaixo:

http://consultas.ima.sc.gov.br/licenca/lic_digital_form

FCEI: 504712 CÓDIGO: 236190

O original deste documento é eletrônico e foi assinado utilizando Assinatura Digital IMA por Ademir Chaves em 20/12/2019 17:10:02 conforme portaria FATMA Nº 135/2017.

Documentos em anexo

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Plano de Ação Emergencial - PAE

Condições de validade

Materiais Sedimentáveis, DBO, DQO, Fósforo Total, Nitrogênio Amoniacal, contagem de Escherichia coli, contagem Coliformes Termotolerantes. Com os parâmetros DBO e DQO analisados na entrada e saída do sistema. **Prazos: Teste de percolação, 30 (trinta) dias; Projeto do sistema fossa/filtro/sumidouro e Caixa de Gordura, 30 (trinta) dias, Relatório fotográfico da implantação do sistema, 45 (quarenta cinco) dias.**

4. Sistema Separador Água e Óleo - SSAO: Apresentar, **análises semestrais**, compreendendo os parâmetros: pH, Óleos e Graxas, Detergentes, Fenóis, Materiais Sedimentáveis e Flutuantes.

5. Monitoramento de Qualidade da Água do corpo hídrico (Rio Negrinho) - Montante e Jusante. Apresentar **análises semestrais,** para os seguintes parâmetros: pH, Turbidez, Sólidos Sedimentáveis, Sólidos Suspensos e Sólidos dissolvidos.

6. Na renovação deverá apresentar relatório técnico, junto com ART, comprovando efetivo cumprimento das exigências e condicionantes estabelecidos na Licença Ambiental de Operação, acompanhados de relatório fotográfico datado e declaração de que não houve ampliação ou modificação do empreendimento, com planta planialtimétrica do imóvel em escala adequada, de uso e ocupação do solo com dimensões das áreas construídas, pátio de manobra, remanescentes florestais, hidrografia, APP e distância de corpos hídricos.

Observações

I. Aplicam-se as restrições contidas no procedimento de Licenciamento Ambiental e na Legislação Ambiental em vigor.
II. Aplicam-se as condições de validade expressas neste documento e seus anexos.
III. Esta licença não autoriza o corte ou supressão de árvores, florestas ou qualquer forma de vegetação da Mata Atlântica.
IV. Cópia da presente licença deverá ser exposta em local visível do empreendimento.
V. De acordo com o artigo 40, Inciso III, parágrafo 4 da Lei Estadual 14.675/09, a renovação desta Licença Ambiental de Operação - LAO deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença ambiental.
VI. Havendo alteração dos atos constitutivos do empreendimento, cópia da documentação deve ser apresentada ao IMA sob pena do empreendedor acima identificado continuar sendo responsável pela atividade / empreendimento licenciado por este documento.

O original deste documento é eletrônico e foi assinado utilizando Assinatura Digital IMA por Ademir Chaves em 20/12/2019 10:02
conforme portaria FATMA Nº 135/2017.

Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e Turismo	Instituto Água e Terra Diretoria de Controle de Recursos Ambientais	**Licença de Operação** Nº 29253 **Validade** 15/09/2025 **Protocolo** 161291773

O Instituto Água e Terra - IAT, com base na legislação ambiental e demais normas pertinentes, e tendo em vista o contido no expediente protocolado sob o nº 161291773, expede a presente Licença de Operação à:

171

01 IDENTIFICAÇÃO DO AUTORIZADO

Razão Social - Pessoa Jurídica / Nome - Pessoa Física
EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA

C.G.C. - Pessoa Jurídica / C.P.F. - Pessoa Física	Inscrição Estadual - Pessoa Jurídica / R.G. - Pessoa Física
79390530000143	4220081770

Endereço
RODOVIA MUNICIPAL 100, 3903

Bairro	Município	UF	Cep
DISTRITO CORREDEIRAS	Campo Alegre	SC	19294000

02 IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Empreendimento
EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA

Tipo de empreendimento/atividade
extração de serpentinito e saibro

Endereço	Bairro
localidade de Campina dos Maias	Campina dos Maia
Município	**Cep**
Piên	83860000

C Hídrico do Entorno	Bacia Hidrográfica
Iguaçu	Iguaçu
Destino do Esgoto Sanitário	**Destino do Efluente Final**
**********	**********

EQUISITOS DO LICENCIAMENTO DE OPERAÇÃO

- ula desta licença deverá ser publicada no Diário Oficial do Estado e em jornal de grande circulação local ou regional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, nos termos da Resolução CONAMA nº 006/86.
- Esta LICENÇA DE OPERAÇÃO tem a validade acima mencionada, devendo a sua renovação ser solicitada ao IAP com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias.
- Quaisquer alterações ou expansões nos processos de produção ou volumes produzidos pela indústria e alterações ou expansões no empreendimento, deverão ser licenciados pelo IAP.
- Esta LICENÇA DE OPERAÇÃO deverá ser afixada em local visível

Detalhamento dos Requisitos de Licenciamento

- A presente Licença diz respeito à atividade de extração mineral de serpentinito e saibro, desenvolvida nos limites dos direitos minerários ANM nos 826.284/2002 e 826.497/2006, na localidade de Campina dos Maias, município de Piên, sob coordenadas UTM SIRGAS 2000 22J N 7.106.750 / E 657.530;
- Deverá ser mantida uma faixa de amortecimento mínima de cinco metros em relação aos limites do imóvel, de modo a evitar avanços indevidos em propriedades não licenciadas e a geração de processos de movimento de massa em imóveis de terceiros;
- Deverá ser promovido o imediato isolamento físico da Área de Preservação Permanente - APP decorrentes do curso 'd'água localizado a sul do empreendimento, de modo a evitar intervenções indevidas em áreas protegidas;
- Deverá ser efetuada a manutenção periódica das bacias de decantação do empreendimento;
- Deverá ser promovida a imediata recuperação das áreas de bota fora, devendo ser implementadas ações de reconformação topográfica e revegetação dos taludes finais, não estando autorizado o lançamento de rejeitos encosta abaixo, ou sobre vegetação nativa e APPs;
- No prazo máximo de doze meses deverá ser apresentado um relatório de comprovação do atendimento das licionantes de licenciamento, com atenção especial à comprovação de recuperação ambiental das áreas de bota fora e relativas ao isolamento físico das APPs limítrofes ao empreendimento;
- O empreendimento deverá operar em consonância ao planejamento apresentado pela requerente e aprovado por este Instituto;
- A presente licença foi concedida com base nas informações prestadas pela requerente, podendo, a qualquer tempo, ser revista no caso de não conformidades.

TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTOS DE SÃO BENTO DO SUL - SC
R. JORGE LACERDA, 188 - CENTRO - SÃO BENTO DO SUL - SC - CEP: 89.280-174 - TELEFAX: (47) 3635-2010
HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: 8:30 - 12:00 E 13:30 - 18:00
NESTOR MARTINS - TABELIÃO DESIGNADO

Autenticação
Confere fielmente com o original apresentado.
Dou fé. Sao Bento do Sul-SC, 22/07/2021.
Emol.: 4,02 - Selo: 2,82 - Total: 6,84
SeloDigital de fiscalização do tipo: NORMAL nº GED18762Y1M1
MAICON ANDRE CASTANHA
ESCREVENTE
Confira os dados do ato em selo.tjsc.jus.br

Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e Turismo

INSTITUTO ÁGUA E TERRA

Instituto Água e Terra
Diretoria de Controle de Recursos Ambientais

Licença de Operação

Nº 29253
Validade 15/09/2025
Protocolo 161291773

172

Local e data
CURITIBA, 15 de setembro de 2020

O proprietário requerente acima qualificado não consta nesta data, como devedor no cadastro de autuações ambientais do Instituto Ambiental do Paraná.

Carimbo e assinatura do representante do IAP

Luiz Fornazzari Neto
Chefe Regional de Curitiba
INSTITUTO ÁGUA E TERRA
ERCBA

TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTOS DE SÃO BENTO DO SUL - SC
R. JORGE LACERDA, 188 - CENTRO - SÃO BENTO DO SUL - SC - CEP: 89.280-174 - TELEFAX: (47) 3631-2010
HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: 8:30 - 12:00 E 13:30 - 18:00
NESTOR MARTINS - TABELIÃO DESIGNADO

Autenticação
Confere fielmente com o original apresentado.
Dou fé. Sao Bento do Sul-SC, 22/07/2021.
Emol.: 4,02 - Selo: 2,82 - Total: 6,84
SeloDigital de fiscalização do Tipo: NORMAL nº GED18761-BLFA

MAICON ANDRE CASTANHA
ESCREVENTE
Confira os dados do ato em selo.tjsc.jus.br

PORTARIA Nº 182, DE 20 DE ABRIL DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei nº 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 820.077/2005, resolve:

Art. 1º Outorgar à DUTRA EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA., concessão para lavrar AREIA, no(s) Município(s) de MOGI DAS CRUZES/SP, numa área de 10,71ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long):

23°24'32,882"S/46°12'57,797"W;	23°24'32,882"S/46°12'53,063"W;
23°24'49,354"S/46°12'53,063"W;	23°24'49,354"S/46°12'54,562"W;
23°24'51,491"S/46°12'54,562"W;	23°24'51,491"S/46°12'54,667"W;
23°24'53,721"S/46°12'54,667"W;	23°24'53,721"S/46°12'54,315"W;
23°24'55,346"S/46°12'54,315"W;	23°24'55,346"S/46°12'53,963"W;
23°24'59,227"S/46°12'53,963"W;	23°24'59,226"S/46°12'54,315"W;
23°25'02,157"S/46°12'54,315"W;	23°25'02,157"S/46°12'57,797"W;

23°24'32,882"S/46°12'57,797"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 23°24'32,882"S e Long. 46°12'57,797"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 134,4m-E; 506,7m-S; 42,6m-W; 65,7m-S; 3,0m-W; 68,6m-S; 10,0m-E; 50,0m-S; 10,0m-E; 119,4m-S; 10,0m-W; 90,2m-S; 98,9m-W; 900,6m-N.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

PORTARIA Nº 183, DE 20 DE ABRIL DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei nº 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 820.385/1996, resolve:

Art. 1º Outorgar à MINERAÇÃO GRANDER LTDA. EPP, concessão para lavrar AREIA, no(s) Município(s) de PIRACICABA/SP, numa área de 49,77ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long):

22°41'45,874"S/47°46'43,532"W;	22°41'45,874"S/47°46'34,247"W;
22°41'47,922"S/47°46'34,247"W;	22°41'47,922"S/47°46'30,393"W;
22°41'51,270"S/47°46'30,393"W;	22°41'51,270"S/47°46'27,590"W;
22°41'52,993"S/47°46'27,590"W;	22°41'52,992"S/47°46'09,021"W;
22°41'50,392"S/47°46'09,021"W;	22°41'50,391"S/47°46'06,218"W;
22°41'46,588"S/47°46'06,218"W;	22°41'46,588"S/47°46'03,065"W;
22°41'41,451"S/47°46'03,066"W;	22°41'41,451"S/47°46'00,613"W;
22°41'35,014"S/47°46'00,614"W;	22°41'35,014"S/47°45'57,110"W;
22°41'31,178"S/47°45'57,110"W;	22°41'31,178"S/47°45'54,307"W;
22°41'27,017"S/47°45'54,308"W;	22°41'27,017"S/47°45'51,505"W;
22°41'22,205"S/47°45'51,506"W;	22°41'22,205"S/47°45'49,053"W;
22°41'12,453"S/47°45'49,054"W;	22°41'12,452"S/47°45'43,098"W;
22°41'24,675"S/47°45'43,097"W;	22°41'24,675"S/47°45'45,549"W;
22°41'31,275"S/47°45'45,549"W;	22°41'31,275"S/47°45'48,947"W;
22°41'35,274"S/47°45'48,947"W;	22°41'35,274"S/47°45'51,750"W;
22°41'38,947"S/47°45'51,749"W;	22°41'38,948"S/47°45'54,797"W;
22°41'45,547"S/47°45'54,797"W;	22°41'45,547"S/47°45'57,600"W;
22°41'50,196"S/47°45'57,599"W;	22°41'50,196"S/47°46'00,402"W;
22°41'54,097"S/47°46'00,402"W;	22°41'54,097"S/47°46'03,205"W;
22°41'59,136"S/47°46'03,204"W;	22°41'59,137"S/47°46'32,636"W;
22°41'54,164"S/47°46'32,636"W;	22°41'54,164"S/47°46'37,436"W;
22°41'51,238"S/47°46'37,436"W;	22°41'51,238"S/47°46'40,484"W;
22°41'48,702"S/47°46'40,484"W;	22°41'48,702"S/47°46'43,532"W;

em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice a 150,0m, no rumo verdadeiro de 17°59'59"373 SE, do ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 22°41'41,236"S e Long. 47°46'45,156"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 265,0m-E; 63,0m-S; 110,0m-E; 103,0m-S; 80,0m-E; 53,0m-S; 530,0m-E; 80,0m-N; 80,0m-E; 117,0m-N; 90,0m-E; 158,0m-N; 70,0m-E; 198,0m-N; 100,0m-E; 118,0m-N; 80,0m-E; 128,0m-N; 80,0m-E; 148,0m-N; 70,0m-E; 300,0m-N; 170,0m-E; 376,0m-S; 70,0m-W; 203,0m-S; 97,0m-W; 123,0m-S; 80,0m-W; 113,0m-S; 87,0m-W; 203,0m-S; 80,0m-W; 143,0m-S; 80,0m-W; 120,0m-S; 80,0m-W; 155,0m-S; 840,0m-W; 153,0m-N; 137,0m-W; 90,0m-N; 87,0m-W; 78,0m-N; 87,0m-W; 87,0m-N.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

PORTARIA Nº 184, DE 20 DE ABRIL DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei nº 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 820.580/2001, resolve:

Art. 1º Outorgar à EDRAS SOARES ME, concessão para lavrar CASCALHO, no(s) Município(s) de ITAPIRA/SP, numa área de 2,52ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long):

22°23'15,815"S/46°44'28,823"W;	22°23'15,815"S/46°44'28,124"W;
22°23'12,726"S/46°44'28,124"W;	22°23'12,726"S/46°44'26,376"W;
22°23'13,376"S/46°44'26,376"W;	22°23'13,376"S/46°44'24,628"W;
22°23'14,027"S/46°44'24,628"W;	22°23'14,027"S/46°44'22,531"W;
22°23'15,002"S/46°44'22,531"W;	22°23'15,002"S/46°44'22,006"W;
22°23'16,952"S/46°44'22,006"W;	22°23'16,952"S/46°44'22,880"W;
22°23'18,741"S/46°44'22,880"W;	22°23'18,741"S/46°44'25,677"W;
22°23'17,928"S/46°44'25,677"W;	22°23'17,928"S/46°44'26,726"W;
22°23'17,440"S/46°44'26,726"W;	22°23'17,440"S/46°44'28,823"W;

em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice a 2421,0m, no rumo verdadeiro de 60°33'00"616 NE, do ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 22°23'56,142"S e Long. 46°45'42,522"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 50,0m-N; 20,0m-E; 95,0m-N; 50,0m-E; 20,0m-S; 50,0m-E; 20,0m-S; 60,0m-E; 30,0m-S; 15,0m-E; 60,0m-S; 25,0m-W; 55,0m-S; 80,0m-W; 25,0m-N; 30,0m-W; 15,0m-N; 60,0m-W.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

PORTARIA Nº 185, DE 20 DE ABRIL DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei nº 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 826.284/2002, resolve:

Art. 1º Outorgar à EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA, concessão para lavrar SERPENTINITO, no(s) Município(s) de PIÊN/PR, numa área de 49,91ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long):

26°08'42,221"S/49°25'15,152"W;	26°08'42,221"S/49°25'13,352"W;
26°08'40,596"S/49°25'13,352"W;	26°08'40,596"S/49°25'09,751"W;
26°08'45,467"S/49°25'09,752"W;	26°08'45,468"S/49°25'00,751"W;
26°08'59,387"S/49°25'00,751"W;	26°08'59,387"S/49°25'18,253"W;
26°09'06,210"S/49°25'18,253"W;	26°09'06,210"S/49°25'31,934"W;
26°09'02,961"S/49°25'31,934"W;	26°09'02,961"S/49°25'35,257"W;
26°08'46,714"S/49°25'35,256"W;	26°08'46,714"S/49°25'15,152"W;
26°08'42,221"S/49°25'15,152"W;

em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 26°08'42,221"S e Long. 49°25'15,152"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 50,0m-E; 50,0m-N; 100,0m-E; 149,9m-S; 250,0m-E; 428,4m-S; 486,1m-W; 210,0m-S; 380,0m-W; 100,0m-N; 92,3m-W; 500,0m-N; 558,4m-E; 138,3m-N.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

PORTARIA Nº 186, DE 20 DE ABRIL DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei nº 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 826.308/1994, resolve:

Art. 1º Outorgar à F ANDREIS NETO, concessão para lavrar AREIA, no(s) Município(s) de ALTO PARAÍSO/PR, numa área de 29,42ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long):

23°22'39,280"S/53°46'23,754"W;	23°22'39,280"S/53°46'22,732"W;
23°22'38,630"S/53°46'23,754"W;	23°22'38,630"S/53°46'24,916"W;
23°22'37,980"S/53°46'24,916"W;	23°22'37,980"S/53°46'26,113"W;
23°22'37,330"S/53°46'26,113"W;	23°22'37,330"S/53°46'27,275"W;
23°22'36,680"S/53°46'27,275"W;	23°22'36,680"S/53°46'28,472"W;
23°22'36,029"S/53°46'28,472"W;	23°22'36,029"S/53°46'29,634"W;
23°22'35,379"S/53°46'29,634"W;	23°22'35,379"S/53°46'30,831"W;
23°22'34,729"S/53°46'30,831"W;	23°22'34,729"S/53°46'31,993"W;
23°22'34,079"S/53°46'31,993"W;	23°22'34,079"S/53°46'33,190"W;
23°22'33,429"S/53°46'33,190"W;	23°22'33,429"S/53°46'34,388"W;
23°22'32,779"S/53°46'34,388"W;	23°22'32,779"S/53°46'35,550"W;
23°22'31,895"S/53°46'35,550"W;	23°22'31,895"S/53°46'35,349"W;
23°22'31,810"S/53°46'35,349"W;	23°22'31,810"S/53°46'35,024"W;
23°22'31,690"S/53°46'35,024"W;	23°22'31,690"S/53°46'34,673"W;
23°22'31,576"S/53°46'34,673"W;	23°22'31,576"S/53°46'31,993"W;
23°22'30,670"S/53°46'31,993"W;	23°22'30,670"S/53°46'31,833"W;
23°22'30,534"S/53°46'31,833"W;	23°22'30,534"S/53°46'31,611"W;
23°22'30,401"S/53°46'31,611"W;	23°22'30,401"S/53°46'31,433"W;
23°22'30,308"S/53°46'31,433"W;	23°22'30,308"S/53°46'28,472"W;
23°22'29,073"S/53°46'28,472"W;	23°22'29,073"S/53°46'24,986"W;
23°22'27,838"S/53°46'24,986"W;	23°22'27,838"S/53°46'21,465"W;
23°22'26,603"S/53°46'21,465"W;	23°22'26,603"S/53°46'17,943"W;
23°22'25,368"S/53°46'17,943"W;	23°22'25,368"S/53°46'14,422"W;
23°22'24,132"S/53°46'14,422"W;	23°22'24,132"S/53°46'10,901"W;
23°22'22,897"S/53°46'10,901"W;	23°22'22,897"S/53°46'07,380"W;
23°22'21,662"S/53°46'07,380"W;	23°22'21,662"S/53°46'05,091"W;
23°22'22,312"S/53°46'05,091"W;	23°22'22,312"S/53°46'04,598"W;
23°22'22,962"S/53°46'04,598"W;	23°22'22,962"S/53°46'04,140"W;
23°22'23,612"S/53°46'04,140"W;	23°22'23,612"S/53°46'03,648"W;
23°22'24,262"S/53°46'03,648"W;	23°22'24,262"S/53°46'03,190"W;
23°22'24,912"S/53°46'03,190"W;	23°22'24,912"S/53°46'02,697"W;
23°22'25,562"S/53°46'02,697"W;	23°22'25,562"S/53°46'02,204"W;
23°22'26,212"S/53°46'02,204"W;	23°22'26,212"S/53°46'01,746"W;
23°22'26,862"S/53°46'01,746"W;	23°22'26,863"S/53°46'01,288"W;
23°22'27,513"S/53°46'01,288"W;	23°22'27,513"S/53°46'00,795"W;
23°22'28,163"S/53°46'00,795"W;	23°22'28,163"S/53°46'00,302"W;
23°22'28,813"S/53°46'00,302"W;	23°22'28,813"S/53°45'59,844"W;
23°22'29,463"S/53°45'59,844"W;	23°22'29,463"S/53°45'59,351"W;
23°22'30,113"S/53°45'59,351"W;	23°22'30,113"S/53°45'58,894"W;
23°22'30,763"S/53°45'58,894"W;	23°22'30,763"S/53°45'58,401"W;
23°22'31,413"S/53°45'58,401"W;	23°22'31,413"S/53°45'57,908"W;
23°22'32,453"S/53°45'57,908"W;	23°22'32,454"S/53°46'01,323"W;
23°22'33,103"S/53°46'01,323"W;	23°22'33,526"S/53°46'04,844"W;
23°22'34,566"S/53°46'04,844"W;	23°22'34,567"S/53°46'08,366"W;
23°22'35,639"S/53°46'08,366"W;	23°22'35,639"S/53°46'11,887"W;
23°22'36,680"S/53°46'11,887"W;	23°22'36,680"S/53°46'15,408"W;
23°22'37,720"S/53°46'15,408"W;	23°22'37,720"S/53°46'18,929"W;
23°22'38,727"S/53°46'18,929"W;	23°22'38,727"S/53°46'22,732"W;

em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 23°22'39,280"S e Long. 53°46'22,732"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 29,0m-W; 20,0m-N; 33,0m-W; 20,0m-N; 34,0m-W; 20,0m-N; 33,0m-W; 20,0m-N; 34,0m-W; 20,0m-N; 33,0m-W; 20,0m-N; 34,0m-W; 20,0m-N; 33,0m-W; 20,0m-N; 34,0m-W; 20,0m-N; 33,0m-W; 27,2m-N; 5,7m-E; 2,6m-N; 9,2m-E; 3,7m-N; 10,0m-E; 3,5m-N; 76,1m-E; 27,9m-N; 4,5m-E; 4,2m-N; 6,3m-E; 4,1m-N; 5,1m-E; 2,9m-N; 84,1m-E; 38,0m-N; 99,0m-E; 38,0m-N; 100,0m-E; 38,0m-N; 100,0m-E; 38,0m-N; 100,0m-E; 38,0m-N; 100,0m-E; 38,0m-N; 100,0m-E; 38,0m-N; 65,0m-E; 20,0m-S; 14,0m-E; 20,0m-S; 13,0m-E; 20,0m-S; 14,0m-E; 20,0m-S; 13,0m-E; 20,0m-S; 14,0m-E; 20,0m-S; 14,0m-E; 20,0m-S; 13,0m-E; 20,0m-S; 13,0m-E; 20,0m-S; 14,0m-E; 20,0m-S; 14,0m-E; 20,0m-S; 13,0m-E; 20,0m-S; 14,0m-E; 20,0m-S; 13,0m-E; 20,0m-S; 14,0m-E; 20,0m-S; 14,0m-E; 20,0m-S; 14,0m-E; 32,0m-S; 97,0m-W; 33,0m-S; 100,0m-W; 32,0m-S; 100,0m-W; 33,0m-S; 100,0m-W; 32,0m-S; 100,0m-W; 32,0m-S; 100,0m-W; 31,0m-S; 108,0m-W; 17,0m-S.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

PORTARIA Nº 187, DE 20 DE ABRIL DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei nº 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 846.088/1997, resolve:

Art. 1º Outorgar à TOP STONE MINERAÇÃO LTDA, concessão para lavrar GRANITO, no(s) Município(s) de CASSERENGUE/PB, numa área de 49,91ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long):

06°48'44,560"S/35°50'15,309"W;	06°48'44,560"S/35°50'15,309"W;
06°48'44,560"S/35°51'01,360"W;	06°48'55,159"S/35°51'01,360"W;
06°48'55,159"S/35°51'01,207"W;	06°48'55,209"S/35°51'01,207"W;
06°48'55,209"S/35°51'01,190"W;	06°48'56,055"S/35°51'01,190"W;
06°48'56,054"S/35°50'15,309"W;	06°48'44,560"S/35°50'15,309"W;

em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 06°48'44,560"S e Long. 35°50'15,309"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 1414,0m-W; 325,6m-S; 4,7m-E; 1,5m-S; 0,5m-E; 26,0m-S; 1408,8m-E; 353,1m-N.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

PORTARIA Nº 188, DE 20 DE ABRIL DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei nº 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 848.222/2011, resolve:

Art. 1º Outorgar à UNIÃO BRASILEIRA DE AGREGADOS LTDA., concessão para lavrar GNAISSE, no(s) Município(s) de MONTE ALEGRE/RN, numa área de 49,93ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 06°05'03,520"S/35°22'41,505"W; 06°05'03,520"S/35°22'01,859"W; 06°04'37,550"S/35°22'01,859"W; 06°04'37,550"S/35°21'41,505"W; 06°05'03,520"S/35°21'41,505"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 06°05'03,520"S e Long. 35°21'41,505"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 625,9m-W; 797,8m-N; 625,9m-E; 797,8m-S.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016042500049

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e Turismo	Instituto Água e Terra Diretoria de Controle de Recursos Ambientais	**Licença de Operação** Nº 21999 **Validade** 28/05/2026 **Protocolo** 165098528

O Instituto Água e Terra - IAT, com base na legislação ambiental e demais normas pertinentes, e tendo em vista o contido no expediente protocolado sob o nº 165098528, expede a presente Licença de Operação à:

174

01 IDENTIFICAÇÃO DO AUTORIZADO

Razão Social - Pessoa Jurídica / Nome - Pessoa Física			
EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA			
C.G.C. - Pessoa Jurídica / C.P.F. - Pessoa Física		Inscrição Estadual - Pessoa Jurídica / R.G. - Pessoa Física	
79390530000143		4220081770	
Endereço			
RODOVIA MUNICIPAL 100, 3903			
Bairro	Município	UF	Cep
DISTRITO CORREDEIRAS	Campo Alegre	SC	19294000

02 IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Empreendimento			
EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA			
Tipo de empreendimento/atividade			
Extração e beneficiamento de areia, argila e saibro			
Endereço		Bairro	
ESTRADA DO LAGEADO DOS MARTINS S/N		LAGEADO DOS MARTINS	
Município		Cep	
Piên		83860000	
Corpo Hídrico do Entorno		Bacia Hidrográfica	
Rio Pien		Iguaçu	
Destino do Esgoto Sanitário		Destino do Efluente Final	
**********		**********	

REQUISITOS DO LICENCIAMENTO DE OPERAÇÃO

Súmula desta licença deverá ser publicada no Diário Oficial do Estado e em jornal de grande circulação local ou regional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, nos termos da Resolução CONAMA nº 006/86.

- Esta LICENÇA DE OPERAÇÃO tem a validade acima mencionada, devendo a sua renovação ser solicitada ao IAP com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias.
- Quaisquer alterações ou expansões nos processos de produção ou volumes produzidos pela indústria e alterações ou expansões no empreendimento, deverão ser licenciados pelo IAP.
- Esta LICENÇA DE OPERAÇÃO deverá ser afixada em local visível

Detalhamento dos Requisitos de Licenciamento

Esta Licença trata-se de Renovação de Licença Ambiental de Operação. Protocolo: 138148092, Licença: 21999, Emissão da Licença: 03/08/2016, Validade: 01/10/2020.
A presente Licença de Operação de extração mineral extração mineral e beneficiamento de areia, argila e saibro na região do Lajeado dos Martins, município de Piên, referente as poligonais dos Processos de Titulação Mineral ANM 826.688/2008, 826.113/2010, 826.975/2013, devendo cumprir os seguintes condicionantes:
1) O empreendimento deverá ser conduzido de acordo com o planejamento apresentado através do Plano de Controle Ambiental e suas complementações;
2) A presente licença não autoriza supressão florestal a qual, se necessária, deverá ser preiteada por requerimento especifico e por atualização do planejamento do empreendimento e nova avaliação ambiental para posterior aprovação;
3) O processo de lavra somente poderá ser desenvolvido fora das áreas de preservação permanente, não podendo haver interferências sobre estas;
4) Não poderá haver interferência nas áreas de reserva legal dos imóveis no local do empreendimento;
5) As Bacias de decantação não podem estar em área de preservação permanente;
6) O sistema de drenagem das águas pluviais deverá receber constantemente manutenção para manter sua eficiência;
7) O sistema de beneficiamento não poderá utilizar produtos químicos;
8) Manter a metodologia de lavra, beneficiamento, e controle ambiental propugnadas no Plano de Controle Ambiental - PCA apresentado;
9) O manuseio de lubrificantes e combustíveis bem como a manutenção de máquinas e veículos deverá ser

TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTOS DE SÃO BENTO DO SUL - SC
R. JORGE LACERDA, 188 - CENTRO - SÃO BENTO DO SUL - SC - CEP: 89.280-174 - TELEFAX: (47) 3636-2010
HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: 8:30 - 12:00 E 13:30 - 18:00
NESTOR MARTINS - TABELIÃO DESIGNADO

Autenticação
Confere fielmente com o original apresentado.
Dou fé. Sao Bento do Sul-SC, 22/07/2021.
Emol.: 4,02 - Selo: 2,82 - Total: 6,84
SeloDigital de fiscalização do tipo: NORMAL nº GED18750-CARS
MAICON ANDRE CASTANHA
ESCREVENTE
Confira os dados do ato em selo.tjsc.jus.br

Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e Turismo	Instituto Água e Terra Diretoria de Controle de Recursos Ambientais	**Licença de Operação** Nº 21999 **Validade** 28/05/2026 **Protocolo** 165098528

realizada com o máximo cuidado para não haver contaminação do solo ou da água;
10) Deverão ainda ser executadas medidas específicas de controle ambiental, tais como:
a) Minimização da emissão de ruídos e poeiras;
b) Proteção dos recursos naturais (água subterrânea e superficial, florestas, fauna);
c) Controle na atividade de transporte (método de carregamento e descarregamento), sinalização, sistemática de tratamento das áreas mineradas;
d) Adotar medidas de segurança técnica e operacional - contra inundações, deslizamentos, desabamentos;
e) Dispor de maneira adequada os estoques, estéril, e rejeitos,
f) Viabilizar plano de emergência para eventuais acidentes ocorridos no sistema infra-estrutural e operacional;
11) Atender na integra as Normas Reguladoras de Mineração;
12) Quando da solicitação da renovação da Licença de Operação, deverá apresentar um Relatório de Atividades, atendendo ao Termo de Referência contido na Resolução SEDEST 002/2020;
13) A presente licença foi concedida com base nas informações prestadas pela requerente, podendo a qualquer tempo, ser revista no caso de não conformidades;
14) O não atendimento de qualquer das condicionantes da presente Licença de Operação acarretará sanções cabíveis previstas na legislação em vigente;
15) A concessão desta licença não impedira exigências futuras decorrente do avanço tecnológico ou da modificação das condições ambientais conforme decreto 857/79, art. 7§ 2º
16) O recebimento desta licença deverá ser publicado pelo requerente em jornal de circulação regional e no diário oficial do estado de acordo com a resolução CONAMA 006/86
17) Uma cópia desta licença deverá ficar em local visível, junto ao empreendimento.

Local e data
CURITIBA, 28 de maio de 2021

O proprietário requerente acima qualificado não consta nesta data, como devedor no cadastro de autuações ambientais do Instituto Ambiental do Paraná.	Carimbo e assinatura do representante do IAP Everton Luiz da Costa Souza Diretor Presidente do Instituto Água e Terra

TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTOS DE SÃO BENTO DO SUL - SC
R. JORGE LACERDA, 188 - CENTRO - SÃO BENTO DO SUL - SC - CEP: 89.280-174 - TELEFAX: (47) 3633-2016
HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: 8:30 - 12:00 E 13:30 - 18:00
NESTOR MARTINS - TABELIÃO DESIGNADO

Autenticação
Confere fielmente com o original apresentado.
Dou fé. Sao Bento do Sul-SC, 22/07/2021.
Emol.: 4,02 - Selo: 2,82 - Total: 6,84
SeloDigital de fiscalização do Tipo: NORMAL nº GED18749-PP6B
MAICON ANDRE CASTANHA
ESCREVENTE
Confira os dados do ato em selo.tjsc.jus.br

W; 75,0m-N; 50,0m-E: 50,0m-N; 75,0m-E; 50,0m-N; 50,0m-E; 50,0m-N; 50,0m-E; 25,0m-N; 25,0m-E; 75,0m-N; 50,0m-E; 200,0m-N; 175,0m-W; 25,0m-S; 50,0m-W; 25,0m-S; 250,0m-W; 175,0m-N; 25,0m-E; 125,0m-N; 75,0m-W; 50,0m-N; 100,0m-W; 25,0m-N; 75,0m-W; 25,0m-N; 150,0m-W; 50,0m-N; 125,0m-W; 25,0m-N; 100,0m-W; 25,0m-N; 100,0m-W; 25,0m-N; 100,0m-W; 25,0m-N; 225,0m-W; 75,0m-N; 325,0m-E; 25,0m-S; 150,0m-E; 50,0m-S; 125,0m-E; 25,0m-S; 150,0m-E; 50,0m-S; 100,0m-E; 25,0m-S; 100,0m-E; 50,0m-S; 50,0m-E; 25,0m-S; 50,0m-E: 50,0m-S; 25,0m-E; 200,0m-S; 100,0m-E; 25,0m-N; 75,0m-E; 25,0m-N; 275,0m-E; 225,0m-S; 25,0m-W; 75,0m-S; 25,0m-W; 75,0m-S; 25,0m-W; 25,0m-S; 25,0m-W; 50,0m-S; 25,0m-W; 50,0m-S; 75,0m-W; 50,0m-S; 75,0m-W; 25,0m-S; 50,0m-W; 25,0m-S; 25,0m-W; 25,0m-S.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

PORTARIA Nº 125, DE 23 DE MARÇO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei nº 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 826.626/1996, resolve:

Art. 1º Outorgar à G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA, concessão para lavrar AREIA, no(s) Município(s) de UNIÃO DA VITÓRIA/PR, numa área de 27,65ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 26°12'49,293"S/51°06'51,469"W; 26°12'49,293"S/51°06'50,749"W; 26°12'50,593"S/51°06'50,748"W; 26°12'50,593"S/51°06'50,028"W; 26°12'51,893"S/51°06'50,028"W; 26°12'51,893"S/51°06'49,307"W; 26°12'52,543"S/51°06'49,307"W; 26°12'52,542"S/51°06'47,146"W; 26°13'00,347"S/51°06'47,145"W; 26°13'00,348"S/51°07'19,567"W; 26°12'52,449"S/51°07'19,567"W; 26°12'52,449"S/51°07'17,770"W; 26°12'52,768"S/51°07'17,770"W; 26°12'52,774"S/51°07'17,770"W; 26°12'52,774"S/51°07'15,072"W; 26°12'53,092"S/51°07'15,072"W; 26°12'53,092"S/51°07'15,069"W; 26°12'53,098"S/51°07'15,069"W; 26°12'53,098"S/51°07'12,186"W; 26°12'53,580"S/51°07'12,186"W; 26°12'53,586"S/51°07'12,187"W; 26°12'53,586"S/51°07'08,584"W; 26°12'54,067"S/51°07'08,584"W; 26°12'54,073"S/51°07'08,584"W; 26°12'54,073"S/51°07'04,982"W; 26°12'54,555"S/51°07'04,982"W; 26°12'54,560"S/51°07'04,982"W; 26°12'54,560"S/51°07'01,379"W; 26°12'55,042"S/51°07'01,379"W; 26°12'55,048"S/51°07'01,380"W; 26°12'55,048"S/51°06'57,777"W; 26°12'55,529"S/51°06'57,777"W; 26°12'55,535"S/51°06'57,777"W; 26°12'55,535"S/51°06'54,175"W; 26°12'56,016"S/51°06'54,175"W; 26°12'56,022"S/51°06'54,175"W; 26°12'56,022"S/51°06'49,491"W; 26°12'56,991"S/51°06'49,491"W; 26°12'56,997"S/51°06'49,492"W; 26°12'56,997"S/51°06'47,690"W; 26°12'56,991"S/51°06'47,690"W; 26°12'53,260"S/51°06'47,690"W; 26°12'53,257"S/51°06'47,690"W; 26°12'53,258"S/51°06'53,454"W; 26°12'52,285"S/51°06'53,454"W; 26°12'52,283"S/51°06'53,454"W; 26°12'52,283"S/51°07'00,659"W; 26°12'51,961"S/51°07'00,659"W; 26°12'51,958"S/51°07'00,659"W; 26°12'51,958"S/51°07'07,864"W; 26°12'51,636"S/51°07'07,864"W; 26°12'51,633"S/51°07'07,863"W; 26°12'51,633"S/51°07'16,870"W; 26°12'51,311"S/51°07'16,870"W; 26°12'51,311"S/51°07'16,873"W; 26°12'51,309"S/51°07'16,873"W; 26°12'51,309"S/51°07'18,702"W; 26°12'47,348"S/51°07'18,702"W; 26°12'47,347"S/51°06'51,469"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 26°12'47,347"S e Long. 51°06'51,469"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 59,9m-SW 00°00'00"000; 20,0m-NE 89°58'16"868; 40,0m-SE 00°00'51"566; 20,0m-NE 90°00'00"000; 40,0m-SW 00°00'00"000; 20,0m-NE 90°00'00"000; 20,0m-SW 00°00'00"000; 60,0m-NE 90°00'00"000; 240,2m-SE 00°00'08"587; 900,0m-SW 89°59'48"541; 243,1m-NW 00°00'08"484; 49,9m-NE 90°00'00"000; 9,8m-SW 00°00'00"000; 0,2m-SW 00°00'00"000; 74,9m-NE 90°00'00"000; 9,8m-SW 00°00'00"000; 0,1m-NE 90°00'00"000; 0,2m-SW 00°00'00"000; 80,0m-NE 89°59'34"217; 14,8m-SW 00°00'00"000; 0,2m-SW 00°00'00"000; 100,0m-NE 90°00'00"000; 14,8m-SW 00°00'00"000; 0,2m-SW 00°00'00"000; 100,0m-NE 89°59'39"374; 14,8m-SE 00°02'19"180; 0,2m-SW 03°10'47"388; 100,0m-NE 89°59'39"376; 14,8m-SW 00°00'00"000; 0,2m-SW 03°10'47"388; 100,0m-NE 90°00'00"000; 14,8m-SW 00°00'00"000; 0,2m-SW 03°00'46"035; 100,0m-NE 89°59'39"376; 14,8m-SW 00°00'00"000; 0,2m-SW 03°10'47"388; 130,0m-NE 89°59'44"135; 29,8m-SW 00°00'00"000; 0,2m-SW 03°10'47"388; 50,0m-NE 90°00'00"000; 0,2m-NE 03°10'47"388; 114,8m-NW 00°00'17"964; 0,1m-NE 07°07'30"059; 160,0m-SW 89°59'47"109; 29,9m-NE 00°00'00"000; 0,1m-NE 07°07'30"059; 200,0m-SW 89°59'49"687; 9,9m-NE 00°00'00"000; 0,1m-NE 07°07'30"059; 200,0m-SW 89°59'49"687; 9,9m-NE 00°00'00"000; 0,1m-NE 07°07'30"059; 250,0m-SW 89°59'51"750; 9,9m-NE 00°00'00"000; 0,1m-SW 90°00'00"000; 0,1m-NE 00°00'00"000; 50,8m-SW 89°59'19"389; 121,9m-NW 00°00'16"921; 756.0m-NE 89°59'49"087.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

PORTARIA Nº 126, DE 23 DE MARÇO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei nº 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 806.029/2010, resolve:

Art. 1º Outorgar à VIEIRA MOREIRA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA., concessão para lavrar AREIA, no(s) Município(s) de SÃO LUIS/MA, numa área de 3,94ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 02°38'50,258"S/44°19'23,043"W; 02°38'50,258"S/44°19'23,367"W; 02°38'51,072"S/44°19'23,367"W; 02°38'51,072"S/44°19'23,690"W; 02°38'51,886"S/44°19'23,690"W; 02°38'51,886"S/44°19'24,014"W; 02°38'52,537"S/44°19'24,014"W; 02°38'52,537"S/44°19'24,338"W; 02°38'53,351"S/44°19'24,338"W; 02°38'53,351"S/44°19'30,003"W; 02°38'53,026"S/44°19'30,003"W; 02°38'53,026"S/44°19'30,327"W; 02°38'52,700"S/44°19'30,327"W; 02°38'52,700"S/44°19'30,651"W; 02°38'52,375"S/44°19'30,651"W; 02°38'52,375"S/44°19'31,136"W; 02°38'52,049"S/44°19'31,136"W; 02°38'52,049"S/44°19'31,622"W; 02°38'51,723"S/44°19'31,622"W; 02°38'51,723"S/44°19'32,107"W; 02°38'51,398"S/44°19'32,107"W; 02°38'51,398"S/44°19'32,593"W; 02°38'47,003"S/44°19'32,593"W; 02°38'47,003"S/44°19'29,356"W; 02°38'48,318"S/44°19'29,356"W; 02°38'48,318"S/44°19'28,934"W; 02°38'49,318"S/44°19'28,934"W; 02°38'49,318"S/44°19'28,434"W; 02°38'49,818"S/44°19'28,434"W; 02°38'49,818"S/44°19'27,434"W; 02°38'50,318"S/44°19'27,434"W; 02°38'50,318"S/44°19'26,434"W; 02°38'49,818"S/44°19'26,434"W; 02°38'49,818"S/44°19'25,434"W; 02°38'49,318"S/44°19'25,434"W; 02°38'49,318"S/44°19'24,934"W; 02°38'48,318"S/44°19'24,934"W; 02°38'48,318"S/44°19'24,434"W; 02°38'47,318"S/44°19'24,434"W; 02°38'47,318"S/44°19'23,434"W; 02°38'48,818"S/44°19'23,434"W; 02°38'48,818"S/44°19'23,043"W; 02°38'50,258"S/44°19'23,043"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 02°38'50,258"S e Long. 44°19'23,043"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 10,0m-W; 25,0m-S; 10,0m-W; 25,0m-S; 10,0m-W; 20,0m-S; 10,0m-W; 25,0m-S; 175,0m-W; 10,0m-N; 10,0m-W; 10,0m-N; 10,0m-W; 10,0m-N; 10,0m-W; 10,0m-N; 15,0m-W; 10,0m-N; 15,0m-W; 10,0m-N; 10,0m-N; 15,0m-W; 10,0m-N; 135,0m-N; 100,0m-E; 40,4m-S; 13,0m-E; 30,7m-S; 15,4m-E; 15,4m-S; 30,9m-E; 15,4m-S; 30,9m-E; 15,4m-N; 30,9m-E; 15,4m-N; 15,5m-E; 30,7m-N; 15,4m-E; 30,7m-N; 30,9m-E; 46,1m-S; 12,1m-E; 44,2m-S.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

PORTARIA Nº 127, DE 23 DE MARÇO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei nº 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 826.688/2008, resolve:

Art. 1º Outorgar à EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA, concessão para lavrar AREIA, SAIBRO, no(s) Município(s) de PIEN/PR, numa área de 43,72ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 26°07'17,058"S/49°28'40,699"W; 26°07'17,058"S/49°28'15,501"W; 26°07'33,039"S/49°28'15,501"W; 26°07'33,039"S/49°28'23,488"W; 26°07'36,365"S/49°28'23,488"W; 26°07'36,365"S/49°28'26,047"W; 26°07'39,652"S/49°28'26,047"W; 26°07'39,652"S/49°28'40,699"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 26°07'17,058"S e Long. 49°28'40,699"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 700,0m-E; 491,8m-S; 1945,1m-W; 102,4m-S; 28,9m-W; 910,2m-S; 407,1m-W; 695,3m-N.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

PORTARIA Nº 128, DE 23 DE MARÇO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei nº 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 826.262/2015, resolve:

Art. 1º Outorgar à MINERAÇÃO MOTTICAL LTDA., concessão para lavrar MÁRMORE, no(s) Município(s) de CAMPO MAGRO/PR, numa área de 49,93ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 25°18'53,465"S/49°27'46,626"W; 25°18'53,465"S/49°27'43,480"W; 25°18'52,295"S/49°27'43,480"W; 25°18'52,295"S/49°27'35,579"W; 25°18'51,190"S/49°27'35,579"W; 25°18'51,190"S/49°27'34,613"W; 25°18'52,457"S/49°27'34,613"W; 25°18'52,457"S/49°27'33,183"W; 25°18'49,240"S/49°27'33,183"W; 25°18'49,240"S/49°27'29,608"W; 25°18'45,990"S/49°27'29,608"W; 25°18'45,990"S/49°27'26,033"W; 25°18'44,040"S/49°27'26,033"W; 25°18'44,040"S/49°27'24,603"W; 25°18'40,790"S/49°27'24,603"W; 25°18'40,790"S/49°27'26,033"W; 25°18'39,491"S/49°27'26,033"W; 25°18'39,491"S/49°27'30,574"W; 25°18'35,721"S/49°27'30,574"W; 25°18'35,721"S/49°27'28,214"W; 25°18'38,548"S/49°27'28,214"W; 25°18'38,548"S/49°27'16,774"W; 25°18'43,422"S/49°27'16,773"W; 25°18'43,422"S/49°27'09,623"W; 25°18'46,672"S/49°27'09,623"W; 25°18'46,671"S/49°27'06,047"W; 25°18'49,271"S/49°27'06,047"W; 25°18'49,271"S/49°27'04,260"W; 25°18'44,396"S/49°27'04,260"W; 25°18'44,395"S/49°26'52,998"W; 25°18'57,719"S/49°26'52,996"W; 25°18'57,721"S/49°27'18,024"W; 25°18'55,869"S/49°27'18,024"W; 25°18'55,870"S/49°27'46,626"W; 25°18'53,465"S/49°27'46,626"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 25°18'53,465"S e Long. 49°27'46,626"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 88,0m-E; 36,0m-N; 221,0m-E; 34,0m-N; 27,0m-E; 39,0m-S; 40,0m-E; 99,0m-N; 100,0m-E; 100,0m-N; 100,0m-E; 60,0m-N; 40,0m-E; 100,0m-N; 40,0m-W; 40,0m-N; 127,0m-W; 116,0m-N; 66,0m-E; 87,0m-S; 320,0m-E; 150,0m-S; 200,0m-E; 100,0m-S; 100,0m-E; 80,0m-S; 50,0m-E; 150,0m-N; 315,0m-E; 410,0m-S; 700,0m-W; 57,0m-N; 800,0m-W; 74,0m-N.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

PORTARIA Nº 129, DE 23 DE MARÇO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei nº 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 826.032/2009, resolve:

Art. 1º Outorgar à AREAL PORTO PALMIRA LTDA ME, concessão para lavrar AREIA, no(s) Município(s) de LAPA/PR, SÃO JOÃO DO TRIUNFO/PR, numa área de 49,39ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 25°40'55,742"S/50°09'02,765"W; 25°41'26,037"S/50°09'02,765"W; 25°41'26,037"S/50°09'21,765"W; 25°40'55,742"S/50°09'21,765"W; 25°40'55,742"S/50°09'02,765"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 25°40'55,742"S e Long. 50°09'02,765"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 932,3m-S; 529,8m-W; 932,3m-N; 529,8m-E.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

PORTARIA Nº 130, DE 23 DE MARÇO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei nº 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 826.149/2002, resolve:

Art. 1º Outorgar à MADEREIRA SERPOL LTDA., concessão para lavrar AREIA, no(s) Município(s) de LAPA/PR, RIO NEGRO/PR, numa área de 50,00ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 25°59'53,775"S/49°55'39,978"W; 25°59'53,775"S/49°55'32,786"W; 26°00'02,711"S/49°55'32,786"W; 26°00'02,711"S/49°55'35,483"W; 26°00'09,210"S/49°55'35,483"W; 26°00'09,210"S/49°55'37,281"W; 26°00'14,085"S/49°55'37,281"W; 26°00'14,085"S/49°55'35,483"W; 26°00'18,959"S/49°55'35,483"W; 26°00'18,959"S/49°55'38,180"W; 26°00'23,833"S/49°55'38,180"W; 26°00'23,833"S/49°55'34,584"W; 26°00'20,583"S/49°55'34,584"W; 26°00'20,583"S/49°55'32,786"W; 26°00'18,959"S/49°55'32,786"W; 26°00'18,959"S/49°55'23,796"W; 26°00'20,583"S/49°55'23,796"W; 26°00'20,583"S/49°55'24,695"W; 26°00'31,956"S/49°55'24,695"W; 26°00'31,956"S/49°55'22,897"W; 26°00'34,393"S/49°55'22,897"W; 26°00'34,393"S/49°55'21,099"W; 26°00'36,018"S/49°55'21,099"W; 26°00'36,018"S/49°55'19,301"W; 26°00'42,517"S/49°55'19,300"W; 26°00'42,517"S/49°55'17,502"W; 26°00'44,142"S/49°55'17,502"W; 26°00'44,142"S/49°55'14,805"W; 26°00'53,890"S/49°55'14,804"W; 26°00'53,890"S/49°55'16,603"W; 26°00'55,515"S/49°55'16,602"W; 26°00'55,515"S/49°55'21,098"W; 26°00'53,890"S/49°55'21,098"W; 26°00'53,890"S/49°55'24,694"W; 26°00'55,515"S/49°55'24,694"W; 26°00'55,515"S/49°55'30,987"W; 26°00'52,265"S/49°55'30,987"W; 26°00'52,265"S/49°55'27,391"W; 26°00'49,828"S/49°55'27,391"W; 26°00'49,828"S/49°55'20,199"W; 26°00'44,954"S/49°55'20,199"W; 26°00'44,954"S/49°55'24,694"W; 26°00'43,329"S/49°55'24,694"W; 26°00'43,329"S/49°55'28,291"W; 26°00'38,455"S/49°55'28,291"W; 26°00'38,455"S/49°55'26,493"W; 26°00'34,393"S/49°55'26,493"W; 26°00'34,394"S/49°55'29,190"W; 26°00'31,144"S/49°55'29,190"W; 26°00'31,144"S/49°55'30,988"W; 26°00'27,895"S/49°55'30,988"W; 26°00'27,895"S/49°55'39,079"W; 26°00'26,270"S/49°55'39,079"W; 26°00'26,270"S/49°55'40,877"W;

Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e Turismo	Instituto Água e Terra Diretoria de Controle de Recursos Ambientais	**Licença de Operação** Nº 18010 **Validade** 28/05/2026 **Protocolo** 165098471

O Instituto Água e Terra - IAT, com base na legislação ambiental e demais normas pertinentes, e tendo em vista o contido no expediente protocolado sob o nº 165098471, expede a presente Licença de Operação à:

01 IDENTIFICAÇÃO DO AUTORIZADO

Razão Social - Pessoa Jurídica / Nome - Pessoa Física
EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA

C.G.C. - Pessoa Jurídica / C.P.F. - Pessoa Física	Inscrição Estadual - Pessoa Jurídica / R.G. - Pessoa Física
79390530000143	4220081770

Endereço: RODOVIA MUNICIPAL 100, 3903

Bairro	Município	UF	Cep
DISTRITO CORREDEIRAS	Campo Alegre	SC	19294000

02 IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Empreendimento
Extração mineral de Arenito

Tipo de empreendimento/atividade
Extração e beneficiamento de arenito

Endereço	Bairro
Estrada municipal de Ligação da Localidade de Campo Novo a Vermelhinho	Campo Novo
Município	**Cep**
Piên	89290000

Corpo Hídrico do Entorno	Bacia Hidrográfica
Negro	Iguaçu
Destino do Esgoto Sanitário	**Destino do Efluente Final**
**********	**********

REQUISITOS DO LICENCIAMENTO DE OPERAÇÃO

- A súmula desta licença deverá ser publicada no Diário Oficial do Estado e em jornal de grande circulação local ou regional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, nos termos da Resolução CONAMA nº 006/86.
- Esta LICENÇA DE OPERAÇÃO tem a validade acima mencionada, devendo a sua renovação ser solicitada ao IAP com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias.
- Quaisquer alterações ou expansões nos processos de produção ou volumes produzidos pela indústria e alterações ou expansões no empreendimento, deverão ser licenciados pelo IAP.
- Esta LICENÇA DE OPERAÇÃO deverá ser afixada em local visível

Detalhamento dos Requisitos de Licenciamento

Esta Licença trata-se de Renovação de Licença Ambiental de Operação. Protocolo: 137334380, Licença: 18010, Emissão da Licença: 02/08/2016, Validade: 01/10/2020.
A presente Licença de Operação refere-se a atividade de extração mineral e beneficiamento de arenito na Localidade de Campo Novo/Vermelhinho, município de Piên, referente a poligonal do Processo de Titulação Mineral ANM 826.458/2006, devendo cumprir os seguintes condicionantes:

1) O empreendimento deverá ser conduzido de acordo com o planejamento apresentado através do Plano de Controle Ambiental e suas complementações;
2) A presente licença não autoriza supressão florestal a qual, se necessária, deverá ser preiteada por requerimento especifico e por atualização do planejamento do empreendimento e nova avaliação ambiental para ulterior aprovação;
3) O manuseio de lubrificantes e combustíveis bem como a manutenção de máquinas e veículos deverá ser realizada com o máximo cuidado para não haver contaminação do solo ou da água;
4) O sistema de drenagem das águas pluviais deverá receber constantemente manutenção para manter sua eficiência;
5) O processo de lavra somente poderá ser desenvolvido fora das áreas de preservação permanente, não podendo haver interferências sobre estas;
6) Não poderá haver interferência nas áreas de reserva legal dos imóveis no local do empreendimento;
7) As Bacias de decantação não podem estar em área de preservação permanente;
8) O sistema de beneficiamento não poderá utilizar produtos químicos;
9) Manter a metodologia de lavra, beneficiamento, e controle ambiental propugnadas no Plano de Controle

TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTOS DE SÃO BENTO DO SUL - SC
R. JORGE LACERDA, 188 - CENTRO - SÃO BENTO DO SUL - SC - CEP: 89.280-174 - TELEFAX: (47) 3635-2040
HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: 8:30 - 12:00 E 13:30 - 18:00
NESTOR MARTINS - TABELIÃO DESIGNADO

Autenticação
Confere fielmente com o original apresentado.
Dou fé. Sao Bento do Sul-SC, 22/07/2021.
Emol.: 4,02 - Selo: 2,82 - Total: 6,84
SeloDigital de fiscalização do Tipo: NORMAL nº GED18756XFJA
MAICON ANDRE CASTANHA
ESCREVENTE
Confira os dados do ato em selo.tjsc.jus.br

Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e Turismo	Instituto Água e Terra Diretoria de Controle de Recursos Ambientais	**Licença de Operação** Nº 18010 **Validade** 28/05/2026 **Protocolo** 165098471

Ambiental - PCA apresentado;
10) Manter o sistema de drenagem das águas pluviais na área do Bota-fora com canaletas para evitar processos erosivos;
11) Deverão ainda ser executadas medidas específicas de controle ambiental, tais como:
a) Minimização da emissão de ruídos e poeiras;
b) Proteção dos recursos naturais (água subterrânea e superficial, florestas, fauna);
c) Controle na atividade de transporte (método de carregamento e descarregamento), sinalização, sistemática de tratamento das áreas mineradas;
d) Adotar medidas de segurança técnica e operacional - contra inundações, deslizamentos, desabamentos;
e) Dispor de maneira adequada os estoques, estéril, e rejeitos,
f) Viabilizar plano de emergência para eventuais acidentes ocorridos no sistema infra-estrutural e operacional;
12) Atender na integra as Normas Reguladoras de Mineração;
13) Quando da solicitação da renovação da Licença de Operação, deverá apresentar um Relatório de Atividades, atendendo ao Termo de Referência contido na Resolução SEDEST 002/2020;
14) A presente licença foi concedida com base nas informações prestadas pela requerente, podendo a qualquer tempo, ser revista no caso de não conformidades;
15) O não atendimento de qualquer das condicionantes da presente Licença de Operação acarretará sanções cabíveis previstas na legislação em vigente;
16) A concessão desta licença não impedira exigências futuras decorrente do avanço tecnológico ou da modificação das condições ambientais conforme decreto 857/79, art. 7§ 2º
17) O recebimento desta licença deverá ser publicado pelo requerente em jornal de circulação regional e no diário oficial do estado de acordo com a resolução CONAMA 006/86
18) Uma cópia desta licença deverá ficar em local visível, junto ao empreendimento.

Local e data
CURITIBA, 28 de maio de 2021

O proprietário requerente acima qualificado não consta nesta data, como devedor no cadastro de autuações ambientais do Instituto Ambiental do Paraná.	Carimbo e assinatura do representante do IAP Everton Luiz da Costa Souza Diretor Presidente do Instituto Água e Terra

TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTOS DE SÃO BENTO DO SUL - SC
R. JORGE LACERDA, 188 - CENTRO - SÃO BENTO DO SUL - SC - CEP: 89.280-174 - TELEFAX: (47) 3633-2010
HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: 8:30 - 12:00 E 13:30 - 18:00
NESTOR MARTINS - TABELIÃO DESIGNADO

Autenticação
Confere fielmente com o original apresentado.
Dou fé. Sao Bento do Sul-SC, 22/07/2021.
Emol.: 4,02 - Selo: 2,82 - Total: 6,84
SeloDigital de fiscalização do Tipo: NORMAL nº GED18755CI2A
MAICON ANDRE CASTANHA
ESCREVENTE
Confira os dados do ato em selo.tjsc.jus.br

SUPERINTENDÊNCIA NO ESTADO DE PERNAMBUCO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 132/2016

Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
840.330/2012-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A- Cessionário:Mineração Parnamirim Ltda.- CPF ou CNPJ 21.114.064/0001-93- Alvará nº12.276/2015
840.336/2012-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A- Cessionário:Mineração Parnamirim Ltda.- CPF ou CNPJ 21.114.064/0001-93- Alvará nº12.277/2015
840.420/2012-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A- Cessionário:Mineração Parnamirim Ltda.- CPF ou CNPJ 21.114.064/0001-93- Alvará nº12.188/2015
840.429/2012-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A- Cessionário:Mineração Parnamirim Ltda.- CPF ou CNPJ 21.114.064/0001-93- Alvará nº12.192/2015
840.430/2012-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A- Cessionário:Mineração Parnamirim Ltda.- CPF ou CNPJ 21.114.064/0001-93- Alvará nº10.564/2015
840.454/2012-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A- Cessionário:Mineração Parnamirim Ltda.- CPF ou CNPJ 21.114.064/0001-93- Alvará nº12.195/2015
840.456/2012-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A- Cessionário:Mineração Parnamirim Ltda.- CPF ou CNPJ 21.114.064/0001-93- Alvará nº12.181/2015
840.459/2012-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A- Cessionário:Mineração Parnamirim Ltda.- CPF ou CNPJ 21.114.064/0001-93- Alvará nº12.182/2015
840.460/2012-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A- Cessionário:Mineração Parnamirim Ltda.- CPF ou CNPJ 21.114.064/0001-93- Alvará nº10.565/2015
840.462/2012-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A- Cessionário:Mineração Parnamirim Ltda.- CPF ou CNPJ 21.114.064/0001-93- Alvará nº12.183/2015
840.463/2012-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A- Cessionário:Mineração Parnamirim Ltda.- CPF ou CNPJ 21.114.064/0001-93- Alvará nº12.162/2015
840.478/2012-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A- Cessionário:Mineração Parnamirim Ltda.- CPF ou CNPJ 21.114.064/0001-93- Alvará nº12.185/2015
840.738/2012-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A- Cessionário:Mineração Parnamirim Ltda.- CPF ou CNPJ 21.114.064/0001-93- Alvará nº12.165/2015
840.745/2012-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A- Cessionário:Mineração Parnamirim Ltda.- CPF ou CNPJ 21.114.064/0001-93- Alvará nº12.203/2015
840.749/2012-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A- Cessionário:Mineração Parnamirim Ltda.- CPF ou CNPJ 21.114.064/0001-93- Alvará nº9.952/2015

MARCOS ANTÔNIO DE HOLANDA TAVARES
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NO ESTADO DE SANTA CATARINA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 243/2016

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
815.687/2016-SULCATARINENSE MINERAÇÃO, ARTEFATOS DE CIMENTO, BRITAGEM E CONSTRUÇÃO LTDA-OF. Nº5655/2016
815.688/2016-SULCATARINENSE MINERAÇÃO, ARTEFATOS DE CIMENTO, BRITAGEM E CONSTRUÇÃO LTDA-OF. Nº5656/2016
Fase de Autorização de Pesquisa
Nega a anuência prévia aos atos de cessão total de direitos(193)
815.352/2014-HELDER CASAGRANDE
Auto de Infração lavrado / Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(224)
815.748/2010-MATHEUS ELY CAMARA- AI Nº1601/2016
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
815.118/2001-ADEMIR DOMINGOS MIOTTO-OF. Nº5665/2016
815.622/2010-ANDRÉ REIS EPP-OF. Nº5668/2016
815.748/2010-MATHEUS ELY CAMARA-OF. Nº5567/2016
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
815.352/2014-HELDER CASAGRANDE- Cessionário:TRANSMAC COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA ME- CPF ou CNPJ 04643952/0001-84- Alvará nº9865/2014
815.907/2015-JAIR ANTONIO LOCATELLI- Cessionário:JAIR ANTONIO LOCATELLI E CIA LTDA ME- CPF ou CNPJ 80640592/0001-45- Alvará nº253/2016
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
815.679/2011-RIBEIRÃO MINERADORA LTDA EPP-Área de 127,39 ha para 19,10 ha-Saibro
815.725/2012-GERALDO JAMES CARNEIRO- Área de 928,88 ha para 29,52 ha-Areia
815.303/2013-GERALDO JAMES CARNEIRO- Área de 983,17 ha para 45,32 ha-Areia
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
815.521/2004-CYSY MINERAÇÃO LTDA-OF. Nº5654/2016
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
815.630/2005-TERRA MATER PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.- 13745 nº 2012 - Cessionário: TECNOCLAY MINERAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA- CNPJ 04827992/0001-86
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
815.155/2003-MICROMIL - MICRONIZAÇÃO E MOAGEM LTDA.-OF. Nº5652/2016
815.157/2003-MICROMIL - MICRONIZAÇÃO E MOAGEM LTDA.-OF. Nº5653/2016
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
815.310/1983-LM ÁGUAS LTDA EPP- Fonte Agostinho. Embalagens de Água Mineral Natural com a marca Rio D'Ouro para embalagens descartáveis de 5 l sem gás e 10 l sem gás. Para embalagens retornáveis de 10 l sem gás e 20 l sem gás.- BALNEÁRIO CAMBORIÚ/SC
Autoriza a suspensão temporária dos trabalhos de lavra(443)
004.109/1935-INDÚSTRIA CARBONÍFERA RIO DESERTO LTDA- Início:28/09/2016-Término:28/09/2018
014.933/1936-INDÚSTRIA CARBONÍFERA RIO DESERTO LTDA- Início:28/09/2016-Término:28/09/2018
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
815.372/2008-ÁGUAS DIAMANTE LTDA ME-OF. Nº5662/2016
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
815.177/1998-J. H. MORO SERVIÇOS DE ATERRO LTDA ME-OF. Nº5595/2016
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
815.654/2016-PEDREIRA EMPREITEIRA E TRANSPORTES DO ALEMÃO LTDA-Registro de Licença Nº2054/2016 de 29/11/2016-Vencimento em 01/09/2031
Indefere requerimento de licença - área sem oneração(2096)
815.346/2016-COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE AREIA NH LTDA EPP
815.843/2016-HILARIO BETTIOL
815.845/2016-RODOMÁQUINAS LTDA ME

RELAÇÃO Nº 247/2016

Fase de Licenciamento
Multa aplicada/ prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(773)
815.241/2009-BRITADOR TUPY LTDA - ME. -AI Nº1358/2016 e 1359/2016
815.779/2011-BRITADOR TUPY LTDA - ME. -AI Nº1358/2016 e 1359/2016

RELAÇÃO Nº 248/2016

Fase de Requerimento de Lavra
Retificação de despacho(1388)
815.497/2003-COMÉRCIO DE PEDRAS ARDÓSIA CENTRAL CATARINENSE LTDA ME - Publicado DOU de 16/11/2016, Relação nº 229/2016, Seção I, pág. 105- Onde se lê: "...Ofício nº 5413/2016", Leia-se: "...Ofício nº 5453/2016"
Fase de Autorização de Pesquisa
Retifica despacho de aprovação do Relatório Final de Pesquisa(1782)
815.557/2014-EXTRAÇÃO DE AREIA FANTONI LTDA - Publicado DOU de 11/11/2014, Relação nº 176/2014, Seção I, pág. 63- Onde se lê: "Substância: Arenito", Leia-se: Substância: Areia"

RELAÇÃO Nº 249/2016

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
815.294/2016-JAIME NARDI-OF. Nº5700/2016
815.588/2016-MINÉRIOS BRASIL ARGILAS INDUSTRIAIS LTDA ME-OF. Nº5699/2016
815.643/2016-MINERAÇÃO LB LTDA-OF. Nº5671/2016
815.650/2016-NEORI DELL' ANTONIO-OF. Nº5697/2016
815.657/2016-DNXS CERÂMICAS E MINERAÇÃO LTDA. ME-OF. Nº5672/2016
815.689/2016-RODOMÁQUINAS LTDA ME-OF. Nº5695/2016
815.714/2016-TRANSPORTES ZEMAI LTDA ME-OF. Nº5698/2016
815.718/2016-MS MINÉRIOS DO BRASIL LTDA-OF. Nº5696/2016
815.778/2016-IVAN CARLOS FANTONI-OF. Nº5705/2016
815.815/2016-TECNOFEL EXTRAÇÃO DE ARGILAS LTDA ME-OF. Nº5703/2016
815.820/2016-LUIZ AGATTI-OF. Nº5704/2016
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina arquivamento Auto de infração(230)
815.974/2011-MIVAL MINERAÇÃO VALE DO RIO TIJUCAS LTDA-AI Nº1222/2016
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
815.873/2007-CLAUDIO SARTORI-OF. Nº5694/2016
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
815.051/2005-OTÍLIA DE AMORIM SILVEIRA LTDA EPP-OF. Nº5674/2016
815.577/2005-G.R. MINERADORA DE AREIA LTDA-OF. Nº5687/2016
815.268/2006-TERRAPLANAGEM E COMÉRCIO DE AREIA CAVIQUIOLI LTDA ME-OF. Nº5673/2016
815.067/2007-CUBATÃO DRAGAGENS LTDA.-OF. Nº5669/2016
Nega a anuência prévia aos atos de cessão total do requerimento de lavra(1045)
815.985/1996-MOLIZA REVESTIMENTOS CERÂMICOS LTDA.
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
815.912/2015-PLANATERRA TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA-Registro de Licença Nº2055/2016 de 05/12/2016-Vencimento em 10/11/2035
815.803/2016-BALDO COMERCIO E MINERAÇÃO LTDA-Registro de Licença Nº2056/2016 de 05/12/2016-Vencimento em 16/09/2020
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
815.842/2016-CERÂMICA CHAPECÓ LTDA EPP-OF. Nº5701/2016
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
815.143/1990-DAMIAN EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA-Registro de Licença Nº:342/1991 - Vencimento em 30/11/2021
815.097/1998-MANOEL LUIZ MARTINS ME- Registro de Licença Nº:656/1998 - Vencimento em 24/11/2017
815.006/2006-BRUENING PEREIRA & BRUENING PEREIRA LTDA. ME- Registro de Licença Nº:1289/2006 - Vencimento em 21/11/2026
815.718/2013-MANOEL LUIZ MARTINS ME- Registro de Licença Nº:1621/2014 - Vencimento em 24/11/2014
815.125/2014-CINÉSIA FERNANDES KUNZ ME- Registro de Licença Nº:1608/2014 - Vencimento em 21/11/2017

MARCUS GERALDO ZUMBLICK
Substituto

SECRETARIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL

PORTARIA Nº 437, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 432, de 9 de agosto de 2016, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei nº 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 826.458/2006, resolve:

Art. 1º Outorgar à EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA, concessão para lavrar ARENITO, no(s) Município(s) de PIÊN/PR, numa área de 48,71ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 26°02'44,864"S/49°29'58,878"W; 26°02'44,864"S/49°30'02,472"W; 26°02'43,767"S/49°30'02,472"W; 26°02'43,767"S/49°30'05,111"W; 26°02'38,449"S/49°30'06,111"W; 26°02'38,449"S/49°30'09,747"W; 26°02'31,991"S/49°30'09,747"W; 26°02'31,991"S/49°30'11,630"W; 26°02'19,768"S/49°30'11,630"W; 26°02'19,768"S/49°30'07,774"W; 26°02'04,347"S/49°30'07,773"W; 26°02'04,347"S/49°29'59,329"W; 26°01'46,768"S/49°29'59,329"W; 26°01'46,768"S/49°29'52,573"W; 26°01'25,546"S/49°29'52,573"W; 26°01'25,546"S/49°29'47,692"W; 26°01'54,680"S/49°29'47,692"W; 26°01'54,680"S/49°29'51,084"W; 26°01'49,627"S/49°29'51,084"W; 26°01'49,627"S/49°29'58,877"W; 26°02'02,622"S/49°29'58,877"W; 26°02'02,622"S/49°29'48,087"W; 26°02'09,120"S/49°29'48,087"W; 26°02'09,120"S/49°29'58,877"W; 26°02'22,118"S/49°29'58,877"W; 26°02'22,118"S/49°30'09,669"W; 26°02'28,617"S/49°30'09,669"W; 26°02'28,617"S/49°29'58,877"W; 26°02'44,864"S/49°29'58,878"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 26°02'44,864"S e Long. 49°29'58,878"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 99,9m-W; 33,8m-N; 101,2m-W; 163,7m-N; 101,1m-W; 198,7m-N; 52,4m-W; 376,2m-N; 107,2m-E; 474,6m-N; 234,8m-E; 541,0m-N; 187,8m-E; 653,1m-N; 135,7m-E; 896,6m-S; 111,0m-W; 155,5m-N; 200,0m-W; 399,9m-S; 300,0m-E; 200,0m-S; 300,0m-W; 400,0m-S; 300,0m-W; 200,0m-S; 300,0m-E; 500,0m-S!

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 438, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 432, de 9 de agosto de 2016, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro

Extração de Areia Fundão Ltda
CNPJ: 79.390.530/0001-43
Ins.Estadual: 251.353.362
Rodovia Municipal 100, 3983
Bairro :Corredeiras
Campo Alegre – SC
(47) 3635-1348 / (47) 3635-1001
e-mail: extracao@extracaodeareia.com.br

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Pregão Presencial nº 102/2021

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de Proponente do procedimento licitatório em epígrafe, instaurado por este município, que:

a)não possuímos, em nosso Quadro de Pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho norturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em observância à Lei Federal nº 9854, de 27.10.99, que altera a Lei nº 8666/93;
b)nenhum de nossos sócios é servidor(a) ou dirigente de órgão do Município de Piên;
c) não estamos suspensos temporariamente de participar em licitação ou impedidos de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
d) não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, em qualquer e suas esferas;
e)até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo e estamos cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Campo Alegre, 26 de Outubro de 2021

MARCOS HEINZ MAAHS
RG: 3.520.106
CPF: 005.165.569-16

79 390 530/0001-43
251 353 362
EXTRAÇÃO DE AREIA
FUNDÃO LTDA.
Localidade de Corredeiras
Bairro Corredeiras - Campo Alegre - SC
Fone 47 3635-1348

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ampwYnSCA9FCxoj16EkPpw&chave2=Ug8cwwsph_-ckGj5CvuIRA
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 05526647900-NILSO WIGGERS|00368575993-NEIMAR MAGUS WIGGERS

DÉCIMA SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA.

NILSO WIGGERS, brasileiro, nascido em Braço do Norte-SC em 10.12.1942, casado em regime de comunhão universal de bens, empresário, inscrito no CPF sob nº 055.266.479/00, portador da Carteira de Identidade nº 248.559, expedida pela SSP/SC, em 02/07/2019, residente e domiciliado à Rua Alfredo Zipperer, nº 218 — Loteamento Marista – Centro, na cidade de São Bento do Sul/SC, CEP 89.280-442 e **NEIMAR MAGUS WIGGERS**, brasileiro, nascido em São Bento do Sul/SC, em 24.11.1979, casado em regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, residente e domiciliado à Rua João Wenceslau Pscheidt, nº 82 bairro Brasília, na cidade de São Bento do Sul – SC, CEP 89.282-006, portador da carteira de identidade nº 2.376.028, expedida pela SSP/SC, em 26.03.2013 e inscrito no CPF sob nº 003.685.759-93, únicos sócios da sociedade empresária **PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA**, pessoa juridica de direito privado, estabelecida na cidade de Campo Alegre-SC, à Rodovia SC 418, nº 3707, bairro Fragosos, CEP 89.294-000, inscrita no CNPJ sob o nº 76.378.793/0001-49 e NIRE 42200571499, e filial com endereço na Rua Pedro Dums, nº 555, bairro Alpino, na cidade de São Bento do Sul-SC, CEP 89.286-826, inscrita no CNPJ sob o nº 76.378.793/0002-20 e NIRE 42901265823, resolvem de comum acordo alterar novamente seu contrato social, conforme cláusulas a seguir:

PRIMEIRA:- O objeto social da matriz, a partir desta data é Pesquisa, exploração, aproveitamento e Comércio atacadista de jazida minerais em todo Território Nacional; A comercialização atacadista de substancias Minerais; Comércio varejista de Materiais de Construção; Preparação de massa de concreto e argamassa para construção; Serviços especializados para construção; Comércio atacadista de materiais de construção em geral; Comércio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas; Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes e Obras de urbanização – Ruas, Praças e Calçadas.

SEGUNDA:- Todas as demais cláusulas e condições do contrato primitivo e alterações que não foram modificadas pelo presente instrumento, permanecem em pleno vigor.

TERCEIRA:- À vista das modificações ora ajustadas, **CONSOLIDA-SE O CONTRATO SOCIAL**, nos termos contidos nas cláusulas a seguir:

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO
PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA
CNPJ nº 76.378.793/0001-49

NILSO WIGGERS, brasileiro, nascido em Braço do Norte-SC em 10.12.1942, casado em regime de comunhão universal de bens, empresário, inscrito no CPF sob nº 055.266.479/00, portador da Carteira de Identidade nº 248.559, expedida pela SSP/SC, em 02/07/219, residente e domiciliado à Rua Alfredo Zipperer, nº 218 — Loteamento Marista – Centro, na cidade de São Bento do Sul/SC, CEP 89.280-442 e **NEIMAR MAGUS WIGGERS**, brasileiro, nascido em São Bento do Sul/SC, em 24.11.1979, casado em regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, residente e domiciliado à Rua João Wenceslau Pscheidt, nº 82 bairro Brasília, na cidade de São Bento do Sul – SC, CEP 89.282-006, portador da carteira de identidade nº

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 17/06/2020
Certifico o Registro em 17/06/2020
Arquivamento 20203951263 Protocolo 203951263 de 17/06/2020 NIRE 42200571499
Nome da empresa PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 639670292095382
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/06/2020 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral

2.376.028, expedida pela SSP/SC, em 26.03.2013 e inscrito no CPF sob nº 003.685.759-93, únicos sócios da sociedade empresária **PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA**, pessoa juridica de direito privado, estabelecida na cidade de Campo Alegre/SC, à Rodovia SC 418, nº 3707 bairro Fragosos, CEP 89.294-000, inscrita no CNPJ sob o nº 76.378.793/0001-49 e NIRE 42200571499, e filial com endereço na Rua Pedro Dums, nº 555, bairro Alpino, na cidade de São Bento do Sul-SC, CEP 89.286-826, inscrita no CNPJ sob o nº 76.378.793/0002-20 e NIRE 42901265823, que se rege pelas cláusulas a seguir:

CAPÍTULO I

Da denominação, objeto, sede e prazo de duração

PRIMEIRA - A sociedade adota nome empresarial de PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA.

§ 1° – A matriz da sociedade usa como título de estabelecimento BRITADOR FRAGOSOS.

§ 2° – A filial da sociedade usa como titulo de estabelecimento BRITADOR FRAGOSOS DIVISÃO CONCRETO.

SEGUNDA:- O objeto social da matriz é Pesquisa, exploração, aproveitamento e Comércio atacadista de jazida minerais em todo Território Nacional; A comercialização atacadista de substancias Minerais; Comércio varejista de Materiais de Construção; Preparação de massa de concreto e argamassa para construção; Serviços especializados para construção; Comércio atacadista de materiais de construção em geral; Comércio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas; Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes e Obras de Urbanização – Ruas, Praças e Calçadas.

TERCEIRA:- O objeto social da filial é Preparação de massa e concreto e argamassa para construção; Serviços especializados para construção; Comércio atacadista de materiais de construção em geral; Comércio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas e Comércio varejista de materiais de construção.

QUARTA:- A sociedade tem sua sede e foro na cidade de Campo Alegre-SC, a Rodovia SC 418, nº 3707, bairro Fragosos - CEP 89294-000, iniciada suas atividades em 01.09.1982; e filial com endereço na Rua Pedro Dums, nº 555, bairro Alpino, na cidade de São Bento do Sul-SC, CEP 89.286-826, podendo abrir e encerrar filiais, agências, escritórios e sucursais, em qualquer parte do território nacional ou em país estrangeiro e/ou participar de outra sociedade, por deliberação dos sócios, materializada pela maioria dos votos, contados segundo o valor das quotas de cada um e tem duração por tempo indeterminado.

CAPÍTULO II

Do Capital e das Quotas

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 17/06/2020
Certifico o Registro em 17/06/2020
Arquivamento 20203951263 Protocolo 203951263 de 17/06/2020 NIRE 42200571499
Nome da empresa PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 639670292095382
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/06/2020 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral

QUINTA:- O capital social de 1.000.000,00 (Um milhão de reais), dividido em 1.000.000 (Um milhão) quotas de valor nominal de R$ 1,00 (um real), totalmente subscritas e integralizadas pelos sócios, e esta distribuído da seguinte forma:

NILSO WIGGERS	600.000 quotas no valor total de R$	600.000,00
NEIMAR MAGUS WIGGERS	400.000 quotas no valor total de R$	400.000,00
TOTAL	1.000.000 quotas no valor total de R$	1.000.000,00

§ 1°- A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralizagao do capital social.

§ 2° — Os sócios são obrigados, ao cumprimento da forma e prazo, previsto para a integralização de suas quotas, e aquele que deixar de fazê-lo deverá ser notificado imediatamente e no prazo de 30 (trinta) dias da notificação pela sociedade, responderá perante esta pelo pagamento de mora.

§ 3° — Verificada a mora, poderão, por decisão majoritária, os demais sócios tomarem para si ou transferirem para terceiros a quota do sócio remisso, excluindo o primitivo titular e devolvendo-lhe o que houver pagado, deduzidos os juros da mora, as prestações não cumpridas e mais despesas, se houver.

§ 4° - A cessão total ou parcial de quota, sem a correspondente modificacão do contrato social com o consentimento dos demais sócios, não terá eficácia quanto a estes e a sociedade.

SEXTA: Os sócios participam dos lucros e perdas, na proporção das respectivas quotas.

§ 1° - A sociedade deliberará em reunião de sócios, devidamente convocada, a respeito da distribuição dos resultados, desproporcional aos percentuais de participação do quadro societário, segundo autoriza o artigo 1.007 da Lei nº 10.406/2002.

§ 2° - Fica a sociedade autorizada a distribuir ou não, antecipadamente lucros do exercício, com base em levantamento de balanço intermediário, observada a reposição de lucros quando a distribuição afetar o capital social, conforme estabelece o artigo 1.059 da Lei nº 10.406/2002.

§ 3° - Os sócios são obrigados a reposição dos lucros e das quantias retiradas, a qualquer título, mesmo aquelas autorizadas no contrato, quando tais lucros ou quantia se distribuirem com prejuízo do capital.

CAPÍTULO III

Da Administração

SÉTIMA: A administração da sociedade é exercida, juntos ou isoladamente, pelos sócios **NILSO WIGGERS** e **NEIMAR MAGUS WIGGERS**, e a estes caberá representar a firma, sempre que lhes for conveniente e necessário, podendo inclusive, através de procuração, nomear outros gerentes, sendo-lhes, portanto, vetado usá-la em qualquer negócio ou ato que não tenha relação com os fins da sociedade, tais como, avais, fianças, abonos ou atos semelhantes.

§ 1° - Os administradores têm os poderes gerais para praticar todos os atos pertinentes a gestão da sociedade.

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 17/06/2020
Certifico o Registro em 17/06/2020
Arquivamento 20203951263 Protocolo 203951263 de 17/06/2020 NIRE 42200571499
Nome da empresa PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 639670292095382
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/06/2020 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral

§ 2° - Os administradores receberão um "pró-labore" mensal, fixado de comum acordo pelos sócios no inicio de cada exercício social, respeitando as normas fiscais vigentes e os seus limites.

§ 3° - É vedado aos administradores fazerem uso da firma na prestação de garantia, fiança, aval ou qualquer outro título de favor, em negócios estranhos ao objeto social.

§ 4° - Os administradores respondem solidariamente perante a sociedade e aos terceiros prejudicados por culpa no desempenho de suas funções.

§ 5° - Os administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

§ 6° - A sociedade poderá delegar os poderes de administração para terceiros não sócios, observando-se o previsto no art. 1061 da Lei n.10.406/02. Fica facultado aos administradores, nomear procuradores, devendo o instrumento de procuração especificar os atos a serem praticados pelos procuradores nomeados.

OITAVA — Nos quatro primeiros meses, seguintes ao término de cada exercício social, os administradores são obrigados a prestar aos sócios, contas justificadas de sua administracão, apresentando-lhes o inventário, bem como o balanço patrimonial e o de resultado econômico.

CAPÍTULO IV

Das Reuniões

NONA — As deliberações dos sócios serão tomadas em reunião, que será convocada pelos administradores.

§ 1° - O anúncio de convocacão para reunião será publicado por três vezes, ao menos, devendo mediar, entre a data da primeira inserção e a da realizacão da assembléia, o prazo mínimo de oito dias para a primeira convocação, e de cinco dias para as posteriores.

§ 2° - As publicações serão feitas no órgao oficial do Estado ou da União, conforme o local da sede da sociedade, e em jornal de grande circulação.

§ 3° - Dispensam-se às formalidades de convocação previstas nos parágrafos antecedentes, quando todos os sócios declararem, por escrito, estarem cientes do local, data, hora e ordem do dia.

§ 4° - A reunião torna-se dispensável quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria, que seria objeto dela.

§ 5° - Realizada a reunião, dos trabalhos e deliberações será lavrada, no livro de atas de reuniões, ata assinada pelos sócios participantes e cópia da ata autenticada pelos administradores, ou pela mesa será apresentada ao Registro Público de Empresas Mercantis, para arquivamento e averbação.

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 17/06/2020
Certifico o Registro em 17/06/2020
Arquivamento 20203951263 Protocolo 203951263 de 17/06/2020 NIRE 42200571499
Nome da empresa PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 639670292095382
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/06/2020 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral

§ 6° - A reunião dos sócios instala-se com a presença, em primeira convocação, de titulares de no mínimo três quartos do capital social, e, em segunda, com qualquer número.

CAPÍTULO V

Das Deliberações dos Sócios

DÉCIMA — Dependem da deliberação dos sócios, além de outras matérias indicadas na lei ou no contrato:

a) a aprovação das contas da administração;
b) a designação dos administradores, quando feita em ato separado;
c) a destituição dos administradores;
d) o modo de sua remuneração, quando não estabelecido no contrato;
e) a modificação do contrato social;
f) a incorporação, a fusão e a dissolução da sociedade, ou a cessação do estado de liquidação;
g) a nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das suas contas; e
h) o pedido de recuperação judicial.

DÉCIMA PRIMEIRA:

§ 1°— As deliberaçãoes dos sócios serão tomadas:

I — pelos votos correspondentes, no mínimo, a três quartos do capital social, nos casos previstos nas letras "e" e "f";

II — pelos votos correspondentes a mais de metade do capital social, nos casos previstos nas letras 'b", "c", "d" e "h";

III — Pela maioria dos presentes, nos demais casos previstos no contrato ou na lei.

§ 2° - As deliberações dos sócios serão tomadas por maioria de votos, contados segundo o valor da quota de cada um.

§ 3° - As deliberações tomadas de conformidade com o presente contrato e ao amparo da lei vinculam todos os sócios, ainda que ausentes ou dissidentes.

CAPÍTULO VI

Retirada, Morte, ou Exclusão de Sócio

DÉCIMA SEGUNDA: Cabe ao sócio que desejar ceder suas quotas ou retirar-se da sociedade comunicar aos demais, por escrito, com prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, garantindo aos sócios remanescentes o direito de preferência na aquisição das mesmas.

§ único: Se nenhum dos sócios usar do direito de preferência, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o recebimento do aviso de que trata este artigo, tem o sócio cedente a liberdade de transferir a sua quota a terceiro.

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 17/06/2020
Certifico o Registro em 17/06/2020
Arquivamento 20203951263 Protocolo 203951263 de 17/06/2020 NIRE 42200571499
Nome da empresa PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 639670292095382
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/06/2020 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral

DÉCIMA TERCEIRA: O falecimento de qualquer dos quotistas nao dissolverá a sociedade, que poderá continuar com os herdeiros do de cujus, salvo se os sócios remanescentes optarem pela dissolução da mesma.

§ 1° Até que se ultime, no processo de inventário, a partilha dos bens deixados pelo de cujus, incumbirá ao inventariante, para todos os efeitos legais, a representação ativa e passiva dos interessados perante a sociedade.

§ 2° Os herdeiros, através de seu inventariante ou representante legal, poderão retirar-se da sociedade.

DÉCIMA QUARTA: Pode o sócio ser excluído quando a maioria dos sócios, representando mais da metade do capital social, entender que um ou mais sócios estão pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos graves e que configurem justa causa.

§ 1° - A exclusão somente poderá ser determinada em reunião especialmente convocada para este fim, ciente o acusado em tempo hábil para permitir seu comparecimento e o exercício do direito de defesa.

§ 2° - Será também de pleno direito excluído da sociedade o sócio declarado falido, ou aquele cuja quota tenha sido liquidada para o pagamento de credor particular do sócio.

§ 3° - No caso de retirada, morte ou exclusão de sócios ou dissolução da sociedade, o valor das quotas, considerada pelo montante efetivamente realizado, liquidar-se-á com base na situação patrimonial da sociedade, verificada em balanço especialmente levantado, à data da resolução, e seus haveres lhe serão pagos em 60 (sessenta) parcelas iguais, mensais e sucessivas, vencendo a primeira 30 (trinta) dias após a apuração do valor.

§ 4° - Podem os sócios remanescentes suprir os valores das quotas.

DÉCIMA QUINTA: A retirada, exclusão ou morte do sócio, não o exime, ou a seus herdeiros, da responsabilidade, pelas obrigações sociais anteriores, até dois anos após, averbada a resolução da sociedade.

CAPÍTULO VII

Do Exercício Social

DÉCIMA SEXTA: O exercício social coincidirá com o ano civil.

§ 1°- Anualmente, em 31 de dezembro, será levantado o balanço geral da sociedade, dos lucros líquidos ou prejuízos do exercício; feitas as necessárias amortizações e previsões, o saldo porventura existente terá o destino que os sócios houverem por bem determinar, de acordo com a legislação vigente;

§ 2° - Até quatro meses após o encerramento do exercício social, haverá reunião dos sócios para: a) tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico; b) designar administradores, quando for o caso; c) tratar de qualquer outro assunto constante da ordem do dia; e

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 17/06/2020
Certifico o Registro em 17/06/2020
Arquivamento 20203951263 Protocolo 203951263 de 17/06/2020 NIRE 42200571499
Nome da empresa PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 639670292095382
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/06/2020 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral

CAPÍTULO VIII

Disposições Finais

DÉCIMA SÉTIMA: Os casos omissos serão tratados pelo que regula o Capítulo I, Subtítulo II do Livro II da Lei 10.406/2002 — Código Civil.

DÉCIMA OITAVA: As partes, de comum acordo, elegem o Foro da Comarca de São Bento do Sul, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer dúvida que possa emergir deste documento.

DÉCIMA NONA: Revogam-se todas as disposições contidas no instrumento contratual primitivo e suas posteriores alterações, passando a sociedade a reger-se somente pelo que está contido neste instrumento.

E por estarem, assim, justos e contratados, assinam o presente em 01(uma) via, para que produza efeitos legais.

São Bento do Sul – SC, 10 de Junho de 2020.

Nilso Wiggers

Neimar Magus Wiggers

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 17/06/2020
Certifico o Registro em 17/06/2020
Arquivamento 20203951263 Protocolo 203951263 de 17/06/2020 NIRE 42200571499
Nome da empresa PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 639670292095382
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/06/2020 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral

JUCESC
Junta Comercial do Estado de
SANTA CATARINA

203951263

TERMO DE AUTENTICACAO

NOME DA EMPRESA	PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA
PROTOCOLO	203951263 - 17/06/2020
ATO	002 - ALTERACAO
EVENTO	021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)

MATRIZ

NIRE 42200571499
CNPJ 76.378.793/0001-49
CERTIFICO O REGISTRO EM 17/06/2020
SOB N: 20203951263

EVENTOS

051 - CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO ARQUIVAMENTO: 20203951263

REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 00368575993 - NEIMAR MAGUS WIGGERS

Cpf: 05526647900 - NILSO WIGGERS

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 17/06/2020
Certifico o Registro em 17/06/2020
Arquivamento 20203951263 Protocolo 203951263 de 17/06/2020 NIRE 42200571499
Nome da empresa PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 639670292095382
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/06/2020 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO GERAL DE PERÍCIA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITO

PROIBIDO PLASTIFICAR

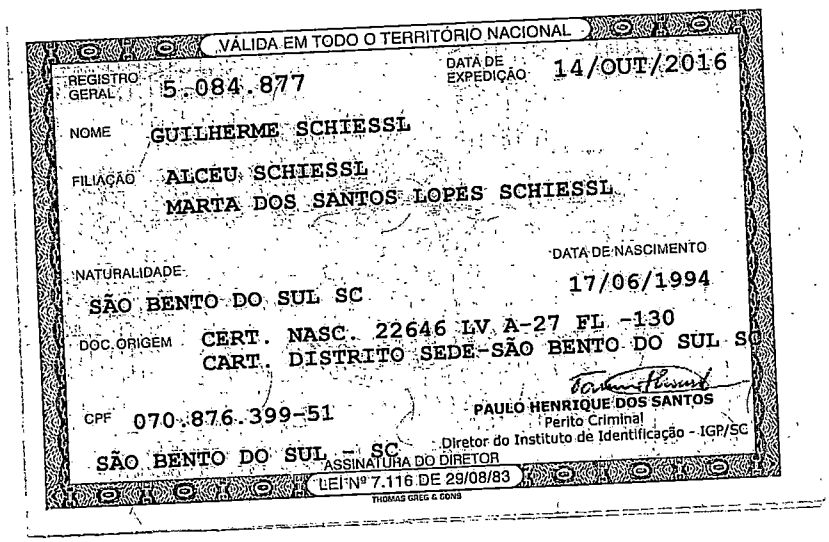
Guilherme Schiessl

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

THOMAS GREG & SONS

PREF. MUN. DE PIÊN - PR
CONFERE COM O ORIGINAL
PREGOEIRO



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 5.084.877

DATA DE EXPEDIÇÃO 14/OUT/2016

NOME GUILHERME SCHIESSL

FILIAÇÃO ALCEU SCHIESSL
MARTA DOS SANTOS LOPES SCHIESSL

DATA DE NASCIMENTO 17/06/1994

NATURALIDADE SÃO BENTO DO SUL SC

DOC. ORIGEM CERT. NASC. 22646 LV A-27 FL -130
CART. DISTRITO SEDE-SÃO BENTO DO SUL SC

CPF 070.876.399-51

PAULO HENRIQUE DOS SANTOS
Perito Criminal
Diretor do Instituto de Identificação - IGP/SC

SÃO BENTO DO SUL - SC
ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

THOMAS GREG & SONS

PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA

Rodovia SC-418, 3707 – Fragosos
89.294-000 – CAMPO ALEGRE – SC
Telefone (047) 3632-9665
CNPJ: 76.378.793/0001-49 – Inscrição Estadual: 250.918.773

Processo Licitatório n°2742/2021
ANEXO IV

TERMO DE CREDENCIAMENTO
(Este documento deverá estar fora dos Envelopes nº 01 e 02).

Por este instrumento particular de Procuração, a empresa PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA, registrada no CNPJ sob nº 76.378.793/0001-49, sediada a Rod. SC-418, nº 3707 - Fragosos, município de Campo Alegre – SC, Inscrição Estadual sob nº 250.918.773 e Inscrição Municipal sob nº 352, representada neste ato por seu representante legal Sr. Neimar Magus Wiggers RG: 2.376.028 SSP/SC e do CPF: 03.685.759-93 nomeia e constitui seu bastante Procurador o Sr. Guilherme Schiessl, portador do RG nº 5.084.877 SSP/SC e CPF N° 070.876.399-51 a quem confere amplos poderes para representar a empresa PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA perante a Prefeitura Municipal de Piên, no que se referir ao PREGÃO N.º 102/2021, com poderes para tomar qualquer decisão durante todas as fases do PREGÃO, inclusive apresentar DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, os envelopes PROPOSTA DE PREÇOS e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO em nome da Outorgante, formular verbalmente lances ou ofertas na etapa de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na etapa de lance, negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão e **atas de registro de preços**, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo PREGOEIRO, enfim, praticar os demais atos pertinentes ao certame, em nome da Outorgante.
A presente Procuração é válida até o dia 30/11/2021

Campo Alegre, 15 de Outubro de 2021

R. FIRMA

.....
NEIMAR MAGUS WIGGERS
RG: 2.376.028 SSP/SC

RECONHECIDO POR VERDADEIRO EM CARTÓRIO.

ESCRIVANIA DE PAZ DE CAMPO ALEGRE -COMARCA DE SÃO BENTO DO SUL/SC - Fabola Schaffer Bramorski - Escrivã de Paz
Rua Benjamin Constant, 744, Centro - CEP 89294-000
— (47) 3632-1955 - atendimento@cartoriocampoalegre.com.br —
RECONHECIMENTO 136069 - Reconheço a assinatura por AUTENTICIDADE de: (1)NEIMAR MAGUS WIGGERS —
Campo Alegre/SC, 21 de outubro de 2021.
Em test. da verdade. CRISTIANE NOGUEIRA
Emolumentos: R$ 3,52 + Selo: R$ 2,82 -- Total: R$6,34-Selo Digital de Fiscalização - Selo normal GGTB1182-OVUE
Confira os dados do ato em: selo.tjsc.jus.br
Cristiane Nogueira

Escrivania de Paz - Campo Alegre - SC

PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA
Rodovia SC-418, 3707 – Fragosos
89.294-000 – CAMPO ALEGRE – SC
Telefone (047) 3632-9665
CNPJ: 76.378.793/0001-49 – Inscrição Estadual: 250.918.773

Processo Licitatório nº2742/2021
ANEXO V

DECLARAÇÃO REQUISITOS DE HABILITAÇÃO.
(Este documento deverá estar fora dos Envelopes nº 01 e 02).

REF. PREGÃO Nº 102/2021

Sr. Pregoeiro,
Pela presente, declaramos que, nos termos do art. 4º, VII, da Lei nº 10.520/2002, a empresa PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o PREGÃO Nº 102/2021, cujo objeto é registo de preços para aquisição de saibro e pedras para manutenção das vias públicas do munícipio de Piên/PR.

Campo Alegre, 18 de Outubro de 2021

NEIMAR MAGUS WIGGERS
RG: 2.376.028 SSP/SC
CPF: 003.685.759-93

76 378 793/0001-49
PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA.
RODOVIA SC-418, 3707
FRAGOSOS - CEP 89294-000
CAMPO ALEGRE - SANTA CATARINA

PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 102/2021
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN
ENVELOPE **Nº 01 – PROPOSTA DE PREÇOS**
DATA: 26/10/2021

192

PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA
Rodovia SC-418, 3707 – Fragosos
89.294-000 – CAMPO ALEGRE – SC
Telefone (047) 3632-9665
CNPJ: 76.378.793/0001-49 – Inscrição Estadual: 250.918.773

ANEXO VI

À Prefeitura Municipal de Piên

Sr. Pregoeiro,

Ref.: Pregão Presencial nº 102/2021

Apresentamos e submetemos à apreciação de V. Sª nossa proposta de preços fixos e sem reajuste, relativa à licitação em epígrafe, cujo objeto é aquisição de saibro e pedras para manutenção das vias públicas municipais, conforme especificações e quantidades estimadas constantes do Edital.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTIDADE ESTIMADA	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	SAIBRO BRITADO	TN	12.000	R$ 32,00	R$ 384.000,00
2	PEDRA 4A	TN	5.000	R$ 37,00	R$ 185.000,00
4	RACHAOZINHO	TN	4.000	R$ 37,50	R$ 150.000,00
VALOR TOTAL (SETECENTOS E DEZENOVE MIL REAIS..)					R$ 719.000,00

Condições Gerais:

- A proponente declara estar de acordo com todas as cláusulas do edital.
- O email para enviar a Nota de empenho : comercial@britadorfragosos.com.br
- A proposta terá validade 60 (sessenta dias) dias, a partir da data de abertura do Edital.

R. FIRMA

Campo Alegre, 15 de Outubro de 2021.

NEIMAR MAGUS WIGGERS
RG: 2.376.028 SSP/SC
CPF: 003.685.759-93

ESCRIVANIA DE PAZ DE CAMPO ALEGRE -COMARCA DE SÃO BENTO DO SUL/SC - Fabiola Scheffer Brunnquell - Escrivã de Paz
Rua Benjamin Constant, 744, Centro - CEP 89294-000
--- (47) 3632-1955 - atendimento@cartoriocampoalegre.com.br ---
RECONHECIMENTO 136069 - Reconheço a assinatura por AUTENTICIDADE de: **(1)NEIMAR MAGUS WIGGERS** ----------
Campo Alegre/SC, 21 de outubro de 2021
Em test. ☑ da verdade. **CRISTIANE NOGUEIRA**
Emolumentos: R$ 3,52 + Selo: R$ 2,82 -- Total: R$6,34-**Selo Digital de Fiscalização - Selo normal GGT81181-AE57**
Confira os dados do ato em: selo.tjsc.jus.br

Cristiane Nogueira

PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 102/2021
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN
ENVELOPE **Nº 02 – HABILITAÇÃO**
DATA: 26/10/2021

194

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
76.378.793/0001-49 **MATRIZ**		**04/10/1982**

NOME EMPRESARIAL
PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
BRITADOR FRAGOSOS	**DEMAIS**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
08.10-0-99 - Extração e britamento de pedras e outros materiais para construção e beneficiamento associado

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
09.90-4-03 - Atividades de apoio à extração de minerais não-metálicos
23.30-3-05 - Preparação de massa de concreto e argamassa para construção
42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas
43.99-1-99 - Serviços especializados para construção não especificados anteriormente
46.79-6-99 - Comércio atacadista de materiais de construção em geral
46.89-3-01 - Comércio atacadista de produtos da extração mineral, exceto combustíveis
47.44-0-04 - Comércio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas
47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral
77.32-2-01 - Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
ROD SC 418	**3707**	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
89.294-000	**FRAGOSOS**	**CAMPO ALEGRE**	**SC**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
BRITADORFRAGOSOS@UOL.COM.BR	**(47) 3632-9665/ (47) 3632-9667**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**06/07/2002**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **15/10/2021** às **08:02:37** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

196

Voltar Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 76.378.793/0001-49
Razão Social: PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA
Endereço: ROD SC 301, KM 139 S/N / FRAGOSOS / CAMPO ALEGRE / SC / 89294-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 12/10/2021 a 10/11/2021

Certificação Número: 2021101201553922905717

Informação obtida em 15/10/2021 08:05:07

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 76.378.793/0001-49
Certidão nº: 36990641/2021
Expedição: 15/10/2021, às 08:05:47
Validade: 12/04/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **76.378.793/0001-49, NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA
CNPJ: 76.378.793/0001-49

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 08:31:13 do dia 21/09/2021 <hora e data de Brasília>.
Válida até 20/03/2022.
Código de controle da certidão: **DA9E.86E0.CEE1.5027**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS ESTADUAIS

Nome (razão social): **PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA**
CNPJ/CPF: **76.378.793/0001-49**

Ressalvando o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam, na presente data, pendências em nome do contribuinte acima identificado, relativas aos tributos, dívida ativa e demais débitos administrados pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Dispositivo Legal:	**Lei nº 3938/66, Art. 154**
Número da certidão:	**210140144907515**
Data de emissão:	**13/10/2021 11:01:29**
Validade (Lei nº 3938/66, Art. 158, modificado pelo artigo 18 da Lei n 15.510/11.):	**12/12/2021**

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria de Estado da Fazenda na Internet, no endereço: http://www.sef.sc.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente
Impresso em: 15/10/2021 08:04:27

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA DE FINANÇAS

200

Data: 15/10/2021 08h07min

Número	Validade
4314	13/04/2022

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Nome / Razão Social

PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA CNPJ: 76.378.793/0001-49

Aviso

Sem débitos pendentes até a presente data.

Comprovação Junto à | **Finalidade**

Mensagem

Certificamos que até a presente data não constam débitos tributários relativos às inscrições abaixo caracterizadas.

A Fazenda Municipal se reserva o direito de cobrar débitos que venham a ser constatados, mesmo se referentes a períodos compreendidos nesta certidão.

Inscrições

Contribuinte: 352 - PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA
Endereço: Rodovia SC 418, 3707* - Bairro FRAGOSOS - CEP 89.294-000

Econômico: 352 - Extração e britamento de pedras e outros materiais para construção e beneficiamento associado
Endereço: Rodovia SC 418, 3707* - Bairro FRAGOSOS - CEP 89.294-000

Imóvel: 2876 [02.05.032.1120.0001.000] - Lote 1120 - Quadra 032 - Matrícula 28.438
Endereço: Rodovia SC 418, S/N - Bairro FRAGOSOS - CEP 89.294-000

Imóvel: 3406 [02.05.032.1262.0000.000] - Lote 1262 - Quadra 032
Endereço: Rodovia SC 418, 3707* - Bairro FRAGOSOS - Compl. PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA - CEP 89.294-000

Imóvel: 3407 [02.05.032.1417.0000.000] - Lote 1417 - Quadra 032
Endereço: Rodovia SC 418, S/N - Bairro FRAGOSOS - Compl. PORTO DE AREIA FRAGOSOS - CEP 89.294-000

Código de Controle

DEA0QU6IL3UH2511

A validade do documento pode ser consultada no site da prefeitura por meio do código de controle informado.
http://www.campoalegre.sc.gov.br

Campo Alegre (SC), 15 de Outubro de 2021

Rua CEL BUENO FRANCO, 292 - CENTRO
Campo Alegre (SC) - CEP: 89.294-000 - Fone: (47) 3632-2266

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM
SECRETÁRIA DE ESTADO DO DESENV. ECONÔMICO SUSTENTÁVEL
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA - JUCESC

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial
PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE (Sede)	CNPJ	Data de Arquivamento do Ato Constitutivo	Data de Início de Atividade
42 2 0057149-9	76.378.793/0001-49	04/10/1982	01/09/1982

Endereço Completo (Logradouro, Nº e Complemento, Bairro, Cidade, UF, CEP)
RODOVIA SC 418, 3707, FRAGOSOS, CAMPO ALEGRE, SC, 89.294-000

Objeto Social
PESQUISA, EXPLORAÇÃO, APROVEITAMENTO E COMÉRCIO ATACADISTA DE JAZIDA MINERAIS EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL; A COMERCIALIZAÇÃO ATACADISTA DE SUBSTANCIAS MINERAIS; COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO; PREPARAÇÃO DE MASSA DE CONCRETO E ARGAMASSA PARA CONSTRUÇÃO; SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUÇÃO; COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL; COMÉRCIO VAREJISTA DE CAL, AREIA, PEDRA BRITADA, TIJOLOS E TELHAS E ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO SEM OPERADOR, EXCETO ANDAIMES E OBRAS DE URBANIZAÇÃO - RUAS, PRAÇAS E CALÇADAS

Capital: R$ 1.000.000,00 (UM MILHAO DE REAIS)	Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (Lei nº 123/2006)	Prazo de Duração
Capital Integralizado: R$ 1.000.000,00 (UM MILHAO DE REAIS)	Não	Indeterminado

Sócios/Participação no Capital/Espécie de Sócio/Administrador/Término do Mandato

Nome/CPF ou CNPJ	Participação no capital(R$)	Espécie de Sócio	Administrador	Término do Mandato
NILSO WIGGERS 055.266.479-00	600.000,00	SOCIO	Administrador	XXXXXXXXXX
NEIMAR MAGUS WIGGERS 003.685.759-93	400.000,00	SOCIO	Administrador	XXXXXXXXXX

Último Arquivamento
Data: 13/10/2021 Número: 20217812511
Ato: DESENQUADRAMENTO DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE
Evento(s):
DESENQUADRAMENTO DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Situação
REGISTRO ATIVO

Status
XXXXXXXXXXXX

Filial(ais) nesta Unidade da Federação ou fora dela
1 - NIRE: 42 9 0126582-3 CNPJ: 76.378.793/0002-20
Endereço Completo (Logradouro, Nº e Complemento, Bairro, Cidade, UF, CEP)
RUA PEDRO DUMS, 555, ALPINO, SÃO BENTO DO SUL, SC, 89.286-826, BRASIL

Florianópolis - SC, quinta-feira, 14 de outubro de 2021

RENATA DA SILVA WIEZORKOSKI
SECRETÁRIA GERAL EM EXERCÍCIO

Eu,
Conferi e assino.

Documento Assinado Digitalmente 14/10/2021
Junta Comercial de Santa Catarina
CNPJ: 83.565.648.0001-32

Você deve instalar o certificado da JUCESC
www.jucesc.sc.gov.br/certificado

Para verificar a autenticidade acesse www.jucesc.sc.gov.br e informe o número 254289/2021-01 na consulta de processos.

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Comarca de São Bento do Sul

CERTIDÃO

FALÊNCIA, CONCORDATA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL

CERTIDÃO Nº: 8870133 **FOLHA: 1/1**

À vista dos registros cíveis constantes nos sistemas de informática do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina da Comarca de São Bento do Sul, com distribuição anterior à data de 14/10/2021, verificou-se NADA CONSTAR em nome de:

PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA, portador do CNPJ: 76.378.793/0001-49. **********

OBSERVAÇÕES:

a) para a emissão desta certidão, foram considerados os normativos do Conselho Nacional de Justiça;

b) os dados informados são de responsabilidade do solicitante e devem ser conferidos pelo interessado e/ou destinatário;

c) a autenticidade deste documento poderá ser confirmada no endereço eletrônico http://www.tjsc.jus.br/portal, opção Certidões/Conferência de Certidão;

d) para a Comarca da Capital, a pesquisa abrange os feitos em andamento do Foro Central, Eduardo Luz, Norte da Ilha, Fórum Bancário e Distrital do Continente;

e) certidão é expedida em consonância com a Lei nº 11.101/2005, com a inclusão das classes extrajudiciais: 128 - Recuperação Extrajudicial e 20331 - Homologação de Recuperação Extrajudicial.

ATENÇÃO: A presente certidão é válida desde que apresentada juntamente com a respectiva certidão de registros cadastrados no sistema eproc, disponível através do endereço https://certeproc1g.tjsc.jus.br

Certifico finalmente que esta certidão é isenta de custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 60 dias.

São Bento do Sul, sexta-feira, 15 de outubro de 2021.

PEDIDO Nº: ***0011570312***

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
de Santa Catarina

CERTIDÃO FALêNCIA, CONCORDATA E RECUPERAçãO JUDICIAL Nº: 1103701

À vista dos registros constantes no **sistema eproc do Primeiro Grau de Jurisdição** do Poder Judiciário de Santa Catarina, utilizando como parâmetro os dados informados pelo(a) requerente, NADA CONSTA distribuído em relação a:

NOME: PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA
Raiz do CNPJ: 76.378.793
Certidão emitida às 08:15 de 15/10/2021.

OBSERVAÇÕES

1) Esta certidão tem validade de 60 (sessenta) dias a contar da data da emissão.
2) Esta certidão abrange todo o primeiro grau de jurisdição do Poder Judiciário Catarinense.
3) Certidão expedida em consonância com a Lei nº 11.101/2005, com a inclusão das classes extrajudiciais: 128 - Recuperação Extrajudicial e 20331 - Homologação de Recuperação Extrajudicial;
4) Foram considerados os normativos do CNJ;
5) Os dados informados são de responsabilidade do solicitante e devem ser conferidos pelo interessado e/ou destinatário;
6) Esta certidão abrange os processos dos Juizados Especiais e das Turmas Recursais;

ATENÇÃO: A presente certidão é válida desde que apresentada juntamente com a respectiva certidão de registros cadastrados no sistema de automação da justiça - SAJ5, disponível através do endereço https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro.do

SOLO ENGENHARIA LTDA
RUA BRACATINGA 25 - LAGEADO
CAMPO ALEGRE – SC - CEP 89.294-000
CNPJ 08.743.714/0001-00 - INSC. ESTADUAL 255378181

Campo Alegre, 18 de Outubro de 2021

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins e efeitos que PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA, situada a Rodovia SC 418, número 3.707 – Bairro Fragosos, Campo Alegre/SC, nos fornece os seguintes materiais:

- Pedras Britadas
- Rachão
- Saibro
- Pó de Brita
- Brita Graduada

De acordo com as especificações técnicas do produto, quantidades exigidas, prazos de entrega e demais condições de uso.

Sendo o que tínhamos a atestar,

Atenciosamente

R. FIRMA

Tiago Luy
Sócio-gerente

ESCRIVANIA DE PAZ DE CAMPO ALEGRE -COMARCA DE SÃO BENTO DO SUL/SC - Fabiola Scheffer Brunnquell - Escrivã de Paz
Rua Benjamin Constant, 744, Centro - CEP 89294-000
--- (47) 3632 1955 - atendimento@cartoriocampoalegre.com.br ---
RECONHECIMENTO 134970 - Reconheço a assinatura por SEMELHANÇA de: (1)TIAGO LUY
Campo Alegre/SC, 19 de outubro de 2021.
Em test ____ da verdade ADRIELE CRISTINE STAHELIN
Emolumentos R$ 3,52 + Selo: R$ 2,82 – Total. R$6,34-Selo Digital de Fiscalização - Selo normal GGT81046-RGPL
Confira os dados do ato em: selo.tjsc.jus.br

Escrivania de Paz - SC - Campo Alegre

205

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina

CERTIDÃO DE PESSOA JURÍDICA

Razão Social: PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA

Aprovado em: 10/07/1995

CNPJ: 76.378.793/0001-49
Registro: 040291-5
Endereço: RUA PEDRO DUMS 555 ALPINO
89286-826 SAO BENTO DO SUL SC
Número da alteração contratual: 11 **Data da certificação:** 19/09/2019
Capital social atual: R$ 1.000.000,00 - HUM MILHAO DE REAIS

Objetivos Sociais aprovado junto ao CREA-SC: ATIVIDADES TECNICAS APROVADAS PELO CREA-SC, LIMITADAS A(S) AREA(S) DE: ENGENHARIA DE MINAS E ENGENHARIA CIVIL: PREPARACAO DE MASSA, CONCRETO E ARGAMASSA PARA CONSTRUCAO; SERVICOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUCAO(ATIVIDADES RESTRITAS AS ATRIBUICOES PROFISSIONAIS DOS RESPONSAVEIS TECNICOS).

Responsáveis Técnicos:
Nome: RODRIGO LUIZ DO CARMO SOUZA
Responsabilidade Técnica aprovada em 12/11/2004
Carteira: RS093652 Expedida pelo CREA-RS (Visada sob nro 047884-6 por este CREA-SC)
RNP: 2202776931
Título:ENGENHEIRO DE MINAS
ENGENHEIRO DE SEGURANCA DO TRABALHO
Atribuições do Profissional:RESOLUCAO DO CONFEA NR.218, DE 29 DE JUNHO DE 1973,ARTIGO 14,ALINEA IARTIGO 4 DA RESOLUCAO 359/1991 DO CONFEA.

Nome: CRISTIANO DE OLIVEIRA
Responsabilidade Técnica aprovada em 02/03/2020
Registro: SC S1 157636-7 Expedido pelo CREA-SC
RNP: 2517601232
Título:ENGENHEIRO CIVIL
Atribuições do Profissional:"ARTIGO 7 DA LEI 5194/66;DECRETO 23569/33,ARTIGOS 28 E 29,EXCETO "PORTOS,RIOS E CANAIS" E O DESEMPENHO DAS ATIVIDADES DE 01 A 18, PREVISTASNO ARTIGO 5 DO PARAGRA 1 DA RESOLUCAO 1073/2016,COMBINADO COM AS ATIVIDADES DO ARTIGO 7 DA RESOLUCAO 218/73, AMBAS DO CONFEA,EXCETO "PORTOS,RIOS E CANAIS"

Nome: EDUARDO MARTINS SEQUEIRA
Responsabilidade Técnica aprovada em 31/08/2021
Registro: SC S1 166882-3 Expedido pelo CREA-SC
RNP: 2518872620
Título:ENGENHEIRO CIVIL
Atribuições do Profissional:ART.07 DA LEI 5.194/66 COMBINADO COM AS ATIVIDADES DISPOSTAS NO ARTIGO 05 PARAGRAFO 01 DA RESOLUCAO 1073/2016 DO CONFEA, RELACIONADO AS ATIVIDADES PROFISSIONAIS PREVISTAS NOS ART 28 E 29 DO DECRETO 23.569/33 EART. 07 DA RESOLUCAO 218/73 DO CONFEA, EXCETO: BARRAGENS DE TERRA,GESTAO DE RESIDUOS SOLIDOS,PORTOS,RIOS E CANAIS.

Quadro Técnico:
EMPRESA SEM VINCULOS TECNICOS

Certificamos que a pessoa jurídica, acima citada, encontra-se, registrada neste Conselho, nos termos da Lei Federal nº

5.194, de 24 de dezembro de 1966. Certificamos, ainda, face ao estabelecido nos artigos 68 e 69 da referida Lei, que a pessoa jurídia mencionada, bem como seus encarregados técnicos, não se encontram em débito com o CREA-SC. Certificamos, mais, que esta certidão não concede a firma o direito de executar quaisquer serviços técnicos sem a participação real, direta e efetiva dos encarregados técnicos acima citados, dentro das respectivas atribuições.

Emitida às **14:14:45** do dia **14/10/2021** válida até **31/10/2021** — 206

Código de controle de certidão: **7H87-1D4A-4EH0-11F5**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina - CREA-SC (www.crea-sc.org.br)

Aprovada pela Instrução Normativa 005/01 de 13/07/2001.

CREA-SC

CREA-SC

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina

Rodovia Admar Gonzaga, 2125 - Itacorubi - Fone: (0xx48) 3331-2000 - Fax: (0xx48) 3331-2005

Caixa Postal 125 - CEP 88034-001 Site: www.crea-sc.org.br E-Mail: crea-sc@crea-sc.org.br

207

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina

CERTIDÃO DE PESSOA FÍSICA

Nome: RODRIGO LUIZ DO CARMO SOUZA **Aprovado em:** 26/06/1998
CPF: 554.659.430-68
Registro: RS093652 **Expedido pelo CREA-RS**
Visada sob o número: S3 047884-6 por este CREA-SC
Registro Nacional: 2202776931
Endereço: RUA SALVATINA FELICIANA DOS SANTOS 335 RECANTO DO ITACORUBI ITACORUBI
88034-600 FLORIANOPOLIS SC

Títulos
Título: ENGENHEIRO DE MINAS
Escola: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Data: 02/03/1997
Título: ENGENHEIRO DE SEGURANCA DO TRABALHO
Escola: FACULDADE SOCIESC
Data: 29/05/2020
Atribuições profissionais: RESOLUCAO DO CONFEA NR.218, DE 29 DE JUNHO DE 1973,ARTIGO 14,ALINEA IARTIGO 4 DA RESOLUCAO 359/1991 DO CONFEA.

Pós-graduações:
Especialização em: MBA EM PERICIA, AUDITORIA E GESTAO AMBIENTAL
Escola: INSTITUTO DE POS-GRADUACAO - IPOG
Cidade: GOIANIA **Estado:** GO
Data Fim: 30/08/2013

Certificamos que o(a) profissional, acima citado(a), encontra-se devidamente registrado(a) junto a este Conselho Regional, nos termos da Lei Federal nº 5.19 4, de 24 de dezembro de 1966. Certificamos, ainda, que até esta data não constam pendências em seu nome relativas a taxas e emolumentos administrados por este CREA.
A certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer modificação posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

Emitida às **14:16:23** do dia **14/10/2021** válida até **31/03/2022** .
Código de controle de certidão: **2HD2-A680-B557-4H12**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina - CREA-SC (www.crea-sc.org.br).
Aprovada pela Instrução Normativa 005/01 de 13/07/2001.

CREA-SC
CREA-SC
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina
Rodovia Admar Gonzaga, 2125 - Itacorubi - Fone: (0xx48) 3331-2000 - Fax: (0xx48) 3331-2005
Caixa Postal 125 - CEP 88034-001 Site: www.crea-sc.org.br E-Mail: crea-sc@crea-sc.org.br

Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renovaváveis
CADASTRO TÉCNICO FEDERAL
CERTIFICADO DE REGULARIDADE - CR

Registro n.º	Data da consulta:	CR emitido em:	CR válido até:
27308	02/08/2021	02/08/2021	02/11/2021

Dados básicos:

CNPJ : 76.378.793/0001-49
Razão Social : PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA
Nome fantasia : FRAGOSOS
Data de abertura : 04/10/1982

Endereço:

logradouro: RODOVIA SC 418
N.º: 3707 Complemento:
Bairro: FRAGOSOS Município: CAMPO ALEGRE
CEP: 89294-000 UF: SC

Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP

Código	Descrição
1-2	Lavra a céu aberto, inclusive de aluvião, com ou sem beneficiamento
20-2	Exploração econômica da madeira ou lenha e subprodutos florestais (floresta nativa)

Conforme dados disponíveis na presente data, CERTIFICA-SE que a pessoa jurídica está em conformidade com as obrigações cadastrais e de prestação de informações ambientais sobre as atividades desenvolvidas sob controle e fiscalização do Ibama, por meio do CTF/APP.

O Certificado de Regularidade emitido pelo CTF/APP não desobriga a pessoa inscrita de obter licenças, autorizações, permissões, concessões, alvarás e demais documentos exigíveis por instituições federais, estaduais, distritais ou municipais para o exercício de suas atividades

O Certificado de Regularidade emitido pelo CTF/APP não habilita o transporte e produtos e subprodutos florestais e faunísticos.

Chave de autenticação	SFD8MP7BL6IKI9FR

PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA
Rodovia SC-418, 3707 – Fragosos
89.294-000 – CAMPO ALEGRE – SC
Telefone (047) 3632-9665
CNPJ: 76.378.793/0001-49 – Inscrição Estadual: 250.918.773

DECLARAÇÃO

Edital de Pregão nº 102/2021 da Prefeitura Municipal de Piên

PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA, CNPJ sob nº 76.378.793/0001-49, por intermédio de seu representante legal, Sr. Neimar Magus Wiggers, portador da Carteira de Identidade 2.376.028 SSP/SC e do CPF: 003.685.759-93, DECLARA, para fins que a empresa possui em suas instalações uma balança digital marca RINNERT - 80 TN.

Observações:
* Anexo a está declaração comprovante de aferição INMETRO.

Campo Alegre, 20 de Outubro de 2021.

NEIMAR MAGUS WIGGERS
RG: 2.376.028 SSP/SC
CPF: 003.685.759-93

76 378 793/0001-49
PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA.
RODOVIA SC-418, 3707
FRAGOSOS - CEP 89294-000
CAMPO ALEGRE - SANTA CATARINA

210

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS
INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA – INMETRO- INMETRO
IMETRO – SC - INSTITUTO DE METROLOGIA DE SANTA CATARINA

CERTIFICADO DE VERIFICAÇÃO Nº: 923730002115

Executor	Número do INMETRO
610	12246286

Instrumento	Marca	Modelo	Número de Série
IPNA	DIGI – TRON	UNIVERSAL LINE	55464

Dados Complementares do Instrumento
Carga Máxima: 80000 kg
Classe de Exatidão: III
Marca de Verificação: 700347-0
Portaria de Aprovação de Modelo: nº147/2004

Telefone do órgão metrológico: (048) 3381-5200

Selagens:
G7932591-6

Código Serviço	Valor
0 128 (+ 147)	R$1.376,24

Número do Documento de Arrecadação
294.1036030.8101666-5

CNPJ ou CPF
76.378.793/0001-49

Nome/Razão Social
119758 - PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA

Endereço
ROD. SC 301 - KM 139

Bairro	CEP		
FRAGOSOS	89294-000		
Município	**UF**	**Telefone**	
CAMPO ALEGRE	SC	(47) 3632-9665	

Data
Verificado e APROVADO em 16/02/2021 conform
RTM aprovado pela Portaria INMETRO nº236/199

Agente Fiscalizador Matrícula: 42

Luiz Carlos Rodrigues
Fiscal Metrológico

Este certificado deve permanecer no local de uso do instrumento, sendo obrigatória a sua exibição sempre que solicitada.

PREF. MUN. DE PIÊN - PR.
CONFERE COM O ORIGINAL
PREGOEIRO

Serviço Público Federal
MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS
INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA – INMETRO

v1.12.1201

REGISTRO DE MEDIÇÕES

INSTRUMENTO DE PESAGEM NÃO-AUTOMÁTICO

Interessado: (119758) PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA
CNPJ: 76.378.793/0001-49
Endereço: ROD. SC 301 - KM 139
CEP: 89294-000 Telefone: (47) 3632-9665
Bairro: FRAGOSOS Divisão: FRAGOSOS
Município: CAMPO ALEGRE - SC
Data Verificação: 16/02/2021 Marca de Verificação: 700347-0

DADOS DO INSTRUMENTO

BALANÇA

Marca: DIGI-TRON Modelo: UNIVERSAL LINE
Portaria de Aprovação: 062/04
Nº do Inmetro: 12240286 Nº de Série: 55464
Código do Serviço: 0128
Max1: 60000kg e1: 10kg d1: 10kg n1: 6000
Classe de Exatidão: III Ano de Fabricação: Depois de 1998
Selagens: G7932591-6

SIMBOLOGIA

Para os ensaios constantes neste relatório é utilizada a seguinte simbologia:

L = Carga
I = Indicação
I Disp = Indicação no Dispositivo
dL = Carga adicional
E = Erro
Eo = Erro calculado em 10e
Ec = Erro corrigido
EMA = Erro máximo admissível
P = Indicação antes do arredondamento do instrumento

INSPEÇÃO GERAL

Tipo: Rodoviária Cursor: Normal
Estado: Bom Escala: Legível
Plataforma: Concreto Divisão de Escala: Traços ou Entalhes Normais
Oscilação: Normal Sistema de Trava: Bom

ENSAIOS - Max1

1° ENSAIO DE FIDELIDADE – 22290kg

	I (kg)	dL (kg)	P (kg)
1	22290	--	--
2	22290	--	--
3	22290	--	--

Divergência Máxima: 0kg
EMA: ±15kg Onde: Diverg.Máx = Imáx - Imin

ENSAIO DE EXCENTRICIDADE

	L (kg)	I (kg)	dL (kg)	E (kg)	Ec (kg)	EMA (kg)
1	22290	22290	--	0	--	+15
2	22290	22290	--	0	--	+15
3	22290	22290	--	0	--	+15
4	22290	22290	--	0	--	+15
5	22290	22280	--	-10	--	+15
6	22290	22290	--	0	--	+15

Onde: E = I - L Posição das Cargas: 1 2 3
6 5 4

ENSAIO DE PESAGEM

	L (kg)	I (kg)	dL (kg)	E (kg)	Ec (kg)	EMA (kg)
1	200	200	--	0	--	+5
2	1000	1000	--	0	--	+5
3	2000	2000	--	0	--	+5
4	3000	3000	--	0	--	+5
5	4000	4000	--	0	--	+5
6	5000	5000	--	0	--	+5
7	6000	6000	--	0	--	+10
8	7000	7000	--	0	--	+10
9	8000	8000	--	0	--	+10
10	9000	9000	--	0	--	+10
11	10000	10000	--	0	--	+10
12	11000	11000	--	0	--	+10
13	10000	10000	--	0	--	+10
14	9000	9000	--	0	--	+10
15	8000	8000	--	0	--	+10
16	7000	7000	--	0	--	+10
17	6000	6000	--	0	--	+10
18	5000	5000	--	0	--	+5
19	4000	4000	--	0	--	+5
20	3000	3000	--	0	--	+5
21	2000	2000	--	0	--	+5
22	1000	1000	--	0	--	+5

Onde: E = I - L

RESULTADO: 4 - APROVADO

FISCALIZADO/ENSAIADO POR:
FUNCIONÁRIO: Luiz Carlos Rodrigues
MATRÍCULA: 42

IMETRO – SC - Instituto De Metrologia De Santa Catarina
R. Do Iano, 1791 - CEP:88110-603 - São José - SC

FONE PARA CONTATO: (048) 3381-5200
Acesse: http://www.inmetro.sc.gov.br

PREF. MUN. DE PIÊN - PR
CONFERE COM O ORIGINAL
PREGOEIRO

Luiz Carlos Rodrigues
Fiscal Metrológico
Matrícula nº 42 / Coletor nº 2373

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

FATMA

LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO

212

Nº 935/2017

A **Fundação do Meio Ambiente - FATMA**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I do artigo 7° da Lei Estadual N° 14.675 de 2009, com base no processo de licenciamento ambiental n° MIN/28909/CMF e **parecer técnico n° 198/2017** , concede a presente **LICENCA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO** à:

Empreendedor

NOME:	PORTO AREIA FRAGOSOS LTDA		
ENDEREÇO: RODOVIA DOS MÓVEIS, 3707, FRAGOSOS,			
CEP:	89294-000	MUNICÍPIO: CAMPO ALEGRE	ESTADO: SC
CPF/CNPJ:	76.378.793/0001-49		

Para Atividade de

ATIVIDADE: 00.10.00 - LAVRA A CÉU ABERTO COM DESMONTE POR EXPLOSIVO
ATIVIDADE SECUNDÁRIA: Beneficiamento de Minerais com Cominuição - 10.20.00

EMPREENDIMENTO: PORTO AREIA FRAGOSOS LTDA/ BENEFICIAMENTO DE MONZODIORITO - 00.10.00 E 10.20.00

Localizada em

ENDEREÇO: LOCALIDADE DE FRAGOSOS, S/N, INTERIOR,			
CEP:	89294-000	MUNICÍPIO: CAMPO ALEGRE	ESTADO: SC
COORDENADA PLANA: UTM X 660892.255364 - UTM Y 7102868.449015			

Da operação

A presente Licença, concebida com base nas informações apresentadas pelo interessado, declara a **viabilidade de operação** do empreendimento, equipamento ou atividade, quanto aos aspectos ambientais, e não dispensa nem substitui alvarás ou certidões de qualquer natureza, exigidas pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal.

Condições gerais

I. Quaisquer alterações nas especificações dos elementos apresentados no procedimento de licenciamento ambiental deverão ser precedidas de anuência da FATMA.
II. A FATMA, mediante decisão motivada, poderá modificar as condições de validade, suspender ou cancelar a presente licença, caso ocorra:
- Omissão ou falsa descrição de informações que subsidiaram a expedição da presente licença;
- A superveniência de graves riscos ambientais e/ou de saúde pública;
- Violação ou inadequação de quaisquer condições de validade da licença ou normas legais.

III. A publicidade desta licença deve ocorrer conforme Lei Estadual 14.675/09, artigo 42.
IV. Retificações e recurso administrativo relativos a presente licença devem ser encaminhados à FATMA no prazo de 20 (vinte) dias contados da data de comunicação de expedição da presente licença.

PREF. MUN. DE PIÊN - PR
CONFERE COM O ORIGINAL
FUNCIONÁRIO

Prazo de validade

(48) meses, a contar da presente data.

Data, local e assinatura

FLORIANÓPOLIS, 20 de Fevereiro de 2017	Alexandre Waltrick Rates Presidente

Documentos em anexo

Nada consta

213

Condições de validade

(alimentador), próxima as edificações e a linha de transmissão de energia elétrica existentes.

2. Aspectos florestais

O Empreendimento encontra-se na fitofisionomia da Floresta Ombrófila Mista. Há vegetação arbórea remanescente típica desta fisionomia na área contígua a norte e nordeste, dentro das matrículas 28.437 e 17.518. A vegetação à leste da área de mineração encontra-se alterada devido ao uso histórico como pasto e passará por recuperação através de PRAD.

Reserva legal: Matrícula em área rural: 15.518 - Reserva averbada em cartório na matrícula do imóvel, totalizando 11,1532 ha (20%)

Área de preservação permanente: A frente norte da ampliação da lavra faz limite com APP de nascente, que será fisicamente delimitada para prevenir intervenções. A vegetação das margens do rio a leste da área de lavra encontra-se degradada. Esta APP passará por recuperação na extensão de, no mínimo, 30 metros em cada lado da margem.

Espécies ameaçadas: Foram encontrados indivíduos de *Dicksonia sellowiana* (Xaxim bugio) e *Araucaria angustifolia* na vegetação remanescente. Houve transplante de Xaxim e plantio de 210 mudas de Araucária como compensação pelo corte de 21 indivíduos.

Credito reposição florestal: 140,2m³

3. Controles ambientais

- Sistema de drenagem de águas superficiais
- Bacias de decantação, espaçadas ao longo das canaletas de águas pluviais, dimensionadas de acordo com a granulometria e volume do material lavrado.
- Sistema Separador de Água e Óleo de oficina, rampa de lavação ou de abastecimento. Observar o disposto na Resolução CONAMA 430/11 e na NBR 14063:1998 - Óleos e Graxas - Processos de Tratamento em Efluentes de Mineração.
- Utilização de material apropriado (lonas ou afins) para recobrir a carga do veículo, evitando mobilização durante seu deslocamento, sobretudo para as áreas externas da mineradora.
- Umectação das vias de acesso, particulares e públicas, pátio de manobra e todas as áreas onde haja circulação do maquinário.
- Manutenção da cortina vegetal entre o empreendimento e a Rodovia dos Móveis
- Uso de pulverizadores de água na britagem, evitando a geração de poeira no processo.
- Sistema de tratamento de esgoto sanitário por Estação de Tratamento (ETE).

4. Programas ambientais

- Programa de Monitoramento Goetécnico das Bancadas
- Programa de Monitoramento da Qualidade da Água Superficial
- Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas Subterrâneas
- Programa de Monitoramento das Emissões Atmosféricas e da Qualidade do Ar
- Programa de Monitoramento de Ruído
- Programa de Monitoramento da Fauna
- Programa de Monitoramento da Efetividade do PRAD
- Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos

PREF. MUN. DE PIÊN - PR
CONFERE COM O ORIGINAL
PREGOEIRO

Observações

I. Aplicam-se as restrições contidas no procedimento de Licenciamento Ambiental e na Legislação Ambiental em vigor.
II. Aplicam-se as condições de validade expressas neste documento e seus anexos.
III. Esta licença não autoriza o corte ou supressão de árvores, florestas ou qualquer forma de vegetação da Mata Atlântica.
IV. Cópia da presente licença deverá ser exposta em local visível do empreendimento.
V. De acordo com o artigo 40, Inciso III, parágrafo 4 da Lei Estadual 14.675/09, a renovação desta Licença Ambiental de Operação - LAO deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença ambiental.
VI. Havendo alteração dos atos constitutivos do empreendimento, cópia da documentação deve ser apresentada a FATMA sob pena do empreendedor acima identificado continuar sendo responsável pela atividade / empreendimento licenciado por este documento.

Nº 935/2017 **213.284**

Selo de Autenticidade

A **Fundação do Meio Ambiente - FATMA**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I do artigo 7° da Lei Estadual N° 14.675 de 2009, com base no processo de licenciamento ambiental n° MIN/28909/CMF e **parecer técnico n° 198/2017** , concede a presente **LICENCA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO** à:

Empreendedor

NOME:	PORTO AREIA FRAGOSOS LTDA		
ENDEREÇO:	RODOVIA DOS MÓVEIS, 3707, FRAGOSOS,		
CEP:	89294-000	MUNICÍPIO: CAMPO ALEGRE	ESTADO: SC
CPF/CNPJ:	76.378.793/0001-49		

Para Atividade de

ATIVIDADE: 00.10.00 - LAVRA A CÉU ABERTO COM DESMONTE POR EXPLOSIVO
ATIVIDADE SECUNDÁRIA: Beneficiamento de Minerais com Cominuição - 10.20.00

EMPREENDIMENTO: PORTO AREIA FRAGOSOS LTDA/ BENEFICIAMENTO DE MONZODIORITO - 00.10.00 E 10.20.00

Localizada em

ENDEREÇO:	LOCALIDADE DE FRAGOSOS, S/N, INTERIOR,		
CEP:	89294-000	MUNICÍPIO: CAMPO ALEGRE	ESTADO: SC
COORDENADA PLANA: UTM X 660892.255364 - UTM Y 7102868.449015			

Da operação

A presente Licença, concebida com base nas informações apresentadas pelo interessado, declara a **viabilidade de operação** do empreendimento, equipamento ou atividade, quanto aos aspectos ambientais, e não dispensa nem substitui alvarás ou certidões de qualquer natureza, exigidas pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal.

Condições gerais

I. Quaisquer alterações nas especificações dos elementos apresentados no procedimento de licenciamento ambiental deverão ser precedidas de anuência da FATMA.
II. A FATMA, mediante decisão motivada, poderá modificar as condições de validade, suspender ou cancelar a presente licença, caso ocorra:
- Omissão ou falsa descrição de informações que subsidiaram a expedição da presente licença;
- A superveniência de graves riscos ambientais e/ou de saúde pública;
- Violação ou inadequação de quaisquer condições de validade da licença ou normas legais.

III. A publicidade desta licença deve ocorrer conforme Lei Estadual 14.675/09, artigo 42.
IV. Retificações e recurso administrativo relativos a presente licença devem ser encaminhados à FATMA no prazo de 20 (vinte) dias contados da data de comunicação de expedição da presente licença.

Prazo de validade

(48) meses, a contar da presente data.

PREF. MUN. DE PIÊN - PR
CONFERE COM O ORIGINAL
PREGOEIRO

Data, local e assinatura

FLORIANÓPOLIS, 20 de Fevereiro de 2017	Alexandre Waltrick Rates Presidente

Documentos em anexo

Nada consta

215

Condições de validade

1. Descrição do empreendimento

- O empreendimento consiste na ampliação da atividade de lavra a céu aberto com uso de explosivos e beneficiamento do minério extraído, através de uma unidade de britagem, requerida pela empresa Porto de Areia Fragosos LTDA situada no município de Campo Alegre/SC. O local previsto para a extração do minério trata-se de uma área contigua a jazida atual e que se encontra atualmente em operação.
- Esta Licença autoriza a operação da atividade de lavra de monzodiorito a céu aberto com desmonte por explosivos e britagem, e somente terá validade juntamente com o título minerário expedido pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, ambos em vigor.
- O *pit* final do empreendimento, incluindo a lavra atual, a ampliação e o beneficiamento abrangem uma área de 19.48 ha. Os vertices que compõem todo este polígono encontram-se sob as seguintes coordenadas UTM, 22J - DATUM SIRGAS 2000:

660843,79mE/7102653,38mN ; 660804,26mE/7102673,88mN ; 660768,39mE/7102689,99mN ;
660731,79mE/7102699,50mN ; 660712,03mE/7102702,43mN ; 660706,17mE/7102724,39mN ;
660698,85mE/7102762,46mN ; 660709,10mE/7102792,47mN ; 660723,01mE/7102818,82mN ;
660744,24mE/7102850,30mN ; 660771,32mE/7102862,74mN ; 660794,01mE/7102903,00mN ;
660806,46mE/7102929,35mN ; 660813,05mE/7102945,46mN ; 660816,71mE/7102978,40mN ;
660820,37mE/7102990,11mN ; 660819,63mE/7103009,87mN ; 660819,63mE/7103020,85mN ;
660829,15mE/7103028,91mN ; 660835,74mE/7103058,19mN ; 660833,54mE/7103118,21mN ;
660830,98mE/7103169,45mN ; 660934,93mE/7103167,99mN ; 660944,08mE/7103146,39mN ;
661012,15mE/7103147,13mN ; 661050,58mE/7103146,03mN ; 661090,84mE/7103138,71mN ;
661102,19mE/7103121,87mN ; 661121,95mE/7103105,95mN ; 661190,76mE/7103115,28mN ;
661228,09mE/7103100,64mN ; 661268,72mE/7103074,66mN ; 661267,62mE/7102960,83mN ;
661262,50mE/7102928,62mN ; 661252,98mE/7102908,12mN ; 661235,41mE/7102894,22mN ;
661186,55mE/7102873,54mN ; 661155,44mE/7102859,26mN ; 661121,77mE/7102839,87mN ;
661098,71mE/7102823,40mN ; 661093,59mE/7102786,43mN ; 661093,95mE/7102773,98mN ;
661092,12mE/7102763,37mN ; 661088,83mE/7102747,27mN ; 661083,71mE/7102730,06mN ;
661072,36mE/7102718,35mN ; 661054,79mE/7102704,44mN ; 661032,47mE/7102682,12mN ;
661011,97mE/7102656,50mN ; 660979,03mE/7102642,22mN ; 660935,47mE/7102634,90mN ;
660901,07mE/7102637,47mN ; 660843,79mE/7102653,39mN.

- A área possui Concessão de Lavra para o minério DIORITO, outorgado pelo DNPM - Processos 815.265/1997 e 815.413/1984.
- A atividade minerária será implantada a partir de bancadas, desenvolvida entre as cotas 831 a 892 m, com alturas aproximadas de 14 m, consistindo na formação de taludes e bermas geotecnicamente estaveis.
- A substância será explotada através da lavra a céu aberto com desmonte por explosivos e, posteriomente, transportado por meio de escavadeira hidráulica sobre esteiras para caminhões os quais direcionarão o minério para a unidade de beneficiamento. A britagem opera em um turno diário de 8 horas, 5 dias por semana e 4 horas aos sábados. O circuito tem capacidade para produção de 130 m³/hora de brita, capaz de abastecer a demanda atual com até 21.000 m³/mês.
- Atividade secundária refere-se a uma unidade de beneficiamento de monzodiorito por cominuição, que já encontra-se implantada no setor sudeste da área da mineradora, na cota 855 m

PREF. MUN. DE PIÊN - PR
CONFERE COM O ORIGINAL
PREGOEIRO

Observações

I. Aplicam-se as restrições contidas no procedimento de Licenciamento Ambiental e na Legislação Ambiental em vigor.
II. Aplicam-se as condições de validade expressas neste documento e seus anexos.
III. Esta licença não autoriza o corte ou supressão de árvores, florestas ou qualquer forma de vegetação da Mata Atlântica.
IV. Cópia da presente licença deverá ser exposta em local visível do empreendimento.
V. De acordo com o artigo 40, Inciso III, parágrafo 4 da Lei Estadual 14.675/09, a renovação desta Licença Ambiental de Operação - LAO deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença ambiental.
VI. Havendo alteração dos atos constitutivos do empreendimento, cópia da documentação deve ser apresentada a FATMA sob pena do empreendedor acima identificado continuar sendo responsável pela atividade / empreendimento licenciado por este documento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO

216

Nº 935/2017

A **Fundação do Meio Ambiente - FATMA**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I do artigo 7° da Lei Estadual N° 14.675 de 2009, com base no processo de licenciamento ambiental n° MIN/28909/CMF e **parecer técnico n° 198/2017** , concede a presente **LICENCA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO** à:

Empreendedor

NOME:	PORTO AREIA FRAGOSOS LTDA		
ENDEREÇO: RODOVIA DOS MÓVEIS, 3707, FRAGOSOS,			
CEP:	89294-000	MUNICÍPIO: CAMPO ALEGRE	ESTADO: SC
CPF/CNPJ:	76.378.793/0001-49		

Para Atividade de

ATIVIDADE: 00.10.00 - LAVRA A CÉU ABERTO COM DESMONTE POR EXPLOSIVO
ATIVIDADE SECUNDÁRIA: Beneficiamento de Minerais com Cominuição - 10.20.00

EMPREENDIMENTO: PORTO AREIA FRAGOSOS LTDA/ BENEFICIAMENTO DE MONZODIORITO - 00.10.00 E 10.20.00

Localizada em

ENDEREÇO: LOCALIDADE DE FRAGOSOS, S/N, INTERIOR,			
CEP:	89294-000	MUNICÍPIO: CAMPO ALEGRE	ESTADO: SC
COORDENADA PLANA: UTM X 660892.255364 - UTM Y 7102868.449015			

Da operação

A presente Licença, concebida com base nas informações apresentadas pelo interessado, declara a **viabilidade de operação** do empreendimento, equipamento ou atividade, quanto aos aspectos ambientais, e não dispensa nem substitui alvarás ou certidões de qualquer natureza, exigidas pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal.

Condições gerais

I. Quaisquer alterações nas especificações dos elementos apresentados no procedimento de licenciamento ambiental deverão ser precedidas de anuência da FATMA.
II. A FATMA, mediante decisão motivada, poderá modificar as condições de validade, suspender ou cancelar a presente licença, caso ocorra:
- Omissão ou falsa descrição de informações que subsidiaram a expedição da presente licença;
- A superveniência de graves riscos ambientais e/ou de saúde pública;
- Violação ou inadequação de quaisquer condições de validade da licença ou normas legais.

III. A publicidade desta licença deve ocorrer conforme Lei Estadual 14.675/09, artigo 42.
IV. Retificações e recurso administrativo relativos a presente licença devem ser encaminhados à FATMA no prazo de 20 (vinte) dias contados da data de comunicação de expedição da presente licença.

PREF. MUN. DE PIÊN - PR
CONFERE COM O ORIGINAL
PREGOEIRO

Prazo de validade

(48) meses, a contar da presente data.

Data, local e assinatura

FLORIANÓPOLIS, 20 de Fevereiro de 2017	Alexandre Waltrick Rates Presidente

Documentos em anexo

Nada consta

217

Condições de validade

- Programa de Educação Ambiental

5. Medidas compensatórias

- Recuperação de 7.72 hectares com plantio de mudas e 3,5 ha recuperados por regeneração natural, totalizando 11.22 ha em imóvel de matrícula 41.431 no município de Campo Alegre.
- Compensação pelo corte de vegetação nativa do bioma Mata Atlântica, previsto na Lei 11.428/2006 : 7.77 ha averbados na matrícula 41.431 no município de Campo Alegre.
- Compensação pelo corte de indivíduos de espécies ameaçadas: Foi realizado o plantio de 210 mudas de Araucária na borda da mata remanescente a norte.
- Compensação pelo SNUC, Lei Federal n° 9.985/2000: Foram cumpridas as obrigações do empreendedor relativas ao pagamento da compensação ambiental no valor de R$ 49.205,00.

6. Condições específicas

- Esta licença fica condicionada a reconformação topográfica das frentes de lavra, configurando em taludes e bermas estáveis geotecnicamente. Da mesma forma, o avanço da lavra deverá obedecer o Plano de Lavra apresentado.
- A atividade de mineração deverá ser conduzida a partir das cotas mais altas para as mais baixas. O dimensionamento dos taludes e bermas deve demonstrar e garantir a estabilidade geotécnica e, da mesma forma, serem compatíveis com os trabalhos de recuperação ambiental.
- Ruídos, Vibrações e Ultralançamentos deverão enquadrar-se nos níveis e limites determinados pela norma NBR 9653/2005.
- Demarcar em campo, no prazo de 60 dias, com marcos resistentes e de fácil visualização, a poligonal da área útil de explotação licenciada pela FATMA, cujos marcos devem estar com as coordenadas UTM, referenciado no datum SIRGAS 2000.
- Manter o isolamento da área de mineração e dispor de placas de restrição de acesso e de advertência, em locais visíveis, bem como dispor de placa de caracterização do empreendimento minerário.
- Realização de manutenção preventiva de máquinas e equipamentos, evitando vazamento de óleos, fluidos hidráulicos ou combustíveis.
- Sistema de armazenamento de combustíveis, óleos lubrificantes / hidráulicos e graxas devem estar situados em local devidamente protegido e sinalizado, dispondo de bacia de contenção.
- Os resíduos oriundos da limpeza de sistemas de separação de água e óleo devem ser destinados adequadamente como resíduo Classe I.
- A disposição de estéreis e rejeitos deverá ser mantida somente no interior da área licenciada, em local delimitado para tal, sendo realizado controle efetivo para que sejam evitados processos de erosão ou deslizamentos. A disposição destes deverá seguir o Projeto Técnico apresentado à FATMA através do Protocolo 49703/2016.
- Manter adequado sistema de drenagem de toda a área de extração, incluindo a área ocupada pela usina de britagem, de forma que as águas superficiais sejam direcionadas para bacias de contenção de sedimentos, construídas em locais topograficamente favoráveis, as quais deverão ser desobstruídas periodicamente. Da mesma forma, assegurar que os sedimentos não sejam carreados

PREF. MUN. DE PIÊN - PR
CONFERE COM O ORIGINAL
PRECEDÊNCIA

Observações

I. Aplicam-se as restrições contidas no procedimento de Licenciamento Ambiental e na Legislação Ambiental em vigor.
II. Aplicam-se as condições de validade expressas neste documento e seus anexos.
III. Esta licença não autoriza o corte ou supressão de árvores, florestas ou qualquer forma de vegetação da Mata Atlântica.
IV. Cópia da presente licença deverá ser exposta em local visível do empreendimento.
V. De acordo com o artigo 40, Inciso III, parágrafo 4 da Lei Estadual 14.675/09, a renovação desta Licença Ambiental de Operação - LAO deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença ambiental.
VI. Havendo alteração dos atos constitutivos do empreendimento, cópia da documentação deve ser apresentada a FATMA sob pena do empreendedor acima identificado continuar sendo responsável pela atividade / empreendimento licenciado por este documento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

FATMA

LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃ

218

Nº 935/2017

A **Fundação do Meio Ambiente - FATMA**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I do artigo 7° da Lei Estadual N° 14.675 de 2009, com base no processo de licenciamento ambiental n° MIN/28909/CMF e **parecer técnico n° 198/2017** , concede a presente **LICENCA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO** à:

Empreendedor

NOME:	PORTO AREIA FRAGOSOS LTDA		
ENDEREÇO:	RODOVIA DOS MÓVEIS, 3707, FRAGOSOS,		
CEP:	89294-000	MUNICÍPIO: CAMPO ALEGRE	ESTADO: SC
CPF/CNPJ:	76.378.793/0001-49		

Para Atividade de

ATIVIDADE: 00.10.00 - LAVRA A CÉU ABERTO COM DESMONTE POR EXPLOSIVO
ATIVIDADE SECUNDÁRIA: Beneficiamento de Minerais com Cominuição - 10.20.00

EMPREENDIMENTO: PORTO AREIA FRAGOSOS LTDA/ BENEFICIAMENTO DE MONZODIORITO - 00.10.00 E 10.20.00

Localizada em

ENDEREÇO:	LOCALIDADE DE FRAGOSOS, S/N, INTERIOR,		
CEP:	89294-000	MUNICÍPIO: CAMPO ALEGRE	ESTADO: SC
COORDENADA PLANA:	UTM X 660892.255364 - UTM Y 7102868.449015		

Da operação

A presente Licença, concebida com base nas informações apresentadas pelo interessado, declara a **viabilidade de operação** do empreendimento, equipamento ou atividade, quanto aos aspectos ambientais; e não dispensa nem substitui alvarás ou certidões de qualquer natureza, exigidas pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal.

Condições gerais

I. Quaisquer alterações nas especificações dos elementos apresentados no procedimento de licenciamento ambiental deverão ser precedidas de anuência da FATMA.
II. A FATMA, mediante decisão motivada, poderá modificar as condições de validade, suspender ou cancelar a presente licença, caso ocorra:
- Omissão ou falsa descrição de informações que subsidiaram a expedição da presente licença;
- A superveniência de graves riscos ambientais e/ou de saúde pública;
- Violação ou inadequação de quaisquer condições de validade da licença ou normas legais.

III. A publicidade desta licença deve ocorrer conforme Lei Estadual 14.675/09, artigo 42.
IV. Retificações e recurso administrativo relativos a presente licença devem ser encaminhados à FATMA no prazo de 20 (vinte) dias contados da data de comunicação de expedição da presente licença.

PREF. MUN. DE PTÉN - PR
CONFERE COM O ORIGINAL
SECRETÁRIO

Prazo de validade

(48) meses, a contar da presente data.

Data, local e assinatura

FLORIANÓPOLIS, 20 de Fevereiro de 2017	Alexandre Waltrick Rates Presidente

Documentos em anexo

Nada consta

219

Condições de validade

através das águas pluviais para além dos limites da área de lavra.
- O plano de fogo deve ser realizado por profissional ou empresa habilitada e devidamente regularizada junto ao exército, CREA e demais órgãos cabíveis.
- A empresa deverá manter a disposição da fiscalização da FATMA os comprovantes de destinação final dos resíduos sólidos gerados até a emissão da nova licença.
- O não atendimento dos parâmetros legais de lançamento constantes na legisplação ambiental vigente, sugeitarão o infrator às penalidades previstas na legislação ambiental vigente, caso não tome as medidas cabíveis para sanar a irregularidade.
-Todas as informações referentes a geração, armazenamento temporário e movimentação de resíduos e rejeitos deve ser enviadas exclusivamente atraves do Sistema de controle de movimentação de residuos e de rejeitos - MTR, para que possam ser gerenciadas pelo proprio sistema conforme estabelecem as portarias FATMA n°242/2014 e 324/2015.
- Respeitar os padrões ambientais para lançamento de efluentes líquidos estabelecidos nas resoluções do Conama e na lei estadual 14.675/2009.
- Programa de Monitoramento Sismográfico deverá ser desenvolvido e entregue a esta Fundação na mesma periodicidade que os demais.
- No Programa de Monitoramento da Qualidade da Água Superficial acrescentar um Subprograma de Monitoramento da Nascente situada a nordeste da área da mineração. Deverá ser demarcado em campo, imediatamente, com marcos resisitentes e de fácil visualização o limite entra a APP de nascente e a área de lavra.
- No Programa de Monitoramento da Qualidade da Água Superficial criar um Subprograma de Monitoramento das Bacias de Decantação, tendo em vista a necessidade de redimensionamento das bacias existentes ou instalações de novas bacias, apresentando sua localização, função, interligação, manutenção e dimensão. Este deverá ser entregue na primeira apresentação de relatórios.
- No caso de desativação/encerramento da atividade, é obrigatória a apresentação, com antecedência mínima de 120 dias, de plano de encerramento das atividades, contemplando a situação ambiental existente no local, elaborado por profissional habilitado e respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).
- A realização do PRAD de APP deve seguir as disposições do projeto protocolado a esta fundação (SGPE 49703/2016)
- Realizar monitoramento semestral da fauna por, no mínimo, dois anos após o início da operação.
- No caso de devidamente autorizada pelos orgãos competentes deverá ser instalada a passagem aérea de fauna sobre a Rodovia dos Móveis de acordo com o projeto apresentado e aprovado por esta fundação.
- Execução, monitoramento e manutenção de todos os controles e programas ambientais constantes nesta LAO, com periodicidade semestral e entrega de relatórios compilados anualmente.

PREF. MUN. DE PIÊN - PR
CONFERE COM O ORIGINAL
PREGOEIRO

Observações

I. Aplicam-se as restrições contidas no procedimento de Licenciamento Ambiental e na Legislação Ambiental em vigor.
II. Aplicam-se as condições de validade expressas neste documento e seus anexos.
III. Esta licença não autoriza o corte ou supressão de árvores, florestas ou qualquer forma de vegetação da Mata Atlântica.
IV. Cópia da presente licença deverá ser exposta em local visível do empreendimento.
V. De acordo com o artigo 40, Inciso III, parágrafo 4 da Lei Estadual 14.675/09, a renovação desta Licença Ambiental de Operação - LAO deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença ambiental.
VI. Havendo alteração dos atos constitutivos do empreendimento, cópia da documentação deve ser apresentada a FATMA sob pena do empreendedor acima identificado continuar sendo responsável pela atividade / empreendimento licenciado por este documento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SUSTENTÁVEL
INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE DE SANTA CATARINA

Documento gerado em: 26/01/2021 13:20:38

RECIBO DE DOCUMENTOS (FCEI Nº 566035)

Recebemos do empreendedor PORTO AREIA FRAGOSOS LTDA os documentos encaminhados na data 18/01/2021 e recebidos na data 26/01/2021 listados abaixo, relativos ao empreendimento PORTO AREIA FRAGOSOS LTDA/ BENEFICIAMENTO DE MONZODIORITO - 00.10.00 E 10.20.00, estabelecido(a) LOCALIDADE DE FRAGOSOS - S/N no município de CAMPO ALEGRE.

Processo IMA NºMIN/28909/CMF - Tipo de licença RENOVAÇÃO LAO

Protocolo	Descrição
7007368	PROCURAÇÃO PARA REPRESENTAÇÃO DO INTERESSADO, COM FIRMA RECONHECIDA.
7007370	CAL.
7007371	Título Autorizativo de Lavra Mineral junto à Agência Nacional de Mineração – ANM (Registro de Licenciamento, Portaria de Lavra ou Registro de Extração).
7007372	Relatório Anual de Lavra (RAL) ou equivalente da ANM, evidenciando a produção (m^3/ano)
7007373	RELATORIO TÉCNICO COMPROVAÇÃO EFETIVO CUMPRIMENTO EXIGÊNCIAS LICENCIAMENTO C/ RELATÓRIO FOTOGRÁFICO.
7007374	Planta planimétrica atualizada, em escala reduzida, com os vértices georreferenciados do empreendimento (DATUM SIRGAS 2000), contendo: os módulos da lavra, do título minerário,
7007375	Plano de Recuperação de Área Degradada - PRAD.
7007376	Documentação de responsabilidade técnica, emitida pelo conselho, do(s) profissional(is) habilitado(s) para a elaboração do relatório técnico.
7007377	Documentação de responsabilidade técnica, emitida pelo conselho, do(s) profissional(is) habilitado(s) pela elaboração do Plano de Recuperação de Áreas
7007378	Documentação de responsabilidade técnica, emitida pelo conselho, do(s) profissional(ais) habilitado(s) para á execução e acompanhamento da recuperação
7007379	Documentação de responsabilidade técnica, emitida pelo conselho, do(s) profissional(ais) habilitado(s) para a execução da lavra.
7007380	Cópia do comprovante de publicação de concessão da Licença Ambiental de Operação (casos de empreendimentos sujeitos a EIA/RIMA)..

PREF. MUN. DE PIÊN - PR
CONFERE COM O ORIGINAL
PREGOEIRO

LEI Nº 17.938, DE 4 DE MAIO DE 2020

Procedência: Todos os Deputados

Natureza: PL./0071.5/2020

DOE: 21.261, de 05/05/2020

Fonte: ALESC/GCAN.

Dispõe sobre os prazos de vigência de autorizações e dos licenciamentos ambientais, no âmbito do Estado de Santa Catarina, em decorrência da decretação de calamidade pública pela pandemia do novo coronavírus (COVID-19).

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam prorrogados todos os prazos de vigência de autorizações e dos licenciamentos ambientais expedidos no âmbito do Estado de Santa Catarina, quer sejam Licença Ambiental Prévia (LAP), Licença Ambiental de Instalação (LAI) ou Licença Ambiental de Operação (LAO), pelo prazo de **120 (cento e vinte)** dias, sem a necessidade de solicitação de renovação, desde que não gerem poluição e permaneçam cumprindo a licença vencida na sua totalidade.

Art. 2º (Vetado)

Parágrafo único. (Vetado)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 4 de maio de 2020.

CARLOS MOISÉS DA SILVA

223

22/12/99
Seção: 1
Página: 33

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

PORTARIA Nº 497, de 21 de dezembro de 1999.

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 43 do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM n° 815.256/97, resolve:

Art. 1° Outorgar à PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA, concessão para lavrar DIORITO, no Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, numa área de 49,18ha, delimitada por um polígono que tem um vértice a 831m, no rumo verdadeiro de 22°41'NE, do ponto de Coordenadas Geográficas: Lat. 26°11'32,9"S e Long. 49°23'41,3"W e os lados, a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 572m-N, 950m-E, 572m-S, 530m-W, 58m-N, 30m-E, 40m-N, 30m-W, 34m-N, 140m-W, 40m-N, 150m-W, 40m-S, 20m-W, 34m-S, 20m-W, 40m-S, 20m-W, 40m-S, 20m-W, 18m-S, 50m-W.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

RODOLPHO TOURINHO NETO

(Empenho 286/97)

PREF. MUN. DE PIÊN - PR
CONFERE COM O ORIGINAL
PREGOEIRO

DEPARTAMENTO REGIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL
O presente título minerário encontra-se
transcrito no Livro C-49 fl. 114
em 24/01/2000. Lourdes.

D.O.U. 22/12/99
Seção 1
Página 33

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

PORTARIA Nº 498, de 21 de dezembro de 1999.

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 43 do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM n° 815.413/84, resolve:

Art. 1º Outorgar à PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA, concessão para lavrar DIORITO, no Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, numa área de 7,30ha, delimitada por um polígono que tem um vértice a 852m, no rumo verdadeiro de 25º48'NE, do ponto de Coordenadas Geográficas: Lat. 26º11'32,9"S e Long. 49º23'41,3"W e os lados, a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 18m-N, 20m-E, 40m-N, 20m-E, 40m-N, 20m-E, 34m-N, 20m-E, 40m-N, 150m-E, 40m-S, 140m-E, 34m-S, 30m-E, 40m-S, 30m-W, 130m-S, 260m-W, 30m-N, 50m-W, 28m-N, 40m-W, 14m-N, 20m-W.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

RODOLPHO TOURINHO NETO

(Empenho 286/97)

PREF. MUN. DE PIÊN - PR
CONFERE COM O ORIGINAL
PREGOEIRO

O presente título mineário foi transcrito no Livro C-019 fl. 125, em 14/01/2000. Lourdes

PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA
Rodovia SC-418, 3707 – Fragosos
89.294-000 – CAMPO ALEGRE – SC
Telefone (047) 3632-9665
CNPJ: 76.378.793/0001-49 – Inscrição Estadual: 250.918.773

Processo Licitatório n°2742/2021

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Pregão Presencial nº 102/2021

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de Proponente do procedimento licitatório em epígrafe, instaurado por este município, que:

a) Não possuímos, em nosso Quadro de Pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em observância à Lei Federal n.º 9854, de 27.10.99, que altera a Lei n.º 8666/93;
b) Nenhum de nossos sócios é servidor(a) ou dirigente de órgão do Município de Piên;
c) Não estamos suspensos temporariamente de participar em licitação ou impedidos de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
d) Não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, em qualquer e suas esferas;
e) Até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo e estamos cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Campo Alegre, 18 de outubro de 2021.

NEIMAR MAGUS WIGGERS
SÓCIO PROPRIETÁRIO

OBS.: Está declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

76 378 793/0001-49
PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA.
RODOVIA SC-418, 3707
FRAGOSOS - CEP 89294-000
CAMPO ALEGRE - SANTA CATARINA

PREGÃO Nº 102/2021

CREDENCIAMENTO, ANÁLISE DE PROPOSTAS

LANCES VERBAIS, HABILITAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

No dia vinte e seis do mês de outubro de dois mil e vinte e um, às 09:30 horas, reuniram-se na sala de reuniões da prefeitura municipal de Piên, localizada na Rua Amazonas, 373, centro, Piên/PR, o pregoeiro e sua equipe de apoio, designados pela portaria nº 496/2021, para procederem às atividades pertinentes ao **pregão presencial nº 102/2021**, que tem como objeto a **Registro de Preços para eventual aquisição de saibro e pedras para manutenção das vias públicas municipais, conforme solicitação da Secretaria de Viação e Serviços Rodoviários.** Às 09:35 horas foi aberta a sessão pública, iniciando o período de identificação/credenciamento dos representantes, tendo sido credenciadas as empresas participantes a saber: **EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA**, inscrita no CNPJ nº 79.390.530/0001-43, estabelecida na Rodovia Municipal 100, nº 3983, Bairro Corredeiras, Campo Alegre/SC, fone (47) 3635-1348, e-mail extracao@extracaodeareia.com.br; representada nesta sessão pela Sra. Bruna Mirele Jantsch inscrita no CPF sob o nº 081.453.979-36; **PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA**, inscrita no CNPJ 76.378.793/0001-49, localizada a Rodovia SC-418, 3707, Bairro Fragosos, Campo Alegre/SC, CEP 89.294-000, fone (47) 3632-9665, e-mail comercial@britadorfragosos.com.br; representada nessa sessão pelo Sr. Guilherme Schiessl, portador do RG 5.084.877 SSP/SC e CPF 070.876.399-51; **TEREZINHA KUPICKI SIMÕES - ME**, inscrita no CNPJ 09.382.935/0001-54, localizada a Rua Com Boa Vista, sn, Bairro Boa Vista, Piên/PR, CEP 83.860-000, fone (41) 3632-1741 (41) 99623-3616, e-mail simoestransporte@hotmail.com; representada nessa sessão pelo Sr. José Odilio Simões, portador do RG 20144415 SSP/SC e CPF 601.580.509-91; Imediatamente após o encerramento do período de credenciamento o pregoeiro e sua Equipe de Apoio iniciaram a abertura dos envelopes de propostas de preços, efetuando a verificação dos requisitos exigidos no edital. A Sra. Bruna Mirele Jantsch demonstrou intenção de recurso, questionando quanto a documentação apresentada pelas empresas **TEREZINHA KUPICKI SIMÕES – ME** e **PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA**, tendo sido informada pelo Pregoeiro quanto ao prazo de recurso, a se encerrar na data de 03/11/2021 para apresentação do mesmo. As empresas apresentaram os preços ofertados em conformidade com previsão editalícia. Iniciando-se a etapa de lances verbais, os representantes credenciados tiveram a oportunidade de reduzir os preços ofertados nas propostas escritas. Com o encerramento da etapa de lances verbais, foram abertos os envelopes de habilitação das empresas ofertantes dos menores preços. As documentações apresentadas foram verificadas para comprovação de sua conformidade com as exigências do edital e declaradas vencedoras as empresas, de acordo com o que consta no Mapa Licitatório em anexo. Nada mais havendo a acrescentar, a mesma foi lavrada, ressalvando, ainda, que os membros da Equipe de Apoio, ao assinarem a ata, atestam sua participação e colaboração no certame.

Pregoeiro: **MARCOS AURÉLIO MELENEK**

Equipe de apoio: **EDUARDO DUARTE SCHEIVARASKI**

Equipe de apoio: **SAMIR CHAMBELA ROCHA**

EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA

PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA

TEREZINHA KUPICKI SIMÕES - ME

Prefeitura Municipal de Piên - 2021

Classificação por item

Pregão 102/2021

Equiplano

Fornecedor		CNPJ/CPF	Status	Marca	Preço Unitário
Lote 001 - Lote 001					
Item 001: 23412 SAIBRO BRITADO, DENSIDADE 1,50					
2806-1	TEREZINHA KUPICKI SIMOES ME	09.382.935/0001-54	Classificado		25,50
11779-0	EXTRACAO DE AREIA FUNDAO LTDA - EPP	79.390.530/0001-43	Classificado		26,00
8-6	PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA	76.378.793/0001-49	Classificado		27,00
Item 002: 23411 PEDRA 4A, DENSIDADE 1,45					
2806-1	TEREZINHA KUPICKI SIMOES ME	09.382.935/0001-54	Classificado		29,00
11779-0	EXTRACAO DE AREIA FUNDAO LTDA - EPP	79.390.530/0001-43	Classificado		29,20
8-6	PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA	76.378.793/0001-49	Classificado		29,30
Item 003: 23413 ARENITO BRITADO (AREIÃO)					
11779-0	EXTRACAO DE AREIA FUNDAO LTDA - EPP	79.390.530/0001-43	Classificado		35,26
Item 004: 22554 RACHÃOZINHO					
8-6	PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA	76.378.793/0001-49	Classificado		27,00
2806-1	TEREZINHA KUPICKI SIMOES ME	09.382.935/0001-54	Classificado		27,20
11779-0	EXTRACAO DE AREIA FUNDAO LTDA - EPP	79.390.530/0001-43	Classificado		27,40

Qtde. itens desertos : 000

Qtde. itens frustrados : 000

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE PIÊN – PARANÁ.

EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob nº 79.390.530/0001-43, com sede localizada na Localidade de Corredeira, s/nº, Bairro Corredeira, na cidade e comarca de Campo Alegre/SC, neste ato representada por seu sócio administrador **MARCOS HEINZ MAAHS**, brasileiro, casado, administrador, inscrito no CPF sob n.º 005.165.569-16, residente e domiciliado na Estrada Principal Fundão, n.º 4897, Bairro Fundão, na cidade de São Bento do Sul/SC, por seu advogado que está subscreve, vêm a presença de Vossa Excelência apresentar **RECURSO** em face do Processo de Licitação – Pregão Presencial n.º **102/2021,** pelos motivos de fato e fundamento a seguir expostos:

I. DOS FATOS E DO DIREITO:

01. Em data de 26/10/2021, na sede da municipalidade de Piên/PR, ocorreu a abertura da Licitação n.º 102/2021, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, tipo menor preço por item, cujo objetivo é o **registro de preços** para eventual aquisição de saibro e pedras para manutenção das vias públicas municipais, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no anexo I.

02. O Recorrente participou do referido procedimento, tendo terminado em segundo lugar na concorrência que concedeu a vitória para empresa Terezinha Kupicki Simões nos itens: saibro britado densidade 1,50 e pedra 4ª – densidade 1,45.

03. Ocorre que após análise detida dos documentos acostados pela empresa ganhadora do certame verificou-se latente nulidade que deve ser imediatamente reconhecida pela administração.

1.1. DA INABILITAÇÃO DA EMPRESA VENCEDORA:

04. Segundo descreve o item 7B do edital a documentação de qualificação e abertura das propostas deve respeitar o seguinte padrão:

> **7. CONTEÚDO DA PROPOSTA DE PREÇOS (ENVELOPE Nº 01):**
> **7.1. A PROPOSTA DE PREÇOS deverá:**
> **b) apresentar a razão social da proponente, CNPJ, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), se houver, pára contato;**

05. Conforme pode-se verificar da proposta de preços apresentada pela empresa vencedora, esta não respeitou as determinações constantes no edital, o que dever implicar obrigatoriamente na sua inabilitação. Ou seja, a empresa vencedora sequer poderia ter concorrido para o certamente, visto que não cumpriu com item básico de qualificação, cuja apresentação é obrigatória.

06. Sendo assim, considerando que a empresa vencedora não apresentou a qualificação correta, descumprindo o item 7B do edital, deve ser desclassificada, atribuindo ao próximo a vitória pelo certame, por ser medida de direito e salutar justiça.

1.2. LICENÇA DE OPERAÇÃO VENCIDA:

07. Além da ausência de habilitação para participar do certame, a empresa vencedora está com a Licença de Operação vencida!

08. Compulsando-se dos documentos apresentados pela vencedora, é notável perceber que a Licença de Operação nº 24.211 venceu em 09/05/2020. De acordo com a Resolução do CONAMA nº 237/1997, o protocolo de renovação deve ser apresentado com antecedência de 120 dias do vencimento:

> **Art. 18 - O órgão ambiental competente estabelecerá os prazos de validade de cada tipo de licença, especificando-os no respectivo documento, levando em consideração os seguintes aspectos:**

I - O prazo de validade da Licença Prévia (LP) deverá ser, no mínimo, o estabelecido pelo cronograma de elaboração dos planos, programas e projetos relativos ao empreendimento ou atividade, não podendo ser superior a 5 (cinco) anos.

II - O prazo de validade da Licença de Instalação (LI) deverá ser, no mínimo, o estabelecido pelo cronograma de instalação do empreendimento ou atividade, não podendo ser superior a 6 (seis) anos.

III - O prazo de validade da Licença de Operação (LO) deverá considerar os planos de controle ambiental e será de, no mínimo, 4 (quatro) anos e, no máximo, 10 (dez) anos.

§ 1º - A Licença Prévia (LP) e a Licença de Instalação (LI) poderão ter os prazos de validade prorrogados, desde que não ultrapassem os prazos máximos estabelecidos nos incisos I e II.

§ 2º - O órgão ambiental competente poderá estabelecer prazos de validade específicos para a Licença de Operação (LO) de empreendimentos ou atividades que, por sua natureza e peculiaridades, estejam sujeitos a encerramento ou modificação em prazos inferiores.

§ 3º - Na renovação da Licença de Operação (LO) de uma atividade ou empreendimento, o órgão ambiental competente poderá, mediante decisão motivada, aumentar ou diminuir o seu prazo de validade, após avaliação do desempenho ambiental da atividade ou empreendimento no período de vigência anterior, respeitados os limites estabelecidos no inciso III.

§ 4º - A renovação da Licença de Operação (LO) de uma atividade ou empreendimento deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença, ficando este automaticamente prorrogado até a manifestação definitiva do órgão ambiental competente.

09. A empresa vencedora não apresentou comprovante de requerimento de renovação da Licença de Operação dentro do prazo estabelecido no artigo 18, inciso III, § 4º da Resolução.

10. Além disso, a certidão apresentada emitida pelo IAT afirmando que este órgão estaria analisando o processo sequer remete a Licença de Operação vencida, não tendo sequer data de protocolo do pedido de renovação, portanto não pode ser considerada. Em consulta ao site do IAT "*http://www.iat.pr.gov.br*" na parte "Consulta a Protocolo" verifica-se que o andamento inicial foi realizado em 16/03/2020, ou seja, posterior ao prazo final dos 120 dias, sendo que a empresa deveria paralisar suas atividades em 09/05/2020, até a emissão de nova licença Ambiental.

11. De toda forma, independentemente do descrito acima, é requisito necessário e essencial ao certame a apresentação do pedido de renovação da licença, cujo documento não foi apresentado pela empresa vencedora, tornando-a, portanto, inabilitada para o certame.

12. Desta forma, a empresa vencedora deve ser desclassificada porque não comprovou capacidade técnica para atender ao objeto da licitação, pois sem a Licença de Operação não poderá cumprir com a demanda da administração pública.

1.3. DO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA:

13. Quanto ao atestado de Capacidade Técnica apresentado pela vencedora e fornecido pelo Departamento de Licitações e Compras do Município de Rio Negro/PR, este cita que a empresa apresentou a execução dos serviços referentes a Ata de Registro de Preços de nº 166/2021 – Referente ao Pregão registro de Preços nº 054/2021 de 05/07/2021, onde consta que a empresa já forneceu todo o material aprovado para aquele certame, totalizando 27.000m³.

14. Porém, considerando que a Portaria nº 261/2018 da ANM altera a unidade de padrão de medida para toneladas, não observada naquele certame, a empresa deveria entregar mais de 40.000 toneladas.

15. Além disso, deve-se considerar ainda que o contrato entre a titular do processo minerário a empresa Investimóveis Empreendimentos S/A e a empresa Terezinha Kupicki Simões – ME, cita na clausula segunda um valor de 21.000 toneladas para o ano de 2021 resultando em uma produção mensal de 10.500 toneladas/mês, isso para os meses de novembro e dezembro.

16. Já a Portaria 261/2018 da ANM determina que a produção entregue a outros Pregões pela empresa Terezinha Kupicki Simões – ME (ora vencedora) deveria apresentar o item 8.5-C, em seu nome ou em nome da empresa Investimóveis Empreendimentos S/A, senão vejamos:

> **8.5. DOCUMENTAÇÃO ESPECÍFICA:**
> **c) Comprovação de que o fornecedor dos agregados possui / tem disponibilizada balança rodoviária / serviço de pesagem com capacidade compatível a pesagem de agregados minerais, devendo o equipamento de pesagem possuir Certificado de verificação vigente, realizado e emitido por Órgão Delegados do INMETRO, em atendimento a portaria INMETRO nº. 163/2005.**

17. A ausência deste documento implica na desclassificação da empresa vencedora, pois não comprova que possui capacidade para fornecer o material objeto do pregão.

18. Não fosse só isso, o contrato apresentado pela empresa vencedora com a Investimóveis Empreendimentos S/A, determina na cláusula segunda, parágrafo único, que terá fim em dezembro/2021, ou seja, após dezembro/2021 a empresa vencedora não trouxe nenhum documento comprovando que possui capacidade técnica para fornecer os bens:

> *"a quantidade indicada nesta clausula é para utilização exclusiva no processo licitatório 2742/2021 (PP102/2021) da prefeitura municipal de Piên/PR no período de 2021"*

19. Ou seja, como o edital prevê o fornecimento de material pelo período de 12 meses (anexo I – item 3.4), resta comprovado que a empresa vencedora não comprovou a capacidade econômica de entregar o material pelo período descrito no edital.

20. Desta forma, resta comprovada a incapacidade econômica da empresa vencedora em cumprir com o objeto da licitação, pelo que deve ser desclassificada, afim de não colocar em risco o objetivo da administração pública em cumprir com suas obrigações perante os munícipes por ausência de material.

II. DOS PEDIDOS:

DIANTE DO EXPOSTO requer seja reconhecida a latente inabilitação da empresa vencedora do certame, implicando assim na sua desclassificação para fornecimento de saibro britado e pedra 4ª, considerando como vencedora a Recorrente que ficou em segundo lugar no certame, por ser medida de direito e salutar justiça.

Termos em que
Pede e espera deferimento.

São Bento do Sul/SC, 01 de novembro de 2021.

EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA
CNPJ sob nº 79.390.530/0001-43
MARCOS HEINZ MAAHS

MARCOS HEINZ MAAHS:00516556916

Assinado digitalmente por MARCOS HEINZ MAAHS:00516556916
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, OU=AC SOLUTI, OU=AC SOLUTI Múltipla, OU=20181735000176, OU=Certificado PF A3, CN=MARCOS HEINZ MAAHS:00516556916
Razão: Eu estou aprovando este documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2021-11-01 15:53:54
Foxit Reader Versão: 9.7.0

À Prefeitura Municipal
Depto. De Compras e Licitações
Pregão Presencial nº 102/2021

A empresa **TEREZINHA KUPICKI SIMÕES - ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 09.382.935/0001-49, localizada no endereço Rua Com. Boa Vista, s/nº, Bairro Boa Vista, CEP 83860-000, na cidade Piên/PR, neste ato representada pelo Sr. **JOSÉ ODÍLIO SIMÕES**, portador do RG nº 20144415 SSP/SC e inscrito no CPF sob o nº 601.580.509-91, através da advogada **VEIVIANE ALVES DOMINGOS**, brasileira, convivente, advogada inscrita na OAB - Seção do Paraná, sob o nº 75.274 e no CPF/MF nº 039.242.199-23 com escritório profissional situado à Rua Acre, nº 162, sala 03, Centro, CEP 83860-000, na cidade de Piên/PR, onde recebe intimações, citações e notificações, telefone (41) 9.9711-2704, e-mail: veiviane.adv@gmail.com, vem através apresentar:

CONTRARRAZÕES DE RECURSO ADMINISTRATIVO

Em razão do RECURSO apresentado no Pregão Presencial nº 102/2021 pela empresa **EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA,** pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob no 79.390.530/0001-43, com sede localizada na Localidade de Corredeira, s/no, Bairro Corredeira, na cidade e comarca de Campo Alegre/SC, neste ato representada por seu sócio administrador MARCOS HEINZ MAAHS, inscrito no CPF sob nº 005.165.569-16, pelas razões de fato e de direito a seguir apresentadas.

1. DO RESUMO DOS FATOS ALEGADOS NO RECURSO

Ambas as empresas participaram do Pregão Presencial nº 102/2021, cujo objeto foi o registro de preços para eventual aquisição de saibro e pedras para manutenção das vias públicas municipais, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no anexo I do Edital em questão.

Ao final da sessão a empresa **TEREZINHA KUPICKI SIMÕES – ME** sagrou-se vencedora dos itens 01, 02 e 04 licitados no referido certame, ao passo que a empresa **EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA,** ora recorrente, foi a vencedora para o item 03.

Ao final da sessão a empresa recorrente "demonstrou intenção de recurso, questionando quanto à documentação apresentada pelas empresas TEREZINHA KUPICKI SIMÕES – ME e PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA", como assim consta da Ata da Sessão Pública do certame em comento.

Em suma, a empresa recorrente alega que a empresa **TEREZINHA KUPICKI SIMÕES – ME** deveria ser inabilitada pelos seguintes motivos:

a) Alegou que a proposta de preços apresentada pela empresa em questão teria deixado de atender ao item 7.1.b do Edital;

b) Alegou que a Licença de Operação apresentada pela referida empresa estaria vencida e supostamente não teria sido solicitada a renovação da licença dentro de prazo previsto na legislação pertinente; e

Em tempo: CNPJ da Recorrida:
Nº 09.382.935/0001-54
Ass. Veiviane Alves Domingos

c) Alegou que o Atestado de Capacidade Técnica apresentado pela referida empresa não comprovaria a capacidade econômica da empresa vencedora em cumprir com o objeto da licitação.

Contudo, como se demonstrará a seguir tais alegações não merecem prosperar e o Recurso deverá ser INDEFERIDO pela Administração Pública de Piên/PR, como clara e urgente medida de justiça.

2. PRELIMINARMENTE: DA INADEQUAÇÃO DO RECURSO QUANTO À LEI DO PREGÃO (LEI FEDERAL nº 10.520/2002) E AO QUANTO ÀS DETERMINAÇÕES DO EDITAL E DA CONSEQUENTE INTEMPESTIVIDADE DO RECURSO

Inicialmente salienta-se que o RECURSO que ora se combate deve ser INDEFERIDO por estar em desacordo com o que exige a Lei do Pregão, bem como o Edital de Pregão Presencial nº 102/2021 e em divergência com as determinações dos Acórdãos do TCU e do TCE/PR.

Como é de conhecimento das empresas participantes no certame em questão, a intenção de apresentar recursos em processos licitatórios na modalidade PREGÃO deve ser imediata e motivada.

Ocorre que tais requisitos não foram exatamente observados pela empresa recorrente, pois em que pese tenha sido imediata, faltou a motivação quanto à necessidade de apresentação de recursos, deixando assim de atender ao disposto no Edital de Pregão Presencial nº 102/2021 e ao disposto na Lei do Pregão (Lei nº 10.520/2002).

Conforme se extrai da Leitura da Ata de Sessão Pública do certame em questão:

> "A Sra. Bruna Mirele Jantsch demonstrou intenção de recurso, **questionando quanto à documentação apresentada pelas empresas** TEREZINHA KUPICKI SIMÕES – ME e PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA, tendo sido informada pelo pregoeiro quanto ao prazo de recurso, a se encerrar na data de 03/11/2021 para apresentação do mesmo."

Nota-se que a motivação foi completamente vaga, pois deveria indicar quais documentos estariam desconformes em seu entendimento, não poderia ter sido aceita pelo pregoeiro a motivação de forma vaga e ampla como assim demonstrada pela recorrente, em clara desobediência ao que determina o edital e a própria Lei de Licitações.

Vejamos o que diz o Edital no item 20.1 e 20.2:

> 20. RECURSO ADMINISTRATIVO:
>
> 20.1. Por ocasião do final da sessão, a proponente que participou do PREGÃO ou que tenha sido impedida de fazê-lo, se presente à sessão, **deverá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer**.
>
> 20.2. Havendo intenção de interposição de recurso contra qualquer etapa/fase/procedimento do PREGÃO, **a proponente interessada**

> **deverá manifestar-se imediata e motivadamente a respeito,** procedendo-se, inclusive, o registro das razões em ata, juntando memorial no prazo de 03 (três) dias, a contar da ocorrência.

De igual forma assim prevê a Lei Federal nº 10.520/2002, em seu art. 4º, inc. XVIII:

> XVIII - **declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer,** quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

Ou seja, é evidente que há necessidade de motivação e que esta não pode se dar de forma vaga e generalizada como assim ocorreu! Pois, não tendo sido registrado em Ata quais documentos estariam desconforme a recorrente poderia a sua livre escolha, como assim o fez, decidir de forma posterior sobre o que exatamente iria recorrer, quando tal motivação deveria constar da Ata, não sendo possível que ficasse em aberto tal opção.

Destaca-se que a empresa demonstrou intenção de recorrer contra a habilitação de mais de uma empresa, devendo indicar expressamente quais os documentos de cada empresa que estariam, segundo sua ótica, em desconformidade com o Edital.

Portanto, uma vez que a recorrente apresentou motivação extremamente genérica, não apontando, em termos objetivos, qual exatamente seria a sua irresignação em relação a decisão do Pregoeiro de habilitar a empresa TEREZINHA KUPICKI SIMÕES – ME, a intenção deve ser rejeitada com base no edital e na Lei do Pregão.

Frisa-se que não há na Ata da Sessão Pública do Pregão nº 102/2021 qualquer menção ao item do edital que teria sido descumprido, assim como a empresa recorrente não demonstrou ou apontou qualquer nenhum equívoco (ainda que de modo superficial) na decisão do Pregoeiro de habilitar a empresa TEREZINHA KUPICKI SIMÕES – ME, enfim, não há nenhum traço de dialeticidade, o que se exige tanto pelo próprio edital quanto pela norma pertinente, qual seja a Lei Federal nº 10.520/2002.

Uma vez se tratando de pregão presencial, a intenção de recorrer, manifestada ao final da sessão, deve ser sempre motivada, sob pena de não se conhecer de recurso, já a apresentação de razões escritas, no prazo legal, é faculdade que se concede ao licitante recorrente, para melhor fundamentação das razões enunciadas verbalmente.

Por óbvio que a avaliação do recurso, deveria ser feita apenas com base nas razões enunciadas verbalmente, o que não se verifica no caso em tela, pois apenas as razões escritas apresentaram a real motivação, ou seja, como tais razões deveriam ter sido aduzidas no momento da sessão pública, tornando o recurso intempestivo, por tal desobediência à regra.

Nessa linha são as decisões, inclusive bem recentes do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR, vejamos:

> ACÓRDÃO Nº 2227/21 - Tribunal Pleno
> Representação da Lei nº 8.666/93. Pregão Eletrônico nº PG/SMGP 0188/2021. Aparente violação aos itens 10.2 e 10.2.1 do Edital. Ratificação de medida cautelar.

Válida é a lição do Mestre Marçal Justen Filho quanto à necessidade de motivação especifica:

> Lembre-se que **a interposição do recurso tem de ser motivada, o que exclui impugnações genéricas**. Ressalva-se, quanto a isso, o problema da nulidade absoluta, o que se voltará adiante. O recorrente disporá de três dias para formalizar a complementação das razões recursais. **Nesse sentido de complementariedade, aduz Vera Monteiro que "deve haver uma vinculação entre aquilo que o licitante indicou como sendo seu descontentamento com o pregão ao final da sessão e suas razões recursais. Somente os recursos que observarem esta regra é que podem ser conhecidos pela administração."** (grifei)

Portanto, resta evidenciado que a "intenção de recurso" apresentada pela recorrente foi registrada por ela de maneira totalmente genérica, ato inquestionavelmente incompatível com o sistema recursal licitatório e em franca violação ao edital do certame.

Vejamos também o que assina Joel de Menezes Niebuhr:

> "Os licitantes devem declinar, já na própria sessão, os motivos dos respectivos recursos. Dessa sorte, **aos licitantes é vedado manifestar a intenção de recorrer somente para garantir-lhes a disponibilidade de prazo, porquanto lhes é obrigatório apresentar os motivos dos futuros recursos. E, por dedução lógica, os licitantes não podem, posteriormente, apresentar recursos com motivos estranhos aos declarados na sessão. Se o fizerem, os recursos não devem ser conhecidos.** Obviamente, o licitante não precisa tecer detalhes de seu recurso, o que será feito, posteriormente, mediante a apresentação das razões por escrito. Contudo, terá que, na mais tênue hipótese, delinear seus fundamentos" (Joel Niebuhr, Pregão Presencial e Eletrônico, Ed. Fórum, 6ª Ed., p. 219).

Assim, se incumbia ao pregoeiro a verificação da tempestividade e existência de motivação, que, aparentemente foi apresentada pela recorrente e também caberia ao pregoeiro exigir da empresa que delimitasse suas motivações, explicando à mesma que não poderiam ser da forma genérica como assim foram, ou ainda, negar a intenção da empresa recorrente, com a consequente ratificação da declaração de vitória desta Recorrida.

Ressalta-se que o pregoeiro poderia indeferir liminarmente recurso, uma vez que a licitante a licitante recorrente apenas manifestou sua insatisfação, sem expor

razões ou fundamentos que de fato pudessem justificar a necessidade de revisão do ato administrativo, pois, tratando de pregão presencial, a mera intenção de recorrer sem a competente motivação não deve ser considerada nem processada como recurso, pois não o é!

Nesse sentido é o posicionamento do Tribunal de Contas da União – TCU, emanado no Acórdão nº 1440/2007:

> REPRESENTAÇÃO. ILEGALIDADE PRATICADA POR PREGOEIRO. IMPROCEDENDÊNCIA. 1.Compete ao pregoeiro verificar os requisitos de admissibilidade quando da manifestação da intenção de recorrer por parte de licitante, que será sempre objeto de novo exame quando da homologação da licitação pela autoridade superior. 2.Decisão do pregoeiro que negou seguimento a manifestação da intenção de recorrer não viola os princípios da ampla defesa e do contraditório, uma vez que contra esse ato cabe recurso, sem efeito suspensivo, à autoridade superior. (ACÓRDÃO TCU 1440/2007)

Frisa-se que o Acórdão acima trata de situação similar à combatida nestas contrarrazões, ou seja, motivação genérica quando da manifestação de se interpor recurso em Pregão.

Colhe-se também da jurisprudência do TCU:

> (...) **Quanto à atuação do interessado, não seria necessário, em sua manifestação do intuito de recorrer, esgotar os fundamentos de sua irresignação, mesmo porque os prazos concedidos pela normatividade são exíguos para esse fim, mas deveria ele, dentro do possível, "apresentar motivação que demonstre o mínimo da plausibilidade de seus argumentos, de sorte a justificar o seguimento do recurso".** Na espécie, como a recorrente manifestara-se, no momento de apresentar a intenção de recorrer, apenas afirmando que "a licitante declarada vencedora possivelmente não cumpriu com as exigências do edital" não evidenciara intenção motivada de recorrer em desfavor da empresa vencedora do certame, razão pela qual, no ponto, considerou acertada a decisão do pregoeiro em não dar andamento ao recurso, apresentando voto nesse diapasão, no que contou com a acolhida do Plenário.
>
> (Acórdão n.º 600/2011-Plenário, TC033.647/2010-0, rel. Min. José Jorge, 16.03.2011.) **(grifei).**

Também cabe trazer à tona a decisão abaixo, a qual julgou válida e legal a recusa da intenção de recursos em pregão pela vagueza do registro:

> ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO - Lei nº 10.520/2002 - INTENÇÃO DE RECORRER REJEITADA ANTE A AUSÊNCIA DE MOTIVAÇÃO - EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA - APELAÇÃO DESPROVIDA. (...) **2. A Lei nº 10.520/2002, em seu art. 4º, XVIII, exige que a intenção de**

> **recorrer seja motivada, devendo ser rechaçada a premissa de que a motivação deveria ser apresentada tão-somente por ocasião das razões de recurso. Tal exigência de motivo tem por finalidade obstar manifestações nitidamente protelatórias ou nas quais não haja interesse de agir. 3. A impetrante fundamentou sua intenção de recurso genericamente, de forma excessivamente vaga, sem apontar de maneira específica quais preceitos legais ou quais regras do edital foram efetivamente infringidos, o que ensejou a CORRETA RECUSA PELO PREGOEIRO.** (...)
>
> (TRF2: Apelação Cível nº 0007304-66.2009.4.02.5101. Relator: MARIA ALICE PAIM LYARD. Data: 29/08/2011). **(grifei)**

Com o devido respeito, destaca-se que é impossível o pregoeiro analisar a plausibilidade da motivação do recurso a ser interposto, quando tal motivação não é especificada, pois são inúmeros os documentos exigidos no Edital, logo, ao realizar a análise quanto à admissibilidade recursal, deveria o pregoeiro ter rejeitado o recurso de forma genérica.

Frisa-se ainda que a intenção de recurso foi quanto à documentação das empresas e o recurso apresenta também questionamento quanto à proposta de preços da empresa TEREZINHA KUPICKI SIMÕES – ME, sendo mais uma razão para sua inadmissibilidade e indeferimento.

Ressalta-se a determinação contida no art. 4º, inc. XX da Lei Federal nº 10.520/2002:

> **XX - a falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor;**

No caso concreto a recorrente se manifestou no prazo legal, ou seja, de forma imediata, contudo, não se pode considerar que motivou suas razões, eis que apresentou de forma genérica, sem qualquer indicação de itens que tenham sido desatendidos pela empresa vencedora da maioria do objeto licitado.

Portanto, por restarem ausentes os pressupostos recursais de "interesse" (utilidade/necessidade), "motivação" e "adequação", deve ser INDEFERIDO O RECURSO, como medida de correção dos vícios apontados nesta peça.

3. DO MÉRITO

Caso a Administração Pública do Município de Piên/PR entenda que deve analisar as razões recursais de mérito, o que não se acredita ante o exposto acima e o bom senso que se espera desse órgão público, bem como em decorrência da obediência à legislação pertinente que deve ser observada, passa-se a rebater cada uma das infundadas alegações da recorrente.

3.1. Do questionamento quanto à proposta de preços

Frisa-se que a intenção de interpor recursos apontada pela empresa recorrente se deu no seguinte sentido: "demonstrou intenção de recurso, questionando quanto à documentação

apresentada pelas empresas TEREZINHA KUPICKI SIMÕES – ME e PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA", **portanto, não faz qualquer menção à proposta de preços apresentada pela empresa licitante.**

Aliás, cumpre destacar que uma licitação se dá por fases e basta uma simples leitura da Ata de Sessão Pública para que se verifique que, conforme a sequência dos atos ali apontados, a intenção de apresentar recursos se deu de forma anterior à abertura das propostas de preços, vejamos o trecho abaixo do referido documento:

> "A Sra. Bruna Mirele Jantsch demonstrou intenção de recurso, **questionando quanto à documentação apresentada pelas empresas** TEREZINHA KUPICKI SIMÕES – ME e PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA, tendo sido informada pelo pregoeiro quanto ao prazo de recurso, a se encerrar na data de 03/11/2021 para apresentação do mesmo. As empresas apresentaram os preços ofertados em conformidade com previsão editalícia. **Iniciando-se a etapa de lancs verbais, os representantes credenciados tiveram a oportunidade de reduzir os preços ofertados nas propostas escritas".**

Portanto, a abertura das propostas de preços se deu de forma posterior à manifestação de recursos apresentada pela empresa recorrente e ao final da descrição desta fase **não há qualquer menção na Ata da Sessão Pública quanto à intenção de recursos em relação à proposta de preços apresentada pela empresa TEREZINHA KUPICKI SIMÕES – ME,** de forma que se mostra completamente INTEMPESTIVA tal alegação por parte da empresa recorrente, devendo ser de pronto rechaçada pela Administração Pública, por claro desatendimento ao art. 4º, inc. XVIII, da Lei 10520/2002 e aos itens 20.1. e 20.2 do Pregão Presencial nº 102/2021, os quais exigem a manifestação imediata e motivada!

Não obstante, a alegação de que a proposta de preços apresentado por esta recorrida deve ser desclassificada apenas por não conter os dados da empresa, como assim exigia o item 7.1.b do Edital em comento, se mostra infundada, pois se trata de um erro formal, que poderia ser corrigido inclusive no momento da própria licitação, se devidamente apontado/questionado durante o certame, bastando a empresa vencedora valher-se de uma caneta para informar na proposta os dados faltantes, não sendo motivo suficiente para desclassificação da proposta, que veio dentro de envelope devidamente identificado.

Há que se observar que a Administração Pública não deve engessar uma licitação a fim de levar a redução de seus competidores, devendo pautar-se sempre na razoabilidade e proporcionalidade, quando da análise a ser feita nas disputas licitatórias, buscando sempre a proposta mais vantajosa, evitando formalismos exagerados que venham a frustrar o caráter competitivo da licitação.

E justamente por possuir tal finalidade, ou seja, a busca pela proposta mais vantajosa, é que a licitação não poderá, em hipótese alguma, ser atravancada por exigências desarrazoadas que desfavoreçam a competição sob a égide de obtenção de "garantias" à Administração Pública.

Cumpre frisar que a proposta de preços passou também pelo crivo do pregoeiro, que não vislumbrou omissão capaz de ensejar sua desclassificação.

Caso o pregoeiro tivesse entendido pela inconsistência da proposta de preços deveria ter indicado na Ata da Sessão Pública seus motivos, como se extrai do descrito no item 9.1.d do Edital de Pregão Presencial nº 102/2021:

> 9.1. O certame será conduzido pelo Pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:
>
> (...)
> d) desclassificar propostas indicando os motivos;
> (...)

Repete-se o que foi dito acima, ou seja, a ausência de dados alegada pela empresa recorrente poderia ter sido facilmente corrigida pela recorrida durante a sessão pública, sendo sanado qualquer suposto vicio existente na proposta, contudo tais vícios não foram sequer apontados, nem pelo pregoeiro nem pela empresa recorrente, levando assim à preclusão desse direito, o que não lhe é permitido exercer de forma posterior.

Salienta-se que, ainda que o Pregão seja regido por Lei Específica, de forma subsidiária, naquilo que for omisso e não haja conflito se aplica a Lei Geral de Licitações, qual seja, a Lei Federal nº 8.666/1993.

Assim, é fundamental ressaltar que a Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei 8.666/93), prevê **a impossibilidade de desclassificação neste caso em seu artigo 43: § 5º Ultrapassada a fase de habilitação dos concorrentes (incisos I e II) e, uma vez abertas as propostas (inciso III), não cabe desclassificá-los por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.**

Vejamos o que prevê o dispositivo mencionado acima:

> Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:
> (...)
> § 5o Ultrapassada a fase de habilitação dos concorrentes (incisos I e II) e abertas as propostas (inciso III), não cabe desclassificá-los por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

Como já explanado, verifica-se pela leitura da Ata da Sessão Pública, que após a fase de habilitação se procedeu à abertura das propostas de preços e nenhum questionamento foi apontado em relação à proposta apresentada pela empresa TEREZINHA KUPICKI SIMÕES – ME, não sendo possível a desclassificação posterior de tal proposta por razões que a empresa recorrente teve a oportunidade de averiguar e evidenciar no momento do certame.

Assim, requer-se seja rejeitada qualquer alegação relativa à proposta de preços da empresa TEREZINHA KUPICKI SIMÕES – ME, **ante sua intempestividade e por força do disposto no art. 43, § 5º da Lei Federal nº 8.666/1993, ainda vigente.**

3.2. Do questionamento quanto à Licença de Operação

Alega a empresa recorrente que a empresa vencedora estaria com a Licença de Operação vencida e que não teria sido solicitada a renovação da mesma dentro do prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, pugnando pela inabilitação da mesma em razão desse argumento.

Ocorre que o embasamento legal utilizado pela empresa recorrente, qual seja, a Resolução CONAMA nº 237/1999 já não se encontra sequer vigente, haja vista sua revogação tácita pela Lei Complementar nº 140/2011.

Frisa-se que a regra da LC nº 140, ao abranger todas as licenças ambientais, revogou tacitamente a previsão contida na Resolução Conama 237/97 (artigo 18, parágrafo 4º), pois, diferentemente desta, não se limitou à licença de operação.

A LC nº 140/11, em seu art. 14, § 4º, assim disciplina:

> Art. 14. Os órgãos licenciadores devem observar os prazos estabelecidos para tramitação dos processos de licenciamento.
>
> (...)
>
> § 4º A renovação de licenças ambientais deve ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença, ficando este automaticamente prorrogado até a manifestação definitiva do órgão ambiental competente.

Contudo, o fato de a renovação da licença ter sido requerida após o prazo de 120 (cento e vinte) dias antes da data de expiração da mesma, não significa que a empresa esteja sem licença, pois, mesmo se requerida a renovação da licença, com mais de 120 dias de antecedência, ela ainda permanecerá válida, incluindo as suas condicionantes que possam ser de cumprimento continuado, até que o órgão licenciador se manifeste definitivamente sobre o pedido.

Destaca-se que a prorrogação, por si só, pressupõe extensão de vigência, ainda existente, para além de seu termo final original, ainda que requerida fora do prazo previsto no § 4 do art. 14 da LC nº 140/2011, contudo, nessa situação se torna qualificada, mas ainda assim órgão ambiental poderá decidir por aprovar a prorrogação, quando o prazo até então passado é computado no prazo máximo da licença renovada.

Caso o órgão ambiental opte pela negativa da renovação, a vigência da licença ambiental se esgota nesse ato, ou seja, quando da decisão negativa quanto à renovação, considerando que após tal ato não existirá mais licença ambiental amparando a atividade ou empreendimento, o que não se verifica no caso concreto, pois **enquanto o órgão ambiental não decidir sobre o pedido de renovação da Licença de Operação ela continuará válida, tendo sido ou não apresentada fora do prazo.**

Ressalta-se que a extensão da vigência até que saia nova decisão do órgão ambiental é justamente no sentido de dar continuidade ao licenciamento pela renovação da licença, o que serve apenas para ajustes eventualmente necessários, decorrentes de regras novas ou impactos ambientais.

Há que se considerar, portanto, que da data do pedido de renovação até uma eventual negativa da licença, o que ainda não existe por parte do órgão ambiental, não se pode considerar que a atividade ou empreendimento sejam irregulares, estando a referida licença vigente.

Diferente seria se a empresa recorrida tivesse feito a solicitação de renovação após ter expirado o prazo de validade da mesma, qual seja, 09/05/2021, o que não é o caso, pois como aduz a própria recorrente o pedido de renovação foi apresentado em 16/03/2020 e **a empresa recorrente não apresentou qualquer embasamento legal que estabeleça que as empresas devem paralisar suas atividades após o vencimento da Licença de Operação apenas em razão de a renovação ter sido solicitada após 120 dias.**

Também seria diferente se a empresa tivesse deixado de apresentar documento indicando que houve a solicitação da renovação por parte da Mineradora INVESTIMÓVEIS EMPREENDIMENTOS S.A., o que não se amolda ao caso em apreço, haja vista que a recorrida devidamente apresentou Declaração emitida pelo Instituto de Águas e Terras – IAT, dando conta que a referida mineradora efetuou o pedido de prorrogação da licença.

Destaca-se que em momento algum o Edital de Pregão Presencial exigia que se apresentasse pedido de renovação em consonância com o disposto na LC nº 140/2011 ou qualquer exigência quanto ao prazo de renovação a ser apresentado, portanto, o que se exigiu é que fosse apresentada licença válida e o pedido de prorrogação da licença, dentro ou fora do prazo, amplia sua validade até a data de decisão por parte do órgão ambiental competente.

O Edital assim exigiu no item 8.5.d:

> 8.5. DOCUMENTAÇÃO ESPECÍFICA:
> (...)
> d) Licença de Operação para Extração Mineral de Areia, original ou cópia autenticada, emitida por órgão ambiental competente, dentro da validade, com informações de registros junto ao DNPM (Departamento de Produção Mineral). A licença deverá estar em nome da empresa participante, no caso de empresa não mineradora e não produtora de matérias pétreas é obrigatório a apresentação dos documentos da empresa que fará a extração do material.

Portanto, o Edital de Licitação não fez nenhuma exigência quanto ao prazo em que deveria ter sido solicitada a renovação da licença ambiental, apenas exige a apresentação da mesma, o que foi devidamente cumprido pela empresa recorrida.

Não obstante tais situações, cabe mencionar que o Estado do Paraná através do Decreto nº 4.230, de 16 de março de 2020 estabeleceu diversas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus – COVID-19, dentre elas a suspensão de prazos e atividade em órgãos públicos.

Diversos são os atos normativos do Estado do Paraná que vinham mantendo a suspensão dos prazos junto ao IAT, inclusive para renovação das Licenças de Operação, tendo iniciado tal suspensão através da RESOLUÇÃO CONJUNTA SEDEST/INSTITUTO ÁGUA E TERRA Nº 013/2020, mais especificamente do art. 1º da referida norma, mantendo-se até o dia 08/03/2021, como se verifica na RESOLUÇÃO CONJUNTA SEDEST/INSTITUTO ÁGUA E TERRA Nº 04/2021.

Portanto, seria um rigorismo exacerbado inabilitar a empresa recorrida em razão desta ter apresentado pedido de renovação que tenha ultrapassado o prazo de 120 (cento e vinte) dias antes da expiração da Licença de Operação, quando o próprio Estado do Paraná emitiu diversas

normativas suspendendo os prazos para renovação de tais licenças durante o ano de 2020, como uma medida de prevenção ao Covid-19, ou seja, se o Estado do Paraná entendeu que não haveria prejuízos tais prorrogações além dos prazos inicialmente previstos em Lei, não se mostra razoável que o Município de Piên/PR avalie com rigor a situação em comento, haja vista que a data em que a empresa recorrida solicitou a renovação não traz qualquer prejuízo à Administração Pública do mesmo e tampouco ao certame em apreço, uma vez que continua válida a licença até então existente ante a apresentação do pedido de renovação feito antes do seu vencimento.

Alega a recorrente que a certidão apresentada pela recorrida não remeteria à Licença de Operação, tal alegação de não passa de uma inverdade, pois basta analisar o documento emitido pelo IAT para que se verifique que trata especificamente da Licença de Operação, senão vejamos:

INSTITUTO ÁGUA E TERRA

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DO TURISMO

DECLARAÇÃO 042/2021

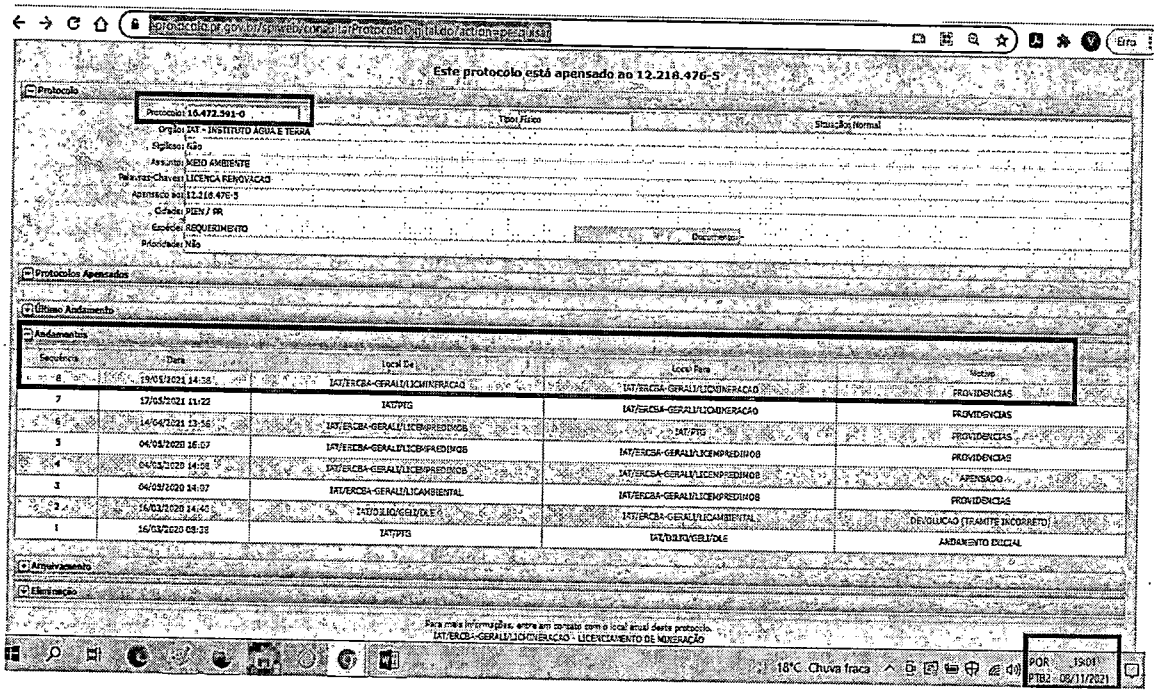
Declaramos para os devidos fins, que a empresa INVESTIMÓVEIS EMPREENDIMENTOS S/A., inscrita no CNPJ 77.161.461/0001-70, com sede localizada na Rua João Manuel, nº 243, 1º andar, sala 4, bairro São Francisco CEP 80.510-250, Curitiba – PR protocolou neste IAT, sob o protocolo nº 16.472.591-0, o requerimento de renovação da Licença de Operação para extração de serpentinito (ANM nº 820.521/1986) no Município de Piên– PR, o qual encontra-se aguardando análise técnica junto a este órgão.

Sem mais para o momento, estamos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Curitiba, 02 de setembro de 2021.

Portanto, o documento apresentado indica sem sombra de dúvidas que foi solicitada especificamente a renovação da Licença de Operação requerida pela mineradora que fornece os produtos para revenda pela empresa recorrida.

Em consulta ao sistema de protocolos do Estado do Paraná, através do site https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/consultarProtocoloDigital.do?action=pesquisar verifica-se que análise ainda está em andamento, encontrando-se sem movimentação desde a data de 19/05/2021. Vejamos:



Portanto, não qualquer negativa de renovação da licença de operação em questão, estando a última ainda vigente, por ter sido solicitada sua renovação antes da data de sua expiração, assim, diante dos argumentos acima apresentados e uma vez devidamente apresentado o protocolo de renovação de Licença de Operação que ainda se encontra em análise, a licença era válida ao tempo do certame.

Nesse sentido decidiu recentemente o TCE/PR, vejamos:

> ACÓRDÃO Nº 1470/21 - Tribunal Pleno
> Representação. Lei n. 8.666/1993. Tomada de Preço. Execução de pavimentação poliédrica. Licitante com a melhor proposta. Apresentação extemporânea de documentos. Desclassificação. Decisão conforme instrumento convocatório e princípios que orientam as licitações. Licitante classificada em 2.º lugar. Licença ambiental. Validade renovada. Adequação ao objeto licitado. Irregularidades não configuradas. Improcedência.

Abaixo trago à baila trecho específico do Acórdão acima apresentado:

> A ratificar que a licença era válida ao tempo do certame, o Município apresentou cópia do esclarecimento prestado por Engenheiro Ambiental do Instituto Água e Terra do Paraná, nos seguintes termos: "...devido Protocolo de Renovação de Licença de Operação que se encontra em análise, o mesmo é válido para o caso da Licitação" (sic).

Dessa forma, inequivocadamente se pode concluir que a insurgência quanto à validade da licença não procede e deve ser rejeitada por este Município, que deve ainda considerar que tal argumento é intempestivo por não ter sido motivado da forma correta no momento da sessão pública do certame em questão.

3.3. Do questionamento quanto ao Atestado de Capacidade Técnica

A recorrente questionou ainda quanto ao Atestado de Capacidade Técnica apresentado pela empresa recorrida, porém, também de forma intempestiva, já que não mencionou tal suposta desconformidade em suas razoes recursais que deveriam ter sido imediatas e motivadas.

Aduz a recorrente que o Atestado de Capacidade Técnica apresentado pela vencedora e fornecido pelo Departamento de Licitações e Compras do Município de Rio Negro/PR, cita que a empresa apresentou a execução dos serviços referentes a Ata de Registro de Preços de nº 166/2021 – Referente ao Pregão registro de Preços nº 054/2021 de 05/07/2021, onde consta que a empresa já forneceu todo o material aprovado para aquele certame, totalizando 27.000m³.

Alega ainda que, considerando que a Portaria nº 261/2018 da ANM, a qual altera a unidade de padrão de medida para toneladas, não teria sido observada naquele certame, a empresa deveria entregar mais de 40.000 toneladas.

Porém, basta uma análise detida sobre o Atestado de Capacidade Técnica da empresa recorrida para que se perceba que as alegações da empresa recorrente quanto ao mesmo, além de serem intempestivas por não terem sido alegadas no momento da sessão pública do certame, não passam de "jus sperniandi" por parte da recorrente.

Ora, o Atestado apresentado em nenhum momento diz que a recorrida teria entregue todo o material licitado no último pregão (Pregão nº 054/2021) do Município de Rio Negro/PR, o qual ainda permanece válido e a empresa ainda tem prazo para entrega dos itens caso solicitados pelo Município contratante.

Conforme se verifica no Edital de Licitações do Pregão nº 054/2021 do Município de Rio Negro/PR, disponível no link as seguintes quantidades foram licitadas:

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 54/2021
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
(Processo Administrativo n.º 170/2021)

I. DO OBJETO

AQUISIÇÃO DE CASCALHO E SAIBRO BRITADO 4A, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumento:

ITENS DE AMPLA PARTICIPAÇÃO

Item	Qtde	Un	Especificação	Preço Máx. Unitário	Preço Máx. Total
1	13.000,00	M³	SAIBRO BRITADO 4 A. Material a ser entregue no Centro de Serviços Motocross.	76,86	999.180,00
2	6.600,00	M³	SAIBRO BRITADO 4 A. Material a ser retirado, carregado no caminhão pelo munícipio, em um raio não superior a 25 km do Centro de Serviços Motocross.	54,35	358.710,00
3	3.900,00	M³	CASCALHO. Cascalho a ser entregue no Centro de Serviços Motocross.	67,69	263.991,00
4	3.800,00	M³	CASCALHO. Cascalho a ser retirado pelo município em um raio não superior a 25 km do Centro de Serviços Motocross	40,32	153.216,00
5	8.800,00	M³	SAIBRO BRITADO 4 A. Material a ser entregue na Sub Prefeitura, Lageado do Vieiras.	63,81	561.528,00
6	4.500,00	M³	SAIBRO BRITADO 4 A. Material a retirar carregado no caminhão, em um raio não superior a 25 km, da Sub Prefeitura, no Lageado dos Vieiras.	45,96	206.820,00
7	3.800,00	M³	CASCALHO. Material a ser entregue na Sub Prefeitura, Lageado dos Vieiras.	59,21	224.998,00
8	3.800,00	M³	CASCALHO. Material a ser retirado carregado no caminhão, em um raio não superior a 25 km da Sub Prefeitura do Lageado dos Vieiras	42,44	161.272,00

Fonte: file:///C:/Users/User/Downloads/Processo%20n%C2%B0%20170%20-%20PE%20054%20(parte%20I).pdf

O Atestado de Capacidade Técnica por sua vez afirma que a empresa teria executado os serviços nas seguintes quantidades:

Ata Registro de Preços nº 166/2021 – Referente Pregão Registro de Preços nº 054/2021

Item	Qtde	Un.	Especificação
5	8.800,00	M³	SAIBRO BRITADO 4 A. - Material a ser entregue na Sub Prefeitura, Lageado dos Vieiras.
6	4.500,00	M³	SAIBRO BRITADO 4 A. - Material a retirar carregado no caminhão, em um raio não superior a 25 km, da Sub Prefeitura, no Lageado dos Vieiras.
7	3.800,00	M³	CASCALHO. - Material a ser entregue na Sub Prefeitura, Lageado dos Vieiras.
8	3.800,00	M³	CASCALHO. - Material a ser retirado carregado no caminhão, em um raio não superior a 25 km da Sub Prefeitura do Lageado dos vieiras.
9	1.000,00	M³	SAIBRO BRITADO 4 A. -Material a ser entregue, no Centro de Serviços Motocross.
13	1.200,00	M³	SAIBRO BRITADO 4 A. - Material a ser entregue na Sub Prefeitura, Lageado dos Vieiras.
14	1.500,00	M³	SAIBRO BRITADO 4 A. - Material a retirar carregado no caminhão, em um raio não superior a 25 km, da Sub Prefeitura, no Lageado dos Vieiras.
15	1.200,00	M³	CASCALHO. - Material a ser entregue na Sub Prefeitura, Lageado dos Vieiras.
16	1.200,00	M³	CASCALHO. - Material a ser retirado carregado no caminhão, em um raio não superior a 25 km da Sub Prefeitura do Lageado dos Vieiras.

Portanto, a empresa recorrida ainda poderá complementar as quantidades solicitadas pelo Município de Rio Negro/PR, haja vista que a Ata de Registro de Preços foi emitida com validade de 12 (doze) meses e se estenderá até meados de 2022.

Não obstante cumpre frisar que o Atestado de Capacidade Técnica, emitido por outro Órgão Público, faz referência não apenas a um processo licitatório cumprido pela recorrida, mas sim a diversos processos nos quais participou de 2017 a 2021, reforçando ao final que a referida empresa sempre entregou todos os itens, informando ao final que a empresa sempre entregou todos os produtos licitados, com qualidade, atendendo à especificações técnicas e ainda dentro dos prazos estabelecidos, nada existindo que a desabone.

Assim consta do item 8.4.a do Edital em comento:

> 8.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:
> a) Comprovação através de Atestado(s) ou Certidão(ões) de Capacidade Técnica, no mínimo, por 01 (um) órgão público ou privado, de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação;
> (...)

Ora, o atestado fornecido pelo Município de Rio Negro/PR atende e ultrapassa as exigências acima apresentadas, não existindo nada no mesmo que possa invalidar tal comprovação.

Cumpre ainda destacar que a PORTARIA Nº 261, DE 29 DE MARÇO DE 2018 da ANM, evidenciada pela recorrente em suas razões recursais, assim prevê no art. 1º:

> Art. 1° O art. 34 da Consolidação Normativa do DNPM, aprovada pela Portaria n° 155, de 12 de maio de 2016, que passa a vigorar com a seguinte redação:

> "Art. 34. A unidade de medida padrão para lançamento das informações sobre as substâncias minerais de que trata o art. 1° da Lei n° 6.567, de 24 de setembro de 1978, em todos os documentos técnicos apresentados ao DNPM, nas notas fiscais, nos recibos e outros documentos de registro da primeira alienação do bem mineral é a tonelada.
>
> **§1° O disposto no caput deste artigo não impede a utilização de outros padrões, inclusive medidas de volume, na efetiva negociação de compra e venda, desde que os documentos técnicos e de registro da primeira alienação contenham, no mínimo, a descrição do produto mineral em tonelada.**

Portanto, inexiste a alegada obrigatoriedade de fornecimento apenas em toneladas, sendo o Órgão Público licitante livre para definir a unidade de medida que melhor atende ao interesse público visado na licitação, a qual nem sempre será em toneladas.

Em relação à alegação de que o contrato entre a titular do processo minerário e a empresa mineradora (Investimóveis Empreendimentos S/A) citaria na cláusula segunda "um valor de 21.000 toneladas para o ano de 2021 resultando em uma produção mensal de 10.500 toneladas/mês, isso para os meses de novembro e dezembro", cumpre informar que o referido instrumento estabelece um LIMITE DE FORNECIMENTO PELA MINERADORA e não UMA QUANTIDADE OBRIGATÓRIA A SER ENTREGUE, pois a referida cláusula assim prevê:

> **CLÁUSULA SEGUNDA:** a **VENDEDORA** se compromete a fornecer à **REVENDEDORA**, na sua jazida, o material denominado "**Pedra Britada**" **até o limite de 21.000 t (Vinte e Uma Mil) toneladas.**

Portanto, a alegação da recorrente em nada serve para invalidar a comprovação técnica apresentada pela empresa recorrida, pois não apresenta nenhum argumento plausível ou embasamento legal para que o atestado de capacidade técnica seja rejeitado pelo Município licitante.

Quanto à exigência de que a licitante deveria possuir balança rodoviária, acredita-se que a licitante recorrente não tenha observada a ERRATA do Edital de Pregão Presencial nº 102/2021, publicada pelo Município na data de 15/10/2021, alterando o mesmo e retirando tal exigência, a qual estava em desconformidade com a PORTARIA Nº 261, DE 29 DE MARÇO DE 2018 da ANM, mais especificamente em relação ao disposto no art. 1º da referida Portaria, devendo ser rejeitada tal alegação sobre a ausência de balança, pois a licitante recorrida não estaria obrigada a cumprir tal exigência e a mesma foi retirada do edital.

Também não merece prosperar que o contrato entre a mineradora Investimóveis e a licitante recorrida teria seu término em dezembro de 2021, pois está expressamente previsto no cláusula quarta do contrato em questão que o mesmo **"irá vigorar pelo prazo de um ano ou pelo fornecimento da quantidade descrita na Cláusula Segunda, o que vier antes,** obedecidas as condições estipuladas no referido na Cláusula Terceira."

Portanto, o prazo descrito na cláusula segunda não se configura no prazo de vigência do contrato entre a licitante recorrida e a fornecedora dos produtos revendidos pela mesma, pois

tendo sido ele firmado em 18/10/2021, estaria válido até 18/10/2022 ou até que fosse fornecida a quantidade de 21.000 toneladas.

O prazo descrito na cláusula segunda se refere ao prazo em que a empresa vendedora deveria entregar no ano de 2021, mas não significa que no ano de 2022 não seriam fornecidos os itens à empresa recorrida, em especial porque, não se vislumbra que a Prefeitura de Piên possa utilizar em apenas 02 (dois) meses a quantidade máxima de 21 mil toneladas e também porque de acordo com cláusula quarta, o contrato permanecerá vigente até 18/10/2022 ou até que tal quantidade seja fornecida.

Assim, diante do exposto acima, se demonstra de forma inequívoca que não há nada que desabone a comprovação técnica apresentada pela empresa TEREZINHA KUPICKI SIMÕES – ME, o que, somado ao fato de que qualquer alegação quanto à capacidade técnica da empresa recorrida deveria ter sido feita de forma imediata e motivada no momento da sessão pública do Pregão Presencial nº 102/2021 e não foi, enseja-se a necessária rejeição de tal argumento apresentado pela recorrente.

4. DOS PEDIDOS

Ante o exposto, ratificando-se tudo o aquilo que acima se expôs, a recorrida TEREZINHA KUPICKI SIMÕES – ME requer a Vossas Senhorias que recebam as presentes contrarrazões, acolhendo-as, a fim de que:

a) Preliminarmente, negar conhecimento ao recurso interposto, ante a ausência de motivação da intenção de recurso apresentada, por desatender, principalmente, o que determina o art. 4º, inc. XVIII, da Lei 10520/2002 e aos itens 20.1. e 20.2 do Pregão Presencial nº 102/2021.

b) No mérito, caso enfrentado, o que não se acredita, seja NEGADO PROVIMENTO ao recurso interposto pela empresa EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA, sendo rejeitadas as alegações por serem totalmente imotivadas e, portanto, em desacordo com o art. 4º, inc. XVIII, da Lei 10520/2002 e aos itens 20.1. e 20.2 do Pregão Presencial nº 102/2021 e também por ter sido demonstrado em cada alegação que se tratam de situações infundadas e injustas, mantendo-se incólume o resultado do certame, adjudicando-se os objetos, por conseguinte, a Recorrida TEREZINHA KUPICKI SIMÕES – ME, homologando-se o resultado do certame.

Nestes termos.
Pede deferimento.

Piên/PR, 09 de novembro de 2021.

VEIVIANE ALVES DOMINGOS
ADVOGADA
OAB/PR nº 75.274

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: Empresa **TEREZINHA KUPICKI SIMÕES - ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 09.382.935/0001-49, localizada no endereço Rua Com. Boa Vista, s/nº, Bairro Boa Vista, CEP 83860-000, na cidade Piên/PR, neste ato representada pelo Sr. **JOSÉ ODÍLIO SIMÕES**, portador do RG nº 20144415 SSP/SC e inscrito no CPF sob o nº 601.580.509-91.

OUTORGADA: VEIVIANE ALVES DOMINGOS, brasileira, convivente, advogada inscrita na OAB - Seção do Paraná, sob o nº 75.274 e no CPF/MF nº 039.242.199-23 com escritório profissional situado à Rua Acre, nº 162, sala 03, Centro, CEP 83860-000, na cidade de Piên/PR, onde recebe intimações, citações e notificações, telefone (41) 9.9711-2704, e-mail: veiviane.adv@gmail.com

PODERES: O Outorgante confere e outorga amplos poderes para a outorgada, para representa-lo perante Órgãos Públicos, no que se referir à participação do outorgante em licitações, tanto na modalidade presencial quanto eletrônica, com poderes para tomar qualquer decisão durante todas as fases do certame em que estiver participando, inclusive apresentar todas as declarações solicitadas no processo licitatório, apresentar os envelopes de proposta de preços e documentos de habilitação em nome da outorgante, formular por escrito e/ou verbalmente os valores a serem ofertados no certame, bem como em lances ou ofertas em etapa de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na etapa de lance, negociar a redução de preços, apresentar impugnações ou recursos, bem como desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão da qual estiver participando, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão quando necessário, **apresentar contrarrazões de recurso,** assinar a ata da sessão pública, contratos e ou atas de registro de preços, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo(a) Pregoeiro(a) ou Presidente da Comissão de Licitações, enfim, praticar os demais atos pertinentes ao certame em que esteja participando, em nome da outorgante.

Este instrumento é válido até 31/12/2022.

Piên/PR, 08 de novembro de 2021.

JOSÉ ODÍLIO SIMÕES
RG nº 20144415 SSP/SC
CPF sob o nº 601.580.509-91.

Em tempo. CNPJ do Outorgante: 09.382.935/0001-49
Adv. Veiviane Alves Domingos.

Advocacia Veiviane Alves
Veiviane Alves – Advogada - OAB/PR nº 75.274
E-mail: veiviane.adv@gmail.com - Fone/Whatsapp: (41) 9.9711-2704

Prefeitura Municipal de Piên
Estado do Paraná

PREGÃO PRESENCIAL Nº 102/2021
Protocolo nº 2734/2021
Tipo: Menor Preço por Item

JULGAMENTO E DECISÃO DO PREGOEIRO SOBRE RECURSO ADMINISTRATIVO

O Pregoeiro, nomeado por meio da Portaria nº 496/2021, no uso de suas atribuições legais, apresenta a decisão sobre o recurso administrativo interposto por EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF sob o nº 79.390.530/0001-43, acerca da sua desclassificação no certame, cujo o Objeto se trata de " **Registro de Preços para eventual aquisição de saibro e pedras para manutenção das vias públicas municipais, conforme solicitação da Secretaria de Viação e Serviços Rodoviários** ".

1. DO RELATÓRIO

Aos vinte e seis dias do mês de outubro de 2021, se deu a sessão de Pregão Presencial nº 102/2021, na sede da Prefeitura Municipal de Piên, na qual a empresa proponente **EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA** declinou a oferta de novos lances por entender que não seria economicamente vantajoso a si (ou exequível), oferta inferior à apresentada pela contraparte, a saber, **TEREZINHA KUPICKI SIMÕES - ME**, CNPJ nº: 09.382.935/0001-54, que após verificação, o pregoeiro considerou habilitada. Porém com intenção de recurso manifestado pela concorrente.

O Pregoeiro, com fulcro no Art. 4º, Inciso XVIII, da Lei Federal 10.520/2002, aguardou pelo prazo de dias úteis informado em sessão para formulação do recurso intencionado.

A impetrante apresentou recurso no dia 1º de novembro.

A peça recursal foi encaminhada aos demais licitantes, por meio eletrônico, em 3 de novembro de 2021, momento em que a contraparte foi intimada a contrarrazoar.

A licitante **TEREZINHA KUPICKI SIMÕES - ME** apresentou, tempestivamente, contrarrazões ao recurso interposto.

É o relatório.

2. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

O Recurso foi manifestado imediata e motivadamente, pelo representante na condição de procurador da empresa, conforme determina o Art. 4°, XVIII, da Lei Federal 10.520/2002.

> *XVIII - declarado o vencedor, **qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer**, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;*

O recurso foi apresentado por via eletrônica, dentro do prazo legal conforme o estabelecido na lei 10.024/19 do governo federal:

> *Art. 44. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.*

3. DAS RAZÕES DO RECURSO

A recorrente, em síntese, questiona que,

1. Quanto a documentação constante no **Envelope n° 1 (Proposta de Preços)**: "(...) esta não respeitou as determinações constantes no edital".

2. Quanto a licença de operação: "Compulsando-se dos documentos apresentados pela vencedora, é notável perceber que a Licença de Operação nº 24.211 venceu em 09/05/2020. De acordo com a Resolução do CONAMA nº 237/1997, o protocolo de renovação deve ser apresentado com antecedência de 120 dias do vencimento."

3. Quanto ao Atestado de Capacidade Técnica a empresa **EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA** alega ter constatado diversas irregularidades quanto ao contrato estabelecido com a empresa Investimóveis Empreendimentos S/A, no que diz respeito principalmente à vigência, unidades de medida, quantidades de fornecimento e pesagem.

Portanto,

"Requer seja reconhecida a latente inabilitação da empresa vencedora do certame (...)."

Solicita desta forma, ao pregoeiro, que reconsidere a decisão, anulando todos os atos posteriores a habilitação da empresa a qual recurso se refere.

A recorrente alega que atende aos termos do edital e que deve ser considerada a vencedora do certame.

4. DAS CONTRARRAZÕES

A licitante **TEREZINHA KUPICKI SIMÕES - ME**, em suas contrarrazões, alega que:

1. A intenção de recurso conforme informada em Ata é insuficiente para caracterizar análise do mesmo, pois a empresa recorrente, equipe de apoio e pregoeiro faltaram com especificidade de motivações.

2. Quanto a documentação apresentada juntamente com a proposta de preços: "Há que se observar que a Administração Pública não deve engessar uma licitação a fim de levar a redução de seus competidores, devendo pautar-se sempre na razoabilidade e proporcionalidade, quando da análise a ser feita nas disputas licitatórias, buscando sempre a proposta mais vantajosa, evitando formalismos exagerados que venham a frustrar o caráter competitivo da licitação."

3. Quanto à Licença de Operação, alega e cita que: "(...) a resolução CONAMA nº 237/1999 já não se encontra sequer vigente". "Frisa-se que a regra da LC nº 140, ao abranger todas as licenças ambientais, revogou tacitamente a previsão contida na resolução Conama 237/97 (...)". Justifica-se, "o fato de a renovação da licença ter sido requerida após o prazo de 120 (cento e vinte) dias antes da data de expiração da mesma, não significa que a empresa esteja sem licença, pois, mesmo se requerida a renovação da licença, com mais (entenda, menos) de cento e vinte dias de antecedência, ela ainda permanecerá válida (...)". Reforça, afirmando que "(...) enquanto o órgão ambiental não decidir sobre o pedido de renovação da Licença de Operação ela continuará válida, tendo sido ou não apresentada fora do prazo."

4. Quanto ao Atestado de Capacidade Técnica, a referida empresa alega que: no atestado não consta informação de que todo o quantitativo já teria sido entregue, e que o mesmo é válido dentro da situação de prazo ou entrega, o que antes ocorrer. E menciona que "(...) o Atestado de Capacidade Técnica, emitido por outro órgão público, faz referência a não apenas um processo licitatório cumprido pela recorrida, mas sim a diversos processos nos quais participou de 2017 a 2021, reforçando ao final que a recorrida sempre entregou todos os itens, com qualidade, atendendo à especificações técnicas e ainda dentro dos prazos estabelecidos, nada existindo que a desabone."

Segundo a recorrida, o pregoeiro deve negar conhecimento ao recurso interposto. Em caso de enfrentamento,

Solicita rejeição às alegações da recorrente e que o pregão prossiga com o resultado determinado em sessão.

5. DOS FUNDAMENTOS E DECISÃO

Primeiramente, Informo que foi aberta diligencia junto ao IAT, no qual respondeu via e-mail o questionamento da prefeitura quanto a LO da empresa INVESTIMOVEIS:

> *"A empresa não está com a licença vigente.*
> *O pedido de renovação está tramitando, Aguardo análise técnica"*
> *Isabela Zanon Lourenco Domingues - IAT*

Considerando o e-mail respondido bem como a frase clara do órgão IAT **"A empresa não está com a licença vigente":**

Considerando que em qualquer extração de pedras a empresa deve ter a licença do órgão competente.

Analisando as informações fornecidas pelas proponentes referidas por recorrente e recorrida, amparado pelos termos da lei e orientado pelo disposto parecer técnico do órgão fiscalizador, o pregoeiro municipal apresenta esclarecimentos a sua decisão:

Habilitar a empresa após obter está informação do órgão técnico seria um tanto quanto equivocado, o edital solicita a Licença de operação.

Entendo ainda que por apenas por este motivo a empresa já está inapta, por tanto se aprofundar em outros pontos citados seria um tanto quanto redundante

6. CONCLUSÃO

Ante os fatos, em estrita conformidade com os princípios da legalidade, da probidade administrativa e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, e com fulcro no princípio da autotutela, que dá à Administração Pública o poder de controlar os próprios atos, DEFIRO o recurso interposto pela empresa **EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA** e, fica considerada INAPTA a empresa **TEREZINHA KUPICKI SIMÕES - ME** , com base nos fundamentos aqui expostos.

Encaminho este ofício para o Prefeito Municipal para que emita parecer. O mesmo será informado de toda a situação bem como terá acesso a todos os documentos.

Independente da decisão do Prefeito, nesta prefeitura municipal não cabem mais recursos.

Em anexo segue o e-mail enviado ao IAT e sua resposta, recurso e contrarrazões.

Após, publique-se a decisão para que o processo siga com seu andamento.

Abaixo assinam o Pregoeiro, e o responsável pelo Departamento de Compras e Licitações, que faz parte da equipe do apoio do pregoeiro e teve participação nesta resposta.

Piên/PR, 29 de novembro de 2021.

Marco Aurélio Melenek
Pregoeiro Municipal

Eduardo Duarte Scheivaraski
Departamento de Licitações e Compras

SAMIR CHAMBELA ROCHA

De: Isabela Zanon Lourenco Domingues <isabelazanon@iat.pr.gov.br>
Enviado em: segunda-feira, 29 de novembro de 2021 14:41
Para: SAMIR CHAMBELA ROCHA
Assunto: Fw: Fw: Esclarecimento - licença de operação Prefeitura de Piên
Anexos: licen%C3%A7a_de_opera%C3%A7%C3%A3o_investimoveis-IAP.pdf

Boa tarde Samir,

A empresa não está com a licença vigente.
O pedido de renovação está tramitando, aguardando análise técnica.

Atenciosamente,

Isabela Zanon Lourenço Domingues Geóloga - Residente Técnica Escritório Regional de Curitiba - ERCBA Setor de Mineração (41) 3213-3445 isabelazanon@iat.pr.gov.br Rua Engenheiro Rebouças, 1375 Rebouças | Curitiba/PR | CEP 80215-100

---------- Mensagem encaminhada ----------
Remetente: "ERCBA IAP Curitiba" <iapcuritiba@iat.pr.gov.br>
Data: 29/11/2021 13:51 (25 minutos atrás)
Assunto: Fw: Esclarecimento - licença de operação Prefeitura de Piên
Para: "Isabela Zanon Lourenco Domingues" <isabelazanon@iat.pr.gov.br>
Boa tarde,

Segue email.

Atenciosamente,

Escritório Regional de Curitiba / Chefia (41) 3213-3400iapcuritiba@iat.pr.gov.br Rua Engenheiro Rebouças, 1375 Rebouças | Curitiba/PR | CEP 80215-100

---------- Mensagem encaminhada ----------
Remetente: "SAMIR CHAMBELA ROCHA" <samir.rocha@pien.pr.gov.br>
Data: 29/11/2021 13:40 (1 minuto atrás)
Assunto: Esclarecimento - licença de operação Prefeitura de Piên
Para: "iapcuritiba@iat.pr.gov.br" <iapcuritiba@iat.pr.gov.br>

Boa tarde,

Conforme contato via telefone, gostaria de sanar um questionamento em nome da Prefeitura Municipal de Piên.

A empresa Investimóveis Empreendimentos S/A CNPJ nº 77.161.461/0001-70 apresentou licença vencida com e o protocolo não respeita os 120 dias da lei, conforme anexo.

A empresa está com a licença válida (apta para operação)?

Atenciosamente,

Comissão de Licitações

Samir Chambela Rocha

(41)3632-1136 – Ramal 2251

Departamento de Licitações e Compras

Prefeitura Municipal de Piên

Prefeitura Municipal de Piên

Estado do Paraná

PREGÃO PRESENCIAL Nº 102/2021
Protocolo nº 2734/2021
Tipo: Menor Preço Global

DECISÃO DO PREFEITO MUNICIPAL REFERENTE A RECURSO ADMINISTRATIVO

Eu, Maicon Grosskopf, na qualidade de Prefeito do município de Piên/PR, fui devidamente informado dos acontecimentos do Pregão Presencial nº 102/2021.

Considerando o recurso apresentado bem como a decisão do pregoeiro e ainda respeitando os termos da lei 8.666/93, 10.520/2002 e Decreto 10.024/2019, apresento a decisão.

DEFIRO o recurso interposto pela empresa **EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA** e, fica considerada **INAPTA** a empresa **TEREZINHA KUPICKI SIMÕES - ME.**

Piên/PR, 29 de novembro de 2021.

Maicon Grosskopf
Prefeito Municipal

Protocolo n°: 2734/2021 Requerente: Secretaria de Viação e Serviços Rodoviários

Ref.: Registro de Preços para eventual aquisição de saibro e pedras para manutenção das vias públicas municipais, conforme solicitação da Secretaria de Viação e Serviços Rodoviários.

Ao Jurídico,

Para análise e parecer da homologação, considerando que o recurso apresentado foi devidamente respondido.

Prefeitura de
PIÊN

Procuradoria
Jurídica

Protocolo Equiplano: 2734/2021
Requerente: Secretaria Municipal de Viação e Serviços Rodoviários.
Objeto: *Pregão Presencial nº 102/2021- Registro de Preços para eventual aquisição de saibro e pedras graduadas para manutenção das vias públicas municipais (...).*

Parecer Jurídico

1. Relatório

Apresenta-se para parecer derradeiro desta procuradoria jurídica análise de legalidade referente ao processo licitatório administrativo em tela, conforme objeto do requerimento da secretária municipal, diante da apresentação de termo de referência, declaração de existência de dotação orçamentária e recursos financeiros atestada pelo secretário Claudemir José de Andrade e o contador José Luiz Barros.

Foi procedida a juntada do ato de designação do Pregoeiro e Equipe de Apoio (Portaria 496, de 06 de maio de 2021). Realizado o pregão presencial em 26 de outubro de 2021, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Piên, conforme ata anexada.

Da sessão, foi apresentado um recurso o qual foi devidamente admitido, sendo concedido o direito de ampla defesa e contraditório aos interessados em contrarrazões, havendo sido proferida decisão de mérito pelo pregoeiro municipal alicerçada na legislação vigente.

Recebo o processo para análise de cumprimento de requisitos legais.

2. Parecer Jurídico

Inicialmente vislumbramos que a modalidade licitatória utilizada no presente processo pela Comissão de Licitações é a mesma que foi orientada no parecer jurídico. Ademais, cumpre ressaltar que, cabe tão somente a Comissão de Licitações a condução do procedimento licitatório em todos os seus atos, tendo os seus membros a responsabilidade de examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos ao cadastramento de licitantes e análise de certidões quanto a veracidade e vigência.

Também compete a Comissão de Licitações o julgamento das propostas conforme a regra do edital de convocação, a verificação da adequação do preço ao valor praticado no mercado, o registro de todos os acontecimentos em ata, a desclassificação de propostas desconformes ou incompatíveis, bem como, coibir qualquer conduta antijurídica ou ilegal no processo, conforme o art. 43 da Lei 8666/93, podendo a qualquer tempo realizar diligências destinadas a esclarecer ou complementar o processo.

Sendo assim, a este parecerista resta aqui tão somente a análise de legalidade da licitação dentro dos contornos jurídicos, especialmente quanto aos Princípios Constitucionais, especialmente os que regem a Administração Pública, também da Lei 8.666/93 e, das regras do Pregão insculpidas no Decreto Nº 3.555, de 8 de agosto de 2000, portanto **o presente estudo não pode avançar sobre questões técnicas de competência exclusiva da Comissão de Licitações.**

Prefeitura de
PIÊN

Procuradoria
Jurídica

Neste sentido, havendo o processo transcorrido dentro da legalidade, **não resta outra providência senão opinar pela regularidade deste, estando o mesmo apto a ser encaminhado para os atos de homologação e adjudicação pela autoridade competente.**

No que tangencia a emissão de parecer proferido por advogado no processo administrativo, cabe destacar que o mesmo apresenta natureza apenas opinativa, verdadeiro controle preventivo de legalidade, sendo o Administrador/gestor, destinatário da consulta jurídica, responsável pela edição do ato decisório final.

É o parecer. S.M.J

Piên, 30 de novembro de 2021.

Calebe França Costa
Procurador Jurídico
OAB/PR 61.756

Equiplano

Prefeitura Municipal de Piên - 2021

Classificação por Fornecedor

Pregão 102/2021

Item	Produto/Serviço	UN.	Quantidade	Status	Marca	Modelo	Preço Unitário	Preço Total	Sel
Fornecedor: 11779-0 EXTRACAO DE AREIA FUNDAO LTDA - EPP	**CNPJ: 79.390.530/0001-43 Telefone:**			**Status: Classificado**				634.300,00	
Email:									
Lote 001 - Lote 001								634.300,00	
001 23412 SAIBRO BRITADO, DENSIDADE 1,50		TN	12.000,00	Classificado			26,00	312.000,00	*
002 23411 PEDRA 4A, DENSIDADE 1,45		TN	5.000,00	Classificado			29,20	146.000,00	*
003 23413 ARENITO BRITADO (AREIÃO)		TN	5.000,00	Classificado			35,26	176.300,00	*
Fornecedor: 8-6 PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA	**CNPJ: 76.378.793/0001-49 Telefone: (047)6350225**			**Status: Classificado**				108.000,00	
Email:									
Lote 001 - Lote 001								108.000,00	
004 22554 RACHÃOZINHO		TN	4.000,00	Classificado			27,00	108.000,00	*

VALOR TOTAL: 742.300,00

264

265

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PIÊN, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, HOMOLOGA o **Pregão Presencial nº 102/2021**, o qual tem como objeto a: "**Registro de Preços para eventual aquisição de saibro e pedras para manutenção das vias públicas municipais, conforme solicitação da Secretaria de Viação e Serviços Rodoviários**" e, ADJUDICA os itens do objeto conforme relatório em anexo em favor das seguintes empresas:

EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA - EPP, inscrita no CNPJ nº **79.390.530/0001-43**, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 634.300,00 (seiscentos e trinta e quatro mil e trezentos reais).

PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA, inscrita no CNPJ nº **76.378.793/0001-49**, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 108.000, 00 (cento e oito mil reais).

O processo atendeu a legislação pertinente em toda sua tramitação, conforme Parecer da Procuradoria Geral do Município em anexo ao processo.

Piên/PR, 01 de dezembro de 2021.

Maicon Grosskopf
Prefeito Municipal

TESTE SELETIVO Nº 02/2021

Edital nº 021/2021 -CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO

O Prefeito Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, considerando o resultado do Teste Seletivo 002/2021 - Edital nº 001/2021, homologado pelo Edital 012/2021, e publicado no dia 13 de outubro de 2021,

RESOLVE:

1.1. Convocar os candidatos (a) a seguir relacionados para comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, situada na Rua Amazonas, nº 373 – Centro – Piên/PR, a partir do dia **02 de dezembro de 2021,** no horário das 07:30 as 12:00 e das 12:45 as 16:15, para apresentação de documentos e para realização da avaliação médica pré-admissional:

Cargo: Auxiliar Administrativo

Classificação	Nome do Candidato
19º	SANDRIELI APARECIDA LUDVINSKI

Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, em 01 de dezembro de 2021.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

CLAUDEMIR JOSE DE ANDRADE
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciana Lubke
Código Identificador:620DF3D9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1375/2021. DE 29 DE NOVEMBRO DE 2021

PORTARIA Nº 1375/2021.
DE 29 DE NOVEMBRO DE 2021

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

O senhor Claudemir José de Andrade, Secretário de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 002/2021 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.366/2019,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor público **Denilson Vaz Morcelli**, portador da cédula de identidade civil com RG nº 5.441.906.6/PR, matrícula funcional 7101, ocupante do cargo público de **Auxiliar Administrativo**, o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Assuntos Administrativos da Secretaria	01/12/2021	Rio Negro/Pr	01 (uma)	36,00	8642/2021

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 29 de novembro de 2021.

CLAUDEMIR JOSÉ DE ANDRADE
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciana Lubke
Código Identificador:A119B719

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO 102/2021

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PIÊN, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, HOMOLOGA o **Pregão Presencial nº 102/2021**, o qual tem como objeto a: **"Registro de Preços para eventual aquisição de saibro e pedras para manutenção das vias públicas municipais, conforme solicitação da Secretaria de Viação e Serviços Rodoviários"** e, ADJUDICA os itens do objeto conforme relatório em anexo em favor das seguintes empresas:

EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA - EPP, inscrita no CNPJ nº **79.390.530/0001-43**, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 634.300,00 (seiscentos e trinta e quatro mil e trezentos reais).

PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA, inscrita no CNPJ nº **76.378.793/0001-49**, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 108.000, 00 (cento e oito mil reais).

O processo atendeu a legislação pertinente em toda sua tramitação, conforme Parecer da Procuradoria Geral do Município em anexo ao processo.

Piên/PR, 01 de dezembro de 2021.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Duarte Scheivaraski
Código Identificador:25039596

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO 108/2021

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PIÊN, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, HOMOLOGA o **Pregão Presencial nº 108/2021**, o qual tem como objeto a: **"Contratação de empresa especializada para instalação, configuração e locação de aparelhos de telefonia via IP em Cloud, conforme solicitação do Departamento de Gestão em Informática"** e, ADJUDICA os itens do objeto conforme relatório em anexo em favor das seguintes empresas:

TECINFO SOLUÇÕES LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº **19.406.428/0001-67**, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 92.496,60 (noventa e dois mil quatrocentos e noventa e seis reais e sessenta centavos).

O processo atendeu a legislação pertinente em toda sua tramitação, conforme Parecer da Procuradoria Geral do Município em anexo ao processo.

Piên/PR, 01 de dezembro de 2021.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Duarte Scheivaraski
Código Identificador:2FF6F3C6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DISPENSA DE LICITAÇÃO 164/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN
ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DE ATAS

ATAS Nº 264 e 265/2021

Modalidade: Pregão Presencial 102/2021

Contratado: EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA EPP, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 79.390.530/0001, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 634.300,00 (seiscentos e trinta e quatro mil e trezentos reais).

Contratado: PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA EPP, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 76.378.793/0001-49, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 108.000,00 (Cento e oito mil reais).

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de saibro e pedras para manutenção das vias públicas municipais.

Fiscal Administrativo: Conforme processo
Prazo de Vigência: 12 (Doze) Meses.

Data de assinatura: 06 de dezembro de 2021

Coordenação de Contratos.
Compras e licitações

Sai publicado 13/12/2021

Prefeitura Municipal de Piên

Estado do Paraná

PREGÃO PRESENCIAL Nº 102/2021

PROTOCOLO 2734/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 264/2021

a) **1.** No dia seis do mês de dezembro de 2021, autorizado pelo **Pregão Presencial nº 102/2021,** foi expedida a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o disposto nas Leis Federais nº. 8.666/1993 e 10.520/2002, que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre o Município de Piên, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 76.002.666/0001-40, neste ato representado pelo Prefeito Sr. **Maicon Grosskopf**, , portador da Carteira de Identidade RG nº 10.094.176-7- SSP-PR e inscrito no CPF/MF sob o nº. 080.278.589-17, neste ato assistido pela Procuradoria Jurídica d Município Sr. Calebe França Costa, OAB/PR 61.756 e em conjunto com Secretário de Viação e Serviços Rodoviários Sr. Hélio Clemente inscrito no CPF sob nº 629.468.209-63 e o DETENTOR DA ATA **EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 79.390.530/0001-43, Inscrição Estadual nº 251.353.362, com endereço na Rodovia Municipal 100, nº 3983, Corredeiras, em Campo Alegre/SC, CEP 89294-000, fone (47) 3635 1348, e-mail extracao@extracaodeareia.com.br; neste ato representado por Marcos Heinz Maahs, inscrito no CPF sob nº 005.165.569-16.

1.1. Tendo em vista o resultado da licitação na modalidade **Pregão Presencial nº. 102/2021**, homologado pelo Senhor Prefeito Municipal em 03 de dezembro de 2021, bem como a classificação obtida no certame, realiza-se a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS com o objeto Registro de Preços para eventual aquisição de saibro e pedras para manutenção das vias públicas municipais.**

1.2. Os itens adquiridos seguirão as especificações, quantidades, preços unitários e globais ofertados pelas empresas classificadas no certame, conforme Tabela em anexo de Itens e valores extraídos a partir do sistema Equiplano.

1.3. O valor total da presente Ata correspondente ao preço obtido no certame licitatório, é de R$ 634.300,00 (seiscentos e trinta e quatro mil e trezentos reais), no qual se inclui todos os tributos, diretos ou indiretos, sobre a execução do objeto.

1.4. Integra e completa à presente Ata de Registro de Preços, para melhor caracterização dos serviços e resultados, bem como para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas e para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no Edital do **Pregão Presencial nº. 102/2021** e seus anexos, bem como o Termo de Referência, sendo os mesmos considerados suficientes para, em complemento a este contrato, definir sua extensão e, desta forma, reger a execução do objeto contratado, bem como o CONTRATADO assume todas as exigências do Edital retro mencionado

2. O Órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao Detentor da Ata, através da entrega da Autorização de Fornecimento/Serviço ou Nota de Empenho pela qual ocorrerá a despesa, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, inclusive fac-símile, na forma descrita no Edital de **Pregão Presencial nº. 102/2021.**

3. O material deverá retirado pelo Município na jazida da licitante vencedora, sendo de responsabilidade da vencedora a escavação e o carregamento do material.

3.2. A licitante vencedora só deverá carregar os caminhões da contratante mediante a Nota de Empenho, encaminhada através de correio eletrônico ao endereço indicado no ato da sessão pública, devendo a entrega ser confirmada pelo responsável da contratada mediante mensagem eletrônica de retorno.

3.2.1. A Contratada obriga-se a:

a) Efetuar a entrega dos bens nas condições, no prazo e no local indicada pela Divisão solicitante, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal eletrônica constando detalhadamente o preço, as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;

b) Os bens devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

c) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei º 8.078, de11 de setembro de 1990);

d) O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, o produto com avarias ou defeitos;

e) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto do presente Termo de Referência;

f) Comunicar à Administração, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

g) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

h) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência, Edital ou na Ata de registro de Preços;

i) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

3.3. Pedidos em pequena quantidade não caracterizam justificativa para atrasos ou recusa de entrega.

4. Os itens registrados serão recebidos provisoriamente para efeito de simultânea ou posterior verificação, conforme o caso, da compatibilidade com as especificações pactuadas, envolvendo a qualidade, quantidade, testes de aceite, perfeita adequação, resultando no recebimento definitivo que será realizado pelo servidor devidamente designado como fiscal pela Secretaria Solicitante, observado o prazo de até 05 (cinco) dias corridos de sua entrega.

4.1. São designados como fiscais da Ata de Registro de Preços:

SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	Cleiton das Neves

5. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da proponente adjudicatária, nos termos das prescrições legais, podendo levar ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das sanções previstas neste Registro de Preços.

5.1. Em caso de não aceitação do item objeto deste PREGÃO, fica a Detentora da Ata obrigada a retirá-lo e substituí-lo no prazo de 05 (cinco) dias contados da notificação a ser expedida pela Contratante, ou imediatamente, sob pena multa de 2% da autorização de fornecimento, ao dia, até o limite de 10 % (dez por cento) do valor produtos não substituídos, corrigidos ou não complementados, em conformidade com o item 10, II, "c" da presente Ata.

5.2. Em caso de diferença de quantidade, fica a Detentora da Ata obrigada a providenciar sua complementação no prazo de 05 (cinco) dias, contados da notificação a ser expedida pela Contratante, ou imediatamente, sob pena multa de 2% da autorização de fornecimento, ao dia, até o limite de 10 % (dez por cento) do valor produtos não substituídos, corrigidos ou não complementados, em conformidade com o item 10, II, "c" da presente Ata.

6. O pagamento será efetuado conforme a entrega dos produtos, através de depósito bancário, em até 30 (trinta) dias contados da apresentação da nota fiscal/fatura, conforme disponibilidade financeira na fonte de recursos, no protocolo financeiro da Prefeitura, desde que devidamente atestada pela Secretaria solicitante e anexada às provas de regularidade relativa a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União - DAU, abrangendo inclusive as contribuições sociais – INSS, de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, Tributos Municipais e Tributos Estaduais e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. Se o término do prazo para pagamento ocorrer em dia sem expediente no órgão licitante, o pagamento deverá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.

6.2. Em caso de irregularidade na execução do objeto e/ou na documentação fiscal. O prazo de pagamento será contado a partir da(s) correspondente(s) regularização(ões).

6.3. Em caso de atraso de pagamento em relação ao item 6, o valor da nota fiscal poderá ser atualizado monetariamente INPC (Índice Nacional de Preço ao Consumidor), entre a data em que deveria ter sido adimplida a obrigação e o efetivo pagamento (conforme art.40, XIV, "c", Lei Federal 8666/1993).

7. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da publicação do extrato.

7.1. Em razão da vigência por 12 (doze) meses, somente serão deferidos eventuais reajustes de preços:

a) Em razão de alteração significativa de valores de mercado que, comprovadamente, impeçam o fornecedor de continuar o fornecimento sem o reajuste;

b) Mediante pedido escrito e fundamentado por parte do fornecedor;

7.1.1. O pedido poderá ser feito pelo fornecedor ou pela Secretaria interessada e o reajuste poderá ser para mais ou para menos, de acordo com os preços praticados no mercado.

8. Esta Ata de Registro de Preços não obriga o Órgão Gerenciador a firmar as contratações com o Detentor da Ata, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurada, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do art. 15, § 4º da Lei Federal nº. 8.666/93.

9. As despesas decorrentes dos pedidos de fornecimento correrão à conta dos códigos a seguir discriminados:

SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS
Dotação: ***05.001.15.452.0005.2009-3390305400***

10. No caso de inexecução total ou parcial, ou ainda, atraso injustificado do objeto desta licitação, sem prejuízos das responsabilidades civis e criminais, ressalvado as situações devidamente justificadas e comprovadas, a critério da Administração Pública, garantia a ampla defesa e o contraditório, serão aplicadas as seguintes penalidades, cumulativamente ou não:

I. Advertência.

a) A advertência será formalizada por meio de documento expedido pelo Município:

II. Multa, nos seguintes termos:

a) Pelo atraso no fornecimento, será aplicada multa de mora de 0,5% (meio por cento) ao dia sobre o valor da Autorização de Fornecimento, até o prazo máximo de 10 (dez) dias. Vencido o prazo da Ata de Registro de Preço poderá ser considerada rescindida, a critério da Administração, ficando sujeita às penalidades previstas nos artigos 86, 87 e 88 da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, assim como as contratuais, tudo sem prejuízo da multa relativa à rescisão, prevista na letra "e" e perdas e danos.

b) Pela recusa em realizar o fornecimento, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das perdas e danos e, se for o caso multa relativa à rescisão, prevista na letra "e" e perdas e danos.

c) Pela demora em substituir o material rejeitado ou corrigir as falhas do produto fornecido ou complementar a quantidade, a contar do quinto dia da notificação da rejeição, aplicar-se-á multa de 2% (dois por cento) do valor do material, por dia decorrido, até o limite de 10 % (dez

por cento) do valor dos produtos não substituídos, corrigidos ou não complementados, tudo sem prejuízo da multa relativa à rescisão, prevista na letra "e" e perdas e danos.

d) Pelo não cumprimento de qualquer condição fixada na Lei 8.666/93, e suas alterações, ou no instrumento convocatório ou ainda, na Ata de Registro de Preços, e não abrangida nos incisos anteriores ou subsequentes, aplicar-se-á multa de 1% (um por cento) do valor da Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das multas relativas à rescisão e perdas e danos, prevista na letra "e" e perdas e danos.

e) Pelo descumprimento parcial ou integral do Registro de Preços, que enseje rescisão, multa de 10% (dez por cento) do valor registrado, sem prejuízo de perdas e danos e das demais multas.

III. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preço, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do Art. 4° da Lei 10520/02, pelo prazo de 02 (dois) anos até o máximo 05 (cinco) anos, sem prejuízo de multa de 10 % (dez por cento) do valor da sua proposta atualizada e das demais cominações legais.

IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com esta Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a penalizada ressarcir o Município, pelos prejuízos resultantes e, após, decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior. A Declaração terá sua publicação na Imprensa Oficial, de acordo com a Lei nº. 8.666/93.

10.1. Além do previsto acima, pelos motivos que se seguem, principalmente, a detentora da Ata estará sujeita às penalidades tratadas nos Incisos III e IV do Item 10, cumuladas com multas, tanto moratórias como sancionatórias.

I - pelo descumprimento do prazo de fornecimento;

II - pela recusa em atender alguma solicitação para correção no fornecimento, caracterizada se o atendimento à solicitação não ocorrer no prazo de 05 (cinco) dias, contado da data da rejeição, devidamente notificada.

III - pela não execução do fornecimento de acordo com as especificações e prazos estipulados em Edital e nesta Ata de Registro de Preços.

10.2. Além das penalidades citadas, a Detentora da Ata/Contratada ficará sujeita, ainda, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações.

10.3. As multas estabelecidas podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, ficando o seu total limitado a 20% (vinte por cento) do valor registrado ou da Proposta Atualizada, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.

10.4. Poder-se-á descontar dos pagamentos porventura devidos à detentora da Ata as importâncias alusivas a multas, ou efetuar sua cobrança mediante inscrição em dívida ativa do Município, ou por qualquer outra forma prevista em Lei.

10.5. Qualquer penalidade aplicada deverá ser registrada; tratando-se de penalidade que implique no impedimento de licitar e contratar com o Município, ou de declaração de inidoneidade, será obrigatória a comunicação do ato ao Tribunal de Contas do Estado.

11. O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos artigos 77 e 78 da Lei nº. 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado e aceito pela Administração, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

12. O fornecedor terá seu Registro de Preços cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) presentes razões de interesse público.

e) o cancelamento de Registro de Preços, nas hipóteses acima previstas, assegurados o contraditório e amplo defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

f) o fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado.

g) a comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos no item nesta cláusula, será feita mediante publicação em imprensa oficial do Município.

12.1. O cancelamento de registro, nas hipóteses acima previstas, assegurados o contraditório e ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

12.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

12.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita mediante publicação em imprensa oficial do Município.

13. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o Registro de Preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pelo Edital de **Pregão Presencial nº. 102/2021.**

14. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando todos os seus dispositivos, o edital de **Pregão Presencial nº. 102/2021**, as Autorizações de Fornecimento/Empenho com os termos aditados e a proposta da detentora da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.

15. As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a procedeu, serão dirimidas no Foro de Piên, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná, esgotadas as vias administrativas.

16. Para constar que foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelo Prefeito Municipal de Piên, e pelo representante do Detentor, e duas testemunhas.

Maicon Grosskopf
Prefeito
Órgão Gerenciador

EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA EPP
Detentor da Ata de Registro de Preços

Calebe França Costa
Procuradoria Jurídica
OAB/PR 61.756

Hélio Clemente
Secretário de Viação e Serviços Rodoviários
Decreto nº 06/2021

Testemunhas:

Nome: Cleiton das Neves

Assinatura:

Nome: Marcos Aurelio Melenek

Assinatura:

Equiplano

Prefeitura Municipal de Piên - 2021

Classificação por Fornecedor

Pregão 102/2021

Item	Produto/Serviço	UN.	Quantidade	Status	Marca	Modelo	Preço Unitário	Preço Total	Sel
Fornecedor: 11779-0 EXTRACAO DE AREIA FUNDAO LTDA - EPP	CNPJ: 79.390.530/0001-43 Telefone:								
Lote: 001				Status: Classificado				634.300,00	
001	SAIBRO BRITADO, DENSIDADE 1,50	TN	12.000,00	Classificado			26,00	312.000,00	*
002	23411 PEDRA 4A, DENSIDADE 1,45	TN	5.000,00	Classificado			29,20	146.000,00	*
003	23413 ARENITO BRITADO (AREIÃO)	TN	5.000,00	Classificado			35,26	176.300,00	*
						VALOR TOTAL:		634.300,00	

Art. 1º Conceder ao servidor público **Denilson Vaz Morcelli**, portador da cédula de identidade civil com RG nº 5.441.906.6/PR, matrícula funcional 7101, ocupante do cargo público de **Auxiliar Administrativo**, o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Assuntos Administrativos da Secretaria	09/12/2021	Mafra/SC	01 (uma)	36,00	8915/2021

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 09 de dezembro de 2021.

CLAUDEMIR JOSÉ DE ANDRADE
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciana Lubke
Código Identificador:0C7DB82D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1446/2021. DE 09 DE DEZEMBRO DE 2021

PORTARIA Nº 1446/2021.
DE 09 DE DEZEMBRO DE 2021

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

O senhor Claudemir José de Andrade, Secretário de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 002/2021 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.366/2019,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor público **Aginaldo Krusqueveski Rodrigues**, portador da cédula de identidade civil com RG nº 5.584.147-0/PR, matrícula funcional 4765271, ocupante do cargo público de provimento em comissão de **Assessor de Área III - Gestão do SUAS**, o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Assuntos Administrativos da Secretaria	09/12/2021 e 10/12/2021	Rio Negro/PR Curitiba/PR	02 (duas)	72,00	8914/2021

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 09 de dezembro de 2021.

CLAUDEMIR JOSÉ DE ANDRADE
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciana Lubke
Código Identificador:34E979AA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATOS DE ATAS 264 E 265/2021

ATAS Nº 264 e 265/2021

Modalidade: Pregão Presencial 102/2021
Contratado: EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA EPP, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 79.390.530/0001, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 634.300,00 (seiscentos e trinta e quatro mil e trezentos reais).
Contratado: PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA EPP, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 76.378.793/0001-49, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 108.000,00 (Cento e oito mil reais).

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de saibro e pedras para manutenção das vias públicas municipais.

Fiscal Administrativo: Conforme processo
Prazo de Vigência:12 (Doze) Meses.
Data de assinatura: 06 de dezembro de 2021

COORDENAÇÃO DE CONTRATOS.
COMPRAS E LICITAÇÕES

Publicado por:
Bernadete Maguerovski dos Santos
Código Identificador:BC875A42

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATOS DE ATA 266/2021

ATA Nº 266/2021

Modalidade: Pregão Presencial 115/2021
Contratado: MIDIAS CRIATIVAS SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E PUBLICIDADE LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 23.960.803/0001-93, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 32.700,00 (trinta e dois mil e setecentos reais).

Objeto: Registro de Preços para realização de serviços de sonorização volante (carro de som) e filmagem por veículo aéreo não tripulado (drone) que resultaram fracassados no Pregão nº 104/2021, em atendimento às necessidades das Secretarias Municipais.

Fiscal Administrativo: Conforme processo
Prazo de Vigência:12 (Doze) Meses.
Data de assinatura: 08 de dezembro de 2021

Coordenação de Contratos.
Compras e licitações

Publicado por:
Bernadete Maguerovski dos Santos
Código Identificador:4CECCC8A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 2632/2021

PORTARIA N.2.632/2021

O Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º - PRORROGAR, a licença para tratamento de saúde da servidora pública municipal MARIA TEREZINHA DE OLIVEIRA ALVES, matricula funcional nº 309-1 portadora do RG nº. 7.155.642-5/PR e CPF Nº 031.489.119-62, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível 15-A, lotada no Departamento de Ensino, em conformidade com atestado médico datado em 09 de dezembro de 2021.

Art. 2º - A remuneração correspondente ao período de licença será pago diretamente pelo INSS.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Piên

Estado do Paraná

PREGÃO PRESENCIAL Nº 102/2021

PROTOCOLO 2734/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 265/2021

a) **1.** No dia seis do mês de dezembro de 2021, autorizado pelo **Pregão Presencial nº 102/2021,** foi expedida a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o disposto nas Leis Federais nº. 8.666/1993 e 10.520/2002, que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre o Município de Piên, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 76.002.666/0001-40, neste ato representado pelo Prefeito Sr. **Maicon Grosskopf, ,** portador da Carteira de Identidade RG nº 10.094.176-7- SSP-PR e inscrito no CPF/MF sob o nº. 080.278.589-17, neste ato assistido pela Procuradoria Jurídica d Município Sr. Calebe França Costa, OAB/PR 61.756 e em conjunto com Secretário de Viação e Serviços Rodoviários Sr. Hélio Clemente inscrito no CPF sob nº 629.468.209-63 e o DETENTOR DA ATA **PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 76.378.793/0001-49, Inscrição Estadual nº 250.918.773, com endereço na Rodovia SC - 418, nº 3707, Fragosos, em Campo Alegre/SC, CEP 89294-000, fone (47) 3632 9665, e-mail comercial@britadorfragosos.com.br; neste ato representado por Neimar Magus Wiggers, inscrito no CPF sob nº 003.685.759-93.

1.1. Tendo em vista o resultado da licitação na modalidade **Pregão Presencial nº. 102/2021,** homologado pelo Senhor Prefeito Municipal em 03 de dezembro de 2021, bem como a classificação obtida no certame, realiza-se a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS com o objeto Registro de Preços para eventual aquisição de saibro e pedras para manutenção das vias públicas municipais.**

1.2. Os itens adquiridos seguirão as especificações, quantidades, preços unitários e globais ofertados pelas empresas classificadas no certame, conforme Tabela em anexo de Itens e valores extraídos a partir do sistema Equiplano.

1.3. O valor total da presente Ata correspondente ao preço obtido no certame licitatório, é de R$ 108.000,00 (Cento e oito mil reais), no qual se inclui todos os tributos, diretos ou indiretos, sobre a execução do objeto.

1.4. Integra e completa à presente Ata de Registro de Preços, para melhor caracterização dos serviços e resultados, bem como para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas e para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no Edital do **Pregão Presencial nº. 102/2021** e seus anexos, bem como o Termo de Referência, sendo os mesmos considerados suficientes para, em complemento a este contrato, definir sua extensão e, desta forma, reger a execução do objeto contratado, bem como o CONTRATADO assume todas as exigências do Edital retro mencionado

2. O Órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao Detentor da Ata, através da entrega da Autorização de Fornecimento/Serviço ou Nota de Empenho pela qual ocorrerá a despesa, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, inclusive fac-símile, na forma descrita no Edital de **Pregão Presencial nº. 102/2021.**

3. O material deverá retirado pelo Município na jazida da licitante vencedora, sendo de responsabilidade da vencedora a escavação e o carregamento do material.

Prefeitura Municipal de Piên

Estado do Paraná

3.2. A licitante vencedora só deverá carregar os caminhões da contratante mediante a Nota de Empenho, encaminhada através de correio eletrônico ao endereço indicado no ato da sessão pública, devendo a entrega ser confirmada pelo responsável da contratada mediante mensagem eletrônica de retorno.

3.2.1. A Contratada obriga-se a:

a) Efetuar a entrega dos bens nas condições, no prazo e no local indicada pela Divisão solicitante, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal eletrônica constando detalhadamente o preço, as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;

b) Os bens devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

c) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei º 8.078, de11 de setembro de 1990);

d) O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, o produto com avarias ou defeitos;

e) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto do presente Termo de Referência;

f) Comunicar à Administração, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

g) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

h) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência, Edital ou na Ata de registro de Preços;

i) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

3.3. Pedidos em pequena quantidade não caracterizam justificativa para atrasos ou recusa de entrega.

4. Os itens registrados serão recebidos provisoriamente para efeito de simultânea ou posterior verificação, conforme o caso, da compatibilidade com as especificações pactuadas, envolvendo a

qualidade, quantidade, testes de aceite, perfeita adequação, resultando no recebimento definitivo que será realizado pelo servidor devidamente designado como fiscal pela Secretaria Solicitante, observado o prazo de até 05 (cinco) dias corridos de sua entrega.

4.1. São designados como fiscais da Ata de Registro de Preços:

SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	Cleiton das Neves

5. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da proponente adjudicatária, nos termos das prescrições legais, podendo levar ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das sanções previstas neste Registro de Preços.

5.1. Em caso de não aceitação do item objeto deste PREGÃO, fica a Detentora da Ata obrigada a retirá-lo e substituí-lo no prazo de 05 (cinco) dias contados da notificação a ser expedida pela Contratante, ou imediatamente, sob pena multa de 2% da autorização de fornecimento, ao dia, até o limite de 10 % (dez por cento) do valor produtos não substituídos, corrigidos ou não complementados, em conformidade com o item 10, II, "c" da presente Ata.

5.2. Em caso de diferença de quantidade, fica a Detentora da Ata obrigada a providenciar sua complementação no prazo de 05 (cinco) dias, contados da notificação a ser expedida pela Contratante, ou imediatamente, sob pena multa de 2% da autorização de fornecimento, ao dia, até o limite de 10 % (dez por cento) do valor produtos não substituídos, corrigidos ou não complementados, em conformidade com o item 10, II, "c" da presente Ata.

6. O pagamento será efetuado conforme a entrega dos produtos, através de depósito bancário, em até 30 (trinta) dias contados da apresentação da nota fiscal/fatura, conforme disponibilidade financeira na fonte de recursos, no protocolo financeiro da Prefeitura, desde que devidamente atestada pela Secretaria solicitante e anexada às provas de regularidade relativa a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União - DAU, abrangendo inclusive as contribuições sociais – INSS, de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, Tributos Municipais e Tributos Estaduais e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. Se o término do prazo para pagamento ocorrer em dia sem expediente no órgão licitante, o pagamento deverá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.

6.2. Em caso de irregularidade na execução do objeto e/ou na documentação fiscal. O prazo de pagamento será contado a partir da(s) correspondente(s) regularização(ões).

6.3. Em caso de atraso de pagamento em relação ao item 6, o valor da nota fiscal poderá ser atualizado monetariamente INPC (Índice Nacional de Preço ao Consumidor), entre a data em que deveria ter sido adimplida a obrigação e o efetivo pagamento (conforme art.40, XIV, "c", Lei Federal 8666/1993).

7. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da publicação do extrato.

7.1. Em razão da vigência por 12 (doze) meses, somente serão deferidos eventuais reajustes de preços:

a) Em razão de alteração significativa de valores de mercado que, comprovadamente, impeçam o fornecedor de continuar o fornecimento sem o reajuste;

b) Mediante pedido escrito e fundamentado por parte do fornecedor;

7.1.1. O pedido poderá ser feito pelo fornecedor ou pela Secretaria interessada e o reajuste poderá ser para mais ou para menos, de acordo com os preços praticados no mercado.

8. Esta Ata de Registro de Preços não obriga o Órgão Gerenciador a firmar as contratações com o Detentor da Ata, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurada, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do art. 15, § 4º da Lei Federal nº. 8.666/93.

9. As despesas decorrentes dos pedidos de fornecimento correrão à conta dos códigos a seguir discriminados:

SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS
Dotação: ***05.001.15.452.0005.2009-3390305400***

10. No caso de inexecução total ou parcial, ou ainda, atraso injustificado do objeto desta licitação, sem prejuízos das responsabilidades civis e criminais, ressalvado as situações devidamente justificadas e comprovadas, a critério da Administração Pública, garantia a ampla defesa e o contraditório, serão aplicadas as seguintes penalidades, cumulativamente ou não:

I. Advertência.

a) A advertência será formalizada por meio de documento expedido pelo Município:

II. Multa, nos seguintes termos:

a) Pelo atraso no fornecimento, será aplicada multa de mora de 0,5% (meio por cento) ao dia sobre o valor da Autorização de Fornecimento, até o prazo máximo de 10 (dez) dias. Vencido o prazo da Ata de Registro de Preço poderá ser considerada rescindida, a critério da Administração, ficando sujeita às penalidades previstas nos artigos 86, 87 e 88 da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, assim como as contratuais, tudo sem prejuízo da multa relativa à rescisão, prevista na letra "e" e perdas e danos.

b) Pela recusa em realizar o fornecimento, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das perdas e danos e, se for o caso multa relativa à rescisão, prevista na letra "e" e perdas e danos.

c) Pela demora em substituir o material rejeitado ou corrigir as falhas do produto fornecido ou complementar a quantidade, a contar do quinto dia da notificação da rejeição, aplicar-se-á multa de 2% (dois por cento) do valor do material, por dia decorrido, até o limite de 10 % (dez por cento) do valor dos produtos não substituídos, corrigidos ou não complementados, tudo sem prejuízo da multa relativa à rescisão, prevista na letra "e" e perdas e danos.

d) Pelo não cumprimento de qualquer condição fixada na Lei 8.666/93, e suas alterações, ou no instrumento convocatório ou ainda, na Ata de Registro de Preços, e não abrangida nos incisos anteriores ou subsequentes, aplicar-se-á multa de 1% (um por cento) do valor da Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das multas relativas à rescisão e perdas e danos, prevista na letra "e" e perdas e danos.

e) Pelo descumprimento parcial ou integral do Registro de Preços, que enseje rescisão, multa de 10% (dez por cento) do valor registrado, sem prejuízo de perdas e danos e das demais multas.

III. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preço, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do Art. 4° da Lei 10520/02, pelo prazo de 02 (dois) anos até o máximo 05 (cinco) anos, sem prejuízo de multa de 10 % (dez por cento) do valor da sua proposta atualizada e das demais cominações legais.

IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com esta Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a penalizada ressarcir o Município, pelos prejuízos resultantes e, após, decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior. A Declaração terá sua publicação na Imprensa Oficial, de acordo com a Lei nº. 8.666/93.

10.1. Além do previsto acima, pelos motivos que se seguem, principalmente, a detentora da Ata estará sujeita às penalidades tratadas nos Incisos III e IV do Item 10, cumuladas com multas, tanto moratórias como sancionatórias.

I - pelo descumprimento do prazo de fornecimento;

II - pela recusa em atender alguma solicitação para correção no fornecimento, caracterizada se o atendimento à solicitação não ocorrer no prazo de 05 (cinco) dias, contado da data da rejeição, devidamente notificada.

III - pela não execução do fornecimento de acordo com as especificações e prazos estipulados em Edital e nesta Ata de Registro de Preços.

10.2. Além das penalidades citadas, a Detentora da Ata/Contratada ficará sujeita, ainda, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações.

10.3. As multas estabelecidas podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, ficando o seu total limitado a 20% (vinte por cento) do valor registrado ou da Proposta Atualizada, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.

10.4. Poder-se-á descontar dos pagamentos porventura devidos à detentora da Ata as importâncias alusivas a multas, ou efetuar sua cobrança mediante inscrição em dívida ativa do Município, ou por qualquer outra forma prevista em Lei.

10.5. Qualquer penalidade aplicada deverá ser registrada; tratando-se de penalidade que implique no impedimento de licitar e contratar com o Município, ou de declaração de inidoneidade, será obrigatória a comunicação do ato ao Tribunal de Contas do Estado.

11. O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos artigos 77 e 78 da Lei nº. 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado e aceito pela Administração, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

12. O fornecedor terá seu Registro de Preços cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) presentes razões de interesse público.

e) o cancelamento de Registro de Preços, nas hipóteses acima previstas, assegurados o contraditório e amplo defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

f) o fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado.

g) a comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos no item nesta cláusula, será feita mediante publicação em imprensa oficial do Município.

12.1. O cancelamento de registro, nas hipóteses acima previstas, assegurados o contraditório e ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

12.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

12.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita mediante publicação em imprensa oficial do Município.

13. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o Registro de Preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pelo Edital de **Pregão Presencial nº. 102/2021.**

Prefeitura Municipal de Piên

Estado do Paraná

14. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando todos os seus dispositivos, o edital de **Pregão Presencial nº. 102/2021**, as Autorizações de Fornecimento/Empenho com os termos aditados e a proposta da detentora da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.

15. As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a procedeu, serão dirimidas no Foro de Piên, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná, esgotadas as vias administrativas.

16. Para constar que foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelo Prefeito Municipal de Piên, e pelo representante do Detentor, e duas testemunhas.

Maicon Grosskopf
Prefeito
Órgão Gerenciador

Calebe França Costa
Procuradoria Jurídica
OAB/PR 61.756

NEIMAR MAGUS WIGGERS:00368575993
Assinado de forma digital por NEIMAR MAGUS WIGGERS:00368575993
Dados: 2021.12.06 16:28:34 -03'00'

PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA
Detentor da Ata de Registro de Preços

Hélio Clemente
Secretário de Viação e Serviços Rodoviários
Decreto nº 06/2021

Testemunhas:

Nome: Cleiton das Neves — Assinatura:

Nome: Marcos Aurelio Melenek — Assinatura:

Prefeitura Municipal de Piên - 2021

Classificação por Fornecedor

Pregão 102/2021

Relatorio

Item	Produto/Serviço	UN.	Quantidade	Status	Marca	Modelo	Preço Unitário	Preço Total	Sel
Fornecedor: 8-6 PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA	CNPJ: 75.378.793/0001-49 Telefone: (047)6350226			Status: Classificado				108.000,00	
Email:									
Lote 001 - Lote 001								108.000,00	
004 22554 RACHÃOZINHO		TN	4.000,00	Classificado			27,00	108.000,00	*

VALOR TOTAL: 108.000,00

Art. 1° Conceder ao servidor público **Denilson Vaz Morcelli**, portador da cédula de identidade civil com RG nº 5.441.906.6/PR, matrícula funcional 7101, ocupante do cargo público de **Auxiliar Administrativo**, o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Assuntos Administrativos da Secretaria	09/12/2021	Mafra/SC	01 (uma)	36,00	8915/2021

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3° Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 09 de dezembro de 2021.

CLAUDEMIR JOSÉ DE ANDRADE
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciana Lubke
Código Identificador:0C7DB82D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1446/2021. DE 09 DE DEZEMBRO DE 2021

PORTARIA Nº 1446/2021.
DE 09 DE DEZEMBRO DE 2021

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

O senhor Claudemir José de Andrade, Secretário de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 002/2021 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.366/2019,

RESOLVE:

Art. 1° Conceder ao servidor público **Aginaldo Krusqueveski Rodrigues**, portador da cédula de identidade civil com RG nº 5.584.147-0/PR, matrícula funcional 4765271, ocupante do cargo público de provimento em comissão de **Assessor de Área III - Gestão do SUAS**, o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Assuntos Administrativos da Secretaria	09/12/2021 e 10/12/2021	Rio Negro/PR Curitiba/PR	02 (duas)	72,00	8914/2021

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3° Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 09 de dezembro de 2021.

CLAUDEMIR JOSÉ DE ANDRADE
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciana Lubke
Código Identificador:34E979AA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATOS DE ATAS 264 E 265/2021

ATAS Nº 264 e 265/2021

Modalidade: Pregão Presencial 102/2021
Contratado: EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA EPP, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 79.390.530/0001, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 634.300,00 (seiscentos e trinta e quatro mil e trezentos reais).
Contratado: PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA EPP, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 76.378.793/0001-49, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 108.000,00 (Cento e oito mil reais).

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de saibro e pedras para manutenção das vias públicas municipais.

Fiscal Administrativo: Conforme processo
Prazo de Vigência:12 (Doze) Meses.
Data de assinatura: 06 de dezembro de 2021

COORDENAÇÃO DE CONTRATOS.
COMPRAS E LICITAÇÕES

Publicado por:
Bernadete Maguerovski dos Santos
Código Identificador:BC875A42

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATOS DE ATA 266/2021

ATA Nº 266/2021

Modalidade: Pregão Presencial 115/2021
Contratado: MIDIAS CRIATIVAS SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E PUBLICIDADE LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 23.960.803/0001-93, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 32.700,00 (trinta e dois mil e setecentos reais).

Objeto: Registro de Preços para realização de serviços de sonorização volante (carro de som) e filmagem por veículo aéreo não tripulado (drone) que resultaram fracassados no Pregão nº 104/2021, em atendimento às necessidades das Secretarias Municipais.

Fiscal Administrativo: Conforme processo
Prazo de Vigência:12 (Doze) Meses.
Data de assinatura: 08 de dezembro de 2021

Coordenação de Contratos.
Compras e licitações

Publicado por:
Bernadete Maguerovski dos Santos
Código Identificador:4CECCC8A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 2632/2021

PORTARIA N.2.632/2021

O Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1° - PRORROGAR, a licença para tratamento de saúde da servidora pública municipal MARIA TEREZINHA DE OLIVEIRA ALVES, matricula funcional nº 309-1 portadora do RG nº. 7.155.642-5/PR e CPF Nº 031.489.119-62, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível 15-A, lotada no Departamento de Ensino, em conformidade com atestado médico datado em 09 de dezembro de 2021.

Art. 2° - A remuneração correspondente ao período de licença será pago diretamente pelo INSS.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.